

Rebecca J. Scott | Jean M. Hébrard

PROVAS DE LIBERDADE

Uma odisseia atlântica
na era da emancipação

Saint Louis
du Sénégal

Dacar

Por volta de 1785, uma mulher foi levada de sua casa na Senegâmbia e enviada para Saint-Domingue (futuro Haiti), no Caribe. Aqueles que a escravizaram lhe deram o nome de Rosalie. Seus esforços posteriores para escapar da escravidão constituem o início de uma saga familiar que durou cinco gerações e se estendeu por três continentes, em busca de uma vida com dignidade e igualdade. *Provas de liberdade* situa a história de Rosalie e de seus descendentes no contexto de três grandes lutas antirracistas do século XIX: a Revolução Haitiana (1791-1804), a Revolução Francesa de 1848 e a Guerra Civil e a Reconstrução nos Estados Unidos (1861-1877).

Alforriada durante a Revolução Haitiana, Rosalie e sua filha Élisabeth fugiram para Cuba em 1803. Poucos anos mais tarde, Élisabeth partiu para Nova Orleans, onde se casou com um carpinteiro, Jacques Tinchant. Na década de 1830, com a tensão contra as pessoas livres de cor aumentando, a família seguiu para a França. Gerações subsequentes de membros da família Tinchant lutaram no Exército da União durante a Guerra Civil Americana, defendendo a igualdade de direitos na Assembleia Constituinte do estado de Luisiana e criaram uma rede transatlântica de negócios com tabaco que transformou seu passado caribenho em uma vantagem comercial. No entanto, a fragilidade da liberdade e da segurança ficou clara quando, um século mais tarde, a bisneta de



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Rector
JOSÉ TADEU JORGE

Coordenador Geral da Universidade
ALVARO PENTEADO CRÓSTA



Conselho Editorial

Presidente
EDUARDO GUIMARÃES

ESDRAS RODRIGUES SILVA - GUITA GRIN DEBERT
JOÃO LUIZ DE CARVALHO PINTO E SILVA - LUIZ CARLOS DIAS
LUIZ FRANCISCO DIAS - MARCO AURÉLIO CREMASCO
RICARDO ANTUNES - SEDI HIRANO

*Rebecca J. Scott
Jean M. Hébrard*

Provas de liberdade
UMA ODISSEIA ATLÂNTICA
NA ERA DA EMANCIPAÇÃO

Tradução
Vera Joscelyne



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor
JOSÉ TADEU JORGE

Coordenador Geral da Universidade
ALVARO PENTEADO CRÓSTA



Conselho Editorial

Presidente
EDUARDO GUIMARÃES

ESDRAS RODRIGUES SILVA - GUITA GRIN DEBERT
JOÃO LUIZ DE CARVALHO PINTO E SILVA - LUIZ CARLOS DIAS
LUIZ FRANCISCO DIAS - MARCO AURÉLIO CREMASCO
RICARDO ANTUNES - SEDI HIRANO

*Rebecca J. Scott
Jean M. Hébrard*

Provas de liberdade
UMA ODISSEIA ATLÂNTICA
NA ERA DA EMANCIPAÇÃO

Tradução
Vera Joscelyn

EDUCAÇÃO

Grafiá atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990. Em vigor no Brasil a partir de 2009.

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

Sco85p Scott, Rebecca J. (Rebecca Jarvis), 1950-
Provas de liberdade: Uma odisséia atlântica na era da emancipação / Rebecca J. Scott,
Jean M. Hébrard; tradução: Vera Joscelyne - Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

1. Tinchant, Família. 2. Negros - Atlântico, Oceano, Região - Migração. 3. Negros - Atlântico, Oceano, Região - Condições sociais. 4. Negros - Atlântico, Oceano, Região - Biografia. 5. Escravos - Atlântico, Oceano, Região - Migração. 6. Escravos - Atlântico, Oceano, Região - Condições sociais. 7. Escravos - Atlântico, Oceano, Região - Biografia. 8. Fumo - Comércio. I. Hébrard, Jean M. (Jean Michel), 1944. II. Joscelyne, Vera Lúcia Mello. III. Título.

CDD	305.896
	301.45196
	920.93014493
	301.4493
	338.476797

ISBN 978-85-268-1069-3

Índices para catálogo sistemático:

1. Tinchant, Família	305.896
2. Negros - Atlântico, Oceano, Região - Migração	305.896
3. Negros - Atlântico, Oceano, Região - Condições sociais	301.45196
4. Negros - Atlântico, Oceano, Região - Biografia	920.93014493
5. Escravos - Atlântico, Oceano, Região - Migração	305.896
6. Escravos - Atlântico, Oceano, Região - Condições sociais	301.4493
7. Escravos - Atlântico, Oceano, Região - Biografia	920.93014493
8. Fumo - Comércio	338.476797

Copyright © by Rebecca J. Scott e Jean M. Hébrard
Copyright © by President and Fellows of Harvard College
Copyright © 2014 by Editora da Unicamp

Título original: *Freedom papers: an Atlantic odyssey in the age of emancipation*

Direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610 de 19.2.1998.
É proibida a reprodução total ou parcial sem autorização,
por escrito, dos detentores dos direitos.

Printed in Brazil.
Foi feito o depósito legal.

Direitos reservados à

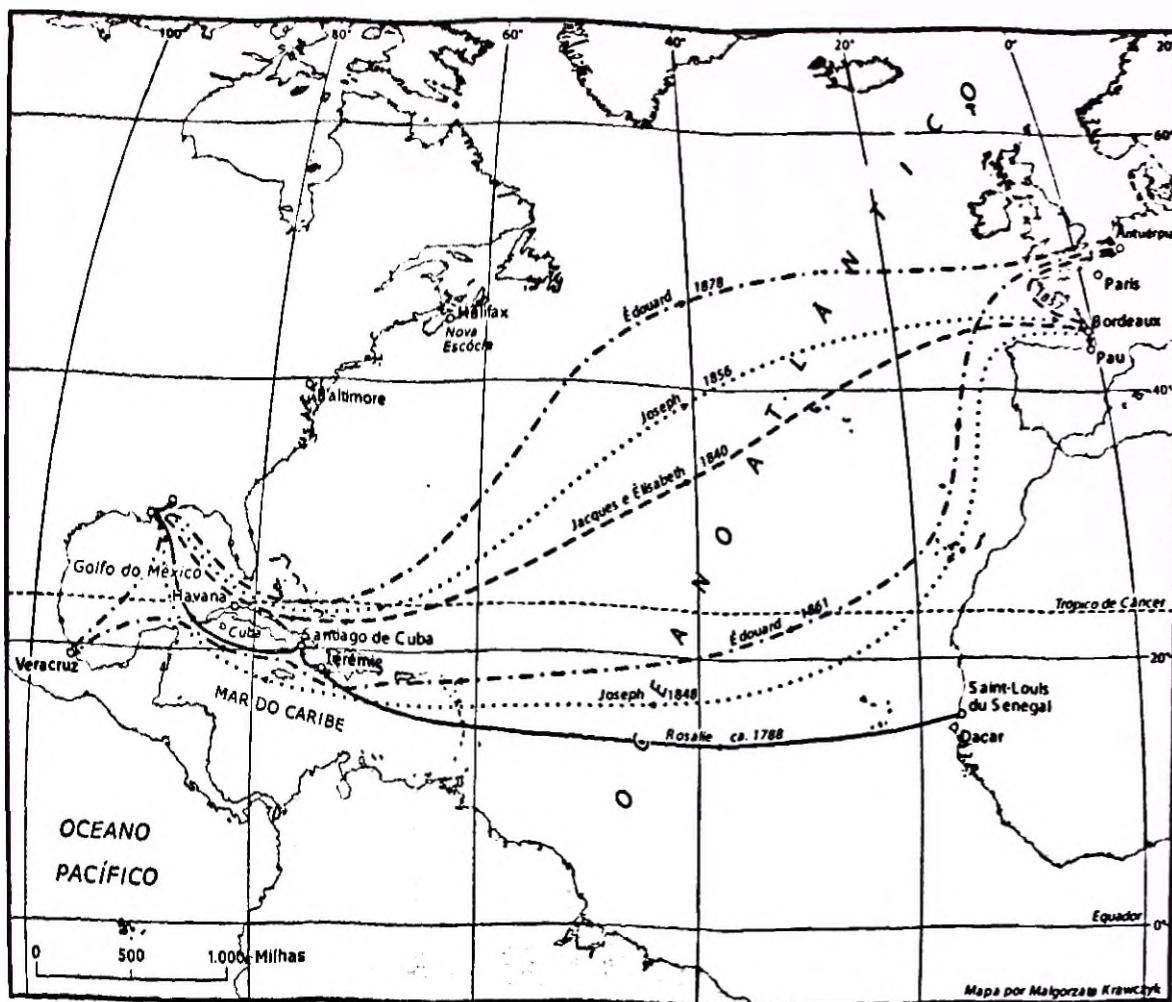
Editora da Unicamp
Rua Caio Graco Prado, 50 – Campus Unicamp
CEP 13083-892 – Campinas – SP – Brasil
Tel./Fax: (19) 3521-7718/7728
www.editora.unicamp.br – vendas@editora.unicamp.br

*Para nossos companheiros
Peter Railton e Martha Jones*

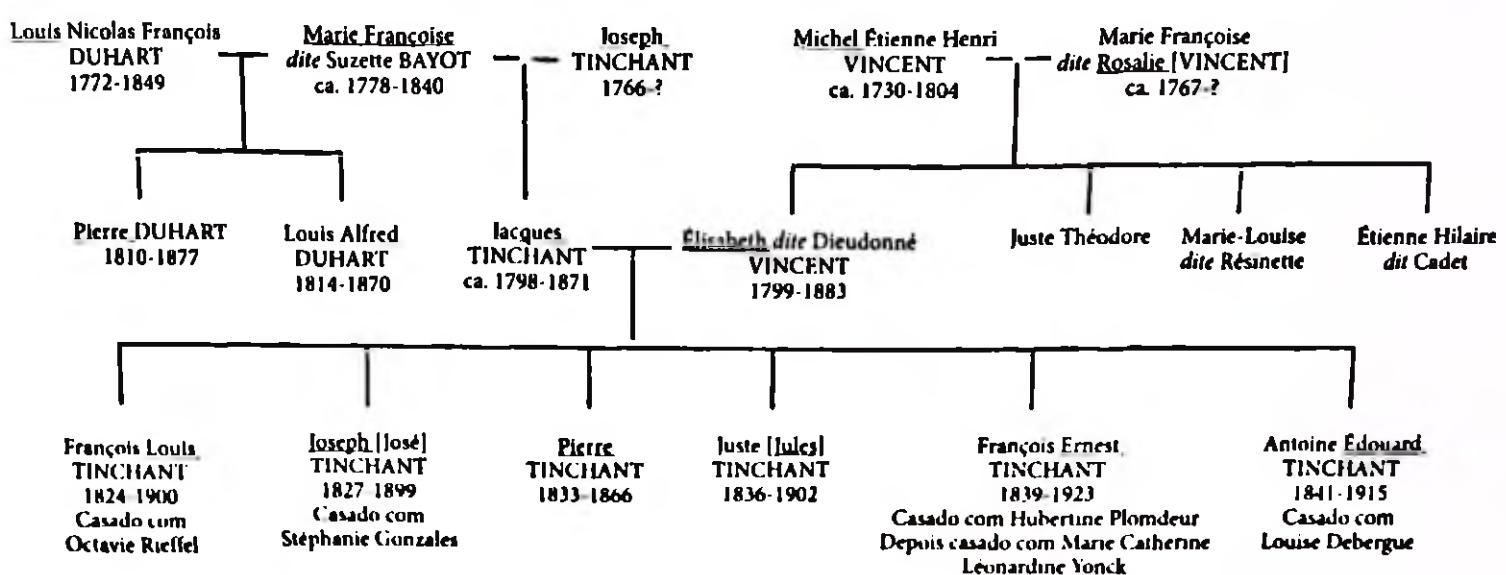


Sumário

<i>Abreviações</i>	11
<i>Prólogo: O fabricante de charutos escreve para o general</i>	15
1. "Rosalie, mulher negra de nação Poulard".....	21
2. "Rosalie... minha escrava".....	39
3. <i>A cidadã Rosalie</i>	73
4. <i>A travessia do Golfo</i>	97
5. <i>A terra dos direitos do homem</i>	121
6. <i>Joseph e seus irmãos</i>	141
7. "É preciso fazer com que o termo direitos públicos signifique alguma coisa".....	169
8. <i>Horizontes de comércio</i>	191
9. <i>Cidadãos para além da nação</i>	219
<i>Epílogo: "Por um motivo racial"</i>	235
<i>Agradecimentos e colaborações</i>	261
<i>Índice onomástico</i>	271
<i>Caderno de imagens</i>	277



Três gerações da família Vincent/Tinchant



Note: Os termos *dit* e *dite* (dito, dita) eram usados na linguagem francesa dos registros jurídicos para indicar um apelido ou pseudônimo. Usamos uma linha contínua (-) para denotar um casamento reconhecido pelo Estado, uma linha interrompida (---) para significar um relacionamento conjugal não reconhecido pelo Estado. Nomes pelos quais os indivíduos são identificados com maior frequência no texto estão sublinhados.

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

Abreviações

Arquivos

- AANO Archives of the Archdiocese of New Orleans, New Orleans
(Arquivos da arquidiocese de Nova Orleans, Nova Orleans)
- ADPA Archives départementales des Pyrénées-Atlantiques, Pau
(Arquivos departamentais dos Pirineus Atlânticos, Pau)
AC-Gan: Archives communales de Gan (Arquivos comunais de Gan)
- AGI Archivo General de Indias, Seville (Arquivo Geral das Índias, Sevilha)
- AGR Archives générales du Royaume, Bruxelles (Arquivos Gerais do Reino, Bruxelas)
MJ: Ministère de la Justice (Ministério da Justiça)
- ANC Archivo Nacional de Cuba (Arquivo Nacional de Cuba)
AP: Asuntos Políticos (Assuntos Políticos)
CCG: Correspondencia de los Capitanes Generales (Correspondência dos Capitães Generais)
FMG: Fondo Máximo Gómez (Fundo Máximo Gómez)
- ANS Archives nationales du Sénégal (Arquivos Nacionais do Senegal)
- ASVG Direction générale Victimes de la Guerre, Service archives et documentation, Bruxelles (Direção geral Vítimas da Guerra, Serviço de arquivos e documentação, Bruxelas)

- BL** Baker Library, Historical Collections, Harvard Business School (Biblioteca Baker, Coleções Históricas da Escola de Administração de Empresas)
R.G.Dun: R.G. Dun & Co. Collection (Coleção R. G. Dun & Cia)
- CADN** Centre des archives diplomatiques de Nantes (Centro dos arquivos diplomáticos de Nantes)
- CARAN** Centre d'accueil et de recherche des Archives nationales, Paris (Centro de acolhimento e pesquisa dos Arquivos nacionais, Paris)
Mi: Microfilm des Archives nationales (Microfilme dos Arquivos nacionais)
SOM: Séries Outre-mer (Série Além-mar)
- CEGES-SOMA** Centre d'études et de documentation Guerre et sociétés contemporaines, Studie-en Documentatiecentrum Oorlog en Hedendaagse, Maatschappij, Bruxelles (Centre de estudos e de documentação Guerra e sociedades contemporâneas, Bruxelas)
SRA: Services de renseignement et d'action (Serviço de informação e de ação)
- CO, NO** Conveyance Office, New Orleans (Cartório de registro de transmissão de propriedades, Nova Orleans)
COB: Conveyance Office Books (Registro de transmissão de propriedades)
- DGHR** Direction générale Human resources de l'armée belge, Quartier Reine Élisabeth, Bruxelles (Arquivos do Departamento de Relações Humanas do Exército da Bélgica, Quarteirão Rainha Élisabeth, Bruxelas)
- FA** FelixArchief, Antwerp (Arquivo Felix, Antuérpia)
MA: Modern Archief (Arquivo Moderno)
- MGR-SGB** Mahn-und Gedenkstätte Ravensbrück/Stiftung Brandenburgische Gedenkstätten, Ravensbrück (Memória e Memorial de Ravensbrück/Fundação do Memorial de Brandemburgo, Ravensbrück)

- MMA Mobile Municipal Archives, Mobile, Alabama (Arquivo Municipal de Mobile, Mobile, Alabama)
- NAUK National Archives of the United Kingdom, Kew (Arquivos Nacionais do Reino Unido, Kew)
CO: Colonial Office Records (Documentos da Secretaria Colonial)
T: Treasury Records (Documentos do Tesouro)
WO: War Office Records (Documentos da Secretaria da Guerra)
- NONARC New Orleans Notarial Archives Research Center (Centro de Pesquisa dos Arquivos Notariais de Nova Orleans)
- NOPL New Orleans Public Library (Biblioteca Pública de Nova Orleans)
CA: City Archives (Arquivos da Cidade)
LD: Louisiana Division (Divisão da Luisiana)
- RA Rijksarchief te Antwerpen, Antwerp (Arquivos do Estado de Antuérpia, Antuérpia)
- TFP Tinchant Family Papers (Documentos da Família Tinchant)
FC: Courtesy of Françoise Cousin (Cortesia de Françoise Cousin)
II: Courtesy of Isabelle Ivens (Cortesia de Isabelle Ivens)
MK: Courtesy of Michèle Kleijnen (Cortesia de Michèle Kleijnen)
MLVV: Courtesy of Marie-Louise Van Velsen (Cortesia de Marie-Louise Van Velsen)
PS: Courtesy of Philippe Struyf (Cortesia de Philippe Struyf)
- UFL University of Florida George A. Smathers Libraries, Gainesville (Biblioteca George A. Smathers da Universidade da Flórida, Gainesville)
JP: Jérémie Papers (Documentos de Jérémie)
SC: Special Collections (Coleções Especiais)
- UNO University of New Orleans, Earl K. Long Library (Universidade de Nova Orleans, Biblioteca Earl K. Long)
LSCD: Louisiana and Special Collections Department
- USNA United States National Archive (Arquivo Nacional dos Estados Unidos)

Outros

- AGH Association de généalogie d'Haiti (Associação de Genealogia do Haiti).
exp. expediente (arquivo)
fol. *folio*
leg. *legajo* (maço)
RG Record Group (Grupo de documentos)
sig. *signatura* (número de chamada)

Prólogo: *O fabricante de charutos escreve para o general*

Em 1899, a luta militar pela independência de Cuba do governo espanhol, que durara décadas, já havia terminado. O cenário, no entanto, não era o esperado pelos patriotas cubanos quando a guerra começara. Nos últimos meses do conflito, os Estados Unidos tinham intervindo e, conforme as tropas espanholas se retiravam da ilha, a autoridade foi transferida não para as figuras que comandaram a rebelião, mas para a ocupação militar norte-americana e o governo militar subsequente.

Durante todo o verão e o outono daquele ano, cubanos de todas as partes da ilha escreveram ao general Máximo Gómez, o respeitado líder que havia sobrevivido à luta, para lhe falar sobre as dificuldades enfrentadas naquela que eles imaginaram se tornaria uma Cuba livre e independente. Muitas vezes sem terra e sem trabalho ou recursos, veteranos comuns procuravam seu antigo comandante em busca de conselho e assistência. Em centenas de cartas, eles expressavam suas aspirações à cidadania em uma nova nação, aspirações que agora pareciam frustradas.

Uma carta, datada de setembro de 1899, escrita em inglês no papel timbrado de uma empresa, no entanto, vinha de uma fonte incomum e levava um pedido igualmente incomum. O autor não era cubano e sim um comerciante de charutos de Antuérpia chamado Édouard Tinchant. Ele se dirigiu ao general Gómez da seguinte forma:

Ardentemente solidário desde o princípio com a causa cubana, tenho sempre me orgulhado de ser um de seus mais sinceros admiradores.

Ficarei extremamente honrado se o senhor tiver a bondade de me autorizar a usar seu ilustre nome para a marca de um de meus melhores artigos, com seu retrato adornando as etiquetas, na forma da prova em anexo¹.

Na carta, Tinchant sugere que ele talvez "não fosse totalmente desconhecido a alguns dos sobreviventes da última luta", referindo-se aos 30 anos de desafios cubanos ao governo espanhol desde a Guerra dos Dez Anos (1868 a 1878). Explica, também, que tinha sido "um contribuinte constante e humilde para o Fundo para Cuba, e muitos são seus compatriotas, os cubanos, e seus seguidores a quem dei alguma ajuda". A esperança de Tinchant era que alguns dos colegas de Gómez, presumivelmente aqueles que tinham estado exilados em Nova Orleans na década de 1860, pudessem ainda "lembra-se de mim como um membro da Companhia C do Sexto Regimento de Voluntários da Luisiana, divisão Banks, em 1863; como representante do 6º Distrito da cidade de Nova Orleans, na Convenção Constitucional do estado da Luisiana em 1867-1868; e como um fabricante de charutos em Mobile, Alabama, de 1869 até 1877".

Falando de veterano para veterano, Tinchant estava dando a Gómez uma pista sobre sua própria política e identidade. O Sexto Regimento de Voluntários da Luisiana era uma unidade do exército da União recrutada durante a Guerra Civil entre os homens de cor livres ou recentemente libertados em Nova Orleans. A convenção de 1867-1868 da Luisiana tinha elaborado uma das Constituições estaduais mais radicais jamais vistas, começando com uma garantia enfática de que todos os cidadãos do estado, independentemente da cor, teriam os mesmos direitos "civis, políticos e públicos". Como era possível que um homem da Bélgica tivesse sido um soldado da União e um representante eleito para aquela assembleia?

Tinchant provavelmente suspeitava que Máximo Gómez iria se perguntar a mesma coisa e, por essa razão, ele já dava indicações para a resposta:

Nascido na França em 1841, sou descendente de haitianos já que tanto meu pai quanto minha mãe nasceram em Gonaïves no começo deste século. Tendo se estabelecido em Nova Orleans após a Revolução, meu pai, embora em circunstâncias modestas, partiu da Luisiana para a França com o único objetivo de criar seus seis filhos em um país em que nenhuma lei abominável ou preconceito ignorante pudesse impedir que eles se tornassem HOMENS.

Aqui, então, estava a questão crucial, uma evocação da Revolução Haitiana e um apelo implícito ao antirracismo que, Tinchant sabia, Gómez endossava, com ênfase particular em uma maturidade e masculinidade honradas.

A carta de Édouard Tinchant retratava um mundo atlântico em que várias lutas sobre raça e direitos estavam entrelaçadas, e no qual ideias e conceitos

Havana a acrescentar brilho àqueles que eram, muito provavelmente, charutos enrolados na Bélgica e não em Cuba?

Para ver se, ou como, o relato de Édouard pode ser coeso, podemos acompanhar o rastro do itinerário de sua família, usando os registros mantidos por padres, tabeliães, oficiais e recenseadores locais em Cuba, na Luisiana, no Haiti, na França, no México e na Bélgica. Surpreendentemente, esses registros acabam por nos levar a um período ainda mais antigo, para um lugar que a carta de Édouard Tinchant não mencionou: o vale médio do rio Senegal na África Ocidental, na época em que cativos africanos eram deportados para as Américas para serem vendidos como escravos.

O retrato que emerge é o de uma família com um compromisso obstinado: exigir dignidade e respeito. Além disso, membros de cada uma de suas gerações mostravam-se conscientes do papel crucial dos documentos para a reivindicação de seus direitos, e se organizavam para que esses documentos fossem produzidos — registros sacramentais quando levavam uma criança para ser batizada, registros notariais quando estabeleciam um contrato, cartas ao editor de jornal quando envolvidos em um debate público, correspondência privada quando transmitiam notícias entre eles próprios. Para muitos membros da família a nacionalidade individual e a cidadania formal não estavam claramente definidas, mas uma pessoa ainda podia disputar espaço colocando palavras no papel. Por exemplo, os documentos de alforria elaborados para proteger os membros das primeiras gerações da escravidão ou de uma nova escravização revelam-se criações de extrema complexidade, com um poder ao mesmo tempo mais frágil e mais real do que se poderia imaginar.

Uma odisséia familiar que começou com uma passagem da Senegâmbia para Saint-Domingue no final do século XVIII, continuou até Santiago de Cuba, Nova Orleans, Porto Príncipe, Pau, Paris, Antuérpia, Veracruz e Mobile, com várias viagens de volta à Luisiana e à Bélgica. A cada passo do caminho esses viajantes interpretavam e transmitiam para outros a trilha que a família tinha seguido, e enquadravam a viagem em termos que poderiam validar as escolhas que tinham feito e a posição social que esperavam obter. A

carta de Édouard Tinchant para Máximo Gómez foi um desses reenquadramentos, mas houve muitos outros.

Um lugar crucial para a história da família é a cidade de Nova Orleans. Em 1809, milhares de refugiados originalmente vindos da colônia franco-caribenha de Saint-Domingue — recentemente transformada na nação independente do Haiti — chegaram à Luisiana após terem sido expulsos de seu primeiro exílio em Cuba. Um desses refugiados era a mãe de Édouard Tinchant, Elisabeth Vincent. Portanto, embora Édouard Tinchant tenha ocultado alguns dos detalhes da história de sua vida para que esta se ajustasse a suas metas, ele era realmente de ascendência haitiana — embora não exatamente da maneira que sugeria. E foram os anos de sua mãe em Nova Orleans, durante os quais ela se casou com o homem chamado Jacques Tinchant, que deixaram os traços arquivísticos fundamentais para narrar a história dessa parte da família.

A história que se desenvolve é tanto pública quanto privada, pois Édouard Tinchant e seus antepassados e descendentes repetidamente buscavam driblar ou desafiar diferentes variantes do preconceito racial e da exclusão. Quando ele se apresentou em 1867-1868 para participar na elaboração da notável Constituição estadual da Luisiana, na época da Reconstrução, Édouard encorajava seus colegas a defender os direitos civis das mulheres, independentemente da cor, e a reconhecer uniões conjugais que não tinham sido formalizadas pelo matrimônio. Nesse esforço, vemos o reflexo de uma lembrança familiar dos obstáculos que tinham confrontado as gerações antes dele. Embora Édouard não tivesse como saber, sua insistência no direito ao casamento e sua rejeição ao estigma — descrevendo a si próprio como um homem de cor e um “filho da África” — também prefigurou os desafios com que alguns dos que vieram depois dele iriam se deparar.

Édouard Tinchant morreu exilado na Inglaterra, tendo trocado o sul dos Estados Unidos pela Bélgica em 1878, após o colapso da Reconstrução, e tendo fugido da Bélgica durante a invasão alemã na Primeira Guerra Mundial. A história que se inicia com a carta a Máximo Gómez poderia logicamente se concluir com o exílio de Édouard e sua morte em 1915. Mas em 1937 um artigo na imprensa britânica deu à sobrinha-neta belga de Édouard — Marie-José Tinchant — um momento de breve visibilidade pública na Inglaterra, no ano em que o desfecho da invasão da Etiópia por Mussolini e a formação do Eixo Roma-Berlim eram manchetes em todos os jornais. O episódio começou quando os pais do noivo belga de Marie-José contestaram os procedimentos preparatórios do casamento em um cartório de Londres. Entrevistada por um jornalista, Marie-José Tinchant explicou, “Não sou uma moça branca...

tenho cor, e os pais de André não querem sequer ouvir falar de nossa união". Mas ela insistiu: "Nós nos casaremos". O destino de Marie-José Tinchant após seu casamento e suas atividades subsequentes na resistência belga aos nazistas tornou-se assim um epílogo dramático para a odisseia de sua família².

Este livro é um experimento que pode ser caracterizado como de micro-história posta em movimento. Ele se apoia na convicção de que o estudo de um local ou evento cuidadosamente escolhido, examinado bem de perto, pode revelar dinâmicas que não estão visíveis através das lentes mais familiares de região e nação. Nesse caso, seguimos uma cadeia interconectada de eventos definidos pelo itinerário de uma família. É claro, não há nada "micro" no mundo atlântico do século XIX, mas mesmo nesse quadro tão amplo, a análise mais profunda pode surgir da intensa atenção ao particular.

Não reivindicamos qualquer tipicidade ou representatividade para a família Vincent/Tinchant. Nossa investigação é moldada, em vez disso, pelas vicissitudes de uma genealogia e um padrão de atividade que não poderíamos ter previsto. Começamos com um conjunto de pistas bastante específicas e enigmas interpretativos que surgiram de uma descoberta imprevista nos arquivos cubanos. Estes, por sua vez, nos levaram ao âmago do problema da liberdade e dos fenômenos de raça, racismo e antirracismo. A história dessa família se desenvolveu em uma narrativa de escolhas individuais e coletivas condicionadas pela escravidão, pela guerra e pela hierarquia social. Apesar disso, os membros dessa família abriram seu caminho com discernimento e habilidade através da era da emancipação, cujas complicações se tornam mais visíveis à medida que seguimos suas trilhas sinuosas. Essas vidas foram caracterizadas por um movimento contínuo de pessoas e de papéis através do Caribe, do Golfo do México e do próprio Atlântico. Os capítulos que se seguem normalmente começam com uma chegada e terminam com uma partida, refletindo fases diferentes dessa odisseia. A cada passo do caminho, ademais, alguém usou papel e tinta, ou fez com que outros usassem, construindo um arquivo de movimento e de memória.

Notas

¹ Édouard Tinchant para Máximo Gómez, 21 de setembro de 1899, sig. 3868/4161, leg. 30, Fondo Máximo Gómez, Archivo Nacional de Cuba.

² Veja "Wedding-Day Bid to Stop a Marriage", *Daily Express* (Londres), 10 de abril de 1937, 13, e "Fled to Wed Secretly in London", *Daily Mail* (Londres), 9 de abril de 1937, 11.

“Rosalie, mulher negra de nação Poulard”

Quando Édouard Tinchant, escrevendo ao general Máximo Gómez em 1899, referiu-se a si mesmo como “descendente de haitianos”, ele conectou sua própria história à era durante a qual seus pais tinham sentido as ondas de choque de três grandes revoluções — aquelas que fizeram surgir os Estados Unidos da América, a República francesa e a nação do Haiti. Quando falou de si mesmo como “um filho da África”, ele também assinalou o lugar de seus antepassados entre aqueles no Caribe cujo estatuto era o de escravos, ou cuja condição se equilibrava precariamente entre a escravidão e a liberdade¹.

Para vários homens e mulheres africanos trazidos como escravos para o Caribe, aquelas não tinham sido as primeiras revoluções que haviam encontrado. No vale do rio Senegal, na África Ocidental, na região chamada Fuuta Tooro, um setor da elite clerical islâmica havia dirigido um movimento que derrocara a aristocracia militar na metade da década de 1770 e trouxera forçosamente para o debate público a questão da legitimidade de vender seus conterrâneos muçulmanos como escravos para os europeus. O Almamy (ou imam) que governava Fuuta Tooro, depois daquela revolução, obrigou os franceses a assinar um tratado pelo qual concordaram em não mais transportar quaisquer de seus súditos para o comércio de escravos. Apesar disso, vizinhos e rivais que rejeitavam a autoridade do Almamy continuaram a atacar seu território e a capturar pessoas que seriam vendidas e deportadas para as Américas².

O povo de Fuuta Tooro, junto com outros que falavam a língua Pulaar, era chamado pelos franceses de “Foules” ou de “Poules”, termos que, nas Américas, muitas vezes se transformavam em “Poulard”. Quando as pessoas na colônia franco-caribenha de Saint-Domingue se referiram a uma cativa jovem como “Rosalie, negra de nação Poulard”, era sua origem em Senegâmbia que estava sendo sugerida. A trilha de papéis que liga Édouard Tinchant a essa mulher chamada Rosalie envolve dois documentos, cada um deles criado em um mo-

mento de luta e mais tarde depositado com autoridades locais na tentativa de obter um estatuto legal, ainda que frágil.

A fim de provar que ela poderia, de direito, adotar o sobrenome de seu pai apesar de ter nascido de pais não casados, a mãe de Édouard Tinchant, Élisabeth Dicudonné, foi a um tabelião público em Nova Orleans em 1835 com uma cópia de sua certidão de batismo. Segundo esse documento, ela tinha nascido em 1799 na colônia de Saint-Domingue, no meio da Revolução Haitiana. A mãe de Élisabeth era uma mulher negra livre cujo nome era Marie Françoise, mas que era chamada de Rosalie. Um francês, Michel Vincent, reconheceu no ato batismal que era o pai de Élisabeth. Tendo examinado o documento, o tabelião de Nova Orleans autorizou que Élisabeth adotassem o sobrenome Vincent e, como era prática normal, arquivou uma cópia do ato em seu volume encadernado de registros cartoriais para aquele ano³.

Os nomes de Michel Vincent e Rosalie aparecem uma segunda vez nos documentos que eles depositaram em 1804 com autoridades francesas em Santiago de Cuba. Eles fugiram para Cuba não como resultado da rebelião de escravos na planície ao norte de Saint-Domingue em 1791, mas, ao contrário, para escapar da guerra que se alastrou pelo campo em 1802, quando Napoleão Bonaparte enviou uma força expedicionária para tentar destruir o poder dos generais negros e pardos que governavam a colônia em nome da França, o primeiro entre eles sendo Toussaint Louverture. Em sua fuga, Michel e Rosalie levavam consigo uma carta de alforria que a identificava mais plenamente como "Marie Françoise, dita Rosalie, negra de nação Poulard". Juntos, esses documentos confirmam que a avó de Édouard Tinchant, Rosalie, era uma sobrevivente do cativeiro, da travessia da África Ocidental para o Caribe e da escravização⁴.

As palavras "de nação Poulard" são sugestivas, mas não são geográfica ou cronologicamente precisas. Na medida em que os capitães dos navios negreiros faziam suas aquisições no litoral da Senegâmbia, eles raramente categorizavam cativos individuais com alguma precisão. Para o comprador e o vendedor em um porto da África Ocidental, a troca de cativos por mercadorias era normalmente caracterizada por uma frase genérica como "jovens cativos, *pièces d'Inde* sem qualquer defeito". *Pièce d'Inde* era uma unidade baseada no valor de troca de uma peça de tecido estampado da Índia, o custo de um cativo saudável do sexo masculino entre as idades de 14 e 35 anos. Nomes individuais e etnicidade normalmente não eram registrados⁵.

Era, ao contrário, na chegada às Antilhas que os capitães dos navios começavam a se gabar das “nacionalidades” daqueles que iriam vender. O navio *La Valeur*, por exemplo, deixou o porto francês de Nantes dia 22 de junho de 1786 para Saint-Louis du Sénégal, onde, em fevereiro, embarcou cerca de 74 cativos. Dois meses mais tarde, as *Affiches Américaines* descreviam a carga do *La Valeur* oferecida à venda no porto de Cap-Français, Saint-Domingue, como “uma bela carga de negros de nações Yolof, Poulard e Bambara”⁶.

Em alguns casos, essas marcas “nacionais” eram simplesmente um indicador tosco mas eficaz dos portos africanos onde atracava o navio negreiro. A palavra “Senegal”, por exemplo, era muitas vezes usada para se referir genericamente àqueles comprados no porto de Saint-Louis du Sénégal, perto da foz do rio Senegal. Mas em muitos casos os vendedores usavam um rótulo que designava não só um local de aquisição mas também um local de origem, definindo um povo por referência a uma região, um grupo linguístico ou uma entidade política. Esse sistema de designação dependia de uma geografia europeia da África que era flexível e até certo ponto imaginária, e que atribuía características específicas a grupos particulares, que eram, por sua vez, associados a lugares imprecisamente definidos. Os capitães dos navios e os comerciantes muitas vezes usavam essas associações para descrever africanos em termos que poderiam evocar imagens favoráveis de habilidades, robustez, força, beleza ou afabilidade. O colono Moreau de Saint-Méry, por exemplo, se entusiasmava quando falava dos cativos a que se referia mais geralmente como “senegaleses”, evocando tanto o porto de Saint-Louis du Sénégal quanto o vale do rio Senegal mais amplamente. Esses eram escravos “superiores”, escrevia ele, “inteligentes, bondosos, leais, até no amor, agradecidos, excelentes empregados domésticos”⁷.

Moreau de Saint-Méry identificou um grupo de cativos intimamente relacionados com o termo “Poulard”, uma palavra que ele considerava uma deformação popular do nome próprio “Foule”. O termo “Foule”, que se originava do vernáculo “Pullo” (no plural, “Fulbe”), era usado pelos comerciantes, administradores e exploradores de língua francesa para se referir a um povo, muitos deles vaqueiros, que normalmente vivia no vale mediano do rio Senegal. Moreau distinguiu os Foules, por exemplo, dos Jolof (seu termo era “Yoloffes”) que dominavam o vale inferior bem como grande parte da área interior e litorânea mais para o sul⁸.

Em teoria essas designações se destinavam a identificar lugares de origem dos cativos, mas também refletiam o senso comum dos donos de escravos com relação a sua aparência: Moreau e outros acreditavam que os Poulards eram

caracteristicamente altos, magros e "acobreados"⁹. Etnógrafos e historiadores vêm adotando um uso mais amplo dos termos modernos "Peul", "Fulani" ou "Fulbe", distinguindo entre muitas das populações hoje extremamente dispersas que podem falar variantes da língua chamada Pulaar. Os estudiosos geralmente evitam a atribuição de elementos culturais atemporais e características físicas específicas ao grupo, concentrando-se em vez disso na variabilidade linguística, cultural e econômica entre aqueles que migraram em momentos diferentes, e nas transformações que ocorreram à medida que eles entraram em contato com outros grupos¹⁰.

No entanto, para os comerciantes e fazendeiros do século XVIII que atribuíam "nações" àqueles que constituíam os carregamentos humanos que procuravam vender ou comprar essas sutilizações só eram vistas raramente. Em Saint-Domingue o rótulo "Poulard" parece simplesmente ter implicado um tom positivo, significando um grupo em que se esperava que os homens fossem bons para lidar com os animais e as mulheres caracterizadas por suas habilidades domésticas e por sua beleza. É claro, para aqueles assim rotulados é possível que também correspondesse a algum grau de história e língua compartilhadas¹¹.

Embora uma proporção significativa dos cativos durante os primeiros anos do comércio para Saint-Domingue tivessem vindo da Senegâmbia, aqueles denominados Poulard eram superados por outros designados Bambara, Senegal, Soso e Mandingo. A relativa raridade da designação "Poulard" torna provável que, quando variantes da frase "Rosalie de nação Poulard" foram usadas nos registros do distrito de Jérémie em Saint-Domingue para identificar uma mulher relativamente jovem, elas realmente se referissem à mesma pessoa¹².

A designação "de nação Poulard" pode ter sido reforçada pela própria Rosalie. Chamar-se a si mesma de membro da nação Poulard poderia, no final do século XVIII, já ser um ato politicamente ressonante. Os franceses que controlavam a ilha de Saint-Louis du Sénegal estavam envolvidos em um conflito com um novo regime no vale central, cujas políticas levantavam obstáculos à deportação de cativos muçulmanos para o comércio atlântico. Rumores tinham chegado à França e à Inglaterra metropolitanas de que havia uma política entre os Poules agora governados por um homem chamado o Almamy que reivindicava o direito de bloquear a passagem dos mercadores de escravos por seu território. O ativista inglês antiescravista Thomas Clarkson, após ter entrevistado um médico francês que tinha viajado pela região, escre-

veu elogiando aquilo que ele considerou as ações diretas contra o comércio escravista, contrastando-as com as hesitações dos governantes europeus¹³.

Um aventureiro francês, M. Saugnier, que tinha abandonado a vida de dono de mercearia para tentar sua sorte como comerciante de escravos na África, nos deu um relato meticoloso de sua viagem pelo rio Senegal em 1785 — quase um anúncio publicitário para aqueles que pudessem desejar seguir seus passos. Ao descrever a nação dos Poules como terras que se estendiam desde a cidade de Podor na parte alta do rio até Matam, uma aldeia fortificada ocupada tanto pelos Poules quanto pelos Saltinguets, Saugnier deu a seus leitores uma descrição acrimoniosa que refletia sua própria frustração como comerciante de escravos diante da falta de cooperação de seus líderes, particularmente o clérigo chamado Abdulkaadir Kan: "Embora a nação Poule habite uma das partes mais bonitas da África, essa área, no entanto, é extremamente miserável [...] Eles são governados por um chefe de sua religião — uma mistura execrável de maometismo e paganismo — chamado o Almamy"¹⁴.

Abdulkaadir Kan era um líder muçulmano muito culto que tinha se juntado a um movimento que denunciava a lassidão religiosa e as razias em que eram capturados para o tráfico atlântico até mesmo os dependentes dos clérigos mais respeitados. Depois de sua vitória naquilo que veio a ser conhecido como a Revolução de Toorobe, Abdulkaadir Kan adotou o título de Almamy e governou a área designada como Fuuta Tooro, que se estendia por centenas de quilômetros ao longo do rio e através da faixa estreita de terras ricas às suas margens¹⁵. Os súditos do Almamy geralmente falavam ou aprendiam a falar a língua Pulaar, e aqueles que ainda não eram muçulmanos se convertiam ao Islã. Para os comerciantes e administradores franceses na ilha de Saint-Louis, essas pessoas — de quem eles dependiam tanto para suas provisões alimentícias como para uma travessia segura pelo rio — seriam conhecidos como os "negros Poules do país de Tooro", ou simplesmente como os Poules¹⁶.

Historicamente as pessoas do vale central há muito vinham participando de ataques e batalhas em que capturavam homens, mulheres ou crianças que, por sua vez, podiam ou ser resgatados por suas comunidades de origem ou ser vendidos como escravos no comércio doméstico, transaariano ou do Atlântico. O Almamy introduziu uma nova política, baseada em uma leitura mais exigente do Corão, e proibiu a venda de muçulmanos para o comércio do Atlântico. Embora a escravidão doméstica continuasse a ser praticada em seus domínios, em 1785 ele já conseguiu impor um tratado aos franceses que os proibia de adquirir cativos em seu território. O controle que o Almamy tinha sobre um segmento importante do rio possibilitava que ele inspecionasse os

comboios e não permitisse que cativos que considerava como seus súditos fossem vendidos aos comerciantes na ilha de Saint-Louis que forneciam escravos aos europeus. Dadas as dificuldades de navegar por aquele rio, e a vulnerabilidade do comboio durante a longa viagem, os comerciantes não tinham muita escolha a não ser obedecer à proibição¹⁷.

Após a ascensão de Abdulkadir Kan ao poder, passou a ser menos provável que os habitantes de Fuuta Tooro fossem transportados para as Américas como escravos. Havia, no entanto, outras trilhas para o cativeiro, mesmo durante o período em que vigorou o tratado entre o Almamy e os franceses. Mudanças de rumo nas guerras de expansão do Almamy colocavam cativos nas mãos de seus vizinhos; seus rivais não hesitavam em tentar incursões em seu território; e ele próprio podia usar a venda como um meio de controle interno. Grupos armados de vários tipos invadiam Fuuta em busca de prisioneiros, com o objetivo de vendê-los para os europeus em Saint-Louis, Gorée, ou em outros lugares. Se não fossem resgatados a tempo, homens e mulheres de língua Pulaar entre esses prisioneiros acabavam assim no comércio escravista de longa distância¹⁸.

O comerciante Saugnier deu a seus leitores franceses um retrato de uma sequência de eventos que poderia levar a esse cativeiro. Ao descrever o povo que ele chamava de Saltinguets, o autor escreveu:

Eles são comandados por um príncipe que por direito de nascimento deveria ter sido o rei dos Poules; mas os sacerdotes que o roubaram o perseguiram para que saísse de sua terra. Esse príncipe é corajoso e faz incursões frequentes nas terras dos Poules e vende todos seus prisioneiros para seus vizinhos, os mouros, que os levam para (Saint-Louis du) Sénegal¹⁹.

Com efeito, a proteção do Almamy só era eficiente onde e quando ele pudesse impor sua vontade, e havia um grande número de rivais ansiosos para driblar seus escrúpulos de ver seu povo vendido ao comércio do Atlântico.

A designação de Rosalie, uma mulher africana escravizada em Saint-Domingue, como sendo “de nação Poulard”, quase que certamente significa que ela falava — ou em um determinado momento tinha falado — a língua Pulaar. Muito provavelmente também significava que ela teria sido feita prisioneira em alguma parte do vale do rio Senegal ou perto dali, inclusive em Fuuta Tooro, apesar da proteção formal oferecida pelo Almamy Abdulkadir Kan. Essa designação pode também ter assinalado alguma experiência com textos escritos. Embora a região estivesse sujeita à disruptão pela guerra, os

seguidores do Almamy em Fuuta Tooro davam muito valor ao aprendizado, à linguagem e a colocar palavras no papel. Acreditavam amplamente, por exemplo, que versos escritos preparados como amuletos tinham o poder de protegê-los²⁰.

As palavras “de nação Poulard”, além disso, foram inscritas no papel ao lado do nome de Rosalie em 1803 por Michel Vincent, o francês com quem ela viveu por vários anos e teve filhos. O objetivo do documento em questão não era aumentar o valor monetário de Rosalie, mas sim identificá-la bastante especificamente a fim de confirmar seu estatuto de pessoa livre. É possível que o termo “Poulard” fosse uma designação que seus vizinhos reconheciam e que ela própria reivindicava com orgulho. Alguns podem ter percebido que isso a conectava com uma nação cujo líder atuava para proteger seus súditos do comércio do Atlântico e cujo povo resgatava prisioneiros sempre que podia. Por outro lado *nation Poulard* também era um rótulo imposto pelos comerciantes de escravos e refletia a linguagem com a qual ela seria designada durante sua primeira venda na colônia²¹.

A idade de Rosalie, como indicada em um ato de venda posterior, sugere uma data de nascimento aproximada em 1767, portanto ela teria sido ainda menina durante a revolução em Fuuta Tooro. Sua travessia atlântica provavelmente ocorreu na década de 1780 ou bem no começo da década de 1790. O porto mais provável de seu embarque foi Saint-Louis du Sénégal, onde comerciantes agrupavam prisioneiros tanto do rio Senegal quanto dos sertões sene-gambianos e os encaminhavam para as colônias franco-caribenhais e para outros lugares. Muitos cativos eram levados em navios franceses da África Ocidental para o Caribe durante a década de 1780, mas a maioria dos comerciantes de escravos já não ousava desembarcar em Saint-Domingue após a dramática rebelião de escravos no norte daquela colônia em 1791²².

Saint-Louis du Sénégal era, ele próprio, um local totalmente atlântico, uma ilha estreita ao longo do litoral da África Ocidental em que administradores, comerciantes, marinheiros, trabalhadores livres ou escravos coexistiam sob um frágil governo colonial francês. A localização era tanto perfeita quanto precária, pois a ilha estava situada no rio Senegal cerca de 29 quilômetros rio acima, distante da foz, tendo o território dos Maures (mouros) ao norte, o dos Kajor e Jolof ao sul, os Waalo ao leste e Fuuta Tooro e Galam que se podia alcançar por barco subindo o rio. Os portugueses tinham desembarcado na foz do rio Senegal em meados do século XV, e em 1659 um agente da Companhie française du Cap-Vert et du Sénégal (Companhia Francesa do Cabo Verde e do Senegal) tinha construído um forte na ilha²³.

A localização estratégica de Saint-Louis muitas vezes era uma tentação para que as potências europeias rivais entrassem sem permissão. Interessados por acesso ao rio, os ingleses capturaram e mantiveram a cidade por uns poucos meses em 1693 e depois, uma vez mais, durante alguns anos após 1758. Embora o controle real da população heterogênea e do comércio variado da pequena ilha não necessariamente exigisse declarações de soberania formais europeias, o Tratado de Paris de 1763 conferiu autoridade sobre a região aos ingleses. Durante o período de ocupação da ilha pelos ingleses, os nascidos no local, geralmente de ascendência mista, chamados de *habitants*, exerceram um grau substancial de autonomia prática. Um tratado posterior de 1783 reinstituiu o controle francês, mas os *habitants* estavam ansiosos para manter a liberdade de ação que tinham adquirido, inclusive um papel significativo no comércio ribeirinho. No entanto, grande parte do vale central do rio Senegal já estava a essa altura sob a autoridade do Almamy Abdulkadir Kan, fazendo com que o acesso ao comércio fosse, em grande medida, uma questão a ser negociada²⁴.

Nos anos que se seguiram, comboios de barcos e barcaças, a maioria pertencente aos *habitants*, subiam o rio até uma série de entrepostos (*escales*) ao longo das margens, trocando tecidos, papel, álcool e outras mercadorias por marfim, goma arábica, milhete (milho miúdo) e prisioneiros. Na cheia, entre junho e setembro, o rio era navegável até a terra de Galam, e alcançava a região em que hoje estão Mali, Mauritânia e Senegal; nos entrepostos pelo caminho os comerciantes vendiam prisioneiros capturados em áreas ainda mais interioranas. Ao terminar a comercialização, o comboio voltava, descendo o rio com mercadorias e cativos. Sob o tratado assinado pelos franceses em 1785, no entanto, representantes do Almamy de Fuuta Tooro podiam inspecionar os passageiros, libertando cativos que eles consideravam terem sido escravizados ilegalmente²⁵.

A chegada do comboio de volta a Saint-Louis era uma ocasião importante. Famílias voltavam a se reunir, dívidas eram pagas, mortes eram relatadas, cativos eram vendidos. Durante todo o ano os residentes de Saint-Louis faziam empréstimos e com frequência prometiam pagá-los em *pièces d'Inde* quando o comboio voltasse. Agora era a hora do ajuste de contas. Para os que não podiam pagar suas dívidas, seriam realizados processos diante do *grefe*, o escritório do governador, considerado a "única autoridade judicial" na ilha. Para os próprios cativos esse era o momento da transferência ou para a escravidão doméstica na ilha, ou para depósitos temporários onde ficariam à espera da estação do comércio atlântico, ou diretamente para navios parados próximo ao porto²⁶.

Muito mais do que um simples ponto de transbordo, Saint-Louis du Sénégal há muito tempo já era uma sociedade própria — uma clássica feitoria africana ocidental, mas também um local de encontro e intercâmbio. Um pequeno número de homens europeus, geralmente vivendo em uniões costumeiras com mulheres locais conhecidas como *signares*, tinha desde o começo estabelecido redes de relacionamento a fim de levar a cabo o comércio de mercadorias e pessoas a partir do continente. No final do século XVIII, grande parte do comércio da ilha já estava nas mãos das *signares* e seus descendentes. Os registros do *greffe* de Saint-Louis contêm inúmeros contratos e transações anotados em francês em nome de mulheres cujos apelidos refletem uma ascendência africana e mista. O número total de homens franceses na ilha era pequeno e a maioria trabalhava diretamente para o governo colonial. Algumas atividades comerciais, no entanto, estavam reservadas aos representantes da Companhia do Senegal, que era reconhecida oficialmente²⁷.

Muitos residentes de Saint-Louis tinham escravos para seu próprio uso e geralmente os mantinham bem longe dos cativos destinados ao comércio atlântico. A mão de obra desses homens e mulheres escravizados — estimados em mais de 2 mil pessoas — era usada na ilha na produção domiciliar, no transporte, nos afazeres domésticos, e tanto homens quanto mulheres podiam também ser alugados para uma renda imediata. Escravos qualificados, conhecidos como *laptots*, eram essenciais para os comboios anuais que subiam o rio, que permaneciam em grande medida nas mãos dos *habitants* sediados na ilha, operando sob a proteção de forças francesas durante a viagem. A "riqueza em pessoas", medida pelo número de escravos que pertenciam alguém, era, em Saint-Louis como em outras partes do litoral da África Ocidental, um elemento fundamental de posição social assim como uma fonte de renda e mão de obra²⁸.

Os donos de escravos de Saint-Louis podiam também adaptar os procedimentos franceses para acomodar os ideais tradicionais africanos ocidentais de caridade, proteção e clientelismo. A alforria de escravos preferidos registrada pelo escrivão do *greffe* passou a ser um ato público de caridade, comum principalmente entre mulheres. Por solicitação destas, o escrivão muitas vezes incluía uma exigência de que o beneficiário da liberdade assim concedida reconhecesse a antiga senhora como sua "benfeitora". A libertação do menino de 13 anos chamado Bouccari-Samba por uma mulher designada como Signare Comba-Poule, por exemplo, parece um assunto doméstico, formalizado para se enquadrar às normas francesas da prática administrativa e jurídica²⁹.

"por si próprios" o governador francês Blanchot ordenou que as vendas só poderiam ser realizadas sob a supervisão do *maître de langue*, um interme-diário autorizado³⁰.

Os donos de escravos em Saint-Louis geralmente mantinham uma clara distinção entre aqueles que eram seus próprios *esclaves de case* ou *esclaves de tapade* (escravos domésticos) e permaneceriam nessa posição e aqueles que estavam em trânsito e iriam para o comércio do Atlântico. Escravos mantidos no domicílio eram muitas vezes reconhecidos como tendo nomes e famílias individuais. No inventário do espólio de Marianne Fleury, por exemplo, os escravos que lhe pertenciam foram mencionados pelos peritos como indivíduos com nomes em grupos designados como famílias — tais como Timac, marinheiro, com 55 anos, e seus dois filhos com 15 e 13 anos, um deles carpinteiro e o outro pedreiro — e foram mantidos juntos (pelo menos no papel) no decorrer da divisão da propriedade. A ameaça de deportação pelo comércio do Atlântico, no entanto, acompanhava mesmo aqueles que viviam nos domicílios, e os registros do *greffe* confirmam que indivíduos acusados de crimes poderiam perder sua condição de protegidos e serem vendidos a um comerciante que iria para as Américas³¹.

Para aqueles destinados ao comércio atlântico, ao contrário do que ocorreu com Timac e seus filhos, uma privação de seus nomes assinalava uma ruptura com suas vidas passadas. Não havia sequer a formalidade de um batismo grupal e a designação de um novo nome. Quando a mulher mais tarde chamada de Rosalie chegou às mãos de um dos comerciantes de Saint-Louis, não há qualquer dúvida de que ela foi registrada no papel não como um indivíduo, e sim como uma mercadoria medida em *pièces d'Inde*³².

Os registros mantidos pelos escrivães no final do século XVIII e começo do século XIX em Saint-Louis contêm muitos vestígios dos mercadores franceses e também dos *habitants* que acumulavam cativos para serem vendidos aos comerciantes do Atlântico. Um dos mais conspícuos entre eles era um habitante chamado Paul Bénis, às vezes de Monsieur Paul, que comprava e

vendia prisioneiros e goma arábica para a Companhia e para outros. É possível acompanhar seu rastro documental nos contratos e documentos de venda sobreviventes, já que ele comprava terra e prédios, fazia empréstimos e negociava com os europeus que chegavam e partiam da ilha. Bénis também equipava navios para a viagem rio acima até Galam e depois abrigava os *captifs* sem nome em suas propriedades em Saint-Louis³³.

Quando chegava a estação das travessias do Atlântico, os navios envolvidos na arriscada busca de lucro no comércio da África Ocidental chegavam de Nantes, La Rochelle, Filadélfia e outros portos do Atlântico. A princípio os navios ficavam no alto-mar, mais além da linha assustadora da arrebentação ao longo da costa, enquanto os capitães decidiam qual seria a melhor maneira de realizar sua tarefa. Às vezes permaneciam fora da barra de areia que protegia a ilha e transferiam pessoas e a carga dos navios para terra firme e vice-versa nas longas canoas manobradas por remadores africanos. Uma estratégia alternativa era fazer com que o navio tentasse seguir o canal pelo meio da barra. Esse era um processo angustiante, transmitido de modo vívido nos posteriores depoimentos formais escritos por capitães de navios sobreviventes que não tinham tido sucesso em suas tentativas³⁴.

Mesmo um capitão qualificado que levasse um piloto experiente a bordo corria um risco substancial ao tentar atravessar a barra. Se um navio carregado exigisse uma profundidade mínima de 3 metros para navegar, por exemplo, e a água sobre a barra de areia naquele dia chegasse apenas a 2,6 metros, parte da carga teria que ser descarregada primeiramente em um barco alugado da cidade — com o consequente risco de danos. Depois chegava a hora de içar as velas, ganhar velocidade e tentar atravessar a própria barra. Se o vento estivesse muito fraco e a corrente muito forte, seria simplesmente impossível concluir a travessia. Se os cálculos estivessem errados e as ondas muito altas, todos ouviriam o terrível som dilacerante do casco batendo contra a areia. Preso na barra no final de julho de 1804, o capitão da escuna sueca chamada (apropriadamente) *Speculation* observava "enquanto os nativos do continente" se juntavam para ver sua embarcação impotente. À perda da carga para as ondas se juntava agora o risco de pilhagem³⁵.

Para cativos como Rosalie, que estavam sendo levados na viagem de volta, variações do mesmo drama ocorriam em ordem contrária. Uma descrição particularmente vívida é a de uma viagem feita pelo bergantim *Fly* de Filadélfia. O *Fly* teve uma chegada difícil, mas ancorou com segurança diante da "cidade da ilha de Senegal e atracou no cais do Senhor Valentin" no dia 3 de abril de 1805. Oito semanas mais tarde o *Fly* estava pronto para começar sua

Além das complexidades envolvendo o comércio no Atlântico, as transações relacionadas com cativos vendidos no mercado local podiam ser politicamente tensas, já que os líderes dos estados africanos continentais tinham tanto princípios quanto interesses em jogo com relação ao que ocorria na ilha. Em um episódio, um escravo que pertencia ao Damel de Kajor conseguiu chegar até Saint-Louis, embriagou-se e "vendeu a si próprio" no mercado, presumivelmente guardando para si o produto da venda e provocando o protesto do Damel. Em um esforço para fazer cessar essas vendas de escravos "por si próprios" o governador francês Blanchot ordenou que as vendas só poderiam ser realizadas sob a supervisão do *maitre de langue*, um intermediário autorizado³⁰.

Os donos de escravos em Saint-Louis geralmente mantinham uma clara distinção entre aqueles que eram seus próprios *esclaves de case* ou *esclaves de tapade* (escravos domésticos) e permaneciam nessa posição e aqueles que estavam em trânsito e iriam para o comércio do Atlântico. Escravos mantidos no domicílio eram muitas vezes reconhecidos como tendo nomes e famílias individuais. No inventário do espólio de Marianne Fleury, por exemplo, os escravos que lhe pertenciam foram mencionados pelos peritos como indivíduos com nomes em grupos designados como famílias — tais como Timac, marinheiro, com 55 anos, e seus dois filhos com 15 e 13 anos, um deles carpinteiro e o outro pedreiro — e foram mantidos juntos (pelo menos no papel) no decorrer da divisão da propriedade. A ameaça de deportação pelo comércio do Atlântico, no entanto, acompanhava mesmo aqueles que viviam nos domicílios, e os registros do *greffe* confirmam que indivíduos acusados de crimes poderiam perder sua condição de protegidos e serem vendidos a um comerciante que iria para as Américas³¹.

Para aqueles destinados ao comércio atlântico, ao contrário do que ocorria com Timac e seus filhos, uma privação de seus nomes assinalava uma ruptura com suas vidas passadas. Não havia sequer a formalidade de um batismo grupal e a designação de um novo nome. Quando a mulher mais tarde chamada de Rosalie chegou às mãos de um dos comerciantes de Saint-Louis, não há qualquer dúvida de que ela foi registrada no papel não como um indivíduo, e sim como uma mercadoria medida em *pièces d'Inde*³².

Os registros mantidos pelos escrivães no final do século XVIII e começo do século XIX em Saint-Louis contêm muitos vestígios dos mercadores franceses e também dos *habitants* que acumulavam cativos para serem vendidos aos comerciantes do Atlântico. Um dos mais conspicuos entre eles era um habitante chamado Paul Bénis, às vezes de Monsieur Paul, que comprava c

vendia prisioneiros e goma arábica para a Companhia e para outros. É possível acompanhar seu rastro documental nos contratos e documentos de venda sobreviventes, já que ele comprava terra e prédios, fazia empréstimos e negocia com os europeus que chegavam e partiam da ilha. Bénis também equipava navios para a viagem rio acima até Galam e depois abrigava os *captifs* sem nome em suas propriedades em Saint-Louis³³.

Quando chegava a estação das travessias do Atlântico, os navios envolvidos na arriscada busca de lucro no comércio da África Ocidental chegavam de Nantes, La Rochelle, Filadélfia e outros portos do Atlântico. A princípio os navios ficavam no alto-mar, mais além da linha assustadora da arrebentação ao longo da costa, enquanto os capitães decidiam qual seria a melhor maneira de realizar sua tarefa. Às vezes permaneciam fora da barra de areia que protegia a ilha e transferiam pessoas e a carga dos navios para terra firme e vice-versa nas longas canoas manobradas por remadores africanos. Uma estratégia alternativa era fazer com que o navio tentasse seguir o canal pelo meio da barra. Esse era um processo angustiante, transmitido de modo vívido nos posteriores depoimentos formais escritos por capitães de navios sobreviventes que não tinham tido sucesso em suas tentativas³⁴.

Mesmo um capitão qualificado que levasse um piloto experiente a bordo corria um risco substancial ao tentar atravessar a barra. Se um navio carregado exigisse uma profundidade mínima de 3 metros para navegar, por exemplo, e a água sobre a barra de areia naquele dia chegassem apenas a 2,6 metros, parte da carga teria que ser descartada primeiramente em um barco alugado da cidade — com o consequente risco de danos. Depois chegava a hora de içar as velas, ganhar velocidade e tentar atravessar a própria barra. Se o vento estivesse muito fraco e a corrente muito forte, seria simplesmente impossível concluir a travessia. Se os cálculos estivessem errados e as ondas muito altas, todos ouviriam o terrível som dilacerante do casco batendo contra a areia. Preso na barra no final de julho de 1804, o capitão da escuna sueca chamada (apropriadamente) *Speculation* observava “enquanto os nativos do continente” se juntavam para ver sua embarcação impotente. À perda da carga para as ondas se juntava agora o risco de pilhagem³⁵.

Para cativos como Rosalie, que estavam sendo levados na viagem de volta, variações do mesmo drama ocorriam em ordem contrária. Uma descrição particularmente vívida é a de uma viagem feita pelo bergantim *Fly* de Filadélfia. O *Fly* teve uma chegada difícil, mas ancorou com segurança diante da “cidade da ilha de Senegal e atracou no cais do Senhor Valentin” no dia 3 de abril de 1805. Oito semanas mais tarde o *Fly* estava pronto para começar sua

viagem de volta pelo Atlântico. Às 7 da manhã do dia 4 de julho, eles embarcaram um piloto local, desatracaram "e velejaram rio abaixo; às 11 horas, cerca de 10 quilômetros abaixo de Saint-Louis, o navio emparelhou com o barco patrulha... o Agente atracou a contrabordo com outro barco cheio de escravos". O navio permaneceu naquele local por cinco dias e "embarcaram milhete para os escravos". A seguir o *Fly* navegou rio abaixo e ancorou a cerca de 4 quilômetros da barra³⁶.

O piloto e o imediato saíram para verificar a profundidade da água sobre a barra e marcar o canal com boias. Mas, quando o bergantim começou a atravessar, o vento subitamente mudou de direção e, "presas no vento do noroeste", as velas foram atingidas de frente. Isso significava catástrofe. "Já sobre o banco de areia o navio tombou para um lado e golpeava contra as ondas." Os tripulantes não tinham outra escolha a não ser encontrar um caminho para "a água mansa, na direção do litoral africano" enquanto "parte da tripulação e muitos dos cativos estavam ocupados em se livrar dos barris de água armazenados no porão, e em arremessar sal ao mar para tornar o navio mais leve, e ao mesmo tempo bombeando a água do mar que estava entrando"³⁷.

O capitão agora tinha de fazer um conjunto de cálculos rápidos de lucros, prioridades e vidas. Enquanto o navio lançava um sinal de socorro, o barco piloto levou dezesseis ou vinte escravos para "o bergantim *New York* que estava a uns 3 quilômetros da barra". Quando a barca do governador veio para socorrer a tripulação que ainda estava no navio, o capitão começou a transferir escravos, o médico e passageiros para o barco piloto e para outra embarcação pequena. Mas quando os pequenos barcos começaram a subir o rio foram atacados por "nativos" do continente e

foram obrigados a remar novamente para perto do bergantim, para que os canhões do bergantim pudesse protegê-los e eles não fossem capturados pelos africanos, mas, por chegarem muito próximos às ondas, as velas dos dois barcos se estufaram com o vento e eles capotaram [...] E um número de escravos se afogou, ao mesmo tempo.

Depois as coisas pioraram ainda mais. "Descobrimos que a embarcação estava tão destruída que fomos obrigados a cortar o mastro de proa a fim de impedir que o navio se despedaçasse." As ondas quebravam sobre o convés, na proa e na popa. A tripulação subiu todos os escravos homens para o convés e se esforçou para livrá-los dos grilhões. Enquanto isso, atiravam com os grandes canhões e as armas pequenas durante a noite "para evitar que os africanos nos abordassem". O cálculo final foi dramático: "o imediato e 7 marinheiros e 13

escravos homens permaneceram a bordo". Então, ao meio-dia, um bote do navio de guarda chegou pela segunda vez e resgatou "o imediato e o resto da tripulação com alguma bagagem". Esse foi o último esforço de salvamento. Os "13 escravos homens" que poderiam ou não ainda estar acorrentados foram aparentemente deixados a bordo enquanto o navio se despedaçava. Em seu depoimento, o capitão relatou que, dos 70 escravos originalmente embarcados no *Fly*, só 24 sobreviveram³⁸.

A própria viagem de Rosalie pode ter ocorrido em um navio francês ou britânico; não temos como saber o seu nome. Mas sabemos que cada partida de um navio de Saint-Louis significava desafios múltiplos para o capitão e sua tripulação, e terrores múltiplos para os cativos — de coerção, de abandono ou de ser abandonado, da linha montanhosa das ondas e do risco de se afogarem. Além disso, algumas das circunstâncias da viagem de Rosalie podem ser inferidas se examinarmos os registros de outros navios que içavam velas para as ilhas do açúcar francês a partir do porto de Saint-Louis durante a década de 1780³⁹.

L'Amitié, por exemplo, tinha deixado La Rochelle para Saint-Louis (a que se referiram simplesmente como Sénegal) no final de 1786. Chegando a Saint-Louis em janeiro de 1787, o capitão levou três meses para adquirir 224 cativos, muitos deles do comerciante residente Monsieur Paul. A imagem do carregamento é vivida: os cativos eram acorrentados com "ferros e algemas" e levados a bordo um por um. Trazidos para o convés para a comida naquela noite, eles foram submetidos a uma exibição de força: "ao mesmo tempo demos 12 tiros de fecharia de pederneira e três de bacamarte" para que os cativos soubessem que, em caso de rebelião, "nós podíamos nos defender". *L'Amitié* foi para o sul ao longo da costa até Gorée para apanhar mais 52 cativos e depois içou velas para Saint-Domingue dia 10 de abril de 1787⁴⁰.

A exibição de força no convés em Saint-Louis, no entanto, não teve o efeito desejado. No dia 4 de maio a tripulação descobriu que uma conspiração estava sendo organizada entre os escravos — ou pelo menos foi isso que os homens negros contratados como guardas disseram ao capitão. O foco da revolta era o sofrimento por estar fisicamente acorrentado, e foi dito que os cativos estavam planejando ameaçar a tripulação com a morte se suas correntes não fossem removidas. Trazidos ao convés um por um para serem castigados, os cativos homens produziram o nome de um líder. Este, após muitas chicotadas, forneceu um relato da suposta conspiração, na qual tanto mulheres quanto crianças estavam envolvidas:

Ele nos confessou que todas as mulheres teriam aproveitado o momento da refeição da noite quando os oficiais estavam abaixo do convés para se revoltar, isso é, que elas teriam se organizado para matar todos os brancos do tombadilho, enquanto os homens lutavam contra os marinheiros na proa. Essas mulheres tinham se conectado com os homens por meio das crianças que trabalhavam na cozinha, a quem elas instigavam a realizar essa tarefa.

Tendo ouvido esse relato, o capitão registrou: "Nós atuamos contra as mulheres exatamente como contra os homens". Três semanas após esse drama de conspiração e castigo, o *L'Amitié* chegou a Port-au-Prince e os 206 cativos sobreviventes foram vendidos⁴¹.

Como o *L'Amitié*, o navio que trouxe Rosalie provavelmente chegou primeiro a Port-au-Prince ou a um dos outros portos principais em Saint-Domingue. O cais em Jérémie, onde Rosalie finalmente terminaria, era mal protegido do mar e recebia apenas uns 12 navios por ano diretamente da França. A expansão contínua da produção de café na região garantia um mercado para trabalhadores escravizados, mas os poucos transatlânticos que atracavam em Jérémie com cativos naqueles anos geralmente traziam prisioneiros da África Central, particularmente de Angola. Portanto, a maior parte dos senegambianos que chegaram a esse distrito isolado na península do sul teriam sido levados até lá por barcos menores do comércio litorâneo⁴².

A reconstrução do provável itinerário atlântico de Rosalie nos dá certos indícios sobre o conhecimento que ela trouxe consigo para seu período de cativeiro no Caribe. É possível, embora improvável, que ela já tivesse recebido o começo de uma alfabetização. Ainda que não tivesse frequentado a escola, ela estaria, apesar disso, familiarizada com a importância da escrita. Os mesmos comerciantes de Saint-Louis que enviavam os navios rio acima para encontrar cativos sabiam que valia a pena carregar seus barcos com papel, uma mercadoria demandada por ser muito usada nas comunidades encontradas pelo caminho⁴³.

O papel não só registrava informação crucial para aqueles envolvidos no comércio ou no estudo formal; ele podia, de uma maneira bastante diferente, servir como base para um talismã ou um amuleto, algo para dar proteção em momentos de dificuldade. O padre David Boilat, escrevendo sobre a região senegambiana algumas décadas mais tarde, transmitiu sua própria impressão dos povos de língua Pular (inclusive daqueles chamados Toucouleur) e seus costumes. Uma das aquarelas que Boilat pintou capta a imagem de uma jovem

viúva procurando proteção após a morte de seu marido. Ela estava sentada com um *marabout* (um homem santo) que punha tinta sobre o papel para criar um amuleto para ela⁴.

Palavras protegiam e palavras podiam escravizar. A jovem que em breve seria chamada de Rosalie pode ou não ter visto os documentos que foram intercambiados entre o capitão do navio e o comerciante que a manteve no cativeiro até sua venda em um armazém ou no cais em Saint-Louis. O conhecimento de que a escrita confere poder, no entanto, a havia acompanhado quando ela começou sua viagem, deixando para trás qualquer reivindicação de seus direitos como membro da nação Poulard, e dirigindo-se a uma sociedade colonial onde ela seria registrada como propriedade.

Notas

- ¹ Ele usou a frase "filho da África" em Édouard Tinchant, *Communiqué*, *La Tribune de la Nouvelle-Orléans*, 21 de julho de 1864.
- ² Veja David Robinson, "The Islamic Revolution of Fuuta Tooro", *International Journal of African Historical Studies* 8 (1975): 185-221.
- ³ A certidão de batismo está transcrita em "Rectification de noms d'épouse Tinchant dans son contrat de mariage", 16 de novembro de 1835, ato 672, 1835, Tabelião Théodore Seghers, New Orleans, Notarial Archives Research Center.
- ⁴ O documento da alforria, elaborado em Les Abricots, Saint-Domingue, em maio de 1803, está transcrito em "Enregistrement de liberté par. de Marie Françoise", 26 Ventôse, ano XII (17 de março de 1804), folio 25v, 26r, Actes, déclarations & dépôts divers, 10 Pluviôse, ano XII (31 de janeiro de 1804) — 10 Vendémiaire, ano XXIII (2 de outubro de 1804), documento 2, série 6, suplemento Saint-Domingue (daqui em diante, SUPSDOM, seguindo a convenção para números de chamada, ex. 6SUPSDOM/3). *Dépôt des papiers publics des colonies* (daqui em diante DPPC), Archives nationales d'outre-mer, Aix-en-Provence (daqui em diante ANOM).
- ⁵ Essa é a frase que aparece, por exemplo, no documento intitulado "Saisie Dixon, 31 janvier 1806" na caixa 2, Fonds (ou Sous-Série) 4Z2, Archives nationales du Sénégal (daqui em diante ANS).
- ⁶ O texto é "avec une belle cargaison de nègres de nations Yolof, Poulard et Bambara". Citado em Jean Mettas, *Répertoire des expéditions négrières françaises au XVIII^e siècle*, vol. 1: Nantes, org. Serge Daget (Paris, Société française d'histoire d'outre-mer, 1978), 676 (verbete 1192).
- ⁷ Médéric Louis Élie Moreau de Saint-Méry, *Description topographique, physique, civile, politique et historique de la partie française de l'île Saint-Domingue*, 2 vols. (Philadelphia, pelo autor, 1797), 1:26, 27.
- ⁸ "Les Foules, appelles vulgairement Poules ou Poulards, voisins des Sénégalaïs et des Yoloffes, mais plus intérieurement placés". Moreau de Saint-Méry, *Description topographique*, 1:27.
- ⁹ Moreau de Saint-Méry descreve um Poulard como de cor "avermelhada" (rougâtre) (*Description topographique*, 1:27). Já no século XVII Alonso de Sandoval tinha declarado que "Fulos se distinguem pela cor clara de sua pele, embora muitos tenham uma pele muito escura". Alonso de

- ¹⁰ Embora Poulard não seja precisamente sinônimo do termo mais familiar Peul, veja Roger Botte, Jean Boutrais e Jean Schmitz, orgs., *Figure peules* (Paris, Éditions Karthala, 1999); e Oumar Kane, *La Première Hégémonie peule: Le Fuuta Tooro de Koli Tengella à Almaami Abdul* (Paris, Éditions Karthala, 2004), 40-53, 90-91. Sobre a informação que pode ser extraída de etnônimos, veja Michael Gomez, *Exchanging Our Country Marks* (Chapel Hill, University of North Carolina Press, 1998), caps. 1 e 3. Megan Vaughan apesar disso avisa que não se pode necessariamente "estar certo de que eles nos levem a uma etnia ou "raiz" cultural, eles nos levam, ao contrário, a um processo". Megan Vaughan, *Creating the Creole Island. Slavery in Eighteenth-Century Mauritius* (Durham, NC, Duke University Press, 2005), 114.
- ¹¹ Estamos gratos a Boubacar Barry, Mamadou Diouf, Martin Klein, David Robinson, Mamadou Sy, Ibrahima Thioub e Rudolph Ware por suas discussões das afiliações que podem ser assassinadas pelo termo "Poulard".
- ¹² Veja J. Ho[udaille], "Les esclaves dans la zone d'occupation anglaise de Saint-Domingue en 1796", *Population* 26 (janeiro-fevereiro de 1971): 152-157. Houdaille encontrou apenas 48 escravos designados como Poulard entre um grupo de 3.296 inventariados, enquanto 314 eram chamados Bambara e outros 121 Sénegal. Veja também G. Debien, J. Houdaille e R. Richard, "Les origines des esclaves des Antilles", *Bulletin de l'Institut français de l'Afrique noire* (publicado nos volumes 23, 25, 26, 27 e 29 da série B, entre 1961 e 1967); e David Geggus, "Sex Ratio, Age and Ethnicity in the Atlantic Slave Trade: Data from French Shipping and Plantation Records", *Journal of African History* 30 (1989): 23-44.
- ¹³ Thomas Clarkson, *Letters on the Slave Trade, and the State of the Natives in Those Parts of Africa, Which are Contiguous to Fort St. Louis and Gorée* (Londres, Impresso e vendido por James Phillips, 1791), 31-33, 80-81.
- ¹⁴ M. Saugnier, *Relation de plusieurs voyages à la côte d'Afrique, à Maroc, au Sénégal, à Gorée, à Galam, etc.* (Paris, Gueffier Jeune, 1791), escreve "les Poules". Veja 203-209 e 207-208 (citação).
- ¹⁵ Veja Robinson, "Islamic Revolution of Futa Toro"; Robinson, "Abdul Qadir e Shaykh Umar: A Continuing Tradition of Islamic Leadership in Futa Toro", *International Journal of African Historical Studies* 6 (1973): 286-303; e Rudolph T. Ware III, *The Walking Quran: Islamic Education, Embodied Knowledge, and History in West Africa* (Chapel Hill, University of North Carolina Press, 2014), cap. 1.
- ¹⁶ A primeira citação é de um registro relacionado com o assassinato de um comerciante no comércio do rio, 7 de agosto de 1806, ato 1694, caixa 2, Fonds 422, ANS. O termo "Poules" aparece nos mapas do final do século XVIII, inclusive um elaborado para Thomas Clarkson cerca de 1789-1790 por M. de Villeneuve e guardado nos Clarkson Papers na William R. Clements Library, University of Michigan, Ann Arbor.
- ¹⁷ Robinson, "Islamic Revolution" e "Abdul Qadir". As questões teológicas que subjazem à interpretação do Corão relacionadas com a escravidão são excepcionalmente complexas. Veja Rudolph T. Ware III, "Slavery in Islamic Africa, 1400-1800", in *The Cambridge World History of Slavery*, vol. 3, org. David Eltis e Stanley Engerman (Cambridge, Cambridge University Press, 2011): 47-80.
- ¹⁸ Kane, *La Première Hégémonie*, 273. A presença de pessoas de língua Pulaar fora do domínio de Almamy Abdulkadir Kan complica o quadro. É difícil saber se o Almamy iria se recusar a permitir a passagem de tais indivíduos como cativos. Algumas pessoas de língua Pulaar da parte superior do rio na direção de Galam também podiam ser enviadas via outras rotas para o norte ou sul do rio.

- ¹⁹ Saugnier continuou observando que "eles são sempre comprados, apesar do tratado com o Almamy para se recusar a comprar qualquer pessoa de sua nação, sem dúvida porque se acredita que esse tratado só se aplica quando a pessoa vai para sua terra em comboio para ir acima até Galam". Veja Saugnier, *Relation*, 266. Sobre essas rivalidades, veja Abdoulaye Bathily, *Les Portes de l'or: le royaume de Galam (Sénégal) de l'ère musulmane au temps des négriers (XVII-XVIII siècle)* (Paris, Éditions L'Harmattan, 1989), 319.
- ²⁰ Sobre o ensino em Senegâmbia, veja Ware, *The Walking Quran*. Veja também Abbé David Boilat, *Esquisses sénégalaïses* (1853; rep. Paris, Éditions Karthala, 1984), 384-386, 388-413. Boilat enfatizou o grande número de escolas no país assim como o amplo alfabetismo em árabe (390-391).
- ²¹ Boilat usou o termo "toucouleur" para os residentes de Fuuta Tooro, extraindo-o do termo mais antigo "Tekrur", e escreveu deles: "Eles não sofrerão que um deles seja feito escravo, e se isso ocorre eles farão qualquer sacrifício a fim de pagar o resgate". Boilat, *Esquisses*, 394.
- ²² Rosalie é descrita como "com aproximadamente 28 anos" em "Affranchissement de la nègresse Rosalie para Marthonne", 2 de dezembro de 1795, Tabelião Dobigny, arquivo 9-218, Jeremie Papers, Special Collections, University of Florida George A. Smathers Libraries, Gainesville. Sua designação de Poulard reflete o etônimo usado pelos franceses das colônias caribenhas; daí nossa inferência de que ela provavelmente foi transportada em um navio francês que saiu de Saint-Louis. No entanto, como alguns barcos faziam múltiplas paradas em Gôrée e na foz do rio Gâmbia, uma origem na região mais ao sul chamada Fuuta falon não é impossível.
- ²³ Para o período mais antigo, veja Abdoulaye Ly, *La Compagnie du Sénégal* (Paris, Éditions Karthala, 1993), 281-292. Para o período posterior, veja Ibrahima Thioub, "L'esclavage à Saint-Louis du Sénégal au XVIII-XIX^e siècle", *Jahrbuch 2008/2009* (Wissenschaftskolleg zu Berlin, 2010), 334-356.
- ²⁴ Abdoul Hadir Aidara, *Saint-Louis de Sénégal d'hier à aujourd'hui* (Brinon-sur-Sauldre, Grandvaux, 2004), 9-11; James F. Searing, *West African Slavery and Atlantic Commerce: The Senegal River Valley, 1700-1860* (Cambridge, Cambridge University Press, 1993). Negociações entre os franceses e o Almamy aparecem na correspondência do governador François Blanchot. Veja "Registre et correspondance du commandant du Sénégal", 28 de dezembro de 1789, 2 de março de 1793-8 de novembro de 1808, Fonds 3B1, ANS, e Mamadou Diouf, *Le Kajoor au XIX^e siècle: pouvoir cédoo et conquête coloniale* (Paris, Éditions Karthala, 1990).
- ²⁵ Saugnier, *Relation*, 287-300. Sobre Galam e as mercadorias comerciais levadas para lá, veja Bathily, *Les Portes de l'or*. Para um relato da viagem rio acima na década de 1780, veja Antoine Edme Pruneau de Pomengorge, *Description de La Nigritie* (Paris, Maradan, 1789).
- ²⁶ Para as muitas transações após a chegada do comboio, veja os registros nos pacotes 1 e 2, Fonds 4Z2, ANS.
- ²⁷ Para uma visão geral, veja Michael David Marcus, "European-African Interaction in the Precolonial Period: Saint Louis, Senegal, 1758-1854" (dissertação de doutorado, Princeton University, 1976).
- ²⁸ Veja Searing, *West African Slavery*, caps. 4 e 5. Para estimativas do número de *esclaves de case*, veja Silvain Meinrad de Golbéry, *Fragment d'un Voyage fait pendant les années 1785, 1786 et 1787*, vol. 2 (Paris, Treurtel et Würtz, 1802), 328-363. Sobre um fenômeno paralelo na cidade portuária de Lagos, ao sul, veja Kristin Mann, *Slavery and the Birth of an African City: Lagos, 1760-1900* (Bloomington, Indiana University Press, 2007), cap. 2.
- ²⁹ Veja Affranchissement, 22 de fevereiro de 1789, pacote 1, Fonds 4Z2, ANS. Para um exemplo de uma alforria em massa de escravos africanos por um proprietário que era de ascendência

- mista, veja o ato da viúva Thévenot, ato 430, pacote 1, Fonds 4Z2, ANS. Agradecemos a Mamadou Diouf por suas sugestões relacionadas com a interpretação desses documentos.
- ³⁰ A discussão do escravo do Darmel está na ordem 111, folio 27r, datado de 14 Frimaire, ano XI (5 de dezembro de 1802) do registro da correspondência entre o governador Blanchot e o prefeito de Saint-Louis, in Fonds 3B1, ANS. Cópias dessas ordens foram enviadas ao Ministério da Marinha e das Colônias em Paris, e a mesma ordem aparece às páginas 29-30 do "Livre d'ordres depuis le mois de mai 1792, époque du retour du citoyen Blanchot, commandant en chef du Sénégal", registro 30, subserie 6, série C, ANOM.
- ³¹ Veja "Les Arbitres appellés par les héritiers de Marianne Fleury..." na pasta "Minutes & autres actes du Grefte an 14", pacote 2, Fonds 4Z2, ANS. Thioub, "L'esclavage", enfatiza o papel da ameaça de venda no comércio atlântico.
- ³² É portanto pouco provável que o batismo que declarou que o nome cristão de Rosalie era Marie Françoise tenha ocorrido logo no princípio de sua passagem por Saint-Louis. Alguns muçulmanos livres em Saint-Louis, no entanto, realmente se converteram. Veja "Affranchissement para la S. Louise Couvar négresse chrétienne de la captive Marie Dimbalaye", 22 de setembro de 1789, ato 467, pacote 1, Fonds 4Z2, ANS.
- ³³ Vários documentos sobre Paul Bénis estão no pacote 1, Fonds 4Z2, ANS. Veja também Saugnier, *Relation*, 176, para uma descrição de Bénis como um antigo *tonnelier* [fabricante de barris] para a Compagnie em Gorée, transplantada para Saint-Louis.
- ³⁴ Vários destes podem ser encontrados no pacote 2, Fonds 4Z2, ANS.
- ³⁵ A história do naufrágio vem da transcrição do livro de bordo do *Speculation* e dos depoimentos do capitão, na pasta marcada "1804" no pacote 2, Fonds 4Z2, ANS.
- ³⁶ O navio de dois mastros tinha deixado o cais do Sr. Crouselett na Filadélfia dia 10 de dezembro de 1804 e parou em Praia nas Ilhas de Cabo Verde para recolher água. Veja documentos nº 856 (antigo nº 985) "Protest Cap' Stewars" e o documento rotulado "Nº 966, Rapport Capt. Steward" na pasta marcada "1805", ambos no pacote 3, Fonds 4Z2, ANS.
- ³⁷ Ibidem.
- ³⁸ Ibidem.
- ³⁹ Sobre os navios que carregavam cativos como prisões e lugares de terror, veja Marcus Rediker, *The Slave Ship: A Human History* (New York, Viking Press, 2007). Para uma viagem francesa de um período anterior, veja Robert Harms, *The Diligent: A Voyage through the Worlds of the Slave Trade* (New York, Basic Books, 2002).
- ⁴⁰ Jean Metras, *Répertoire des expéditions négrières françaises au XVIII^e siècle*, vol. 2, *Ports autre que Nantes*, org. Serge Daget (Paris, Société française d'histoire d'outre-mer, 1978), 372.
- ⁴¹ Ibidem., 372-373. Como historiadores assinalaram, cada morte a bordo apresentava aos outros escravos o espetáculo da morte sem um funeral apropriado, uma alma separada de seus antepassados e descendentes. Veja Stephanie Smallwood, *Saltwater Slavery: A Middle Passage from Africa to American Diaspora* (Cambridge, MA, Harvard University Press, 2007).
- ⁴² Informação detalhada sobre viagens individuais está em Metras, *Répertoire*.
- ⁴³ Veja, por exemplo, a referência a esse tipo de documento na lista de carga "État des marchandises livrées par la C[°] du Sénégal au Sr. Mandeau pour une livraison attendue de 25 captifs à remettre à M. Paul Benis lors de la prochaine descente de Galam", 25 de julho de 1788, pacote 1, Fonds 4Z2, ANS.
- ⁴⁴ Boilat, *Esquisses*, Atlas, placa nº 20, intitulada "Thierno Grand Marabout", ou em algumas edições "Homme et Femme Toucoulaure. Marabout faisant un Grigi".

“Rosalie... minha escrava”

Quando a mulher que em breve seria chamada de Rosalie desembarcou de um navio que a trazia para a colônia caribenha francesa de Saint-Domingue, aqueles que a tinham sob controle continuaram o processo pelo qual ela se transformou em uma pessoa mantida como propriedade. Palavras foram trocadas e documentos preenchidos, transferindo para um ou outro residente da colônia a autoridade legal para exercer sobre ela os poderes associados com o direito de propriedade. Categorizada simplesmente como alguma fração de uma *pièce d'Inde* quando foi forçada a entrar em um navio em Senegâmbia, ela agora fora designada como escrava e recebera um nome escolhido pelo comprador. Talvez jovem o bastante para ser poupadada da dor de ser marcada com um ferro quente, ela foi, então, entregue à pessoa que dali em diante seria considerada seu dono¹.

A reconstrução da história da vida de uma mulher considerada por lei como alguém sem direitos exige um exame dos registros escritos produzidos por aqueles que afirmavam ter um interesse patrimonial em sua pessoa. No caso de Rosalie de nação Poulard, cinco documentos confirmam sua existência em Saint-Domingue. Três deles foram elaborados na cidade sulina portuária de Jérémie, outro, na aldeia próxima de Les Abricots e o último, em uma igreja da paróquia de Cabo Dame-Marie, algumas léguas a oeste. Esses documentos registram certos aspectos da vida diária de Rosalie, inclusive sua venda de uma família para outra e a mudança potencial em sua condição iniciada por várias tentativas de se tornar livre por alforria. O único documento que reflete sua vida íntima — o batismo de sua filha Élisabeth — só existe porque, em 1799, Rosalie já tinha se tornado uma mulher legalmente livre, para cuja filha o sacramento seria registrado em detalhe pelo sacerdote oficiante, ao contrário do que ocorria nos batismos daqueles nascidos na escravidão².

Os dois homens e a mulher que mantiveram Rosalie como escrava deixaram nos escritórios dos tabeliões locais uma trilha de papéis deles próprios, que nos dá um vislumbre das casas em que ela viveu e revela as íntimas conexões com a África daqueles que se apropriaram dela. Eles próprios eram todos descendentes diretos de africanos; nenhum deles tinha um pai francês; dois tinham sido libertados da escravidão recentemente. Para cada dono, a compra de Rosalie foi parte de uma estratégia para acumular “riqueza em pessoas” em uma casa, um padrão familiar para aqueles que moravam em cidades portuárias no Caribe escravista e em muitas sociedades na costa ocidental da África. A passagem de Saint-Louis du Sénegal para Jérémie em Saint-Domingue era longa, mas essas estruturas de poder e acumulação eram bem conhecidas entre os moradores das cidades nos dois lados do Atlântico.

Os anos que Rosalie passou em Saint-Domingue incluíram a sequência de desafios, revolta, repressão e guerra da Revolução Haitiana e que finalmente provocou a expedição militar francesa de 1802-1803, cujas consequências fizaram com que Rosalie deixasse a ilha. Do ponto de vista das casas e bairros em que ela morava, a dinâmica daquela revolução foi muito além da luta familiar entre “colonos”, “negros livres” e “escravos”. Os relacionamentos de apadrinhamento, casamento, propriedade legal, alforria e herança atravessavam essas categorias e moldavam o comportamento de Rosalie e daqueles a seu redor. Embora o primeiro encontro de Rosalie com a revolução tenha ocorrido quando ela ainda era escrava, ela iria, no decorrer da década entre 1793 e 1803, se tornar uma mulher livre, parceira conjugal, mãe, e depois refugiada.

O primeiro documento que registra a presença de Rosalie vem de Jérémie em Grand'Anse, um distrito que recebeu esse nome em virtude da ampla enseada (*anse*) na costa noroeste da faixa de terra que se estende (ao longo de uma linha de falha maciça) ao sul e oeste de Porto Príncipe. O interior da Grand'Anse era intimidador, com trilhas acidentadas e às vezes intransponíveis que levavam a uma sucessão de montanhas desertas. Jérémie fazia parte da rede de circulação marítima caribenha. Os marinheiros que entravam e saíam do porto havia muito estavam familiarizados com Kingston, Curaçao e Santiago de Cuba, bem como com Léogane ou Porto Príncipe³.

Exceto por algumas áreas planas perto da foz dos rios, a terra da Grand'Anse não era apropriada para plantar açúcar, e a economia primitiva da região era modesta, baseada na pesca, no contrabando e em plantações de pequena escala. Como resultado tanto de sua pobreza quanto de sua geografia, a Grand'Anse escapava de grande parte do peso do controle direto por parte das autori-

dades coloniais francesas. Na década de 1750, no entanto, as autoridades tinham começado a distribuir "concessões" para terrenos no sul da península. Nas partes mais altas, havia bastante solo rico em que plantar os cacaueiros e cafeeiros. Reivindicando terras por concessão real ou comprando pedaços de concessões anteriores, colonos recém-chegados tinham como objetivo obter uma porta para a economia de exportação do Atlântico. Na década de 1770, esses colonos já estavam embarcando seus produtos em navios que iam para o oceano e em escunas litorâneas cujos comandantes também facilitavam um comércio ilegal vigoroso com a Jamaica⁴.

Em termos marítimos, no entanto, Jérémie continuava a ser um porto pouco atraente com um canal raso e uma ancoragem exposta aos ventos do norte. Havia um banco de areia ardiloso para atravessar e nenhum cais a não ser a própria praia, portanto o carregamento e o descarregamento tinham de ser feitos por barcos abertos conhecidos como *canots*. Os estímulos econômicos, apesar disso, eram suficientes para atrair alguns navios grandes, legais ou de contrabando. A partir do começo de 1766, os ingleses haviam autorizado os barcos franceses e espanhóis a parar nos portos da Jamaica, e os comerciantes tinham se apressado para chegar a Kingston e comprar cargas de cativos que seriam vendidos em Saint-Domingue. Os colonos franceses reclamavam, dizendo que não queriam adquirir os "restos" de seus rivais, mas continuavam a comprar⁵.

Geralmente, as concessões iniciais de terra agrícola não contavam com qualquer força de trabalho, e os colonos lutavam para formar *ateliers* (senzalas) de mão de obra cativa para plantar, cultivar e colher as safras. O tráfico de cativos africanos acelerou rapidamente, embora dependesse fortemente dos comerciantes estrangeiros. Em 1784 e uma vez mais em 1786, as autoridades ofereceram aos transportadores uma gratificação — primeiro de 100 e depois de 200 libras — para cada *tête de nègre* (cabeça de negro) introduzida nos distritos do sul⁶.

Navios transatlânticos franceses que estavam envolvidos no tráfico de cativos africanos responderam a esses incentivos. O *Trois Frères*, por exemplo, ancorou em Jérémie em abril de 1789 e desembarcou 80 escravos, a maior parte deles vindos de Angola. *L'Émilie* chegou em setembro de 1790 com mais 150. Em setembro de 1791 o *Nouvel Amour* entregou 339. Muitos escravos também chegavam a Jérémie em barcos que traziam pessoas e mercadorias de outros portos na colônia, inclusive Léogane, Porto Príncipe e Les Cayes, assim como alguns de Cap-Français⁷.

Quando o cronista e jurista Louis Moreau de Saint-Méry visitou o lugar em 1788 descobriu que praticamente todos estavam obcecados com o café. Especuladores e colonos ambiciosos falavam sobre as riquezas a serem obtidas plantando na área montanhosa do interior. No departamento como um todo Moreau contou 118 plantações que se concentravam no cultivo de café junto com cacau, 32 que cultivavam algodão, 10 que produziam índigo e 7 que cultivavam cana de açúcar. Havia também um comércio de madeira a partir do interior, principalmente na região de Plymouth⁸.

A atividade econômica trouxe um desenvolvimento da administração. A autoridade colonial em Jérémie concentrava-se nas instituições conhecidas como o Almirantado e a *Sénéchaussée* (tribunal de primeira instância) que organizava sessões às sextas e aos sábados, com a ajuda de cinco procuradores, oito tabeliães, sete *baillis* (juízes), um *exempt* (alcaide pequeno) e um brigadeiro (ambos oficiais militares), quatro policiais, um *étonneur* (encarregado de pesos e medidas) e um carcereiro. Essa era uma administração bastante grande para uma cidade relativamente modesta, mas ela refletia o tamanho e a importância crescente do interior de Jérémie e do comércio que passava pelo seu porto. Moreau estimou que em 1788 a paróquia como um todo, que incluía distritos rurais, abrigava aproximadamente 2 mil brancos e mil *affranchis* (pessoas de cor designadas como livres), além de uma população de 17 mil pessoas mantidas como escravas⁹.

Algumas das 180 casas de Jérémie eram bastante agradáveis, na opinião de Moreau. A cidade baixa, que se estendia ao longo da Rue de la Marine e da praia, era extremamente quente e estava sempre cheia de gente, mas apesar disso era conveniente para os negócios que ocorriam no porto. No platô uns poucos metros mais acima, a cidade alta estava em expansão e tinha uma praça principal cercada de árvores. As ruas eram lamacentas ou poeirentas e Jérémie tinha muitas características de uma cidade em crescimento. Dizia-se que os aluguéis haviam triplicado nos últimos dez anos¹⁰.

A economia da região atraía não só colonos agrícolas, mas também aqueles que viam o potencial dessa economia urbana. Mais ou menos em 1775, uma mulher negra que nascera livre, chamada Marthe Guillaume, foi para o oeste, partindo de Porto Príncipe para Jérémie. Já mãe de quatro filhos (chamados de *enfants naturels* porque nascidos fora do casamento), e com 35 anos de idade, Marthe Guillaume começou, em Jérémie, um pequeno investimento em uma loja que dava para a rua e que deveria ser paga no decorrer de vários anos. A partir dessa base de operações ela se tornou uma *marchande* — uma comerciante que vendia artigos variados para os moradores da cidade, inclu-

sive connaisseurs como o homem que comprou um corte do tecido descrito como de cor *queue de serein* — o amarelo canário que estava na moda em Paris. Marthe também adquiriu escravas que enviava para vender mercadorias na rua. Essas eram *pactillesuses*, quitandeiras vendendo ao varejo para compradores em pequena escala¹¹.

Em 1777, Marthe Guillaume colocou seu filho de 13 anos, Pierre Aliés, como aprendiz por quatro anos com um pedreiro local, que, por sua vez, prometeu se comportar com o menino "como um bom pai de família". A própria Marthe Guillaume era considerada uma madrinha conveniente por seus vizinhos, incluindo uma senhora chamada Agnés, que deu a seu bebê o nome de Marthe¹². Em 1784 Marthe Guillaume já tinha expandido a sua operação: do pequeno comércio passara para a compra e venda de escravos, que ela marcava com um ferro de metal que queimava em sua pele as letras de seu apelido, Marthone, com um "G" para Guillaume mais abaixo. Comprando cativos de vários navios e de seus capitães, ela a seguir os revendia com lucro. Essa mulher, nascida de um pai africano escravizado e de uma mãe negra livre, logo estava a caminho de uma posição de poder financeiro na cidade¹³. Estabelecendo conexões também com a área rural, ela casou sua filha Marie Anne Aliés com um membro da família Azor, pessoas negras livres que possuíam propriedades rurais. O presente de Marthe para os recém-casados foram cinco de seus escravos¹⁴.

Entre os pioneiros agrícolas na Grand'Anse estavam "brancos da terra" de outras partes da colônia, além de alguns colonos franceses. Os mais prósperos entre eles traziam capital, escravos e pretensões para a riqueza rural e para a vida urbana. Algumas famílias — como os Galbaud du Fort ou os Couët de Montarand — já possuíam grandes propriedades no norte, uma região há muito colonizada, mas investiam nas novas terras abertas ao sul. Outros, como o imigrante francês chamado Michel Vincent, chegaram mais ou menos de mãos vazias, na expectativa de encontrar sucesso na região fronteiriça após seu fracasso em outras regiões. Michel Vincent comprou um pequeno lote de terreno em Les Abricots, perto da grande propriedade da família Galbaud du Fort, e começou a plantar café¹⁵.

Tendo emigrado do oeste da França para Saint-Domingue décadas antes, Michel Vincent se estabeleceu perto de Les Caves no litoral do sul. Tinha tentado duas das estratégias clássicas de um aventureiro colonial: obter um privilégio real, em seu caso a *ferme de la boucherie* (a coleta das taxas fiscais pagas pelos vendedores de carne locais) e casar-se com uma rica viúva branca da terra. Não teve sucesso em nenhuma delas, perdendo o monopólio e sendo

decepcionado pela viúva, que cuidadosamente ajustou com o tabelião uma forma de deixar toda sua riqueza para seus filhos de um casamento prévio. Ao se mudar para Les Abricots, adquirir uma pequena propriedade e construir uma casa, ele presumivelmente tinha a intenção de se tornar um fazendeiro de alta classe. Mas sua posição tinha caído desde os dias em Les Cayes, e ele continuaria a escorrer pela escada social abaixo¹⁶.

Nenhum registro direto da primeira venda de Rosalie em Saint-Domingue parece ter sobrevivido, embora haja algumas fontes paralelas relacionadas com outras jovens mulheres de Senegâmbia que vieram ser mantidas como escravas por residentes negros, livres, da cidade. Em março de 1787, por exemplo, uma mulher chamada Élisabeth Zeila trabalhou por meio de Magloire Cabro-corso (que se autodesignava mulato) para comprar uma escrava de 14 anos chamada Julie, rotulada "de nação Poulard". O vendedor era um comerciante branco, o *Sieur Claude Collet*; a compradora Élisabeth Zeila foi uma mulher negra de posses modestas. Ao contrário do quadro clássico de um fazendeiro próspero que sobe ao navio que traz cativos para inspecionar a "carga", ou que adquire escravos à medida que eles desembarcam no cais, essa foi uma transação de pequena escala, realizada por meio da intermediação de um liberto¹⁷. A aquisição de um único cativo por uma pessoa de ascendência africana era um padrão comum em Saint-Domingue, permitindo que uma pessoa recentemente alforriada adquirisse alguma renda alugando aquele escravo como mão de obra na economia urbana. O fenômeno da acumulação e o da "comodificação" operavam nessas circunstâncias, mas em uma escala ainda muito pequena em termos do esquema colonial em geral — mesmo que potencialmente enorme para a pessoa assim presa ao trabalho¹⁸.

A primeira família a que Rosalie foi incorporada por venda foi aparentemente a de um forro idoso chamado Alexis Couba. Na África Ocidental, tanto os povos de língua Pulaar quanto os de língua Wolof usavam "Cumba" como nome de mulher, e esse termo podia então ser aplicado por extensão ao filho de uma mulher que tivesse aquele nome. A outra forma de escrever o mesmo nome, em Saint-Domingue, "Couba", parece estar associada aos africanos¹⁹. O clérigo que realizou o casamento de Alexis Couba, no entanto, especificou que ele tinha nascido na paróquia de Jérémie, provavelmente por volta de 1712, e que fora alforriado em 1778. Na alforria, o tabelião tinha obedecido à lei em vigor no antigo regime em Saint-Domingue que proibia as pessoas libertadas de adotarem o sobrenome de uma família francesa. Ele

inscreveu então o nome Couba, que pode ter refletido as origens senegambianas da mãe de Alexis²⁰.

Alexis Couba adquiriu uma escrava chamada Anne e casou-se com ela três anos após sua própria alforria. Sob o Código Negro, que regulamentava a escravidão em Saint-Domingue, esse casamento automaticamente libertou Anne. Progressões desse tipo eram comuns em Jérémie, à medida que homens que tinham obtido sua própria liberdade garantiam seus direitos de paternidade e começavam a formar famílias de dependentes livres e escravizados²¹.

Alexis Couba estava construindo uma família e não uma fortuna. Quatro anos após seu casamento com Anne, ele libertou outra escrava, chamada Lisette, trazendo-a do estatuto de propriedade para o de pessoa livre. A julgar por sua idade, parece provável que Lisette fosse a mãe de Anne e, portanto, sogra de Alexis Couba. Aquilo que inicialmente em um registro cartorial parece acumulação começa a assumir um aspecto um tanto diferente. Alexis e Anne podem ter sido parceiros por muitos anos, mas só quando adquiriu sua liberdade foi que ele pôde também começar a livrá-la e a outros membros de sua família da escravidão²².

A família à qual Rosalie foi incorporada por venda, provavelmente no final da década de 1780, foi, assim, o tipo de casa em que estava claro que a escravidão não era necessariamente um estatuto permanente. Vendo os exemplos de Anne e Lisette antes dela, Rosalie podia logicamente esperar que sua própria escravidão seria seguida em um determinado momento pela alforria, ou pelo menos que ela seria tratada da maneira esperada pelos *esclaves de case* na África Ocidental, e talvez protegida de novas vendas.

Alexis Couba tinha obtido, para si próprio, "riqueza em pessoas" e acesso ao trabalho de Rosalie ou à renda do trabalho que ela podia produzir. Mas ele parece ter chegado ao máximo de suas possibilidades financeiras e logo abriu mão da escrava Rosalie em benefício de sua vizinha mais próspera, a empreendedora *marchande* Marthe Guillaume. É possível que tivesse sido obrigado a isso por ter alguma dívida pendente, ou que tenha necessitado de dinheiro com urgência. De qualquer forma, Rosalie mudou, então, de uma casa de um homem negro recentemente alforriado para uma que tinha como chefe uma próspera mulher negra que já nascera livre²³.

Com uma casa na praça central de Jérémie, a Place d'Armes, várias propriedades alugadas e uma filha casada com um membro de uma família muito conhecida de pessoas negras livres, Marthe Guillaume era, no começo da década de 1790, uma mulher de posse. Quase todas as pessoas da cidade lhe deviam dinheiro, um sinal claro de sua posição na rede de reciprocidades

dentro da comunidade. A lista de todos seus devedores, que ela mais tarde fez com que fosse elaborada por um agente, tinha umas 30 páginas²⁴.

Como uma pessoa negra em Saint-Domingue, no entanto, Marthe Guillaume tinha sempre de estar preparada para provar sua liberdade. Cada vez que ia ao cartório — fosse para vender escravos ou perseguir um empreiteiro com quem estava insatisfeita — era obrigada a apresentar um documento que comprovava seu nascimento livre. Aquelas que trabalhavam como domésticas em sua casa presumivelmente vieram a conhecer o procedimento pelo qual Marthe resgatava aquele pedaço de papel (talvez guardado em um malão no quarto?) e o levava cuidadosamente para o cartório. Rosalie, como uma mulher da Senegâmbia, já conhecia o poder dos talismãs em seu próprio país. Agora ela podia ver em um novo ambiente a eficácia da tinta no papel²⁵.

A estratégia de Marthe Guillaume para construir uma rede de escravos, clientes e crédito permitiu que ela prosperasse, apesar da crescente hostilidade por parte de muitos brancos com relação àqueles que eles consideravam como pessoas de ascendência africana excessivamente ambiciosas. Marthe tinha conexões na própria cidade de Jérémie, no campo e também na cidade de Les Cayes no litoral do sul. Ela podia convocar artesãos brancos para serem responsabilizados por trabalhos que ela julgava insatisfatórios e cobrar aluguéis de inquilinos brancos dos mais ilustres. Era sogra ou madrinha de crianças classificadas como mulatas livres tanto na cidade quanto no campo. Sua riqueza expandia-se com o trabalho das quitandeiras escravas descritas como *pacotilleuses*, bem como de escravos adicionais de vários tipos, dos quais Rosalie agora era um. Os sismos secundários da Revolução Francesa, no entanto, em breve iriam prejudicar a capacidade de Marthe Guillaume de manter essa rede coesa.

Já em 1790 notícias dramáticas chegavam a Jérémie de Paris e da cidade de Les Cayes. Julien Raimond e vários outros homens livres de cor da colônia tinham, durante anos, pressionado a França para tentar fazer cumprir as garantias de direitos iguais entre as pessoas livres, que tinham sido enunciadas pela monarquia no Código Negro de 1685. Depois de 1789 eles podiam estender essa reivindicação por meio de uma leitura ampla e inclusiva da Declaração dos Direitos do Homem. Com a transformação dos États Généraux (Estados Gerais) em uma Assembleia Nacional, vieram as convocações para que as assembleias locais enviassem representantes a Porto Príncipe, onde eles iriam escolher delegados para ir a Paris²⁶.

Em março de 1790 a Assembleia Nacional publicou um conjunto de "Instruções" para a constituição das assembleias locais em Saint-Domingue. Es-

critas de uma maneira ambígua, as instruções pareciam oferecer a possibilidade de dar cidadania a alguns homens livres de cor. As questões de estatuto, posição social e ascendência familiar — embora ainda não a própria questão da escravidão — agora estavam sobre a mesa²⁷.

Colonos brancos conservadores, tanto os que viviam em Paris quanto os que residiam em Saint-Domingue, queriam a qualquer custo evitar que as assembleias locais elevassem a posição pública dos homens livres de cor e diminuíssem seu próprio poder. Havia todos os motivos para acreditar que eles tentariam manter o controle quando as assembleias fossem convocadas, e o governador sugeriu-lhes que fizessem exatamente isso. Não só homens livres de cor, mas também os *Blancs mésallés* — homens brancos que tivessem casado atravessando a "linha de cor" — geralmente acabavam sendo excluídos da participação²⁸.

No outono de 1790, Vincent Ogé, um homem livre de cor bastante rico que tinha voltado de Paris para a colônia, criou um movimento arriscado exigindo direitos iguais para todas as pessoas livres, independentemente da cor. Seus seguidores inicialmente conseguiram desarmar os brancos no bairro de Grande Rivière, perto de Cap-Français, mas foram logo derrotados pelas tropas conduzidas pelo governador interino. Ogé fugiu atravessando a fronteira para Santo Domingo espanhol. Extraditado de volta à colônia como um "chefe dos bandoleiros", ele foi submetido à tortura da roda na praça principal de Cap-Français. A brutalidade do castigo aplicado a Ogé e a seus colegas solapou a possibilidade de uma aliança estratégica de proprietários que atravessasse a linha de cor, na qual os brancos senhores de escravos concederiam direitos políticos a pessoas de cor livres a fim de criar uma frente unida contra a perspectiva de rebelião dos escravos. O assassinato de Ogé pelos colonos seria evocado nas lutas seguintes tanto por homens livres de cor quanto por negros escravizados como um símbolo da terrível proteção de um monopólio de poder pela classe "aristocrata" de fazendeiros brancos²⁹.

Em novembro de 1790 um grupo de homens livres de cor do sul se uniu para exigir o direito ao voto. Acampados na propriedade de um certo Prou, na planície próxima a Les Cayes, eles foram atacados por um grande grupo de brancos da cidade contra os quais eles inicialmente resistiram. Diante de reforços, no entanto, os manifestantes recuaram, recebendo aquilo que a princípio parecia ser uma anistia das autoridades coloniais. André Rigaud, um homem livre de cor que viria a se tornar um líder importante, mais tarde lembrou-se das palavras ditas pela autoridade francesa que foi enviada para reprimi-los: "Homens de cor [...] vocês *nunca* devem esperar atravessar a linha

de demarcação que os separa dos brancos, seus pais e patronos. Voltem às suas obrigações [...]. Ofereço-lhes paz com uma mão e guerra com a outra”³⁰.

Nesses protestos armados, negros livres que muitas vezes eram designados por seus inimigos como *mulatos* ou *forros* — mas que geralmente se consideravam como *homens de cor* — exigiam participação na sociedade politicamente organizada. Inicialmente, não abordavam a questão da escravidão. Essa posição era consistente com as reclamações políticas compartilhadas nas posições de classe bastante variadas daqueles que formavam esses primeiros movimentos.

Algumas famílias de ascendência mista possuíam plantações de café e dezenas de escravos. Estavam entre as mais eloquentes quando se tratava de condenar as distinções políticas com base na cor, mas como proprietários também ofereciam um reduto potencial contra a insurreição de escravos. Muitas pessoas alforriadas, no entanto, como Alexis Couba e sua esposa Anne, simplesmente trabalhavam no campo como agricultores ou na cidade como artesãos e comerciantes. Podiam possuir um ou dois escravos, mas também tinham laços sociais múltiplos com aqueles que ainda continuavam sendo escravos, que, algumas vezes, incluíam seus próprios parentes. Tanto negros ricos quanto aqueles modestamente posicionados concordavam quanto à exigência de direitos civis iguais. Suas reações podiam diferir, no entanto, com relação a uma clara demanda pela abolição imediata da escravidão³¹.

Durante esses anos, os termos usados para designar indivíduos eram complexos, refletindo processos sociais contínuos, e não categorias fixas. O respeito ou desrespeito implicado podia variar dependendo do esquema e do contexto. A triade branco/mulato/negro, por exemplo, geralmente estigmatizava as duas últimas categorias, embora a valência de um termo estigmatizante pudesse ocasionalmente ser desafiada em momentos de autoafirmação. Os termos “europeu”, “americano”, “créole” (da terra) e “africano” podiam ser usados de maneiras diferentes para objetivos também diferentes e estes se sobreponham em vez de duplicar os vários termos de cor. A distinção legal nascido livre forro/escravo não se enquadrava facilmente à dicotomia mulato/negro, já que a condição legal e a cor designada vinham de esquemas de categorias diferentes. Finalmente o termo *affranchi* (alforriado), embora assinalando um estatuto de livre, podia ser intencionalmente desrespeitoso, lembrando publicamente que um indivíduo tinha sido escravizado em um determinado momento. Em certos momentos da luta, o termo *affranchi* foi rejeitado por aqueles assim rotulados, a favor da expressão mais abrangente *personne de couleur* (pessoa de cor), que afirmava o estado de pessoa. Talvez não seja preciso dizer que na busca

para compreender a dinâmica da Revolução Haitiana não podemos usar qualquer conjunto desses rótulos de modo isolado, como se eles pudessem, por eles próprios, denominar as facções relevantes e os grupos de atores³².

Enquanto a luta pelo direito ao voto trazia divisão ao longo das linhas de cor entre os donos de propriedades, notícias e rumores vindos de Paris pareciam prometer mudança para os escravizados. Embora tanto a monarquia quanto a nova Assembleia Nacional fossem muito relutantes em lidar com a questão da abolição, notícias persistentes circulavam de que "o rei tinha dado aos escravos três dias livres por semana" e que os brancos estavam bloqueando essa reforma. O rumor começou a assumir um poder próprio nas comunidades de escravos por todo o Caribe francês. Em Saint-Domingue, algumas versões do rumor afirmavam que os negros livres na colônia tinham prometido ajudar os escravos a adquirir os direitos anunciados, uma inferência que mais tarde seria reforçada pelas ações de vários líderes entre as pessoas de cor, inclusive André Rigaud³³.

No começo de 1791, o conflito na colônia já estava tomando uma nova forma. Ao redor de Port-Salut no sul, cena dos primeiros protestos empreendidos por pessoas livres de cor, um homem chamado Jean-Claude Lateste aparentemente espalhou a notícia entre os escravos dessa suposta promessa de três dias por semana para si mesmos. Menciona-se que, no dia 24 de janeiro, esses escravos se juntaram a outros para planejar uma rebelião em busca desse objetivo. A trama foi descoberta antes que fosse muito longe e deixou apenas um pequeno traço nos arquivos. No entanto ela prefigurava eventos que estavam por vir³⁴.

No dia 22 de agosto, 1791, trabalhadores escravos nas plantações da planície do norte ao redor do Cap-Français pegaram em armas contra seus senhores e queimaram com tochas os locais onde eram escravizados. Embora as demandas originais dos escravos possam ter sido limitadas, a possibilidade de uma rebelião em grande escala aterrorizava os fazendeiros. Para os conservadores, a catástrofe de queimar plantações pareceu confirmar as previsões de longo prazo de que qualquer concessão que confirmasse os direitos políticos de homens livres de cor poderia causar problemas sociais. Para reformadores convictos, isso deixou claro que o pior cenário era realmente possível e assim, por uma questão de prudência, fortaleceram suas demandas por mudanças nas políticas que melhorassem a situação³⁵.

Na verdade, era difícil estar seguro da relação de causa e efeito entre o movimento político de pessoas de cor livres e os atos de rebelião cometidos pelos escravos da planície do norte. Embora os conservadores caracteristicamente detestassem ambos, não havia qualquer aliança automática entre

aqueles que lutavam contra a humilhação daquilo que era chamado de "caste" e aqueles que lutavam contra as circunstâncias da escravidão. A capacidade dos escravos de empunhar armas — em seu próprio nome ou nas lutas de outros — no entanto estava clara. Os donos de propriedade na Grand'Anse havia muito usavam essa capacidade enviando seus escravos contra incursões tentadas por piratas ou invasores estrangeiros³⁶.

As lutas que agora ocorriam tinham uma amargura particular na Grand'Anse, onde muitas famílias livres de ascendência africana estavam bem estabelecidas e alguns brancos recém-chegados eram particularmente cuidadosos com relação a seus próprios privilégios. Em todo o sul, donos de propriedade categorizados como brancos, assim como aqueles designados como "de cor", começaram a armar seus escravos em preparação para as lutas que viriam. Para os brancos conservadores — que consideravam armar seus próprios escravos um ato legítimo —, parecia que as pessoas livres de cor estavam incitando a rebelião entre os *ateliers* (senzalas) das fazendas. Em dezembro de 1791, os membros do novo conselho municipal de Jérémie descreveram a oposição que enfrentavam por parte de homens que eles caracterizavam como "*brigands*" (bandoleiros) e atribuíram essa oposição precisamente às ações dos negros livres³⁷.

No final de 1791, então, a posição de Marthe Guillaume tinha se tornado potencialmente delicada. O poder na cidade de Jérémie estava nas mãos de um órgão controlado pelos fazendeiros o qual era às vezes chamado de Coalizão da Grand'Anse, que estava travando uma guerra aberta contra os negros que tinham reunido suas próprias forças nas áreas montanhosas do interior. Todos presumivelmente sabiam que a filha de Marthe Guillaume tinha casado com um membro da família Azor, e que era Noël Azor e a rede de famílias vizinhas interconectadas que estavam fornecendo a liderança para os homens livres de cor nas colinas. Alguns podem também ter sabido que o próprio filho de Marthe, Pierre Aliés, agora um jovem com idade apropriada para carregar armas, tinha amigos íntimos entre os milicianos negros na cidade, homens que muito provavelmente não iriam se submeter às tentativas por parte dos líderes brancos no município de controlá-los³⁸.

Durante janeiro e fevereiro de 1792, muitos negros que tinham fugido para o campo em revolta foram capturados pelas forças enviadas para reprimir-lhos, e alguns foram presos em um barco ancorado ao largo da costa de Jérémie. Correu então um rumor pela cidade de que os brancos vitoriosos estavam intencionalmente inoculando os prisioneiros com varíola. Nesses meses tensos, o registro das atividades econômicas de Marthe Guillaume em Jérémie, tão denso para os anos anteriores, começa a se rarefazer um pouco³⁹.

Notícias da França metropolitana aumentaram a incerteza. Na primavera de 1792 os revolucionários em Paris já tinham concluído que concessões às pessoas de cor livres poderiam fornecer um contrapeso para as demandas dos escravos. Em abril de 1792 a Assembleia Legislativa Francesa decretou um fim para as distinções legais de cor entre pessoas livres na colônia, conferindo uma igualdade de direitos políticos aos "homens de cor e negros livres". Notícias daquilo que veio a ser conhecido como "o decreto de 4 de abril" chegaram à colônia no final de maio⁴⁰.

A maior parte dos brancos em Jérémie, no entanto, não tinha qualquer intenção de abrir mão de seu poder de impor restrições sociais e políticas aos homens que eles tinham vencido tão recentemente. Com isso entraram em conflito com as autoridades coloniais responsáveis por fazer cumprir a legislação que chegava de Paris. Para afirmar sua autoridade, e a autoridade de Paris contra a oposição local, o governador colonial, Visconde de Blanchemande, voltou-se para Les Cayes e para as forças sob as ordens de André Rigaud, um homem de cor livre. Por meio dessa aliança com homens de cor armados, as autoridades francesas obtiveram uma aparência de submissão por parte dos brancos que controlavam Jérémie, mas apenas por algum tempo. Conflitos terríveis continuaram entre colonos e homens de cor ativistas, com cada lado usando escravos armados como soldados para alcançar seus objetivos. Histórias de brutalidades circulavam, inclusive acusações contra Noël Azor, o irmão de Jean Baptiste Azor, casado com a filha de Marthe Guillaume⁴¹.

No começo de 1793, Marthe Guillaume — normalmente conhecida pelos vizinhos como Marthone — começou a tomar certas precauções. Declarando-se doente, chamou um tabelião a sua casa para elaborar um testamento e disposição de última vontade detalhado, organizando cuidadosamente a distribuição de seus bens entre os parentes. Embora muitos daqueles que ela mantinha como escravos iriam simplesmente ser distribuídos como propriedade entre seus herdeiros, ela estabeleceu condições especiais para um número deles. Em particular, declarou que, com sua morte, sua escrava chamada Rosalie devia ser libertada⁴².

Uma semana mais tarde Marthe Guillaume convocou o tabelião outra vez e fez com que ele elaborasse um novo testamento. O nome de Rosalie não apareceu nessa segunda versão. Em vez disso, um documento da mesma data formalizou a venda de "uma negra chamada Rosalie nação Poulard", com cerca de 26 anos de idade, para um vizinho chamado Jean Baptiste Mongol, um açougueiro categorizado como homem livre e mulato. Não é possível saber se essa foi uma venda verdadeira ou uma transação destinada a cumprir uma

meta diversa daquela declarada no ato. O preço declarado era alto — 2.400 libras. Como era comum nesses casos, tudo indica que o dinheiro passou de uma mão para a outra longe da vista do tabelião. Parece possível que alguém que quisesse tirar Rosalie da casa de Marthe Guillaume possa ter fornecido o dinheiro a Jean Baptiste Mongol como intermediário, mas não há meios de saber se isso realmente aconteceu⁴³.

A transferência de Rosalie para Jean Baptiste Mongol veio em um momento de grande tensão na cidade de Jérémie, onde o conselho municipal estava se revoltando de forma mais ou menos aberta contra os comissários civis que tinham sido mandados para Saint-Domingue pelo governo em Paris. Os comissários foram encarregados de exercer autoridade sobre aqueles agora considerados "cidadãos" coloniais da França. Em princípio, exigia-se que os conselheiros municipais obedecessem ao decreto de 4 de abril de 1792, que autorizava direitos civis iguais entre as pessoas livres, independentemente de sua cor. O conselho municipal em Jérémie apesar disso se reunia como um órgão composto só de brancos, embora membros do conselho viessem a afirmar mais tarde que dois homens de cor tinham sido eleitos, mas se recusaram a servir⁴⁴.

O conselho então anunciou que as unidades da Guarda Nacional composta e comandada por homens de cor seriam dissolvidas e seus membros transferidos para unidades brancas existentes sob as ordens de oficiais brancos. Em vez de ampliar os direitos, eles pareciam assim solapar o respeito que alguns homens de cor tinham adquirido como participantes da força de defesa local. No início de 1793, no entanto, o conselho não teve coragem para ordenar que a transferência fosse realizada.

Numa noite no meio desse tenso impasse, um oficial branco da Guarda Nacional tentou fechar um festejo animado — um ruidoso *bal à bamboula* (uma dança acompanhada por tambores), demais barulhento segundo as autoridades municipais. A festa em questão aparentemente contava com a presença tanto de escravos quanto de pessoas de cor livres. O cidadão Thomani, um celebrante que era ele próprio um tenente na Guarda Nacional, trocou palavras ríspidas com o oficial que veio para pôr fim à festa. O município convocou Thomani para responder por suas ações, mas decidiu, pelo momento, não tomar outras iniciativas.

O confronto entre as autoridades municipais e os homens de cor na milícia ocorreu à sombra do conflito em expansão por todo o sul, à medida que as forças sob os comissários buscavam conter a insurreição por parte dos escravos, enquanto ao mesmo tempo se deparavam com a insubordinação por parte

daqueles hostis à nova República francesa, inclusive os conselheiros em Jérémie. Notícias tinham chegado recentemente à cidade de que o exército republicano havia atacado um forte de insurgentes negros nos Platons, entre Jérémie e Les Cayes. Outros "bandoleiros" estariam também operando na vizinhança da aldeia chamada Les Anglais. Autoridades brancas em Jérémie imaginaram que ainda poderiam comandar os homens de cor que participavam da Guarda Nacional para juntar-se aos outros e assim garantir a segurança da cidade contra um possível ataque, mas tinham sido rejeitadas. Agora elas tentavam reafirmar seu controle⁴⁵.

Relatando seus confrontos com aqueles a quem se referiam como os homens "anteriormente conhecidos como de cor", os membros do conselho tentaram argumentar que eles na verdade estavam seguindo o espírito da declaração de igualdade civil desmobilizando as unidades definidas pela cor. Para qualquer pessoa que observasse os procedimentos, no entanto, ficava claro que os oficiais brancos estavam na verdade tentando desarmar os homens que eles não consideravam ter direito de constituir ou comandar unidades daquele tipo. O resultado de forçar esses homens a formar unidades de milícia comandadas por brancos poderia ter sido previsto: os oficiais de cor perderiam suas comissões e teriam que obedecer a comandantes que poderiam mandá-los lutar contra aqueles que eles não necessariamente consideravam seus inimigos. Um comentário em um dos relatos traz a história da intranquilidade entre os milicianos para mais perto: presentes no momento da rixa com Thomani, estavam não só Noël Azor, um militante muito conhecido, mas também o jovem designado como "filho da Cidadã Martone"⁴⁶.

Logo as autoridades municipais acusaram o tenente Thomani de um ataque físico a outro cidadão, prenderam-no e ordenaram que fosse julgado. Essa humilhação de um oficial da milícia provocou mais protestos e homens de cor tanto da cidade quanto do campo se agruparam num acampamento em La Voldrogue no interior. Em breve chegaram notícias em Jérémie de que os homens acampados teriam a companhia de trabalhadores escravos das plantações que eles tinham invadido. Dizia-se também que eles tinham aberto comunicação com Les Cayes, baluarte de André Rigaud, onde o comissário civil republicano Étienne Polverel agora residia⁴⁷.

O movimento que se formava em La Voldrogue tinha tanto uma estrutura política quanto uma estrutura militar. O filho de Marthe Guillaume, Pierre Aliès — que algumas testemunhas designavam simplesmente como "Pierre Martonne" —, havia se encarregado de uma "subscrição" pela qual iriam coletar dinheiro para seus esforços para exigir a liberdade de seu colega

Thomani. Poucos dias mais tarde, um informante disse que Pierre estava no comando, ao lado de um colega, de 68 homens de cor "subversivos" armados que estavam indo de fazenda em fazenda exortando (ou intimidando) os escravos para que estes se juntassem a eles. Quando o filho de Marthe Guillaume assinou uma carta formal de protesto dirigida ao município em 23 de fevereiro, identificou-se como "Pierre Aliesse, tenente", invocando o sobrenome que os conselheiros tinham se recusado a lhe conceder. Agora ele estava servindo sob um capitão chamado Atlas, um homem que iria reaparecer como um líder no futuro⁴⁸.

A reação inicial do conselho municipal foi convocar todas as pessoas "pacíficas" de cor, aquelas que resistiam ao apelo da "rebelião", ordenando que aparecessem na prefeitura e inscrevessem seus nomes em uma lista. As autoridades então tomaram alguns como prisioneiros — particularmente mulheres e crianças associadas com homens livres de cor. Não está claro se a própria Marthe Guillaume foi presa, talvez como um meio de pôr pressão sobre seu filho. Provavelmente não, dado o número de pessoas na cidade, muitos brancos entre eles, que a usavam como seu banqueiro. Mas não era provável que o poder econômico fosse garantir impunidade indefinidamente⁴⁹.

Conforme a notícia da renovada repressão em Jérémie se espalhou, a possibilidade de qualquer aliança dos livres contra os escravos, independentemente da cor, parecia cada vez mais incerta. Dos homens e mulheres escravizados que participavam do *bal à bamboula* em Jérémie, até aqueles antigos escravos insurgentes nos Platons que estavam dispostos a ser soldados nas recém-formadas Legiões da Igualdade sob André Rigaud, uma aliança alternativa e frágil estava se formando entre os escravos e aqueles que estavam conectados a um passado de escravidão pela sua cor. Com os emissários da República francesa agora se voltando para os oficiais de cor e tropas tiradas das fazendas, os conservadores em Jérémie logo se colocaram na defensiva. O grupo de homens que o filho de Marthe Guillaume tinha reunido agora havia aumentado para 300, inclusive mulheres, e se dirigia a Les Cayes para dialogar com o Comissário Polverel⁵⁰.

À medida que o drama da rebelião aberta seguia adiante, novas possibilidades surgiam para algumas mulheres nas circunstâncias de Rosalie. O poder no campo estava mudando e grupos rivais buscavam a lealdade daqueles mantidos como escravos. Apesar disso os detalhes da situação são difíceis de discernir, em parte por uma queda súbita na quantidade de registros escritos que sobreviveram. Pois, durante o ano da venda de Rosalie para Jean Baptiste Mongol e da rebelião envolvendo o filho de Marthe Guillaume, esse

canto do noroeste da península sulina de Saint-Domingue saiu da órbita da autoridade colonial francesa e entrou no campo da rivalidade interimperial.

Para os fazendeiros e comerciantes mais conservadores de Jérémie, já totalmente afastados das autoridades enviadas de Paris, a única maneira de defender seus interesses parecia ser negociar sua própria aliança internacional antirrepublicana. Refugiados políticos de Saint-Domingue que tinham chegado a Londres propuseram um passo drástico: convidar as tropas britânicas para desembarcarem em Jérémie para estabelecer uma posição segura na colônia francesa a fim de obstar a radicalização da revolução. Esses conspiradores empreendedores realizaram uma campanha vigorosa de *lobbying* em Londres para provar sua própria credibilidade e alcançar seus objetivos. No início, o governo britânico estava hesitante em se comprometer com homens que eram obviamente agentes livres, mas a região da Grand'Anse ainda estava exportando grandes quantidades de café e as vastas plantações de açúcar de Saint-Domingue faziam da colônia o mais rico dos prêmios potenciais. Eventos na Europa, além disso, estavam empurrando na direção de um conflito renovado entre a Inglaterra e a França. No dia 1º de fevereiro de 1793, a Inglaterra declarou guerra à França. Um acordo preliminar com os refugiados políticos de Saint-Domingue foi assinado em Londres mais tarde naquele mesmo mês. O envio a Saint-Domingue de uma força expedicionária da Jamaica não estava fora de questão⁵¹.

Nos meses que se seguiram, um conflito desastroso surgiu em Saint-Domingue entre os comissários civis republicanos e o recém-chegado governador geral François Thomas Galbaud. Os comissários tinham tentado reforçar os decretos de direitos iguais e ao mesmo tempo conter a rebelião na colônia. Mas Galbaud (irmão de um proprietário de terras em Jérémie) tinha suas próprias ideias sobre a melhor forma de pacificação. No dia 20 de junho de 1793, sua luta explodiu transformando-se em uma guerra aberta, e os comissários civis buscaram uma aliança com os escravos ao redor do porto de Le Cap para tentar garantir sua autoridade. Em uma proclamação impressa e distribuída em 21 de junho, eles ofereceram liberdade aos "guerreiros negros que lutam pela República, sob as ordens dos comissários civis, tanto contra os espanhóis como contra outros inimigos, internos ou externos"⁵².

Com o governador-geral Galbaud em retirada e a cidade de Le Cap em chamas, ficou claro que a própria abolição da escravidão estava agora ganhando prioridade, agarrada pelos republicanos como a única maneira de manter a colônia fora das mãos dos espanhóis que estavam próximos, dos britânicos que ameaçavam e dos colonos que eles consideravam contrarie-

volucionários. Na metade de agosto um conjunto explosivo de avisos por parte dos comissários Sonthonax e Polverel foi emitido: a escravidão logo terminaria em toda a colônia — embora muitos daqueles a serem emancipados fossem forçados a continuar em seus postos. Os decretos foram planejados para ser estendidos para o sul em outubro de 1793. Oficialmente a lei já não reconheceria qualquer direito à propriedade de homens ou mulheres na cidade onde morava Rosalie⁵³.

Exatamente quando a notícia da abolição declarada pelos comissários da República se encaminhou para o sul, o fazendeiro emigrante Venault de Charmillly assinou um acordo formal com o general Adam Williamson, que comandava as forças britânicas na Jamaica. No dia 19 de setembro de 1793, as tropas britânicas desembarcaram em Jérémie ao som dos gritos de "Viva os britânicos!" e "Viva o rei George!". Por dois anos os fazendeiros em Jérémie tinham conseguido manter distância das autoridades republicanas, em grande medida governando sozinhos a região. Agora, insulados militarmente do avanço das Legiões de Igualdade comandadas por André Rigaud, eles puderam constituir um *Conselil privé* (Conselho Privado) para aconselhar os ingleses, instruindo-os sobre os costumes da colônia. No tratado assinado com os refugiados políticos, Williamson tinha concordado em repelir a concessão feita pela Assembleia Legislativa de igualdade civil e política para os homens livres de cor. Os ingleses mais do que cumpriram essa promessa, permitindo a execução de 160 homens livres de cor que estavam presos em Jérémie. Os conservadores podiam contar com seus novos comandantes para não tolerar qualquer conversa sobre abolição⁵⁴.

A presença da ocupação inglesa de setembro de 1793 em diante protegeu os senhores de escravos em Jérémie dos efeitos legais diretos da abolição da escravidão decretada pelos comissários e ratificada mais tarde, no dia 4 de fevereiro de 1794, pela Convenção Nacional Francesa. Isso foi gratificante para os fazendeiros e comerciantes, mas a cidade ainda mantinha aquilo que um de seus aliados descreveu como "une masse de Canaille attachée à la République" (um bando de canalhas devotados à República) — isto é, uma população não disposta a transferir sua lealdade para os ocupantes britânicos. A divisão da população livre entre aqueles dispostos a dar as boas vindas a uma potência estrangeira e aqueles ainda "devotados à República" fez com que o cumprimento dos direitos de propriedade sobre pessoas fosse bastante delicado⁵⁵.

A Legião da Igualdade comandada por André Rigaud continuava no controle em Les Cayes, e os homens locais, "anteriormente conhecidos como de cor", tinham se reagrupado em vários acampamentos fora de Jérémie. À me-

dida que os ingleses tentavam expandir seu controle pelo sul e pelo oeste, eles assim enfrentavam uma oposição implacável daqueles que eles caracterizavam como "os negros", "os bandidos" ou o "Exército dos Comissários"⁹⁴. Escrevendo de Kingston, Jamaica, Henry Shirley evocou a dificuldade: "Temos muitos amigos em Les Cayes, mas Rigaud, um mulato que comanda, não só mantém tudo tranquilo por lá, mas provavelmente irá nos expulsar de Jeremie".

Os britânicos tentaram manter os trabalhadores escravos trabalhando nas fazendas de café. O fazendeiro Venault de Charmilly vangloriou-se: "Nunca tendo ficado sob o poder dos bandidos nem dos comissários civis, esta região nunca foi saqueada ou roubada; ela está em uma situação muito próspera". Ele previu uma colheita de 15 a 18 milhões de libras de café. Mas administrar as áreas sob controle britânico continuava a ser uma tremenda dor de cabeça e o general Williamson cada vez mais se encontrava obrigado a oferecer liberdade para alguns daqueles mantidos como escravos em troca de serviço militar⁹⁵.

A heterogênea sociedade colonial que os britânicos encontraram no local não facilitava o mapeamento da distinção entre livre e escravo sobre a dicotomia de branco e negro. Como escreveu De Charmilly, em uma denúncia da qual que ele considerou como indulgência com relação a pessoas livres de cor: "É Difícil Conceber o número de mulheres livres de Cor que hoje existe em Saint-Domingue". Mulheres livres designadas como mulatas ou negras — como a comerciante Marthe Guillaume — pareciam a De Charmilly um elemento de dissolução na colônia, e uma perturbação da própria ordem das coisas. (Tais denúncias, é claro, não evitavam que os fazendeiros adotassem mulheres de cor como *ménagères* (governantas) e tivessem filhos com elas.) Um oficial britânico, no entanto, escreveu de uma forma bastante direta para seus superiores: "Os Mulatos e todas as pessoas de cor que estão livres devem ser separados aos brancos, e sem isso os ingleses não podem manter a colônia". Ele achou improvável que "30 mil pessoas dessa categoria retornassem a um estado de degradação". Os britânicos imaginavam que eles lhes podiam conceder apenas "os direitos dados a essa classe nas colônias inglesas", mas alguns oficiais na área podiam perceber que mais seria exigido⁹⁶.

Durante os primeiros meses da ocupação britânica, Marthe Guillaume parece ter sido capaz de manter seu equilíbrio, embora a participação de seu filho Pierre Aliés nas rebeliões dos homens de cor, bem como a participação da família do marido de sua filha, os Azors, provavelmente tenha atraído mais vigilância para suas próprias atividades. Ela assumira a responsabilidade de administrar várias fazendas, presumivelmente aquelas que pertenciam a seus parentes, e a interrupção da vida tanto da cidade quanto do campo fazia com

que fosse difícil para ela cobrar as quantias de dinheiro que lhe eram devidas. Em fevereiro de 1794, Marthe Guillaume aparentemente decidiu que uma retirada estratégica era a coisa mais sábia a fazer. Elaborando uma procuração particular, ela conferiu autoridade a um juiz local para administrar seus negócios durante sua ausência. Desapareceu, então, da cidade de Jérémie, talvez para juntar-se a seu filho ou a sua filha em alguma área do território que estivesse sob o controle das forças republicanas de André Rigaud⁶⁰.

Os conflitos militares e políticos entre os britânicos e os exércitos republicanos parecem ter tido consequências também para Rosalie. Marthe Guillaume, que em um determinado momento readquiriu a propriedade de Rosalie do açougueiro Mongol, agora estava ausente. Além disso, fora das áreas de efetiva ocupação britânica, a escravidão já não existia por lei, transformando a região ao sul e ao oeste de Jérémie em uma zona de liberdade potencial. Uma evidência circunstancial sugere que mais ou menos em 1794 a própria Rosalie saiu de Jérémie e se mudou para a aldeia costeira de Les Abricots para viver com o colono Michel Vincent⁶¹.

Em outubro de 1794 aqueles que os ingleses chamavam de “os rebeldes de Les Cayes”, as forças sob o comando de André Rigaud, já tinham ido em direção ao Cabo Dame-Marie, onde a igreja da paróquia que servia Les Abricots estava localizada. Com Rigaud como um potencial executor dos decretos de abolição, é uma questão em aberto se seria possível dizer que a própria escravidão formal ainda existia nessa data na fazenda de Michel Vincent em Les Abricots⁶².

O relacionamento entre Rosalie e Michel Vincent tinha pouco a ver com a fantasia de romance entre fazendeiro rico e escrava de pele clara que era muito importante na imaginação de colonos como Moreau de Saint-Méry. Michel não era jovem nem próspero e Rosalie era uma mulher nascida na África designada como negra e não como mulata. Não há qualquer evidência de que ela estivesse mantida legalmente como escrava de Michel. Em algum ponto, os caminhos do colono francês que descia a escada social e os da mulher africana que a subia tinham se cruzado e alguém tinha arranjado para que ela trabalhasse para ele. Talvez eles tivessem se conhecido na cidade quando Rosalie estava na casa de Marthe Guillaume. (Quando Marthe Guillaume reapareceu em Jérémie em agosto de 1794 e convocou seu procurador para preparar um relatório contábil de sua posição financeira, a lista incluía uma quantia que lhe era devida por “Vincent”). Talvez Michel, que tinha coletado taxas fiscais nas lojas de açougueiros nos primeiros anos, também conhecesse Jean Baptiste

Mongol, o açougueiro local para quem Marthe Guillaume tinha vendido Rosalie em janeiro de 1793⁴³.

Dois fragmentos documentais de 1795 parecem esboçar alguns dos contornos da união de Rosalie com Michel. O primeiro é uma folha avulsa separada do livro de registros ao qual teria servido de índice. Nela o padre da igreja paroquial de Cabo Dame-Marie, de quem as pessoas de Les Abricots dependiam para os sacramentos, dava uma lista dos batismos que ele tinha registrado durante o ano. Os nomes de dois daqueles batizados sobressaem na página: Marie Louise e Jean Théodore. Esses são, com uma pequena variação, os nomes de dois dos filhos de Rosalie, tal como foram registrados em um documento posterior: Marie Louise e Juste Théodore. Parece bastante provável que essas sejam as crianças — talvez gêmeos? — nascidas da união de Rosalie e Michel e batizadas na igreja paroquial mais próxima⁴⁴.

O segundo documento é uma alforria para Rosalie, preparada em dezembro de 1795 a pedido de Marthe Guillaume, que tinha, em um determinado momento, readquirido a propriedade formal de Rosalie, pelo menos no papel. Invocando a fidelidade de "Rosalie negra Pouillard", o texto notarial expressava o desejo de Marthe Guillaume de conceder liberdade plena a Rosalie e a estimulava a seguir todas as leis que governavam as pessoas libertadas na colônia. Marthe Guillaume prometeu obter a ratificação oficial da liberdade de Rosalie das autoridades britânicas que estavam agora no controle da região⁴⁵.

Com esse papel notarial certificando sua alforria, Rosalie chegou bem perto de uma liberdade oficial plena. Mas a aquisição da assinatura das autoridades civis colocou Marthe Guillaume na posição de suplicante diante do general britânico Williamson e seus conselheiros franceses. A questão do estatuto de pessoas de ascendência africana que buscavam reconhecimento formal de sua liberdade continuava em disputa. De sua base de operações em Porto Príncipe, o general Williamson estava tentando reprimir dois grupos de resistentes, em parte persuadindo-os a mudar de lado: as Legiões da Igualdade comandadas pelo general republicano André Rigaud e aqueles a quem as pessoas se referiam como "os negros revoltados", inclusive um grupo comandado por um homem chamado Dieudonné, que estava se mantendo firmemente na parte exterior de Porto Príncipe. Williamson precisava continuar a recrutar tropas coloniais das plantações e, quando possível, atrair desertores das fileiras das Legiões da Igualdade. Seus conselheiros achavam que, a fim de manter essa política de atração, a liberdade só deveria ser concedida àqueles que concordassem em servir militarmente a Grã-Bretanha⁴⁶.

Os consultores de Williamson no *Conseil privé* se opuseram à aprovação de qualquer outra alforria "enquanto durasse a confusão", embora não achassem que seria sábio indagar com muita rigidez o estatuto de indivíduos que já estivessem exercendo a liberdade. Com André Rigaud enviando apelos comoventes para a resistência a partir de Les Cayes do outro lado das montanhas, os fazendeiros aliados de Williamson aconselharam cautela, e reconheceram que alguns "abusos" teriam de ser tolerados por aqueles que estavam reivindicando liberdade, dada a delicadeza da situação. Williamson estava preocupado com os riscos causados pelas pessoas de cor livres e, quando o pedido de Marthe Guillaume passou por sua mesa, ele se recusou a certificar seus atos de alforria, com a justificativa de que eram inoportunos. Rosalie estava sem sorte⁶⁷.

Por enquanto, Rosalie ainda podia viver como se fosse livre, já que Marthe Guillaume aparentemente se propôs a não fazer qualquer reivindicação legal sobre ela. Mas Rosalie tinha agora se tornado aquilo que hoje poderíamos chamar de "sem documentos", uma pessoa sem qualquer título que estabelecesse a legitimidade de seu estatuto civil. E quando examinamos de perto sua vida e a de Michel Vincent, as fronteiras que separavam as categorias usuais para a população de Saint-Domingue começam a ficar indistintas. Rosalie não era nem escrava nem livre. O viúvo colono francês Michel Vincent não era realmente um "fazendeiro", embora presumivelmente ninguém tampouco se referisse a ele como "ralé". Algumas pessoas podem tê-lo chamado de "petit Blanc" (pequeno branco), mas ele era filho de um tabelião, sabia ler e escrever perfeitamente, tinha uma pilha de documentos confirmado o fato de ser dono de propriedades e, em um determinado momento, de escravos. Anos antes ele havia tido um monopólio real da coleta de taxas sobre a venda de carne em um distrito de Les Cayes e havia sido casado com uma mulher rica. Isso tudo era passado agora, e Les Cayes estava no lado republicano da divisão entre a zona de controle britânico e aquela das forças de Rigaud. A extraoficialmente livre Rosalie e o viúvo Michel se encontravam em circunstâncias precárias, habitantes sem recursos de um território ocupado dentro de uma colônia tumultuada.

No decorrer de 1797 e 1798, os britânicos perderam terreno no sul para o general Rigaud e foram pressionados a sair do norte pelo general Toussaint Louverture, reconhecido pelos franceses como comandante principal da colônia. Igualmente importante, os britânicos perdiam homens para a febre amarela, a malária e o tifo. No final de 1798, Louverture já tinha negociado a partida das tropas britânicas de todo o Saint-Domingue. Com a saída dos

britânicos, a abolição formal da escravidão pela Convenção Nacional Francesa agora era lei em toda a colônia. Mas a ocupação deu lugar à guerra civil, já que Louverture e Rigaud lutaram pelo controle da península do sul⁶⁸.

É possível que tenha havido algum refúgio na cidade litorânea de Les Abricots onde, no final de 1798, Rosalie estava grávida outra vez. No dia 12 de junho de 1799, foi Michel Vincent quem levou o recém-nascido para a igreja paroquial do Cabo Dame-Marie para ser batizado. Ele reconheceu sua paternidade e assinou o registro batismal. O bebê, chamado de Élisabeth, era assim *un enfant naturel* (uma filha natural) porque seus pais não estavam casados, mas não seria registrada como de "pai desconhecido". Mesmo sem a sanção formal, a união de Rosalie e Michel Vincent estava começando a se parecer mais com uma família⁶⁹.

A cerimônia teve tanto a forma quanto a substância de um batismo apropriado. Rosalie agora já era identificada com um nome batismal, Marie Françoise, presumivelmente um reflexo de um batismo recente dela própria. A criança foi chamada Élisabeth, mas, como muitas pessoas de ascendência africana em Saint-Domingue, ela também tinha um apelido, no caso dela, Dieudonné. Houve um padrinho — um homem designado como *le sieur* Lavolaille, que trabalhava como carpinteiro de navios. O uso do tratamento *sieur* (senhor) — que não foi estendido a Michel Vincent — sugere que o padre considerava o carpinteiro como um homem de certa posição social. Houve também uma madrinha, Marie Blanche, viúva Aubert. Ela não recebeu o título de cortesia mas tampouco foi rotulada com algum termo de cor — embora em anos posteriores, e em outro país, ela poderia ser descrita como uma "mulher de cor". Os dois padrinhos parecem ter oferecido certo grau de estatuto ou proteção à criança — Lavolaille com sua respeitabilidade e a viúva Aubert com seus recursos. O carpinteiro logo desapareceu, talvez de volta à França. Mas a viúva iria surgir vários anos mais tarde como a pessoa que cuidou de Élisabeth em outro período de dificuldades⁷⁰.

Quando a guerra civil de 1799 resolveu-se com a vitória de Toussaint Louverture, cuja autoridade agora abrangia todo o território, a vida na casa de Michel e Rosalie parece ter-se acomodado em uma modesta rotina. Michel manteve uma habitação na parte inferior de Jérémie, cujo valor anual do aluguel era cerca de 300 libras. Isso colocava Michel bem abaixo de sua vizinha, a comerciante Marthe Guillaume, a antiga senhora de Rosalie, cujas várias propriedades alugadas na parte superior da cidade lhe traziam milhares de libras por ano. Na verdade, a propriedade de Michel Vincent foi avaliada com o mesmo valor daquela do senhor de Rosalie antes de Marthe Guillaume, isso

é, o velho Alexis Couba, e apenas um grau acima daquela do açougueiro Jean Baptiste Mongol. A partir de janeiro de 1802, quando foi realizado o censo da cidade, todos os antigos donos de Rosalie ainda estavam em Jérémie, embora pareça provável que ela e Michel passassem a maior parte de seu tempo no pequeno sítio em Les Abricots⁷¹.

Michel ocasionalmente ia a um tabelião local para vender outro pedaço de seu lote de terra, que ia diminuindo. Em 1801 ele vendeu terra a compradores registrados como Tomtom e Olive, *cultivateurs* (trabalhadores rurais), quase que certamente ex-escravos. A casa de Michel era agora aparentemente composta dele mesmo, Rosalie, seus filhos e talvez uma empregada doméstica adicional, todos morando muito próximo dos lavradores recentemente libertados da fazenda adjacente do Galbaud du Fort. Poderia ser anacrônico dizer que Michel tinha dessa maneira “atravessado a linha da cor” pois, durante o conflito pelo controle militar e político do sul entre os generais Toussaint Louverture e André Rigaud, nenhuma das partes era vista como branca e a própria brancura não era, sob o governo de Toussaint Louverture, um bastião de privilégio. Mas Michel tinha certamente mudado a estrutura de suas alianças e sua rede de sociabilidade desde seus dias como marido de uma viúva rica em Les Cayes⁷².

O papel de Rosalie na casa é difícil de estabelecer. Não tinha havido casamento, portanto ela não era uma esposa legal. Parece que ela não recebia qualquer pagamento, portanto não era exatamente uma empregada. Mas a escravidão tinha acabado, portanto Michel não tinha qualquer autoridade legal para obrigar-a a permanecer com ele. O termo tradicional *ménagère* (governanta) pode ser mais adequado, com a distorção de que Rosalie talvez tenha ajudado Michel a se integrar no transformado mundo social do sul em revolução, em vez de ser simplesmente sua criada doméstica e parceira íntima.

Na cidade de Jérémie, Marthe Guillaume aparentemente continuava a prosperar. Uma de suas casas na Place d'Armes era ocupada por Jean Baptiste Dommage, o comandante militar republicano de Jérémie, que tinha como seu superior imediato Toussaint Louverture. Vários dos tabeliões de antes da revolução continuavam seu trabalho na cidade, embora seus registros agora levavassem o lema “Liberdade, Igualdade, Fraternidade” em vez das fórmulas realistas do antigo regime ou da ocupação britânica. A compra, a venda e o aluguel de propriedades — mas não de pessoas — continuavam em um ritmo bastante rápido⁷³.

Se é verdade que Rosalie e Michel tenham alcançado certa estabilidade após o nascimento de seus filhos, as coisas foram lançadas em uma situação

caótica uma vez mais por uma queda de braço entre Toussaint Louverture e Napoleão Bonaparte. Em julho de 1801, Louverture promulgou uma Constituição para a colônia que reiterava a abolição da escravidão e endossava a igualdade racial, ao mesmo tempo em que reivindicava mais autonomia econômica e política no império francês do que aquela tolerada por Bonaparte. O primeiro cônsul respondeu enviando uma expedição militar com o objetivo de humilhar os generais negros e impor um regime mais apropriado aos interesses dos colonos brancos mais ricos, muitos dos quais estavam agora em Paris clamando pela restituição de seus privilégios. Antes de a filha de Michel e Rosalie — Élisabeth — ter atingido a idade de 4 anos, uma força expedicionária francesa sob o comando do general Charles Victoire Emmanuel Leclerc, cunhado de Bonaparte, chegou a Jérémie. Os expedicionários rapidamente venceram o comandante designado por Toussaint Louverture, Jean Baptiste Dommage, inquilino de Marthe Guillaume⁷⁴.

Era óbvio pelo comportamento de Napoleão Bonaparte em outras partes que ele tinha a intenção de restabelecer a escravidão em Saint-Domingue, embora não o admitisse. Formalmente, a colônia de Saint-Domingue não foi mencionada na lei francesa de 1802 que restaurava a escravidão em sua forma anterior a 1789 nas colônias devolvidas à França pelo Tratado de Amiens. Admitir que a reescravização era uma meta importante da expedição sob o general Leclerc seria prejudicar o general em suas relações com suas próprias tropas “coloniais”, muitas delas compostas por homens que tinham sido libertados pela abolição anterior. Isso teria também confirmado as piores inferências que poderiam ser feitas sobre as intenções francesas, fortalecendo o apelo de Louverture para mobilizar a resistência armada⁷⁵.

O exército de Leclerc conseguiu ocupar as principais cidades portuárias e ele foi inicialmente capaz de expandir seu controle por áreas extensas da colônia. Ao mesmo tempo, o General articulava para atrair, enganar, ou deportar aqueles que ameaçavam sua autoridade. Apesar de ter preso e deportado Toussaint Louverture, Leclerc não pôde vencer a oposição local à afirmação do poder metropolitano. No começo de 1803 as forças expedicionárias se separaram com insurreições por todo o sul, muitas vezes comandadas por oficiais que tinham servido sob André Rigaud. Essas forças da resistência foram capazes de reunir veteranos de vários contextos, bem como milhares de *cultivateurs* (ex-escravos de fazendas) decididos a recusar a reescravização. No dia 16 de janeiro, um desses grupos tomou a cidade de Tiburon, ao sul de Les Abricots e do Cabo Dame-Marie, e conseguiu apossar-se da munição armazenada lá antes de ter sido forçado a recuar. Em março, vários grupos de resis-

tência armada já convergiam sobre Les Cayes, onde concordaram em integrar sua luta com aquela do Exército Indígena (*Armée indigène*) sob a autoridade de Jean-Jacques Dessalines⁷⁶.

A conflagração no sul agora atraiu a total atenção do alto comando francês. O próprio general Leclerc tinha falecido de febre amarela, e o general Donatien Rochambeau passou a comandar as forças francesas. Rochambeau pôs de prontidão 1.200 tropas sob o comando do general Sarrazin com ordens para limpar a rota terrestre de Tiburon até Les Cayes, mas as unidades de Sarrazin se depararam com forte resistência. Reforços franceses chegaram a Jérémie no dia 10 de abril, mas, quando essas colunas tentaram avançar a partir da cidade, elas também foram desviadas pelas forças da resistência⁷⁷.

Quando a luta se aproximou da aldeia de Les Abricots, Michel Vincent fez planos para partir — sozinho — para a França. Sua partida naquele momento teria tido consequências sérias para Rosalie. Se a força expedicionária francesa triunfasse, seria muito provável que a escravidão fosse reimposta sobre aqueles que a revolução tinha libertado. De fato, o general Rochambeau já estava agindo como se a escravidão estivesse no caminho de volta. Mas, para Rosalie, fugir para outra colônia no Caribe seria também correr grandes riscos. Os decretos dos comissários civis republicanos franceses, as conquistas militares de Toussaint Louverture e André Rigaud, e a ratificação da abolição pela Convenção Nacional eram todos vistos pelas outras potências coloniais como atos ilegítimos de violência e não transformações definitivas da lei. Não estava claro se qualquer mudança em estatuto obtida graças à revolução seria mantida se a pessoa ultrapassasse os limites da colônia. Mas para uma mãe solteira de quatro crianças permanecer desamparada em meio àquilo que estava rapidamente se tornando um campo de batalha era arriscar a vida de toda a família⁷⁸.

Com a autoridade e a soberania totalmente contestadas em Saint-Domingue, a própria ideia de estatuto — escravo ou livre — tinha se soltado de suas amarras legais normais. Mas isso não significava que Michel e Rosalie deixaram de se preocupar com a lei. Talvez para persuadir Rosalie a ficar com ele até que partisse, ou talvez por um sentido de obrigação, Michel preparou um documento de alforria que poderia servir como prova de liberdade individual depois de sua partida. Escrevendo sem a ajuda de um tabelião, mas utilizando a linguagem que tinha sido convencional nesses documentos antes da abolição, ele declarou que Marie Françoise, chamada Rosalie, "mulher negra de nação Poulard", e seus quatro filhos eram seus escravos e que ele os libertava. Prometeu também que, se Rosalie decidesse ficar com ele a partir daquele momento, ele lhe pagaria salários por seu trabalho⁷⁹.

O documento, datado de 10 de maio de 1803, é, de muitas maneiras, um escrito peculiar. Não há qualquer evidência de que Michel Vincent tenha sido "dono" de Rosalie como escrava segundo a lei francesa e ele certamente não era seu senhor em maio de 1803, quando todos ainda estavam legalmente livres sob a lei da Convenção Nacional Francesa. Mas, para conceder a liberdade, ele tinha primeiro de reivindicar propriedade. Ele escreveu que desejava que Rosalie e seus quatro filhos pudessem "desfrutar a plenitude da liberdade [...] como os outros *affranchis* dessa colônia". O termo *affranchi* (pessoa alforriada) era sob muitos aspectos arcaico em 1803, tendo sido amplamente substituído sob os comissários e sob Louverture pelo termo *citoyen* (cidadão), mas ele se referia à linguagem original do Código Negro, segundo o qual aqueles que tivessem sido *affranchis* por virtude de uma alforria deveriam gozar dos mesmos direitos que aqueles nascidos livres. O termo tinha, além disso, sido reintroduzido quando o general Leclerc ofereceu declarar *affranchis* aqueles homens negros que se juntassem a suas tropas coloniais. Para Michel e Rosalie, a propriedade fictícia e as fórmulas do antigo regime nesse documento tinham aparentemente a intenção de conferir a ela e a seus filhos uma liberdade mais durável e mais defensável que aquela declarada pela Convenção Nacional Francesa. Era de esperar que um regime sucessor ou um regime vizinho aceitassem a declaração de intenção escrita por um homem que se descrevia como um senhor de escravos, fosse qual fosse a política eventual sobre a própria escravidão⁴⁰.

A esse documento improvisado também faltava a assinatura de um escrivão — já que os tabeliões oficiais tinham em grande medida fugido da região em maio de 1803, e alguns deles poderiam ter hesitado em autenticar um texto desse tipo, já que ele oferecia um reconhecimento oficial de um direito de propriedade sobre um ser humano, direito este que estava legalmente extinto em Saint-Domingue. Para produzir o texto, Michel parece ter copiado frases de uma carta de alforria padrão, talvez aquela que Rosalie tinha recebido de Marthe Guillaume em 1795, durante a ocupação britânica, e que nunca tinha sido assinada. Sem qualquer certificação oficial, essa nova declaração de liberdade era efetivamente um texto *sous seing privé*, isto é, um texto elaborado pelas partes, mas sem autenticação por uma autoridade legal. É possível que só tivesse plena força se o próprio Michel Vincent estivesse presente para confirmar sua validade, ou se posteriormente fosse registrado de alguma maneira. Mas as circunstâncias eram totalmente desesperadoras, e isso era provavelmente o melhor que podiam fazer⁴¹.

O documento também enumerava vários elementos da liberdade que Michel disse estar concedendo a Rosalie — como se o simples fato da manumisão não fosse suficiente para garantir que ela poderia realmente ir e vir, cuidar de seus próprios negócios e receber salários, se continuasse a trabalhar para ele. Esse nível de detalhamento refletia em parte qual era a real situação dos ex-escravos. Já em 1793-1794 os Comissários Civis Sonthonax e Polverel tinham imposto várias restrições ao movimento que podia forçar os recém-libertos a permanecer nas fazendas ou a continuar servindo como domésticos, e em 1800 Toussaint Louverture havia desenvolvido suas próprias regras compelindo os lavradores ao trabalho. Então Leclerc havia chegado e as reais intenções de Napoleão Bonaparte começaram a se espalhar. Quando Leclerc prometeu liberdade àqueles que se alistassem para apoiá-lo, ficou perfeitamente claro que a escravidão era uma possibilidade renovada para quem não o fizesse.

Rosalie e Michel estavam assim criando um documento à sombra de leis contraditórias e das terríveis realidades da guerra. Aos nossos olhos, cientes de que o Haiti acabaria se tornando independente e do movimento de longo prazo que se inclinaria no sentido da destruição da escravidão nas Américas, uma "alforria" realizada uma década após a declaração de abolição pela Convenção Nacional parece algo absurdo, particularmente porque não havia qualquer evidência de que Michel Vincent havia sido "dono" de Rosalie. Mas aquilo que o governo metropolitano na França havia autorizado ele poderia também invalidar, e aqueles que estavam na região não tinham meios de saber como essa luta terminaria. Quando as tropas do Exército Indígena, agindo em concerto com Dessalines, preparam o ataque final contra as forças expediionárias francesas em Jérémie na primavera de 1803, o destino da abolição geral em Saint-Domingue estava a ponto de ser decidido. Mas, para Michel e Rosalie, uma alforria individual que lembrava uma prática do *ancien régime* podia ainda parecer mais segura do que a emancipação geral declarada pela França sob a Convenção Nacional, agora solapada pela restauração da escravidão por Bonaparte em outros lugares das Antilhas, juntamente com a reabertura do comércio de escravos no Atlântico. Os dias dos comissários civis republicanos e seus decretos devem ter parecido coisa de uma vida passada. Além disso, se Rosalie se visse obrigada a fugir da ilha, uma declaração escrita por um suposto senhor de escravos provavelmente viajaria muito melhor através das jurisdições do que o decreto de um regime revolucionário contestado. Em uma das últimas linhas do documento, Michel declarava com otimismo que seu ato particular tinha que ter a mesma força como se tivesse sido redigido diante de um tabelião⁸².

Rosalie não foi a única a tentar legalizar sua passagem para a liberdade em um momento de crise. Poucas semanas mais tarde, Charles Daromon, um carpinteiro que estava em uma situação paralela na comunidade vizinha de Grande Rivière, deu um jeito de elaborar um documento semelhante. Nesse caso, um tabelião estava disponível e lhe forneceu a linguagem para formalizar o que ele estava buscando realizar e aquilo que a mulher que o servia tinha esperança de obter. Charles Daromon, escreveu o tabelião, tinha recebido da "cidadã Marie Jeanne, negra", "serviços importantes não especificados na época dos maiores alarmes e terrores" e ele desejava recompensá-la por sua lealdade e bons serviços, libertando-a de todo "compromisso" (*engagement*) para com ele e seus herdeiros. O tabelião se esforçou para evitar usar a palavra "escravidão" que agora era um anacronismo legal, mas descreveu as ações de Charles usando os termos *affranchir* (alforriar) e *manumission* (manumissão), ambos termos clássicos para a concessão de liberdade da escravidão. O texto assinalava uma consciência da mudança do locus da autoridade, enfatizando que seria responsabilidade da própria Marie Jeanne obter qualquer certificação oficial desse ato cartorial. Ela deveria, além disso, adequar seu próprio comportamento às leis estabelecidas e "às leis que podem ser e serão estabelecidas no futuro para pessoas na situação em que ela se encontra e também pelas razões estabelecidas acima"⁸³.

Quando o tabelião de Grande Rivière transcreveu a cópia oficial desse texto em seus registros, não deu a ele o título de *affranchissement* ou alforria. Chamou-o simplesmente de uma "Declaração estabelecendo o estatuto pessoal (*état civil*) de Marie Jeanne". Com efeito, a questão do estatuto pessoal tinha agora se tornado importante para todos. Indo adiante em uma zona desconhecida de leis em mutação — ou talvez até de ausência provisória de leis —, relações que tinham contido um componente de reciprocidade, por mais assimétricas que fossem, agora precisavam ser formalizadas de uma maneira que reconhecia essa incerteza. O carpinteiro poderia ter necessidade de manter Marie Jeanne por perto para preservar sua própria saúde ou até sua vida; Marie Jeanne poderia ter necessidade de manter o carpinteiro a uma distância legal para estabelecer sua própria autonomia. Marie Jeanne, Rosalie e muitas outras negociavam nesse momento de crise com escrivães, vizinhos e parceiros íntimos, na expectativa de garantir no papel algo daquilo que elas tinham ganhado por meio da revolução⁸⁴.

Dentro de algumas semanas após a assinatura da carta de alforria, a guerra chegou ao distrito de Les Abricots. Um prefeito francês descreveu a situação sem meias-palavras: "Le Nord est détruit; le Sud est en feu" (O Norte está

destruído; o Sul está em chamas). Avanços contra os franceses pelas forças de Dessalines agora eram acompanhados por uma mudança na geopolítica mais ampla do império. O Tratado de Amiens entre os franceses e os britânicos foi rompido na metade de maio e as hostilidades recomeçaram na Europa. O padrão de navegação no Atlântico seria tumultuado conforme a guerra se deslocava para os mares. Michel teve de abandonar seu plano de partir para a França. Considerando a força naval britânica, agora seria quase impossível que as tropas francesas em Saint-Domingue fossem reabastecidas com provisões vindas da Europa⁸⁵.

A combinação de perdas na colônia com a falta de provisões da França deixara a força expedicionária na defensiva diante das tropas que avançavam a partir do baluarte de Les Cayes, deslocando-se para o norte na direção de Jérémie. Para muitos residentes das comunidades na zona de guerra, o puro terror diante do fogo e da luta que se aproximavam substituiu qualquer processo organizado de escolha entre ficar ou fugir. Escrevendo de um amargo exílio posterior nos Estados Unidos, o comerciante e fazendeiro Pierre Chazotte expressou sua fúria em relação ao general francês Sarrazin por não ter conseguido enviar tropas para proteger a população, e se descreveu como tendo supervisionado a evacuação em Les Abricots: "À minha chegada [...] após uma consulta com os moradores presentes, tendo nada mais que duas pequenas embarcações, foi decidido embarcar primeiro as mulheres e crianças brancas e depois as de cor". Sem quaisquer reforços franceses esperados de Jérémie, ele lembra:

abandonamos a aldeia de Abricots no momento em que uma coluna de mil negros entrava correndo nela, com tochas acesas em suas mãos. Do alto das colinas onde estavam as plantações de café dos herdeiros Pauver, contemplamos a aldeota sendo devorada pelo fogo e todas as coisas valiosas depositadas nella pelos fazendeiros vizinhos reduzidas a cinzas.

Navios britânicos estavam rondando o Canal do Vento, e refugiados que tinham subido nos barcos em Les Abricots só podiam esperar que os capitães conseguissem fugir para o reduto seguro mais próximo em Cuba. Aqueles que não puderam encontrar espaço nos barcos se arrastavam com seus pertences pela estrada de terra na direção de Jérémie⁸⁶.

Do ponto de vista do general Dessalines e de subsequentes historiadores haitianos, essas batalhas no sul foram parte de uma guerra muitas vezes cruel que posicionava suas forças contra aquelas de uma potência colonial brutal.

No começo de julho de 1803 o Exército Indígena marchou em duas colunas na direção do porto de Jérémie e as tropas francesas, com alguns infelizes aliados poloneses, desesperadamente tentaram ganhar tempo. Apanhados no meio daquilo, muitos dos civis que tinham se refugiado em Jérémie já estavam procurando encontrar uma passagem em algum tipo de navio, com a esperança de chegar a Santiago ou a Baracoa em Cuba. Logo a evacuação era geral, com tropas e civis lutando para descobrir uma saída durante um breve cessar-fogo. Uma capitulação formal por parte dos franceses, possibilitando uma ocupação relativamente pacífica da cidade pelo Exército Indígena, ocorreu nos primeiros dias de agosto⁸⁷.

Para os refugiados que fugiram da colônia durante essa primavera e esse verão, a questão de estatuto e condição — e particularmente se uma pessoa uma vez libertada poderia se tornar um escravo novamente — iria se ampliar muito, conforme eles se deslocassem para a colônia espanhola de Cuba. Cuba havia fornecido refúgio no passado para exilados que fugiam da luta em Saint-Domingue, mas as autoridades espanholas que lá estavam agora tinham uma profunda suspeita dos regimes revolucionários tanto da França quanto de sua colônia e das políticas que eles haviam introduzido.

Sobreviveria a “liberdade natural” reconquistada por aqueles que tinham sido escravizados na colônia francesa a uma mudança de jurisdição? Se não, então para Marie Françoise, chamada Rosalie, a liberdade poderia em breve ser tão tênue quanto uma folha de papel, garantida apenas pelo documento escrito a tinta por Michel Vincent.

Notas

- ¹ Para uma descrição do processo geral de desembarque e atribuição de nomes, veja Mederic Louis Élie Moreau de Saint-Méry, *Description topographique, physique, civile, politique et historique de la partie française de l'île Saint-Domingue*, 2 vols. (Filadélfia: pelo autor, 1797, 1798), 2:685.
- ² Os dois últimos desses documentos (datados de 1799 e 1803) foram elaborados na presença de Michel Vincent e se referem inequivocamente a Marie Françoise, du Rosalie, que mais tarde se identificou como Rosalie Vincent e que era a mãe de Élisabeth Vincent, e portanto a avó de Édouard Tinchant. Os três primeiros documentos (dois datados de 1793 e um de 1795) estão conectados com os outros dois pelo uso superposto por parte de Marthe Guillaume de variantes da frase “Rosalie de nação Poulard”. Jérémie era uma pequena cidade cuja população incluía pouquíssimos africanos escravizados designados como Poulard; Michel Vincent aparentemente tinha negócios financeiros diretos com Marthe Guillaume. Parece seguro inferir que todos os cinco documentos se referiam à mesma mulher.

- 3 Jérémie era um dos cinco *quartiers* da Partie du Sud, junto com Petit-Goave, Saint-Louis, Les Cayes e Cap-Tiburon. Moreau de Saint-Méry, *Description topographique*, 2:532.
- 4 Veja Moreau de Saint-Méry, *Description topographique*, 2:762-815; e Keith Anthony Manuel, "Slavery, Coffee, and Family in a Frontier Society: Jérémie and its Hinterland, 1780-1789" (tese de mestrado, University of Florida, Gainesville, 2005).
- 5 Veja Julius S. Scott, "Negroes in Foreign Bottoms": Sailors, Slaves and Communication", in *Origins of the Black Atlantic*, org. Laurent Dubois e Julius S. Scott (New York, Routledge, 2010), 69-98, citação p. 78.
- 6 Moreau de Saint-Méry, *Description topographique*, 2:685.
- 7 Veja os registros de viagens verbetes 1259, 1311 e 1366 no vol. 1 de Jean Mertas, *Répertoire des expéditions négrières françaises au XVIII^e siècle*, org. Serge Daget, 2 vols. (Paris, Société française d'histoire d'outre-mer, 1978-1984).
- 8 Moreau de Saint-Méry, *Description topographique*, 2:805.
- 9 Moreau de Saint-Méry acreditava que 37 anos antes havia apenas 2.147 escravos em Jérémie e nas redondezas (*ibidem*, 2:806).
- 10 *Ibidem*, 2:782.
- 11 A compra, em 1776, por Marthe Guillaume de sua primeira loja está registrada em um ato datado de 10 de novembro de 1777, Tabelião Bosc, Saint-Domingue (daqui em diante, SDOM) 204, Dépôt des papiers publics des colonies, Archives nationales d'outre-mer, Aix-en-Provence, France (daqui em diante DPPC, ANOM). A lista de seus credores inclui algumas descrições de mercadorias. Veja "Remise de créance par le S. Marsolas à Marthe Guillaume", 30 de agosto de 1794, pasta 6C-210, Tabelião Lépine, Jérémie Papers, Special Collections, University of Florida George A. Smathers Libraries, Gainesville (daqui em diante JP, SC, UFL).
- 12 O contrato de aprendiz é "Brevet d'apprentissage de Pierre Aliés", 1º de agosto de 1777, Tabelião Lefrarter, SDOM 1208, DPPC, ANOM. Para batismos em que ela atuava como madrinha, veja os resumos dos registros de Archives nationales do Haiti com números de referência 342478 (19 de abril de 1781), 342482 (29 de abril de 1781) e 343314 (5 de março de 1787), disponíveis na Association de généalogie d'Haiti (AGH) em <<http://www.agh.qc.ca>>.
- 13 Para uma grande venda de escravos, muitos deles levando essa marca, veja "Vente de divers nègres par Marthone Guillaume Aliés faveur du Sieurs Nartigue", 7 de dezembro de 1784, Tabelião Lépine, SDOM 1277, DPPC, ANOM. O batismo de Marthe Guillaume na paróquia de Sainte-Rose em Léogane dia 12 de março de 1741 está registrado em Saint-Domingue, Registres de la paroisse de Léogane, microfilme de Archives nationales, Centre d'accueil et de recherche des Archives nationales, Paris (daqui em diante apresentado em formato de número de chama-dada, SOM 5 Mi/62, CARAN). Nele, seu pai é identificado como um escravo e sua mãe, como uma mulher negra livre. Seu pai subsequentemente foi libertado, e seus pais se casaram. Agradecemos a Andrée-Luce Fourcand por ter contribuído para que nos dirigíssemos a esse documento.
- 14 Para o casamento da filha de Marthe Guillaume, Marie Anne (Aliés), com Jean Baptiste Azor dit Fortunat no dia 28 de fevereiro de 1783, veja SOM 5 Mi/60, CARAN. Azor, designado um *quarteron*, tinha adquirido sua liberdade apenas um ano antes. Veja o contrato de casamento de 26 de fevereiro de 1783, Tabelião Lépine, SDOM 1273, DPPC, ANOM.
- 15 Sobre a família Couët de Montcarand, veja Regnault de Beaucaron, *Souvenirs de famille: voyages, agriculture, précédés d'une Causerie sur le passé*, vol. 1. (Paris, Plon-Nourrit, 1912), 97. Sobre Michel Vincent e a localização de sua terra, veja Jean Hébrard, "Les deux vies de Michel Vincent, colon à Saint-Domingue (c. 1730-1804)", *Revue d'histoire moderne et contemporaine* 57 (abril-junho 2010): 50-77.

- ¹⁶ Hébrard, "Les deux vies".
- ¹⁷ Veja "Vente par le Sr. Collet faveur de Magloire d'une négresse nommée Julie", 20 de março de 1787 no Tabelião Lépine, SDOM 1281, DPPC, ANOM.
- ¹⁸ Veja Dominique Rogers, "Les Libres de couleur dans les capitales de Saint-Domingue. Fortune, mentalités, et intégration à la fin de l'Ancien Régime (1776-1789)", (tese de doutorado, Université de Bordeaux III, 2001), e Stewart R. King, *Blue Coats or Powdered Wig: Free People of Color in Pre-Revolutionary Saint-Domingue* (Athens, University of Georgia Press, 2001).
- ¹⁹ Veja a morte registrada em Porto Príncipe dia 9 de outubro de 1835 de um homem idoso com o sobrenome Couba, nascido na África: documento 501960, resumido para o AGH, acessado no site <<http://www.agh.qc.ca>>.
- ²⁰ Em um registro de casamento de 1802 de Jérémie, Alexis Couba aparece como testemunha e lhe atribuem a idade de 90 anos, o que colocaria seu nascimento em mais ou menos 1712. Veja o casamento dia 17 de julho de 1802 de Jean Meynard e Marie-Lada Fréenne, documento 54-VII-2, AGH, <<http://agh.qc.ca>>. O casamento do próprio Couba está registrado dia 9 de janeiro de 1781, nos registros da paróquia de Jérémie, reproduzidos em microfilme SDOM 5M1-59, CARAN.
- ²¹ Compras de escravos por pessoas de cor livres e alguns casamentos entre proprietários e escravos aparecem nos registros cartoriais de Jérémie mantidos em ANOM. Sobre o Código Negro e a alforria, veja Malick Ghachem, *The Old Regime and the Haitian Revolution*, New York, Cambridge University Press, 2012), cap. 2.
- ²² "Liberté de Lisette", 26 de outubro de 1783, no Tabelião Robinet, SDOM 1563, DPPC, ANOM.
- ²³ A evidência de que Rosalie tinha pertencido anteriormente a Alexis Couba está em uma minuta do testamento de Martha Guillaume. Veja "Testament de Marthe Guillaume", 8 de janeiro de 1793, no Tabelão Lépine, pasta 6C-116, IP, SC, UFL.
- ²⁴ Veja "Remise de créance...", 30 de agosto de 1794, Tabelão Lépine, pasta 6C-210, IP, SC, UFL. Sobre o papel dos empréstimos para a criação de redes sociais que ultrapassavam as fronteiras de classes nas sociedades do *ancien régime*, veja Laurence Fontaine, *La finance morale paupière, crédits et confiance dans l'Europe préindustrielle* (Paris, Gallimard, 2008).
- ²⁵ Muitos dos negócios de Marthe Guillaume com empreiteiros, comerciantes e seus vizinhos foram registrados pelo tabelião Lépine e podem ser encontrados em DPPC, ANOM, ou em IP, SC, UFL. Em um contrato com um pedreiro feito em 1787, a casa de Marthe é ser convertida e mencionada como estando na Place d'Armes. Veja "Marché entre le Sr Piffet & Marthe Guillaume", 19 de outubro de 1787, tabelão Lépine, SDOM 1285, DPPC, ANOM.
- ²⁶ Sobre a interação de leituras abrangentes do Código Negro e da nova declaração, veja Ghachem, *The Old Regime*, caps. 5 e 6.
- ²⁷ *Décrets de l'Assemblée nationale concernant les colonies suite d'une instruction pour les îles de Saint-Domingue, La Tortue, La Gonave et l'île-a-Vache, du 8 mars 1790*, Paris, Imprimerie nationale, 1790.
- ²⁸ Veja Beaubrun Ardouin, *Études sur l'histoire d'Haiti suivies de la vie du général J.M. Borgella*, 11 vols. (Paris, Dezobry et E. Magdeleine, 1853-1860), I:131.
- ²⁹ Veja John Garrigus, *Before Haiti: Race and Citizenship in French Saint-Domingue* (New York, Palgrave Macmillan, 2006), 247-280; e Garrigus, "Thy coming fame, Oge! hi sur": New Evidence on Oge's 1790 Revolt and the Beginnings of the Haitian Revolution", in *Assumed Identities: The Meanings of Race in the Atlantic World*, org. Garrigus e Christopher Morris (College Station, Texas A&M University Press, 2010), 19-45; e também Ardouin, *Études*, I:133-163.
- ³⁰ Veja Ardouin, *Études*, I:162; e Garrigus, *Before Haiti*, 109, 123, 132-135, 244.
- ³¹ Garrigus, *Before Haiti*, e King, *Blue Coats*, esp. 266-274; Dominique Rogers, "On the Road to Citizenship: The Complex Route to Integration of the Free People of Color in the Two

- ³¹ Capitals of Saint-Domingue", in *The World of the Haitian Revolution*, org. David Patrick Geggus e Norman Fiering (Bloomington, Indiana University Press, 2009), 65-78.
- ³² Veja também Ghachem, *Old Regime*, e Laurent Dubois, *Avengers of the New World: The Story of the Haitian Revolution* (Cambridge, MA, Harvard University Press, 2004), 5.
- ³³ Laurent Dubois, *A Colony of Citizens: Revolution and Slave Emancipation in the French Caribbean, 1787-1804* (Chapel Hill, University of North Carolina Press, 2004), cap. 3; Garrigus, *Before Haiti*, 250-251.
- ³⁴ Veja Garrigus, *Before Haiti*, 250-252; e Carolyn Fick, *The Making of Haiti: The Saint Domingue Revolution from Below* (Knoxville, University of Tennessee Press, 1990), 137-138, e Apêndice C; e Arduoin, *Études*, 1:216-236.
- ³⁵ Veja Dubois, *Avengers*, cap. 4; David Patrick Geggus, *Haitian Revolutionary Studies* (Bloomington, Indiana University Press, 2002), cap. 6; e Ghachem, *Old Regime*, caps. 4, 5 e 6.
- ³⁶ Sobre o armamento dos escravos na Grand'Anse, veja Arduoin, *Études*, 2:136; e David Geggus, "Slave, Soldier, Rebel: The Strange Career of Jean Kina", in Geggus, *Haitian Revolutionary Studies*, cap. 9.
- ³⁷ Para o episódio em Jérémie, veja pasta 13 em *Missions des représentants du peuple et comités des assemblées, 1789-1794 IV* (série D), Comité des colonies (sous-série XXV), dossier 65 (geralmente conhecido pelo número de chamada D-XXV/65), CARAN. Sobre o sul, veja Fick, *Making of Haiti*; e Arduoin, *Études*, 2:135-136.
- ³⁸ Arduoin, *Études*, 1:311-312. Veja a seguir para uma discussão de Pierre Aliés e a milícia.
- ³⁹ "Remise de créance à Marthe Guillaume par le S. Marsolas", datado 30 de agosto de 1794, relata suas atividades durante muitos anos anteriores. Veja em tabelião Lépine, pasta 6C-210, JP, SC, UFC. A história da varíola é contada em Arduoin, *Études*, vol. 2: 139.
- ⁴⁰ No Decreto de 4 de abril e sua recepção, veja "Rapport de Philippe-Rose Roume sur sa mission à Saint-Domingue en qualité de commissaire national civil", *Archives parlementaires de 1789-1860: recueil complet des débats législatifs et politiques des chambres françaises*, 1^a série (1789-1804), vol. 57 (Paris, Paul Dupont, 1900), 67-80, esp. 72.
- ⁴¹ *Débats entre les accusateurs et les accusés, dans l'affaire des colonies, imprimés en exécution de la Loi du 4 pluviôse*, 2 vols. (Paris, Imprimerie nationale, Pluviôse an III [janeiro-fevereiro de 1792-1793], 1:291.
- ⁴² O documento é datado de 8 de janeiro de 1793 e encontra-se no Tabelião Lépine, pasta 6C-1, JP, SC, UFC.
- ⁴³ "Vente Par Marthe Guillaume à Mongol de la N= Rosalie", 14 de janeiro de 1793, Tabelião Lépine, pasta 6C-119, JP, SC, UFC. Jean Baptiste Mongol tinha sido alforriado em 1782, adquiriu uma escrava chamada Lisette e depois se casou com ela. Veja o registro de seu casamento, 3 de novembro de 1787, em St. Domingue, *Registres de la paroisse de Jérémie, 1783-1786*, vol. 5 Mi/60, CARAN.
- ⁴⁴ Os parágrafos que seguem têm como base uma leitura crítica da versão impressa de "Adresse à tous les citoyens chargés des autorités civiles & militaires, et à tous les citoyens de la Colonie", datado "Jérémie, Maison commune, le 7 mars 1793", cópia na pasta 895, D-XXV/113, CARAN.
- ⁴⁵ "Adresse à tous les citoyens chargés des autorités civiles et militaires, 7 mars 1793".
- ⁴⁶ Ibidem, 9.
- ⁴⁷ Ibidem, 13-33. E Arduoin, *Études*, 2:55-58.
- ⁴⁸ Veja "Adresse à tous les citoyens chargés des autorités civiles et militaires, 7 mars 1793", 8. Sobre Atlas, veja também Fick, *Making of Haiti*, 235; e Berger to Rochambeau, 26 de junho de 1803, pasta 1954, *Rochambeau Papers*, SC, UFC.
- ⁴⁹ A tomada de prisioneiros é descrita em Arduoin, *Études*, 2:55.

- 50 Veja "Adresse à tous les citoyens chargés des autorités civiles & militaires," mars 1793, 31-32, e Ardouin, *Études*, 2:219.
- 51 As ações dos fazendeiros emigrantes podem ser acompanhadas na correspondência volumosa nos Registros do War Office (daqui em diante WO) 1-51, National Archives of the United Kingdom, Kew (daqui em diante NAUK), e são analisadas por David Patrick Geggus em Warren, *War and Revolution. The British Occupation of Saint Domingue, 1793-1796*, Oxford, Clarendon Press, 1982), cap. 3.
- 52 Após a tradução fornecida por Jeremy D. Popkin em seu vívido relato dos eventos, *See You All Free. The Haitian Revolution and the Abolition of Slavery*, New York, Cambridge University Press, 2010), 212.
- 53 Veja [Le G.G.], "Aux origines de l'abolition de l'esclavage. Proclamations de Pétion et de Sonthonax 1793-1794", *Revue d'histoire des colonies*, 36 (primeiro trimestre, 1999), 26-39 e 36 (terceiro e quarto trimestres, 1999), 348-423. O decreto inicial, aplicável no norte, declarou que todos que estivessem na escravidão estariam livres e deu a todos os direitos de cidadania francesa, embora sujeitos a um regime de trabalho especial: 351-352.
- 54 Ardouin, *Études*, 2:265-276. Veja Geggus, *War, and Revolution*, 63.
- 55 Bérault Saint Maurice, citado em Geggus, *War, and Revolution*, 68.
- 56 Esses são os termos usados em Colonel Whitelock to Mr. Lewis, 22 de janeiro de 1794 em WO 1/59, NAUK. Sobre os acampamentos nas colinas, veja "Adresse à tous les citoyens chargés des autorités civiles & militaires," mars 1793.
- 57 "Extract of a letter from Henry Shirley Esq. to his Brother, dated Kingston 20th July 1794," 425, WO 1/59, NAUK.
- 58 Veja "Letter on the State of St. Domingo", agosto de 1794, escrito por De Charmilly, nº 508, WO 1/59, NAUK.
- 59 De Charmilly to M. King, datada Jeremie 29 de janeiro de 1794 (Carta de um oficial em St Domingue, datada 22 de maio de 1794, ambas em WO 1/59, NAUK). Veja também *Habans Avengers*, 167.
- 60 "Procuration speciale et générale par la n° Marthe Guillaume, favorite de M. Pailliette" 12 de fevereiro de 1794, Tabelião Lafuge Jeune, pasta 3-10, JP, SC, UFL.
- 61 A evidência mais forte para uma data inicial para seu relacionamento com Michel Vincent é o nascimento de seus filhos, discutido a seguir. Sobre o exercício da liberdade nas áreas do sul controladas por Rigaud, veja Carolyn E. Fick, "The Haitian Revolution and the Limits of Freedom. Defining Citizenship in the Revolutionary Era", *Social History*, 12 (2007), 100-114.
- 62 Veja "Copie des Procès Verbaux des Délibérations du Conseil Privé de Mr. White" 16 de setembro de 1794 ate 12 de setembro de 1794, 82-83, in Colonial Office Records (daqui em diante CO 245/5, NAUK).
- 63 "Remise de créance par le S. Marsolais à Marthe Guillaume", 30 de agosto de 1794, Tabelião Lépine, pasta 6C-210, JP, SC, UFL.
- 64 Veja o fragmento datado de 1794, Baptemes, in *Papers of the Grette*, pasta 12, causa 13, JP, SC, UFL.
- 65 "Aftranchissement de la negresse Rosalie par Marchonne", 2 de dezembro de 1793, Tabelão Dobignies, pasta 9-218, JP, SC, UFL.
- 66 Veja as discussões nos documentos do Conseil privé em dezembro de 1793 e janeiro de 1794, Treasury Records (daqui em diante T 1017, NAUK).
- 67 Veja a carta do Conseil privé para o Comandante Murray dia 12 de setembro de 1793, a respeito "Aftranchissement" 69, e Williamson para Murray, 13 de janeiro de 1794, todos em "Copie des

lettres Ecrites para Le Conseil Privé... Williamson", um volume datado 28 de agosto de 1794 mas incluindo alguns materiais posteriores. T 81/15, NAUK.

- ⁶⁸ Sobre a retirada dos britânicos, veja Geggus, *Slavery, War and Revolution*, 373-381. Sobre a guerra civil entre Louverture e Rigaud, veja Dubois, *Avengers*, cap. 11, e Fick, *Making of Haiti*, 196-203.
- ⁶⁹ Uma cópia do ato batismal está em "Rectification de noms d'épouse Tinchant dans son contrat de mariage", 16 de novembro de 1835, Ato 672, Tabelião Théodore Seghers, New Orleans Notarial Archives Research Center.
- ⁷⁰ Certidão de batismo em "Rectification de noms".
- ⁷¹ Os valores estimados das casas em Jérémie são extraídos dos fólios 4r a 9r do Cadastro de Jérémie, datado Pluviôse, ano X [janeiro de 1802], Supplément Saint-Domingue (daqui em diante SUPSDOM), série 5, documento 5 (5SUPSDOM/5), DPPC, ANOM.
- ⁷² Veja o documento de venda datado 13 Pluviôse, ano VII [1º de fevereiro de 1799], Tabelião Joubert, pasta 4-13, JP, SC, UFL.
- ⁷³ Veja fólios 4r a 9r do Cadastro de Jérémie, Pluviôse, ano X [janeiro de 1802], 5SUPSDOM/5, DPPC, ANOM. Sobre a atividade notarial em geral, veja os registros dos tabeliões Lépine e Joubert em JP, SC, UFL.
- ⁷⁴ Sobre o contexto para a expedição francesa, veja Yves Benot, *La Démence coloniale sous Napoléon* (1992; repr. Paris, Éditions La Découverte, 2006), 57-98, 359.
- ⁷⁵ Sobre a situação legal em 1802, veja Jean-François Niort e Jérémie Richard, "À propos de la découverte de l'arrêté consulaire du 16 juillet 1802 et du rétablissement de l'ancien ordre colonial (spécialement de l'esclavage) à la Guadeloupe", *Bulletin de la Société d'histoire de la Guadeloupe*, 152 (2009); 31-59.
- ⁷⁶ Veja Arduin, *Études*, vol. 5, cap. 11.
- ⁷⁷ Ibidem, 5:385.
- ⁷⁸ O plano de Michel para partir para a França é mencionado explicitamente na carta de alforria analisada a seguir.
- ⁷⁹ "Enregistrement de liberté par. de Marie Françoise", 26 Ventôse, ano XII [17 de março de 1804] folio 25v, 26r, Actes, déclarations & dépôts divers, 10 Pluviôse, ano XII [31 de janeiro de 1804] 10 Vendémiaire, ano XIII [2 de outubro de 1804] 6SUPSDOM/3, DPPC, ANOM.
- ⁸⁰ Ibidem. Sobre as políticas de Leclerc em 1802, veja Arduin, *Études*, 5: 307.
- ⁸¹ "Enregistrement de liberté par. de Marie Françoise".
- ⁸² Ibidem.
- ⁸³ "Déclaration constatant l'état civil de Marie Jeanne par Charles Daromon demeurant à la Grande Rivière", 8 Messidor, ano XI [27 de junho de 1803], Tabelião Joubert, pasta 4-143, JP, SC, UFL.
- ⁸⁴ Sobre as maneiras nas quais os tabeliões vertiam as intenções dos declarantes nos moldes estabelecidos pelos documentos oficiais, veja Kathryn Burns, *Into the Archive: Writing and Power in Colonial Peru* (Durham, NC, Duke University Press, 2010). Sobre estratégias semelhantes para formalizar a liberdade, veja Dubois, *Colony of Citizens*, 374-378.
- ⁸⁵ Arduin, *Études*, vol. 5, cap. 11.
- ⁸⁶ Peter S. Chazotte, *Historical Sketches of the Revolutions and the Foreign and Civil Wars in the Island of St. Domingo* (New York, Wm. Applegate, 1840), 32-34.
- ⁸⁷ Veja Thomas Madiou, *Histoire d'Haiti*, vol. 3 (Port-au-Prince, Éditions Henri Deschamps, 1989), 66-68; Jan Pachonski e Ruel K. Wilson, *Poland's Caribbean Tragedy: A Study of Polish Legions in the Haitian War of Independence, 1802-1803* (Boulder, CO, East European Monographs, 1986), caps. 4 e 5.

A cidadã Rosalie

Os soldados espanhóis do forte no estuário da baía de Santiago de Cuba eram normalmente os primeiros a avistar as velas que se aproximavam. O projeto de Napoleão Bonaparte de impor seu comando sobre a colônia vizinha de Saint-Domingue estava desmoronando. Muitos civis, expostos às batalhas finais, procuravam quaisquer embarcações disponíveis nos portos, em busca de abrigo seguro. Cuba, uma colônia da Espanha, parecia um refúgio potencial¹.

Para aqueles a bordo, a travessia foi um período de fome, sede e medo. O medo que acompanhava a fuga era ampliado pela ameaça de captura por navios ingleses no Canal do Vento. Mas, no meio do tumulto, aqueles que fugiam também perceberam que estavam deixando uma jurisdição que tinha abolido a escravidão e se aproximando de uma que não o tinha feito. Quando o litoral cubano assomou à vista, com ele veio a possibilidade de que um refugiado pudesse exercer poderes relacionados com a propriedade de um ser humano por outro — ou ser submetido a eles.

No momento em que os barcos deixavam Jérémie e Les Abricots, já não era possível manter legalmente ninguém como escravo em Saint Domingue, e aqueles que em um determinado momento tinham sido escravos tinham o direito de ser tratados como cidadãos. Trabalhadores no campo eram designados *cultivateurs*; outros eram chamados *domestiques*, com toda a ambiguidade que o termo pode implicar. Antigos senhores de escravos podiam usar ainda os termos “negros” e “negras” para aqueles que eram seus empregados; e alguns padres e tabeliães também o faziam em seus registros. Mas ninguém era escravo. O general Leclerc tinha retomado o uso do termo *affranchis* (alforriados) para referir-se aos homens negros que participavam de suas forças, e isso certamente implicou um contraste potencial com pessoas *não liberadas*. Mas o plano de Napoleão Bonaparte de reimpor a escravidão quando seus

generais reconquistassem a colônia ia rapidamente se tornando irrelevante, já que a expedição francesa caminhava para um fim humilhante².

Cuba era um baluarte da escravidão e seus governantes não tinham o menor desejo de ver o espírito abolicionista desembarcar junto com os refugiados. Isso significava que um refugiado que chegassem afirmando ser livre em virtude das conquistas de Toussaint Louverture e da Revolução Haitiana, ou até mesmo graças aos decretos abolicionistas da Convenção Nacional Francesa, arriscava-se a ser preso, deportado ou vendido como escravo. Nesse espaço de silêncio obrigatório, aqueles que tinham sido donos de escravos podiam começar a reafirmar direitos de propriedade sobre homens, mulheres e crianças que eles ainda consideravam como legitimamente seus "escravos".

Conforme os barcos ancoravam na entrada da baía, o comandante no forte buscou orientação do governador Sebastián Kindelán, encarregado do distrito de Santiago. Kindelán inicialmente fez uma distinção direta de cor, recusando entrada aos negros e mulatos que, segundo ele, representavam um perigo potencial imediato para a colônia. No final de junho de 1803 ele apresentou um relatório com a lista de barcos que tinham chegado naquele mês — desde a escuna francesa *Fidele* ao barco com um nome mais apropriado, *Último Recurso*, ambos saindo de Jérémie. No fim da página o escrivão observou que, dos passageiros nesses barcos, as "pessoas de cor, sem distinção de sexo ou idade", tinham sido mantidas a bordo, enquanto os brancos haviam desembarcado³.

Em julho já estava claro que Kindelán teria de administrar a chegada em seu litoral de centenas — e logo milhares — de pessoas. O capitão da escuna *La Nouvelle Société* (A Nova Sociedade), Barthélémy Bouny, informou que o campo ao redor de Jérémie estava agora nas mãos dos "negros rebeldes" e que a própria Jérémie estava ameaçada com o mesmo destino, obrigando as famílias a fugir e pedir hospitalidade aos residentes de Santiago. Um capitão após outro contava a mesma história com vários graus de embelezamento dramático⁴.

A aliança espanhola com a França, ao lado do interesse que o governo colonial tinha em atrair "bons residentes brancos" para desenvolver a agricultura da ilha, havia rapidamente aberto as portas para refugiados considerados brancos. A política relacionada com os refugiados de cor, no entanto, surgiu apenas com o passar do tempo, conforme as autoridades tentavam reconciliar várias considerações concorrentes. Em sua ansiedade para construir uma força de trabalho escrava, o governo espanhol havia encorajado o comércio de bozales (cativos recentemente trazidos da África) ao mesmo tempo em que proibia o desembarque de escravos *ladinos* — ou seja, aqueles que já tinham

estado por algum tempo em uma das colônias e que poderiam transmitir as ideias de resistência das ilhas francesas. A distinção entre "residentes brancos" desejáveis e residentes não brancos presumivelmente indesejáveis, e a distinção entre cativos *bozales* admissíveis e cativos *ladinos* inadmissíveis, no entanto, estava longe de enquadrar todos aqueles cujo estatuto havia sido retribalhado durante mais de uma década de revolução em Saint-Domingue. As autoridades em Havana e Santiago teriam de improvisar uma política, e depois inspetores teriam de descobrir como aplicá-la ao grupo confuso de pessoas que de fato estavam naqueles barcos⁵.

As listas de passageiros dos barcos representavam um microcosmo da sociedade da qual os refugiados tinham saído e refletiam a luta para definir o estatuto dos membros daquela sociedade. Em uma escuna, por exemplo, viajava um homem chamado François Vallée, um mestre alfaiate de Les Abricots, acompanhado por sua esposa, Marie Claire Cazenave, e seus filhos mais jovens⁶. Sob a lei francesa, todos os passageiros nesse barco que saíra de Saint-Domingue tinham sido formalmente libertados há anos, e ninguém podia ser legalmente comprado, mantido ou vendido como um escravo na *Grand'Anse* após a expulsão dos ingleses em 1798. Isso não impediu que François Vallée e sua esposa declarassem oito dos adultos e crianças que os acompanhavam como sendo sua propriedade. Com isso, a lista de passageiros preparada pelo capitão e entregue às autoridades portuárias rotulou essas seis mulheres e seus filhos como escravos. François reivindicava Josepha, *conga*, com 50 anos; Felicite, *conga*, com 18 anos; Luisa, nascida em Jérémie, com 22 anos; e Ariete, também nascida em Jérémie. Sua esposa, Marie Claire, reivindicava duas mulheres negras e seus filhos. Por um passe de mágica e com a cooperação do capitão e das autoridades coloniais espanholas, o casal tinha conseguido reconstituir a escravidão no percurso. Sua façanha seria repetida por centenas de seus companheiros refugiados⁷.

Embora o primeiro impulso de Kindelan tenha sido recusar a entrada aos refugiados de cor, os capitães dos navios geralmente procuravam desembarcar todos aqueles a bordo, a fim de voltar para Saint-Domingue e encher outro barco com passageiros. De uma forma ou de outra, mesmo os indesejáveis precisavam ser colocados em terra seca. O governador logo propôs uma solução temporária que permitiria que aqueles designados como criados leais pudessem entrar na cidade com seus "donos", enquanto aqueles ainda considerados como perigosos seriam encarcerados em barcaças. Em colaboração com um comerciante catalão (e mercador de escravos) chamado Joseph Martí, o governo espanhol colocou um barco no porto no qual prendeu "todos os negros fran-

ceses, livres e escravos, acima dos 13 anos de idade". Na primeira co
número foi 105, mas outros mais continuavam a chegar. Havia um pl
para deportá-los todos para *Tierra Firme*, a costa das Américas Cen
Sul, embora ninguém parecesse saber ao certo como aquilo iria funci

No longo prazo, Santiago de Cuba demonstrou ser um ponto de
barque receptivo para homens e mulheres que esperavam restaurar as r
sociais da escravidão, e para seu projeto de redefinir muitos dos refu
como escravos. Autorizado desde 1789 como um porto de chegada p
comércio transatlântico de cativos africanos, Santiago servia engenh
açúcar e fazendas de café em expansão no interior. Barcos chegavam reg
mente da costa ocidental da África, entregando trabalhadores escravos p
economia urbana e rural. Homens e mulheres de Saint-Domingue que traz
com eles os recursos financeiros e o hábito de comandar podiam ser basta
convincentes quando diziam que eles — e seus "escravos" — ofereciam a
de valor para um setor de exportação agrícola em desenvolvimento. Aque
com recursos mais modestos, inclusive homens e mulheres designados co
mulatos ou *mulatas libres*, poderiam simplesmente indicar que necessitava
do trabalho de um ou dois escravos a fim de evitar se tornar um peso para
governo cubano⁹.

Para evitar a captura por parte das autoridades cubanas de homens negros
considerados como "propriedade" potencialmente valiosa, alguns capitães
tentavam desembarcar grupos de refugiados na praia antes de chegar ao forte
que guardava o porto. Quando pegos, os capitães afirmavam então que o
problema tinha sido falta de água e comida ou que eles tinham amigos na
costa naquele ponto com os quais achavam que seria prudente se encontrar.
Mas foi difícil não ficar um pouco desconfiado quando o capitão François
Berquier da escuna *Almira*, chegando de Les Abricots com mais de 100 pe
soas a bordo, explicou que tinha ficado quase sem água dois dias antes, quan
do estava perto de um porto na costa cubana onde ele acreditava haver água.
Por isso tinha desembarcado "o cidadão Lepine" e 56 "escravos" masculinos e
femininos. Ele seguiria, então, para Santiago com os passageiros restantes, qui
agora se enquadravam melhor aos critérios para entrada na cidade; homens,
mulheres e crianças brancos, algumas pessoas de cor designadas como livres e
vários criados¹⁰.

Essas travessias e desembarques passaram a ser um jogo aceito de gato e
rato praticado no mar, mas também no papel com a inscrição de termos am
bíguos — criados — e explícitos — escravos. O procedimento aprovado era
que os navios se aproximassesem do forte à entrada da baía e esperassem fora de

estuário do porto. Após uma primeira inspeção, o capitão apresentava uma lista de passageiros ao comandante no forte e depois era conduzido de barco até a cidade para solicitar permissão para trazer seu navio para dentro do porto. Um escrivão estaria esperando para tomar o depoimento do capitão e elaborar uma petição apropriadamente respeitosa para o governador. O capitão se comunicava com o escrivão que, por sua vez, produzia um formulário de requisição em espanhol com detalhes adicionais dependendo das circunstâncias. O capitão Nicolas Dauvergne da escuna *La Esperanza*, por exemplo, afirmou que tinha sido obrigado pela falta de comida e por ter sido perseguido por uma fragata inglesa a desembarcar sete negros e quatro negras a dez léguas do porto de Santiago. Ele agora pedia que eles lhe fossem devolvidos. Os homens deveriam ser colocados em uma barca no porto e as mulheres, acompanhadas por seus filhos, retornadas para seus "respectivos senhores"¹¹.

Quando vemos a palavra *esclavos* nas listas de passageiros, então, muitas vezes estamos vendo um termo produzido em espanhol por um capitão francês para representar indivíduos que não estão presentes — homens, mulheres e crianças ainda dentro do navio e desesperados para desembarcar, ou a caminho de alguma praia remota, sob custódia. A palavra no papel não nos diz precisamente como o alfaiate François Vallée tinha reconstituído sua família como uma família com *esclavos*, e tampouco nos diz se aqueles assim rotulados sabiam que aos olhos dos administradores espanhóis eles tinham sido transformados em escravos. Fosse qual fosse o tipo de intercâmbio de trabalho por subsistência e proteção que Josepha e os outros haviam imaginado quando deixaram a zona de guerra e embarcaram com François Vallée e sua esposa, agora, eles se deparavam com uma mudança permanente de estatuto. É possível que só tenham se dado conta de todas as consequências quando subitamente se viram colocados à venda, ou quando tentaram exercer um ou outro direito negado a escravos — como partir do domicílio ou ter emprego autônomo por sua própria iniciativa¹².

Ao mesmo tempo, Santiago de Cuba era um ambiente urbano heterogêneo, que poderia dar alguma oportunidade para que essas pessoas se agarrassem a uma liberdade mantida ou adquirida no Saint-Domingue revolucionário. Na cidade, inúmeros homens e mulheres nascidos em Cuba e na África tinham com o passar dos anos obtido sua liberdade, muitos acumulando recursos quando seus senhores lhes permitiam alugar seu próprio trabalho e guardar uma parte do dinheiro ganho. Havia também uma milícia muito antiga composta de homens de cor livres que poderia fornecer um ponto de contato óbvio para seus congêneres de Saint-Domingue. O filho de Marthe Guillaume,

ceses, livres e escravos, acima dos 13 anos de idade". Na primeira contagem o número foi 105, mas outros mais continuavam a chegar. Havia um plano vago para deportá-los todos para Tierra Firme, a costa das Américas Central e do Sul, embora ninguém parecesse saber ao certo como aquilo iria funcionar⁸.

No longo prazo, Santiago de Cuba demonstrou ser um ponto de desembarque receptivo para homens e mulheres que esperavam restaurar as relações sociais da escravidão, e para seu projeto de redefinir muitos dos refugiados como escravos. Autorizado desde 1789 como um porto de chegada para o comércio transatlântico de cativos africanos, Santiago servia engenhos de açúcar e fazendas de café em expansão no interior. Barcos chegavam regularmente da costa ocidental da África, entregando trabalhadores escravos para a economia urbana e rural. Homens e mulheres de Saint-Domingue que traziam com eles os recursos financeiros e o hábito de comandar podiam ser bastante convincentes quando diziam que eles — e seus "escravos" — ofereciam algo de valor para um setor de exportação agrícola em desenvolvimento. Aqueles com recursos mais modestos, inclusive homens e mulheres designados como *mulatos* ou *mulatas libres*, poderiam simplesmente indicar que necessitavam do trabalho de um ou dois escravos a fim de evitar se tornar um peso para o governo cubano⁹.

Para evitar a captura por parte das autoridades cubanas de homens negros considerados como "propriedade" potencialmente valiosa, alguns capitães tentavam desembarcar grupos de refugiados na praia antes de chegar ao forte que guardava o porto. Quando pegos, os capitães afirmavam então que o problema tinha sido falta de água e comida ou que eles tinham amigos na costa naquele ponto com os quais achavam que seria prudente se encontrar. Mas foi difícil não ficar um pouco desconfiado quando o capitão François Berquier da escuna *Almira*, chegando de Les Abricots com mais de 100 pessoas a bordo, explicou que tinha ficado quase sem água dois dias antes, quando estava perto de um porto na costa cubana onde ele acreditava haver água. Por isso tinha desembarcado "o cidadão Lepine" e 56 "escravos" masculinos e femininos. Ele seguiria, então, para Santiago com os passageiros restantes, que agora se enquadravam melhor aos critérios para entrada na cidade; homens, mulheres e crianças brancos, algumas pessoas de cor designadas como livres e vários criados¹⁰.

Essas travessias e desembarques passaram a ser um jogo aceito de gato e rato praticado no mar, mas também no papel com a inscrição de termos ambiguos — criados — e explícitos — escravos. O procedimento aprovado era que os navios se aproximassesem do forte à entrada da baía e esperassem fora do

estuário do porto. Após uma primeira inspeção, o capitão apresentava uma lista de passageiros ao comandante no forte e depois era conduzido de barco até a cidade para solicitar permissão para trazer seu navio para dentro do porto. Um escrivão estaria esperando para tomar o depoimento do capitão e elaborar uma petição apropriadamente respeitosa para o governador. O capitão se comunicava com o escrivão que, por sua vez, produzia um formulário de requisição em espanhol com detalhes adicionais dependendo das circunstâncias. O capitão Nicolas Dauvergne da escuna *La Esperanza*, por exemplo, afirmou que tinha sido obrigado pela falta de comida e por ter sido perseguido por uma fragata inglesa a desembarcar sete negros e quatro negras a dez léguas do porto de Santiago. Ele agora pedia que eles lhe fossem devolvidos. Os homens deveriam ser colocados em uma barca no porto e as mulheres, acompanhadas por seus filhos, retornadas para seus "respectivos senhores"¹¹.

Quando vemos a palavra *esclavos* nas listas de passageiros, então, muitas vezes estamos vendo um termo produzido em espanhol por um capitão francês para representar indivíduos que não estão presentes — homens, mulheres e crianças ainda dentro do navio e desesperados para desembarcar, ou a caminho de alguma praia remota, sob custódia. A palavra no papel não nos diz precisamente como o alfaiate François Vallée tinha reconstituído sua família como uma família com *esclavos*, e tampouco nos diz se aqueles assim rotulados sabiam que aos olhos dos administradores espanhóis eles tinham sido transformados em escravos. Fosse qual fosse o tipo de intercâmbio de trabalho por subsistência e proteção que Josepha e os outros haviam imaginado quando deixaram a zona de guerra e embarcaram com François Vallée e sua esposa, agora, eles se deparavam com uma mudança permanente de estatuto. É possível que só tenham se dado conta de todas as consequências quando subitamente se viram colocados à venda, ou quando tentaram exercer um ou outro direito negado a escravos — como partir do domicílio ou ter emprego autônomo por sua própria iniciativa¹².

Ao mesmo tempo, Santiago de Cuba era um ambiente urbano heterogêneo, que poderia dar alguma oportunidade para que essas pessoas se agarrassem a uma liberdade mantida ou adquirida no Saint-Domingue revolucionário. Na cidade, inúmeros homens e mulheres nascidos em Cuba e na África tinham com o passar dos anos obtido sua liberdade, muitos acumulando recursos quando seus senhores lhes permitiam alugar seu próprio trabalho e guardar uma parte do dinheiro ganho. Havia também uma milícia muito antiga composta de homens de cor livres que poderia fornecer um ponto de contato óbvio para seus congêneres de Saint-Domingue. O filho de Marthe Guillaume,

Pierre Aliés, envolvido com outros milicianos em uma ação revolucionária contra os administradores municipais de Jérémie, tinha se juntado aos refugiados e agora se estabeleceria discretamente em Santiago como um homem de cor livre, alojando-se com um miliciano cubano. É provável que lhe faltasse recursos, mas parece que sua liberdade não foi questionada¹³.

Se a família de François Vallée foi rapidamente reinscrita como sendo composta de senhores e escravos, a de seu vizinho e companheiro colono Michel Vincent seguiu um caminho diferente. Desde maio de 1803, Michel tinha tido a intenção de fugir do Caribe definitivamente, deixando para trás sua companheira africana Marie Françoise, chamada Rosalie, junto com seus filhos. Mas na confusão que acompanhou a chegada em Les Abricots e em Jérémie das forças do Exército Indígena (*Armée indigène*) sob as ordens do general Jean-Jacques Dessalines, Michel nunca conseguiu chegar ao navio que partia para a França. Em vez disso viu-se no meio da evacuação caótica para Cuba e chegou sôlo e salvo a Santiago.

A filha de Michel e Rosalie, Élisabeth Dieudonné, era uma criança de quatro anos classificada como mulata, e é bastante provável que não parecesse perigosa para capitães de navios e autoridades do porto. Ela e a mãe também conseguiram chegar a Santiago, e as duas evitaram ser caracterizadas como escravas. Os documentos relacionados aos outros filhos de Rosalie — os meninos Juste Théodore e Étienne Hilaire e a menina Marie Louise, dita Résinette — são, no entanto, fragmentários e confusos. Os três podem ter morrido na luta ou durante a evacuação; podem ter acompanhado Rosalie até Cuba, mas sem deixar qualquer vestígio em qualquer arquivo; ou podem ter ficado em Saint-Domingue às vésperas de sua transformação na nação do Haiti¹⁴.

Cada uma das centenas de famílias de refugiados que chegava a Santiago se separava com o desafio de reagrupar-se sob o mesmo teto e encontrar algum meio de subsistência. Michel Vincent, que em um determinado momento havia tido uma função real em Saint-Domingue, trouxe consigo vários maços de papeis que comprovavam sua propriedade anterior de terra e de escravos. Mas estes forneciam pouco conforto e nenhuma renda. Em Santiago, foi obrigado a trabalhar como *maréchal*, uma espécie de artesão que cuidava da saúde e dos cascos de cavalos. Ele e Rosalie encontraram algum tipo de abrigo na cidade abarrotada, e um local onde podiam criar porcos e galinhas enquanto ele exercia sua nova ocupação¹⁵.

Em Santiago Rosalie e sua filha Élisabeth podiam continuar a ser consideradas pessoas livres. Rosalie ainda guardava a carta de alforria que Michel tinha preparado para elas antes de sua partida de Les Abricots, aquela que

declarava que Michel era seu senhor e que ele tinha libertado Rosalie e seus quatro filhos. Esse, no entanto, era um documento privado, sem a assinatura de um tabelião. Não estava muito claro quanto poder ele possuia, além da permanente disposição de Michel de agir de acordo com ele. Tanto Michel quanto Rosalie, portanto, tinham motivos para tentar homologar os documentos que estavam carregando: Michel para registrar formalmente suas reivindicações de ter sido dono de propriedade em Saint-Domingue e suas intenções testamentárias, para futuros propósitos; e Rosalie para tentar fortalecer sua prova de liberdade¹⁶.

O governo francês não tinha permissão para ter um consulado em Santiago e as autoridades espanholas estavam inflexíveis, não permitindo que qualquer emissário francês pudesse exercer jurisdição sobre os refugiados. De acordo com entendimentos reciprocos relacionados com navios corsários, no entanto, o capitão-general Ernouf de Guadalupe tinha estabelecido em Santiago a "Agence des Prises de La Guadeloupe" a fim de supervisionar os leilões e a taxação da propriedade dos barcos capturados por corsários franceses. Essa agência tinha adquirido uma crescente importância com o recomeço da guerra entre a Inglaterra e a França, na medida em que o fluxo de bens e dinheiro da Europa para as ilhas francesas fora interrompido, e os lucros com os navios corsários passaram a ser essenciais para os administradores coloniais. Quando os refugiados começaram a chegar em número cada vez maior a Santiago, as autoridades dessa agência improvisaram uma resposta temporária ao problema de lidar com negócios deles. Legalmente, a agência não tinha autoridade para certificar documentos ou realizar tarefas diplomáticas. Mas esses burocratas estavam bastante dispostos a copiar ou acertar em depósito os documentos relevantes que os refugiados de Saint-Domingue pudessem lhes dar¹⁷.

No dia 14 de março de 1804 Michel submeteu um testamento e disposição de última vontade à agência em Santiago, onde foi homologado. Três dias mais tarde Rosalie pediu às mesmas autoridades que registrassem os documentos da liberdade que tinham sido preparados em Les Abricots dez meses antes. Com Michel aparentemente adoentado, Rosalie parece ter tido a esperança de que, ao fazer com que o texto fosse escrito em um registro francês, ela poderia lhe dar maior força legal, aumentando a autoridade de sua fragil prova de liberdade. Como Rosalie podia ver pelos eventos a seu redor, outras mulheres chegando de Saint-Domingue, embora tão livres quanto ela sob os decretos da República francesa, eram tratadas em Cuba como escravas e vendidas de um dono para outro. Realmente, não havia qualquer garantia de que as auto-

ridades francesas, famintas de renda, estivessem imunes à mesma tentação. Mas ela se arriscou¹⁸.

O escrivão francês em Santiago começou sua tarefa como se fosse um proprietário de escravos que tivesse diante dele, e escreveu à margem: "Registro de liberdade por". Depois parou, colocou um ponto, e começou uma vez mais usando uma preposição diferente, esclarecendo que esse texto tratava do registro de liberdade *de* uma mulher com o nome de Marie Françoise, chamada Rosalie. Nesse momento crucial Rosalie foi, com efeito, autorizada a ser testemunha de sua própria liberdade. Em uma última manifestação da prática da era revolucionária na França e em Saint-Domingue, o funcionário conferiu a Rosalie o tratamento de *citoyenne* (cidadã), quando transcreveu o documento dela em seus registros. E também lhe forneceu uma cópia do novo documento com sua própria assinatura adicionada¹⁹.

Na verdade, no entanto, esses documentos ainda eram uma proteção muito frágil contra a reescravização. Nas colônias franco-caribenhais reconquistadas, a escravidão estava de volta. Havia poucos motivos para imaginar que os homens do capitão-general Ernouf em Cuba iriam ou poderiam dar à "cidadã Rosalie" qualquer tipo de proteção. A Agence des Prises não era um consulado de verdade, e o tratamento *citoyenne* não tinha muito conteúdo. Se alguém tentasse usar Rosalie como escrava, ela teria de ter esperança de recorrer a um tribunal cubano que tratasse como legal e conclusivo esse documento não cartorial que fora certificado por um burocrata estrangeiro sem qualquer poder jurídico em Cuba.

Pelo momento, com o texto híbrido recopiado em mãos, e o homem que afirmava ser seu senhor anterior reconhecendo-a como livre, Rosalie manteve sua liberdade em Santiago. Mas poucos dias mais tarde Michel Vincent morreu e o executor designado foi encarregado de pôr em prática os termos do testamento. O executor era o antigo amigo de Michel Vincent, o alfaiate François Vallée, o mesmo homem que durante a travessia de Saint-Domingue habilmente tinha reimposto as restrições da escravidão sobre aqueles que ele afirmava serem sua propriedade.

O relatório de Vallée como executor começava explicando o que ele tinha feito com os bens móveis pertencentes ao espólio. Ele havia vendido "os porquinhos" bem como as *serpes et baches* (as podadeiras e os machados) obtendo uma quantia modesta de sete e meio gourdes, equivalente a um número igual de piastras espanholas. Havia dado o cavalo vermelho, junto com as galinhas e os caldeirões, para a cidadã Rosalie, que era descrita como *légataire particulière* (herdeira testamentária) de Michel Vincent²⁰.

Vallée a seguir relatou que ele estava a ponto de passar para a cidadã Rosalie uma *négresse* chamada "Marie Louise Désir", como tinha sido disposto no testamento. Tratava-se possivelmente da filha de Rosalie, Marie Louise, dita Résinette. Essas mudanças de nome são comuns. Mas a filha Marie Louise ainda era provavelmente muito jovem e tinha, em documentos anteriores, sido designada como *mulâtrese*. Parece mais provável que a Marie Louise a quem o executor se referia fosse alguém que Michel tinha como criada doméstica e tratava como propriedade sujeita a doação ao elaborar seu testamento. Como nenhuma cópia do testamento sobreviveu, não podemos saber se Michel havia formalmente designado essa Marie Louise como escrava naquele texto. Tudo indica, no entanto, que ele tinha especificado em seu testamento que ela deveria ser transferida para os cuidados de Rosalie²¹.

Fosse qual fosse a intenção de Michel, à sua morte, seu espólio estava sobrecarregado de dívidas. Como executor, Vallée invocou essas dívidas como motivo para não repassar Marie Louise Desir para Rosalie. A implicação era que Marie Louise, em vez disso, seria mantida como criada pelo executor para cobrir seus gastos ou vendida como escrava para pagar os credores de Michel Vincent²².

O descarte sumário de Marie Louise reflete a ameaça geral predominante de escravização e reescravização que acompanhava a comunidade de refugiados de cor de Saint-Domingue. Aquela processo de escravização, no entanto, não se estendia a todas as pessoas consideradas como sendo de ascendência africana. Uma autoridade espanhola, observando a situação, escreveu um memorando para o governo na metrópole, perguntando o que fazer com pessoas de cor de portos franceses que lhe pareciam ser escravos, mas estavam se comportando como pessoas livres. A recusa desses indivíduos em "reconhecer" a escravidão, ele temia, criava incerteza sobre seu "verdadeiro" estatuto e levantava questões sobre seus motivos para virarem para a ilha escravista de Cuba. No final de julho de 1804, o Conselho Supremo das Índias na Espanha finalmente abordou essa preocupação com aqueles que eles descreviam como "indivíduos de cor que, não reconhecendo a escravidão, chegam pedindo asilo"²³.

O Conselho propôs que essas pessoas fossem presas e enviadas para os portos de Tierra Firme, no continente caribenho das Américas espanholas, para ali serem sustentadas à custa do Tesouro Real até que o rei decidisse qual a melhor maneira de lidar com elas. As autoridades na Espanha instruíram seus congêneres em Cuba para avaliar a quantidade dessas pessoas e quais eram suas intenções. Isso então possibilitaria "retificar a decisão jurídica" sobre essa questão de considerável "transcendência"²⁴.

A preocupação das autoridades com pessoas de cor que se recusavam a "reconhecer" a escravidão ilustra a contínua indeterminação de estatuto que foi intensificada pelas mudanças de jurisdição. Autoridades em Cuba, como seus congêneres na Jamaica e na Luisiana, estavam muito inseguras diante do movimento por emancipação geral que tinha se desdobrado e triunfado naquilo que agora era o Haiti independente, e buscavam exercer vigilância sobre os refugiados daquele conflito²⁵. Quando números significativos de homens e mulheres de cor entre os refugiados afirmavam a liberdade, no entanto, não era fácil para as autoridades cubanas estabelecer e fazer cumprir uma presunção oposta. Em alguns casos, um colono branco como Vallée poderia atuar rapidamente para garantir a propriedade. Mas, em outros, não havia qualquer "senhor" visível, nenhum título escrito disponível para ser apresentado por qualquer pessoa, e uma rede de solidariedade social por trás da reivindicação do estatuto de livre²⁶.

Para as autoridades coloniais, no entanto, concordar com essas afirmações de liberdade era criar um precedente arriscado, pois isso implicava que alguém que tivesse sido escravo em um determinado momento poderia declarar não estar mais sujeito àquela instituição. A deportação poderia diminuir o risco, removendo essas pessoas do contato com seus vizinhos reescravizados, e com os cativos africanos que se somavam à força de trabalho que sustentava a economia em rápida expansão de Santiago. Há, no entanto, poucos indícios para sugerir que o governo tenha na verdade levado a cabo, em grande escala, a cara solução de deportação para *Tierra Firme*²⁷.

Algumas das pessoas de cor cuja deportação as autoridades espanholas em Madri tinham imaginado como sendo iminente provavelmente descobriram uma maneira de ficar na cidade persuadindo ou subornando as autoridades para que simplesmente fossem deixadas em paz. Outros que sobreviveram àquelas que devem ter sido condições infernais no casco do navio ancorado no porto podem bem ter terminado sendo vendidos como escravos. O dono daquele navio, Joseph Martí, era, afinal de contas, um comerciante de escravos e presumivelmente sabia como colocar homens e mulheres no mercado. Alguns podem realmente ter sido deportados, lançados em um mundo de testemunhas itinerantes e veteranos da Revolução Haitiana cuja presença os defensores da escravidão em toda a região consideravam totalmente indesejável²⁸.

Há muito Santiago de Cuba fora envolvida por um turbilhão de conflitos, na medida em que a guerra na Europa se desdobrava em rivalidades interimperiais no Caribe. No momento da chegada dos refugiados, a França e a Espanha tinham sido aliadas. Nenhuma aliança, no entanto, era outra coisa senão

provisória e em 1808 as forças de Napoleão Bonaparte entraram na Espanha. Subitamente todo relacionamento entre a Espanha e os sujeitos franceses residindo nas colônias espanholas se tornou um problema. Por todas as Américas, como na própria Península Ibérica, as autoridades espanholas tinham de decidir ou aceitar que Napoleão colocasse seu irmão Joseph Bonaparte no trono espanhol ou, em vez disso, proclamar sua lealdade ao rei deposto Fernando VII.

Com a rebelião popular em Madri contra as forças napoleônicas em maio de 1808, a situação geopolítica mudou acentuadamente e Cuba se viu confrontada por outro conjunto de conflitos entre grandes potências. Em 20 de junho de 1808 rumores daquilo que era discretamente chamado de "notícias recentes sobre certas ocorrências na Espanha" já estavam sendo filtradas na cidade de Santiago por meio dos jornais que vinham da Jamaica. No terceiro dia de agosto já não havia qualquer dúvida sobre isso: a Espanha tinha declarado guerra ao imperador dos franceses. A Inglaterra, de quem uma possível invasão as autoridades cubanas há tanto temiam, subitamente era uma aliada⁹.

As autoridades locais tiveram que dar uma guinada. Em uma comunicação datada de 3 de agosto, o governador Kindelan explicou que pouco depois que as baterias tinham atirado em um navio de guerra inglês para proteger um navio corsário francês, as autoridades tinham sido informadas de que a Espanha agora estava em paz com a Inglaterra. Dando meia volta, eles capturaram o navio corsário francês. Talvez como uma exibição de lealdade para com os patriotas na Espanha, um outro navio francês assim confiscado seria mais tarde rebatizado com o nome *Junta de Sevilla*, em honra à assembleia recentemente convocada na Península Ibérica¹⁰.

Quando a notícia da guerra contra a França e da aliança da Espanha com a Inglaterra chegou a Santiago, a presença de mais de 10 mil franceses no coração da segunda cidade de Cuba passou a desafiar tanto a segurança quanto a propriedade. Diante dos apelos incansáveis pela expulsão dos franceses liderados pelo arcebispo de Santiago, o governador Kindelan lutou para administrar a crise. A vida do governador não foi facilitada pelos golpes armados por alguns dos residentes, inclusive um "catalão ignorante" que mandou pintar um retrato de Napoleão, pendurou-o ousadamente sobre seu traseiro e saiu passeando lentamente (e sem dúvida de uma maneira provocativa) pelo bairro francês de Santiago. O governador Kindelan considerou isso um ato de imprudência e subversão, mas decidiu apagar a descrição da história da minuta final de seu relatório. Reflexo do tipo de espírito popular com o qual ele tinha de lutar,

A preocupação das autoridades com pessoas de cor que se recusavam a "reconhecer" a escravidão ilustra a contínua indeterminação de estatuto que foi intensificada pelas mudanças de jurisdição. Autoridades em Cuba, como seus congêneres na Jamaica e na Luisiana, estavam muito inseguras diante do movimento por emancipação geral que tinha se desdobrado e triunfado naquilo que agora era o Haiti independente, e buscavam exercer vigilância sobre os refugiados daquele conflito²⁵. Quando números significativos de homens e mulheres de cor entre os refugiados afirmavam a liberdade, no entanto, não era fácil para as autoridades cubanas estabelecer e fazer cumprir uma presunção oposta. Em alguns casos, um colono branco como Vallée poderia atuar rapidamente para garantir a propriedade. Mas, em outros, não havia qualquer "senhor" visível, nenhum título escrito disponível para ser apresentado por qualquer pessoa, e uma rede de solidariedade social por trás da reivindicação do estatuto de livre²⁶.

Para as autoridades coloniais, no entanto, concordar com essas afirmações de liberdade era criar um precedente arriscado, pois isso implicava que alguém que tivesse sido escravo em um determinado momento poderia declarar não estar mais sujeito àquela instituição. A deportação poderia diminuir o risco, removendo essas pessoas do contato com seus vizinhos reescravizados, e com os cativos africanos que se somavam à força de trabalho que sustentava a economia em rápida expansão de Santiago. Há, no entanto, poucos indícios para sugerir que o governo tenha na verdade levado a cabo, em grande escala, a cara solução de deportação para *Tierra Firme*²⁷.

Algumas das pessoas de cor cuja deportação as autoridades espanholas em Madri tinham imaginado como sendo iminente provavelmente descobriram uma maneira de ficar na cidade persuadindo ou subornando as autoridades para que simplesmente fossem deixadas em paz. Outros que sobreviveram àquelas que devem ter sido condições infernais no casco do navio ancorado no porto podem bem ter terminado sendo vendidos como escravos. O dono daquele navio, Joseph Martí, era, afinal de contas, um comerciante de escravos e presumivelmente sabia como colocar homens e mulheres no mercado. Alguns podem realmente ter sido deportados, lançados em um mundo de testemunhas itinerantes e veteranos da Revolução Haitiana cuja presença os defensores da escravidão em toda a região consideravam totalmente indesejável²⁸.

Há muito Santiago de Cuba fora envolvida por um turbilhão de conflitos, na medida em que a guerra na Europa se desdobrava em rivalidades interimperiais no Caribe. No momento da chegada dos refugiados, a França e a Espanha tinham sido aliadas. Nenhuma aliança, no entanto, era outra coisa senão

provisória e em 1808 as forças de Napoleão Bonaparte entraram na Espanha. Subitamente todo relacionamento entre a Espanha e os sujeitos franceses residindo nas colônias espanholas se tornou um problema. Por todas as Américas, como na própria Península Ibérica, as autoridades espanholas tinham de decidir ou aceitar que Napoleão colocasse seu irmão Joseph Bonaparte no trono espanhol ou, em vez disso, proclamar sua lealdade ao rei deposto Fernando VII.

Com a rebelião popular em Madri contra as forças napoleônicas em maio de 1808, a situação geopolítica mudou acentuadamente e Cuba se viu confrontada por outro conjunto de conflitos entre grandes potências. Em 20 de junho de 1808 rumores daquilo que era discretamente chamado de "notícias recentes sobre certas ocorrências na Espanha" já estavam sendo filtradas na cidade de Santiago por meio dos jornais que vinham da Jamaica. No terceiro dia de agosto já não havia qualquer dúvida sobre isso: a Espanha tinha declarado guerra ao imperador dos franceses. A Inglaterra, de quem uma possível invasão as autoridades cubanas há tanto temiam, subitamente era uma aliada¹⁹.

As autoridades locais tiveram que dar uma guinada. Em uma comunicação datada de 3 de agosto, o governador Kindelan explicou que pouco depois que as baterias tinham atirado em um navio de guerra inglês para proteger um navio corsário francês, as autoridades tinham sido informadas de que a Espanha agora estava em paz com a Inglaterra. Dando meia volta, eles capturaram o navio corsário francês. Talvez como uma exibição de lealdade para com os patriotas na Espanha, um outro navio francês assim confiscado seria mais tarde rebatizado com o nome *Junta de Sevilla*, em honra à assembleia recentemente convocada na Península Ibérica²⁰.

Quando a notícia da guerra contra a França e da aliança da Espanha com a Inglaterra chegou a Santiago, a presença de mais de 10 mil franceses no coração da segunda cidade de Cuba passou a desafiar tanto a segurança quanto a propriedade. Diante dos apelos incansáveis pela expulsão dos franceses liderados pelo arcebispo de Santiago, o governador Kindelan lutou para administrar a crise. A vida do governador não foi facilitada pelos golpes armados por alguns dos residentes, inclusive um "catalão ignorante" que mandou pintar um retrato de Napoleão, pendurou-o ousadamente sobre seu traseiro e saiu passeando lentamente (e sem dúvida de uma maneira provocativa) pelo bairro francês de Santiago. O governador Kindelan considerou isso um ato de imprudência e subversão, mas decidiu apagar a descrição da história da minuta final de seu relatório. Reflexo do tipo de espírito popular com o qual ele tinha de lutar,

essa história talvez pudesse revelar um pouco demais a indisciplina que estava explodindo em uma cidade que deveria supostamente estar sob seu controle³¹.

O governo colonial espanhol havia inicialmente oferecido aos refugiados em Cuba a possibilidade de jurar lealdade à coroa, e as autoridades locais tinham ficado satisfeitas com o rápido desenvolvimento das plantações de café organizadas por cultivadores emigrantes. Nos meses que se seguiram à recepção das notícias da guerra com a França, no entanto, a combinação de patriotismo e oportunismo aumentou as demonstrações de sentimento antifrancês. Em abril de 1809, as autoridades coloniais espanholas publicaram uma ordem exigindo que os franceses deixassem a ilha. Os refugiados precisavam rapidamente vender qualquer propriedade imóvel que tivessem adquirido e encontrar dinheiro para sua passagem para sair de Cuba. Qualquer reivindicação de propriedade de pessoas era agora ainda mais valiosa, pois esse tipo de propriedade podia ou ser vendido com rapidez ou levado para o navio e transportado para algum novo país onde o Estado continuaria a reconhecer o direito de propriedade sobre seres humanos³².

O destino mais atraente era o território vizinho da Luisiana, com sua população substancial de pessoas de língua francesa e um compromisso cada vez maior com a escravidão. Havia um problema, no entanto. O Congresso dos Estados Unidos tinha declarado ilegal o comércio de escravos estrangeiros, e nenhum capitão podia desembarcar pessoas escravizadas em um porto norte-americano se elas viesssem de fora dos Estados Unidos, sob risco de confiscos de seu navio. Apesar disso, tanto os franceses que partiam quanto o cônsul dos EUA em Santiago pareciam ter expectativa de que poderia haver exceções³³.

Uma vez mais, as listas de passageiros foram preparadas com a ideia de moldar futuras decisões sobre as ambiguidades de estatuto. O termo espanhol *criado*, como o termo francês *domestique*, podia significar tanto empregado doméstico quanto escravo e servia para cobrir uma enorme variedade de relacionamentos. A lista lacônica das embarcações partindo do porto de Santiago no final da primavera de 1809 dá alguma noção do processo. Os navios que iriam para Nova Orleans eram os mais conspícuos e o escrivão contava seus passageiros. A escuna *Louisa*, com o capitão Daniel MacDonald, por exemplo, dirigiu-se para Nova Orleans carregando 26 homens, 28 mulheres, 6 crianças e 70 *criados*³⁴.

Quando o *Louisa* chegou ao Forte Plaquemine, em uma curva no rio Mississippi no caminho a partir do Golfo para Nova Orleans, o governador territorial da Luisiana enviou uma mensagem para o comandante do forte. Ele instruiu o comandante a deixar o navio passar, mas "informou ao Capitão que

a Lei não permite o desembarque dos negros". Aqueles dentre os refugiados que desejassesem ser admitidos como senhores de escravos e que esperavam que os criados que os acompanhavam fossem reconhecidos como cativos, no entanto, esperavam — corretamente — que haveria espaço para negociação nesse ponto³⁵.

Rosalie não embarcou em um navio destinado para a Luisiana. Ela era uma mulher africana e o risco de reescravização na metrópole escravista do Vale do Mississippi teria sido muito grande. Mesmo que as autoridades dos EUA aplicassem à nova onda de refugiados a lei federal que proibia a importação na Luisiana de pessoas consideradas escravas, isso não significaria que essas pessoas teriam permissão de desembarcar como homens ou mulheres livres. Em vez disso, elas poderiam se encontrar tanto sem direitos quanto sem pais, expulsas do litoral no qual procuravam desembarcar.

Mas a filha de Rosalie, Élisabeth, agora com 10 anos de idade, nascida livre e designada como *mulâtre*? A madrinha de Élisabeth, a viúva Aubert, também tinha emigrado de Les Abricots para Santiago de Cuba com um carpinteiro belga chamado Lambert Detry. Detry havia comprado alguma terra em Santiago e a viúva tinha adquirido um ou dois escravos. Eles poderiam presumivelmente oferecer maior segurança do que Rosalie após a morte de Michel. Colocar a jovem Élisabeth com sua madrinha, no entanto, envolvia riscos sérios. As fronteiras entre os estatutos de agregado, criado e escravo eram confusas e maleáveis. Uma vez incorporada em uma casa como criada, uma jovem podia se descobrir sendo vendida como escrava. A viúva Aubert, no entanto, afirmava considerar Élisabeth Dieudonné como uma filha. Antes de partir para a Luisiana, a viúva tomou Élisabeth sob sua guarda e esta, então, a acompanhou na travessia³⁶.

Para a própria Rosalie, ainda formalmente compelida a sair de Cuba, uma possibilidade seria ir para o Haiti. Em janeiro de 1809 o presidente Alexandre Pétion, escrevendo de Porto Príncipe, pediu ao governador de Santiago permissão para enviar um navio com uma bandeira branca (um *bâtiment parlementaire*) para Santiago para permitir que as pessoas de cor voltassem de Cuba para o Haiti. As autoridades coloniais espanholas, já muito alarmadas com as intenções dos líderes haitianos, não permitiram que o navio entrasse no porto. O governador Kindelán enviou uma mensagem excepcionalmente antidiplomática — ou seja, grosseira — ao presidente Pétion, informando-o de que não era possível acatar tal pedido. Kindelán proibiu que qualquer pessoa do navio botasse o pé em terra³⁷.

Em maio de 1809, no entanto, a iniciativa privada estava conseguindo algumas das coisas que a diplomacia não pudera obter. Pouco depois da partida dos navios maiores para Nova Orleans, as autoridades portuárias em Santiago registraram alguns barcos menores que se encaminhavam para o Haiti: o gôaio chamado *Los Tres Hermanos*, por exemplo, partiu dia 24 de maio para Les Cayes. Sua lista de passageiros era especial: cinco homens, onze mulheres, uma criança, mas nenhum criado. Ninguém era ousado o bastante para tentar transportar abertamente alguma outra pessoa para o Haiti como escravo, mesmo sob o eufemismo de criado. O Haiti era o destino de escolha para um pequeno subgrupo dos refugiados, aqueles que buscavam viver como cidadãos em uma nação sem escravidão. Talvez Rosalie pudesse estar entre eles³⁸.

Rosalie pode ter se posto a caminho de vários modos. No dia 29 de maio de 1809 uma pequena escuna americana chamada *Ana Bella*, sob o comando do capitão D. Dixon, partiu de Santiago para o antigo lar de Rosalie, o distrito de Jérémie. Dixon levava apenas 22 passageiros: três homens, onze mulheres, oito crianças. Nenhum criado. Uma semana mais tarde outro capitão americano, na escuna *Favorite*, fez a mesma viagem. E em julho dois capitães ingleses levaram pequenos grupos adicionais de passageiros para Jérémie. Esses pequenos barcos que saíam para a Grand'Anse provavelmente foram a melhor opção disponível para Rosalie. Se realmente um de seus filhos tivesse ficado para trás no Haiti em 1803, ela podia ter alguma esperança de revê-los se voltasse³⁹.

Esse cenário, no entanto, deve ser comparado com outro possível. O primeiro vestígio documental que permite confirmar a presença de Rosalie no Haiti independente não surge antes de 1822. Havia apenas uns poucos lugares naqueles barcos partindo para Jérémie em 1809, e pode ser que na verdade ela não tenha embarcado em nenhum deles. Alguns refugiados em sua situação driblavam a ordem de expulsão e se deslocavam silenciosamente longe da vista para os bairros pobres da cidade de Santiago, misturando-se a outras mulheres de origem africana, tanto escravas quanto livres. Rosalie presumivelmente ainda tinha galinhas, as chaleiras e o cavalo vermelho herdados de Michel Vincent e era bem possível que lavasse roupa para fora ou trabalhasse como uma vendedora ambulante de comida ou como doméstica, vivendo em uma nova rede de amigos e vizinhos.

Havia uma comunidade permanente de mulheres de ascendência africana de Saint-Domingue que permaneceram em Santiago. Em 1817 o governador da região enviou uma mensagem amedrontada para seu superior em Havana, informando que tinha descoberto um novo risco para a segurança. Um grupo

de "negras escravas francesas" tinha formado uma sociedade de ajuda mútua, coletando "contribuições estipuladas" de cada membro a fim de se reunirem para danças e obter a liberdade de qualquer uma dentre elas que fosse maltratada por um senhor. O governador considerava iniciativas desse tipo como excepcionalmente perigosas. Ele se apressou em investigar³⁰.

Embora haja alguma coisa ligeiramente cômica sobre o pânico do governador com a notícia dessas danças, seu alarme era, em um sentido, justificado. Ao concordarem em comprar a liberdade de qualquer uma do grupo que fosse fisicamente maltratada, as mulheres dessa associação de ajuda mutua tinham redefinido o que significava ser uma escrava. Para elas, o poder do senhor sobre seu trabalho podia ser reconhecido, mas seu poder cessava no limite de seus corpos. Essas mulheres assumiram a responsabilidade de definir maltrato e fizeram saber que elas juntariam os recursos necessários para tentar garantir que um senhor perderia toda a autoridade sobre qualquer mulher que fosse abusada dessa maneira. Como os refugiados anônimos de Saint-Domingue cujo estatuto tinha surpreendido as autoridades em 1804, essas mulheres não "reconheciam a escravidão" se ela abrangesse o exercício de força física e a crueldade contra elas.

A sociedade era aparentemente comandada por duas mulheres conhecidas pelos membros como as *grandes madres* (as grandes mães) e outra conhecida como *reina* (rainha). Essas líderes se distinguiam por usar faixas verdes trançadas; os membros usavam uma braçadeira da mesma cor. O grupo tinha recentemente se reunido para uma refeição na casa de um francês branco que era o dono de uma delas. Dizia-se também que estavam presentes naquela reunião dez homens negros livres que o governador descrevia como seus *concubinários* (um termo estranho implicando intimidade de muito tempo). O governador explicou a presença dos homens com uma nota dizendo que, à época, um navio do comércio da África estivera na baía, com vários marinheiros a bordo. Esse navio parece ter sido a escuna *Caridad*, cujo capitão era Juan Morales, e seis dos marinheiros estavam sob ordem de serem presos assim que o navio voltasse para Santiago³¹.

O governador de Santiago achou que era urgente "atemorizar e reprimir essas mulheres escravas" a fim de que suas ações não inspirassem disturbios entre os escravos na cidade, que, segundo ele acreditava, estavam em uma situação tranquila e subordinada. O governador da ilha foi ainda mais enfático, explicando em uma carta para a Real Audiência em Madri a necessidade de uma punição que, sem prejudicar os interesses dos donos de escravos, fosse "humilhante" para as mulheres. Ele tinha o objetivo de persuadir qualquer

pessoa que estivesse tentada a entrar para essas associações de que elas eram "detestáveis". Embora essas reuniões pudessem parecer insignificantes, escreveu ele, elas na verdade "sempre têm a tendência de provocar ou provocam ações ou efeitos incendiários"⁴².

Se Rosalie continuou em Santiago por alguns anos, ela pode ter conhecido essas mulheres, que ajudaram a fazer cumprir uma regra autodeclarada que buscava limitar o poder dos senhores sobre aqueles que diziam ser seus escravos. O episódio, de qualquer forma, revelou a contínua presença de mulheres negras consideradas como francesas, ao lado de seus "donos" franceses, apesar da ordem de expulsão. Igualmente importante, ele conectou algumas das mais ousadas dessas mulheres com marinheiros negros livres que serviam em navios que faziam a viagem para a África Ocidental. Uma rede de conexões e comunicação que atravessava o Golfo para a Luisiana, o Canal do Vento para o Haiti, e até mesmo o Atlântico para a África, continuava a existir, mesmo que as próprias famílias tivessem sido destruídas⁴³.

Os vestígios escritos deixados em Santiago por Rosalie confirmam que ela havia aprendido a importância dos documentos em uma sociedade escravista. Tinha percebido que poder e papel podiam transformar uma mulher livre em "uma pessoa com um preço" na medida em que eles tinham dado soberania sobre ela a uma sucessão de donos na cidade de Jérémie em Saint-Domingue. Em Santiago ela demonstrou que uma manobra hábil dentro daquele mundo de poder e papel podia também transformar aquela "pessoa com um preço" de novo em um sujeito de direitos. Ao conseguir que a autoridade francesa transcrevesse a carta privada de alforria assinada por Michel Vincent, Rosalie a transformara em uma carteira de identidade com autoridade parcial, semelhante àquela que Marthe Guillaume tinha apresentado para corroborar sua própria liberdade em Jérémie. Por um momento fugidio, o texto recopiado certificava sua condição de "cidadã Rosalie", confirmando o reconhecimento estendido aos ex-escravos pela Convenção Nacional Francesa uma década atrás. E, crucialmente, ele criou um impedimento contra qualquer pessoa que pudesse tentar escravizá-la outra vez.

Rosalie tinha também visto os custos e benefícios potenciais de mudar de jurisdição, e o valor estratégico e os riscos de alianças entre raças e entre classes. Ao procurar as autoridades francesas na Cuba espanhola, ela havia evitado as questões complicadas que poderiam ser feitas por uma autoridade espanhola, e se agarrou tanto quanto possível ao título de cidadã. Mas, em 1809, ser francês já era ser candidato à deportação de Cuba. Se embarcasse em um bar-

co em Santiago em 1809, indo para Jérémie, a identificação como refugiada francesa de Saint-Domingue permitiria que ela partisse sob o passaporte geral dado aos capitães para deportar os "estrangeiros" que o governador tinha ordenado fossem expulsos. Se, em vez disso, ela descobrisse alguma maneira de permanecer em Santiago, poderia ter abandonado o nome de Rosalie e começado a se chamar Rosalia, mudando-se para uma comunidade de outros africanos que tinham sobrevivido tanto à Travessia do Atlântico quanto à escravidão para se tornarem parte da população de libertos da cidade¹.

A filha de Rosalie, Élisabeth, era ainda jovem demais para manobrar sozinha no mundo de documentos. Mas, ao passar para a guarda de sua madrinha e do parceiro desta, ela pôde ver como era indispensável estar integrada a uma família, mesmo como agregada. A nova travessia de Santiago até Nova Orleans, no entanto, continha muitos dos mesmos riscos que a travessia anterior de Saint-Domingue até Cuba, seis anos antes. Não havia qualquer garantia de um desembarque seguro e, para homens, mulheres e crianças de ascendência africana, havia uma vez mais a perspectiva de serem declaradas pessoas que podiam ser mantidas como propriedade. Essa próxima mudança de jurisdições iria reabrir questões de estatuto e posição, ao trazer Élisabeth e seus companheiros de viagem para o cais de uma cidade escravista, capital do recentemente adquirido Território de Orleans, nos Estados Unidos da América.

Notas

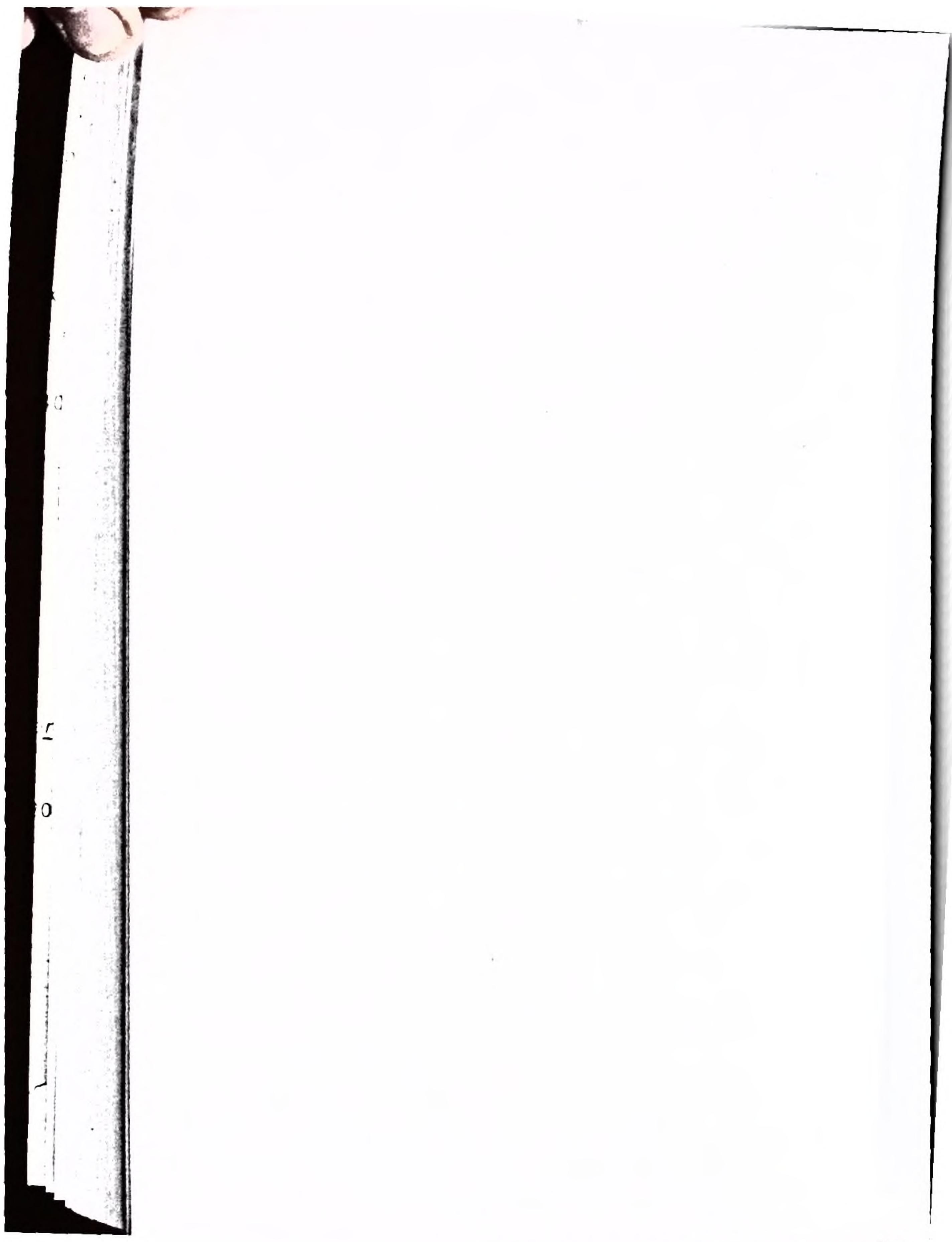
- 1 Veja, por exemplo, o relatório de um capitão de navio em "Copie du Rappel du Citoyen Prunier Capitaine de la falouche la Doucetiere venant de Jérémie", item 20121, in: Richaribau Papers, Special Collections, University of Florida George A. Smathers Libraries, Gainesville, Florida.
- 2 Sobre as metas da expedição Leclerc, veja Yves Benot, *La France et coloniale sous Napoléon* (Paris, La Découverte, 2006), 57-99.
- 3 Veja o relatório de número 888, datado de 30 de junho de 1803, arquivado sob leg. 1537A, Pa peles de Cuba, Archivo General de Indias, Seville (daqui em diante AGI).
- 4 Veja a carta de Bouy au Governador, julho de 1803, esp. 7, leg. 63, Correspondencia de los Capitanes Generales (daqui em diante CCG), Archivo Nacional de Cuba (daqui em diante ANC) e outras petições de capitães no mesmo mês.
- 5 Sobre a chegada em Santiago, veja Gabriel Debien, "Les colons de Saint Domingue réfugiés à Cuba (1793-1815)", *Revista de Indias* 13 (outubro-dezembro de 1951): 559-605, especialmente 568-574; e Alain Yacou, "Esclaves et libres français à Cuba au lendemain de la Révolution de Saint-Domingue", *Jahrbuch für Geschichte von Staat, Wirtschaft und Gesellschaft Lateinamerikas* 28 (Köln, Böhlau Verlag, 1991): 163-197. Sobre a aliança entre a Espanha e a França, veja

- Barbara H. Stein e Stanley J. Stein, *Edge of Crisis: War and Trade in the Spanish Atlantic, 1789-1808* (Baltimore, Johns Hopkins University Press, 2009), 48, 416-421.
- ⁶ Veja a "Relación q' manifiesta el nº de personas francesas en la Goleta La Fidé [?], aparentemente datada de 25 de julho de 1803 in "Relaciones, 1801-1803", exp. 3, leg. 445, CCG, ANC.
- ⁷ O refugiado designado como "José L' Tine" declarou sem meias-palavras às autoridades cubanas que os 13 negros e 11 negras na escuna *La Última Necesidad* eram "os escravos de vários súditos a bordo dos barcos ancorados no porto de Juragua". Veja exp. 889, leg. 1537A, Papeles de Cuba, AGI.
- ⁸ Veja as comunicações de Someruelos ao governador de (Santiago de) Cuba, inclusive as datadas de 14 de junho de 1803 e 11 de julho de 1803 in exps. 6, 9, e 12, leg. 63, CCG, ANC, especialmente Someruelos ao governador de Cuba, 2 de agosto de 1803, in exp. 12.
- ⁹ Veja José Luis Belmonte Postigo, "Intentan sacudir el yugo de la servidumbre": El Cimarronaje en el Oriente Cubano, 1790-1815", *Historia Caribe* (Barranquilla, Colombia) 12 (2007): 7-21.
- ¹⁰ Veja o depoimento de junho de 1803 de Berquier, folio 20ff, exp. 889, leg. 1537A, Papeles de Cuba, AGI. Enrique López Mesa, em comunicação pessoal de fevereiro de 2009, indica que esse tipo de manobra era uma parte padrão da arte do comércio no Caribe.
- ¹¹ Veja o depoimento de Nicolas Dauvergne Cap" de la Goleta francesa nombrada la Esperanza [ca. de julho de 1803], in exp. 7, leg. 63, CCG, ANC.
- ¹² Maria de Los Ángeles Merino e Aisnara Perera argumentam que um número de direitos e privilégios — inclusive o acesso ao casamento e a capacidade de trabalhar fora da casa de seu senhor — havia muito tinha sido concedido aos escravos urbanos em Santiago (comunicação pessoal, 2011).
- ¹³ Belmonte, "Intentan sacudir el yugo", 10. Um verbete para Pierre Aliés Pardo, se hospedando com um sargento da milícia cubana de pardos (homens de cor) aparece como documento 99 no registro de refugiados copilado em julho de 1803: "Documento sobre que se den razon del alojamiento de los Extrangeros", exp. 57, leg. 8, Asuntos Políticos (daqui em diante AP), ANC.
- ¹⁴ A passagem de Élisabeth por Cuba é sugerida em comentários feitos pela viúva Aubert em "Contrat de mariage, Jacques Tinchant et Marie Dieudonné", 26 de setembro de 1822, fol. 31r-32r, Tabelião Marc Lafitte, New Orleans Notarial Archives Research Center. O período passado pela própria viúva em Cuba é confirmado através dos registros de vendas de escravos.
- ¹⁵ Seus meios para se sustentar podem ser inferidos no registro da sucessão de Michel discutida a seguir. Sobre os refugiados franceses em Santiago, veja Olga Portuondo Zuñiga, *Entre esclavos y libres de Cuba colonial* (Santiago de Cuba, Editorial Oriente, 2003), 58-97; Agnès Renault, *D'une île rebelle à une île fidèle. Les Français de Santiago de Cuba (1791-1825)*, Mont-Saint-Aignan, Publications des universités de Rouen et du Havre, 2012; e Laura Cruz Ríos, *Flujos inmigratorios franceses a Santiago de Cuba (1800-1868)* (Santiago de Cuba, Editorial Oriente, 2006).
- ¹⁶ A carta de alforria, discutida no Capítulo 2, foi transcrita em um registro manuscrito pela Agence des prises de la Guadeloupe, agência francesa estabelecida em Santiago. "Enregistrement de liberté par. de Marie Françoise", 26 ventôse ano XII [17 de março de 1804], fol. 25v, 26 r, Actes, déclarations & dépôts divers, 10 Pluviôse, ano XII [31 de janeiro de 1804]- 10 Vendémiaire, ano XIII [2 de outubro de 1804], série 6, documento 3, Suplemento Saint-Domingue (daqui em diante SUPSDOM, seguindo a convenção para números de chamada, ex. 6 SUPSDOM/3), Dépôt des papiers publics des colonies (daqui em diante DPPC), Archives nationales d'outre-mer. Aix-en-Provence (daqui em diante ANOM).

- ¹⁷ Durante 1804, a Agence estava subordinada ao capitão geral de Guadeloupe. Depois da retira da do exército francês em Saint-Domingue para a antiga Santo Domingo espanhola, o general Ferrand se apossou dos recursos dos navios capturados. Veja Ferrand à Kindelan, 13 de julho de 1806, exp. 33, leg. 138, AP, ANC. Veja também Michel Rodigneaux, *La Guerre de l'Amérique en Guadeloupe XVIII^e-XIX^e siècles, ou Alger sous les tropiques* (Paris, Editions L'Harmattan, 2006), especialmente 63, 136-137, e 156-167.
- ¹⁸ Afinal de contas, os documentos de Michel Vincent foram entregues ao coronel Joseph Ruiz. O testamento e os maços parecem ter sido perdidos embora um inventário ainda subsista em 6SUPSDOM/2, DPPC, ANOM. Graham Nessler analisa as atividades de Ruiz como oficial sob o comando do general Ferrand na Hispaniola durante a reimposição da escravidão na colônia em Graham T. Nessler, "A Failed Emancipation? The Struggle for Freedom in Hispaniola during the Haitian Revolution" (tese de doutorado, Universidade de Michigan, 2011).
- ¹⁹ "Enregistrement de liberté", 26 Ventôse, ano XII, fol. 25v, 26r, 681 PNDOM 3, DPPC, ANOM.
- ²⁰ "Remise de Succ" par Vallée", 9 Floreal, ano XII [29 de abril de 1804], fol. 46, 681 PNDOM 3, DPPC, ANOM.
- ²¹ Ibidem. Em virtude da coincidência de nomes, nos acreditamos inicialmente que a referência fazia menção à filha de Rosalie, Marie Louise. As frases principais do documento relacionadas com a disposição de Marie Louise, no entanto, parecem sugerir uma pertinência anterior à sua propriedade: "qu'il [Vallee] était prêt à faire remise de la nègresse nommée Marie Louise Désir également leguée à la même, mais dont il n'a pas voulu faire délivrance vu les dettes dont la succession est grecée". Os verbos *faire remise de* (entregar ou repassar) e *leguée à* (legada a alguém em um testamento) sugerem uma relação de propriedade e dão a entender que Marie Louise Désir tinha sido tratada como uma escrava no testamento.
- ²² "Remise de Succ" par Vallee", 9 Floreal, ano XII. Nenhuma referência é feita no relatório do testamenteiro de quaisquer herdeiros legais na França. Em 1827, quando a França concordou em reconhecer o Haiti independente em troca de uma indenização gigantesca aos descendentes colaterais de Michel Vincent que moravam na França fizeram um apelo ao governo francês por uma parte da indenização. Veja V. I. Vincent, Michel Etienne Henry (1827). Indemnités traitées, em "SUPSDOM 97", DPPC, ANOM. Veja Jean Hebrard "Les deux vies de Michel Vincent, colon à Saint-Domingue (c. 1730-1804)", *Revue d'histoire moderne et contemporaine* 57 (2010): 50-77.
- ²³ Someruelos a Rafael Gómez Roubaud, 30 de julho de 1804, exp. 1, leg. 9, AP, ANC.
- ²⁴ Ibidem.
- ²⁵ Ada Ferrer examina com minúcia o quadro das respostas cubanas às notícias de Saint-Domingue em Ferrer, "Speaking of Haiti: Slavery, Revolution and Freedom in Cuban Slave Testimony in *The World of Haitian Revolution*", org. David Patrick Geggus e Norman Fiering (Bloomington, Indiana University Press, 2009), 223-247. Ferrer, "Talk about Haiti: The Archive and the Atlantic's Haitian Revolution", in *Tree of Liberty: Cultural Legacies of the Haitian Revolution in the Atlantic World*, org. Doris L. Garraway (Charlottesville, University of Virginia Press 2008), 21-40; e Ferrer, *Freedom's Mirror: Cuba and Haiti in the Age of Revolution* (New York, Cambridge University Press, 2014).
- ²⁶ Para o caso de Adelaide Metayer, que defendeu sua liberdade com sucesso na comunidade libertina de Baracoa, veja Rebecca J. Scott, "Paper Thin: Freedom and Re-enslavement in the Diaspora of the Haitian Revolution", *Law and History Review* 29, novembro de 2011, 1061-1087.
- ²⁷ Agradecemos a Ada Ferrer por sugerir pela primeira vez que as deportações em grande escala podem não ter ocorrido e a Michael Zeuske, Edgardo Pérez Morales e Alejandro Gómez por

- terem tentado encontrar registros de qualquer uma dessas travessias. Nenhum de nós localizou registros da partida ou da chegada de navios carregando esse tipo de deportado em 1804-1807.
- 28 O estudo pioneiro daquele mundo é de Julius S. Scott, "The Common Wind: Currents of Afro-American Communication in the Era of the Haitian Revolution" (dissertação de doutorado, Duke University, 1986). Veja também Laurent Dubois e Julius S. Scott, orgs., *Origins of the Black Atlantic* (New York, Routledge, 2009) pt. I.
- 29 Veja as cartas trocadas entre Someruelos e Kindelán durante o verão de 1808 em leg. 209, AP, ANC. A frase "noticias modernas sobre ciertas occurrentias de Espana" encontra-se em Someruelos a Kindelán, 20 de junho de 1808, in exp. 27, ibidem.
- 30 O navio corsário que foi renomeado tinha pertencido a M. Dupuy em Baracoa. Veja a carta de 27 de dezembro de 1808, in exp. 132, leg. 209, AP, ANC.
- 31 O Catalão ignorante é descrito na minuta de uma carta de Kindelán a Someruelos, 27 de dezembro de 1808, in exp. 132, leg. 209, AP, ANC. Sobre esse período em Santiago, veja Olga Portuondo Zúñiga, *Cuba: Constitución y liberalismo (1808-1841)*, vol. 1 (Santiago de Cuba, Editorial Oriente, 2008), 25-75.
- 32 Sobre as intrigas e políticas relacionadas com esses "tumultos", veja Yacou, "Esclaves et libres"; Portuondo Zúñiga, "Entre esclavos y libres"; e os documentos de março de 1809 in exp. 4, leg. 210, AP, ANC.
- 33 Veja *An Act to Prohibit the Importation of Slaves into Any Port or Place within the Jurisdiction of the United States* 2 Stat. 426 (1807). O cônsul norte-americano em Santiago informou que ele tinha "apprized the French Inhabitants, who held Slaves, of the Law which prohibited their introduction into the Territories of the U. States" [avisado os moradores franceses, que mantinham escravos, da Lei que proibia sua introdução nos territórios dos Estados Unidos], mas que ele esperava que o governo dos Estados Unidos "may have the power and the inclination to grant them some relief from the precise rigor of established Statutes" [possa ter o poder e a inclinação de conceder-lhes alguma redução do rigor preciso dos Estatutos estabelecidos]. Dunbar Rowland, org., *Official Letter Books of W.C.C. Clairborne, 1801-1816*, vol. 4 (Jackson, MS, State Department of Archives and History, 1917), 364.
- 34 Para a lista dos barcos, veja "Estado, que p' orden del S^o Gob^o de esta Plaza, se forma em este Resg^o de las Embarcacion^s q^o han transportado Pasag^r Extrang^r desde el 10 de Ab^r hasta la fha", exp. 9, leg. 210, AP, ANC.
- 35 Para a chegada do *Louisa* em Plaquemine, veja Rowland, *Official Letter Books*, 4:335. Sobre o esforço de lobbying veja o Capítulo 4.
- 36 Veja "Contrat de mariage, Jacques Tinchant et Marie Dieudonné". As atividades da viúva e seu companheiro em Santiago podem ser inferidas pelos detalhes fornecidos em documentos cartoriais de venda elaborados mais tarde em Nova Orleans, discutidos no Capítulo 4.
- 37 Veja Pétion to Kindelán, 14 de janeiro de 1809, e uma carta de Kindelán a Someruelos, 23 de janeiro de 1809, ambas em exp. 144, leg. 209, AP, ANC. O presidente Pétion dirigiu-se a Kindelán como "Monsieur le Gouverneur de la ville & dépendance de St. Yago à l'Ile de Cuba". Kindelán se dirigiu a ele de volta simplesmente como "Pétion en el Puerto de Princip(c)".
- 38 "Estado...", exp. 9, leg. 210, AP, ANC. A presença de Rosalie no Haiti é evocada no contrato de casamento de sua filha Élisabeth, citada acima.
- 39 "Estado...", exp. 9, leg. 210, AP, ANC.
- 40 Para este parágrafo e os dois a seguir, veja o relatório datado de 14 de novembro de 1817, aparentemente do governador de Santiago para o governador da ilha de Cuba; e a cópia de um relatório de 15 de novembro de 1817, do governador de Cuba para a Real Audiência, ambos

- em Correspondencia, exp. 4, leg. 125, CCG, ANC. Agradecemos a Olga Portuondo Zúñiga, que localizou esse item pela primeira vez, por conselhos relacionados a sua interpretação.
- ⁴¹ Carta de Juan Ximenez ao S^r Brig Gobernador D^r Eusebio Escudero, 13 de novembro de 1817, e a lista daqueles a serem presos, datada de 12 de novembro de 1817, ambas in exp. 4, leg. 125, CCG, ANC. Um navio chamado *Caridad* transportando escravos em 1820 do leste da África para Cuba aparece na Transatlantic Slave Trade Database, viagem numero 49719. Um capitão Morales aparece como comandante do navio *Cirauqui*, que chegou a Cuba em 1818, viagem 41333. Ambas as viagens em <<http://www.slavevoyages.org>> last database search face>
- ⁴² A frase é "siempre tienen disposicion ó trahen aparejados la accion o efecto de quemar", sugerindo uma tendência incendiária a quaisquer organizações como essas.
- ⁴³ Sobre navios de Havana transportando cativos africanos que acabaram em Nova Orleans, veja exp. 2839, leg. 74, Fondo Junta de Fomento, ANC. Alguns refugiados expulsos de Santiago também retornaram mais tarde, como confirmam solicitações de passaporte de Nova Orleans Ana Teodoro Cleaver, comunicação pessoal, fevereiro de 2011.
- ⁴⁴ Para um exemplo de uma mulher africana que permaneceu em Santiago, pelo menos temporariamente, veja a petição de Maria Micaela casta Jolofá à Junta de Vigilância em Santiago, pedindo permissão para permanecer a fim de cuidar de sua tia, datada de 1º de julho de 1818, in exp. 73, leg. 210, AP, ANC.



A travessia do Golfo

Uma vez mais, foram os soldados da guarnição de um forte litorâneo os primeiros a perceber que toda uma pequena frota de navios carregados de refugiados estava se aproximando. Dessa vez o forte era em La Balise perto da foz do rio Mississipi, e os navios tinham vindo dos portos de Santiago e Baracoa, Cuba. Na metade de maio de 1809, o governador territorial William C. C. Claiborne em Nova Orleans já reconhecia que teria de enfrentar a chegada de centenas e talvez milhares de refugiados de Saint-Domingue, deslocados de seu refúgio original em Cuba. A perspectiva de acomodar esses migrantes franceses gerava problemas legais, logísticos e políticos imediatos para o já estressado Claiborne. Inicialmente ele tentou passar parte da responsabilidade para o cônsul francês em Nova Orleans, instruindo-o a entrar em contato com o embaixador francês em Washington, que "sem dúvida forneceria meios" para sustentar os refugiados. Essa era, é claro, uma suposição exageradamente otimista¹.

Estava claro que os refugiados franceses incluíam não só colonos brancos, mas pessoas designadas como negras ou de cor, algumas reconhecidas como livres, mas outras reivindicadas como escravos por indivíduos que se apresentavam como seus donos. Já em 1807 a primeira legislatura do Território de Orleans, assustada pela revolução que havia ocorrido em Saint-Domingue, imaginara que "inconvenientes sérios podem surgir, se medidas não forem tomadas para evitar a introdução de pessoas de cor de Hispaniola e das ilhas franco-americanas". A legislação havia, portanto, proibido o estabelecimento na Luisiana de todos esses homens de cor recém-chegados, exigindo que eles prestassem caução e depois saíssem do território. Mulheres e crianças de cor livres estavam isentas, com a justificativa de que elas "supostamente deixaram a ilha acima mencionada para fugir dos horrores cometidos durante sua insurreição". Na sessão seguinte, a legislatura estendeu a proibição para todos os

homens de cor que chegassem, independentemente de sua origem, e previu explicitamente a escravização desses indivíduos se eles não partissem imediatamente. Ao problema do risco político de experiências revolucionárias trazidas pelos homens livres somou-se a nova proibição federal da introdução no território de escravos vindos de fora do país. A partir do dia 1º de janeiro de 1808, a lei federal já não permitia que qualquer pessoa trouxesse de fora dos Estados Unidos "qualquer negro, mulato ou pessoa de cor com a intenção de manter, vender ou dispor desse negro, mulato ou pessoa de cor como escravo ou para ser mantido para servir ou trabalhar". O acordo constitucional complexo sobre o comércio internacional de escravos tinha sido substituído por uma proibição direta da importação de trabalhadores cativos².

As primeiras ordens do governador Claiborne para as autoridades navais ao longo do rio sugerem algo sobre sua ansiedade com relação a essa lei. Informado de que a escuna *Nuestra Señora del Carmen* havia chegado ao forte em Plaquemine, ele escreveu ao comandante:

Você permitirá que a escuna com os negros a bordo passe o Forte; Mas você informará o Capitão que nenhum escravo (até novas ordens) deve desembarcar sob pena de confisco da embarcação e uma alta multa pecuniária.

Você trará para o Forte todas as embarcações com escravos a bordo vindas de um porto estrangeiro e informará o mesmo ao Governador do Território; a oportunidade de permitir que uma embarcação com escravos suba deve depender das circunstâncias de cada caso particular³.

O governador Claiborne estava tentando encontrar alguma solução que acomodasse a lei federal recentemente publicada e a preocupação que existia há muito na Luisiana com os "negros franceses", considerados perigosos transmissores de ideias revolucionárias. Embora Claiborne não conceituasse o problema como de determinação do estatuto de indivíduos, tal aspecto estava implícito na maneira pela qual ele se referia alternadamente a "negros" e a "escravos". Entre os passageiros desses navios havia muitos homens e mulheres negros que tinham sido legalmente livres no momento em que deixavam Saint-Domingue, mas que depois foram reivindicados como escravos quando chegaram a Cuba. Também havia alguns homens, mulheres e crianças africanos ou nascidos nas Américas comprados de comerciantes de escravos ou de donos cubanos em Santiago. Outros refugiados tinham sido libertados em Saint-Domingue e tinham mantido sua liberdade em Cuba, mas agora estavam em risco de ser categorizados como escravos. A possibilidade de tal escravização tornava a própria liberdade bastante frágil.

Como os refugiados que diziam ser donos de escravos argumentavam depender do trabalho daqueles que eles designavam como escravos, a preocupação de Claiborne em prover algum tipo de subsistência para os refugiados que ele considerava livres se misturou com a questão de admitir outros dos refugiados como escravos. Após alguma reflexão, Claiborne ficou evidentemente tentado a permitir que alguns dos migrantes fizessem uso dos poucos "domésticos fiéis que os tinham acompanhado em seus maus momentos". Para os donos de escravos já residentes na Luisiana, além disso, a emergência forneceu também uma desculpa razoável para tentar driblar a recente proibição de importação de cativos estrangeiros. No dia 15 de maio o governador Claiborne enviou ao secretário de Estado uma petição de "varios cidadaos muito respeitáveis e humanos" relacionada com a proibição do desembarque de escravos. No dia 20 de maio, ele falou diretamente com os "passageiros brancos" de um dos navios vindos de Santiago. No dia 28 de junho de 1809, o Congresso autorizou o presidente a suspender as multas que teriam sido aplicadas aos capitães que haviam trazido para os Estados Unidos escravos acompanhando refugiados livres de Saint-Domingue⁴.

Ainda não estava claro se o presidente iria verdadeiramente decretar essa suspensão, mas no dia 8 de julho o governador Claiborne enviou ao secretário de Estado uma lista dos barcos que tinham até então chegado a Nova Orleans vindos de Cuba, com a menção de que todos seus passageiros já tinham agora desembarcado. Informou também que "os escravos foram todos entregues a seus senhores e estes deram caução com garantia de tê-los disponíveis quando assim requisitado". O termo ambíguo *criado* nos manifestos de muitos dos navios que partiam (*domestiques* em francês) havia sido traduzido como "escravo", impondo assim uma suposição de estatuto servil a milhares de refugiados.

O prefeito de Nova Orleans informou, com um ar de precisão, que os passageiros que chegavam incluíam 2.731 brancos, 3.102 pessoas de cor livres e 3.226 escravos. No cais de Nova Orleans, um processo de atribuição de estatuto havia ocorrido à medida que os refugiados desembarcavam. Palavras escritas no manifesto de um navio ou cômputos entregues por um capitão passavam a ser números para transmitir ao governador. E, uma vez designada explicita ou implicitamente como um escravo, a pessoa que tinha anteriormente vivido como livre necessitaria de recursos substanciais e aliados poderosos a fim de contestar aquele rótulo. Por mais confusas que fossem as circunstâncias iniciais, se um refugiado conseguisse exercer os poderes associados ao direito de propriedade sobre outrem, aquela ação dava aparente solidez à própria reivindicação de posse⁵.

Como é que o prefeito e seus escrivães podiam saber em que categoria de cor e estatuto um indivíduo devia ser enquadrado? Marie Blanche Peillon, a viúva Aubert, não tinha sustentado qualquer rótulo de cor nos registros sacramentais do Cabo Dame-Marie em Saint-Domingue em 1799, quando se posicionou como madrinha da filha de Rosalie, Élisabeth Dieudonné. Durante a Revolução os rótulos *femme de couleur* e *homme de couleur* tinham sido legalmente extintos — embora nunca totalmente abandonados na prática — na medida em que todas as pessoas livres se tornaram cidadãos. Esses rótulos agora reemergiram no registro escrito, uma vez mais sendo feitos para parecer naturais e autoevidentes. Em Nova Orleans, a viúva Aubert veio a ser designada como uma mulher livre de cor⁷.

A própria Rosalie tinha evitado embarcar em um dos navios que, de Santiago, partiam para a Luisiana e, em vez disso, voltou para o Haiti. Com isso ela não enfrentou a suposição de estatuto de escrava que poderia muito bem ter sido ligada a ela, como uma mulher nascida na África, se ela tivesse desembarcado no cais de Nova Orleans. Se desejasse notícias de sua filha, no entanto, daí em diante teria de depender da transmissão de informações por marinheiros, viajantes e comerciantes que transportavam bens entre os vários portos do Caribe e o Golfo do México. Apesar da recusa dos Estados Unidos de reconhecer o Haiti como uma nação independente, barcos de Nova Orleans faziam a passagem para aquilo que era muitas vezes chamado de a Ilha "de Saint-Domingue". Viagens para Havana e Santiago de Cuba eram ainda mais frequentes. Rosalie tinha aberto mão da guarda da filha de dez anos, Élisabeth, mas ela não necessariamente perderia contato com ela por esse motivo.

A condição da própria Élisabeth como livre foi o resultado de eventos na década de 1790 em Saint-Domingue, especificamente a emancipação de sua mãe Rosalie sob os atos da Convenção Nacional e sua aplicação por Toussaint Louverture e André Rigaud. À época do batismo de Élisabeth, ela era tida como nascida livre tanto em virtude da inscrição de sua mãe como *nègresse libre* quanto em virtude da abolição da escravidão em Saint-Domingue. Poderia aquele estatuto ser revertido de livre para escrava em Nova Orleans? Ela precisaria — ou teria — alguma prova de nascimento livre que tivesse validade em um tribunal da Luisiana?

Tanto legal quanto socialmente a questão de cor e estatuto era uma questão de direitos, posição social e até sobrevivência. Havia poucas regras claras e atribuições poderiam ser disputadas e contestadas. Seria melhor, portanto, se olhássemos a contagem do prefeito com cautela e descrevéssemos os imigran-

tes que chegaram como 2.731 pessoas que, no contexto de Nova Orleans em 1809, podiam convincentemente se descrever como brancos; 3.102 pessoas que eram consideradas por observadores como "de cor" mas que conseguiram persuadir aqueles a seu redor de que eram livres; e 3.226 indivíduos que eram considerados pelos observadores como de ascendência africana e sobre quem um ou outro dos passageiros que chegava — ou alguma outra pessoa — podia persuasivamente fazer uma reivindicação de propriedade, ou seja, dizer que eram "escravos".

Com efeito, o governador Claiborne e os capitães de navio tinham transformado a crise em uma oportunidade de contornar a proibição do comércio estrangeiro de escravos aprovada pelo Congresso. A população da cidade tinha quase que duplicado com o estabelecimento dos refugiados. E mais de 3 mil dos recém-chegados, homens, mulheres e crianças, registrados como escravos no cais de Nova Orleans, iriam diariamente desempenhar trabalho não remunerado para vários dos residentes livres do território — e futuro estado — da Luisiana.

A nota de rodapé que tornou permanente a improvisação do governador veio em setembro, quando o secretário de Estado, Robert Smith, instruiu o promotor público Philip Grymes para retirar todas as acusações contra os capitães de navio que tinham trazido os refugiados franceses de Cuba, já que o presidente James Madison tinha decidido que, em todos os casos "em que embarcações tinham sido acusadas de uma violação da lei proibindo a importação de escravos", os navios deveriam ser liberados assim que os capitães pagassem as custas judiciais. Isso foi acompanhado em março de 1810 por um ato do Conselho Legislativo da Luisiana suspendendo as cauções inicialmente pagas pelos refugiados que tinham entrado na cidade afirmando manter outros seres humanos como escravos. Esses "donos" agora poderiam "possuir, vender e dispor" daqueles que eles tinham identificado como seus escravos na chegada. Nada na lei federal proibindo a importação de cativos realmente concedia liberdade às vítimas daqueles que a tinham transgredido. E menos ainda iria reverter a escravização de passageiros trazidos pelos capitães dos barcos de Santiago, que agora tinham sido perdoados".

Não só o estatuto de escravo havia sido atribuído a homens, mulheres e crianças que tinham vivido como pessoas livres em Saint Domingue, mas até a designação como livre no momento do desembarque era incerta em um ambiente de reescravização em grande escala. A mulher chamada Adelaide Métayer, por exemplo, havia chegado a Nova Orleans com seus três filhos em um dos navios vindos da cidade cubana de Baracoa. Livre sob a lei francesa

depois de 1794, ela também tinha pago dinheiro a seu antigo dono em Cap-Français, Saint-Domingue, em 1801 a fim de ser liberada de qualquer obrigação restante de trabalho que ela pudesse lhe dever. Com isso, tinha obtido dele um recibo assinado reconhecendo sua liberdade. Em Baracoa ela havia se comportado como uma mulher livre e batizado suas duas filhas recém-nascidas como livres. Seus vizinhos concordavam que ela tinha estado "à vontade" e gozava sua liberdade à época de sua partida de Cuba. Ninguém aparentemente questionou essa liberdade quando ela desembarcou em Nova Orleans e foi computada como "uma mulher livre de cor".⁹

Uma vez estabelecida na cidade, no entanto, Adélaïde Métayer se encontrou por acaso com um alfaiate chamado Louis Noret, que tinha sido sócio de seu antigo dono em Saint-Domingue, Charles Métayer. Afirmando que a família de Charles Métayer ainda tinha uma dívida com ele, Noret conseguiu persuadir um tribunal em Nova Orleans a que autorizasse o xerife a prender Adélaïde Métayer e seus filhos e oferecer-lhes à venda em um leilão a fim de pagar a quantia que Noret afirmava lhe ser devida. Embora Adélaïde fosse inicialmente capaz de obter uma suspensão de sua própria venda e a de suas filhas, o tribunal permitiu que o leilão de seu filho fosse adiante, com a justificativa de que seu nome não aparecia no recibo assinado por Charles Métayer em Cap-Français nove anos antes. O resultado da venda do rapaz acabou sendo suficiente para cobrir toda a dívida afirmada por Noret, e Adélaïde Métayer voltou para casa, embora sem qualquer decisão definitiva sobre seu estatuto. Poucos anos mais tarde, o alfaiate Noret tentou repetir seu estratagema. Ele conseguiu obter uma procuração do filho de Charles Métayer e uma vez mais afirmou ter direito de propriedade sobre Adélaïde Métayer. Foram necessários vários processos legais até que Adélaïde Métayer pudesse finalmente estabelecer sua liberdade diante dos tribunais da Luisiana.¹⁰

Antes e depois da incorporação do território de Orleans aos Estados Unidos como o estado da Luisiana em 1812, parecia fácil afirmar a propriedade sobre outro ser humano e — se a pessoa fosse de ascendência africana — era difícil provar ser dona de si mesma. O estatuto territorial de 1807 sobre migrantes de Hispaniola tinha fornecido algumas sugestões sobre como a distinção entre escravo e livre poderia ser estabelecida:

Todo homem e mulher de cor de Hispaniola, alegando ser livre, irá provar sua dita liberdade diante do prefeito da cidade ou de qualquer magistrado por depoimentos confiáveis, e obter um certificado dessa justificação, confirmada pelo dito prefeito ou magistrado, e se tal justificação não puder ser feita, o dito homem ou mulher de

cor será considerado um escravo fugitivo e empregado nas obras públicas ate que ele ou ela possa provar sua liberdade ou ser reivindicado por seu dono por meio de títulos válidos¹¹.

O ônus da prova recaia sobre o individuo que afirmava ser livre, não havia qualquer suposição de que a abolição em Saint-Domingue em 1793-1794 tinha realizado uma transformação geral em seu estatuto. Na ausencia de qualquer dono putativo, a pessoa podia até ser considerada "um escravo fugitivo". O desembarque em massa em 1809, além disso, deixara pouco tempo ou espaço para inquéritos formais, particularmente se um determinado "escravo" fosse vendido rapidamente para um novo dono.

A questão do estatuto passou a ser uma questão tanto de circunstancia quanto legal. A maior parte dos refugiados que tinham originalmente fugido de Saint-Domingue em grupos havia sido registrada por tabelias e autoridades coloniais em Cuba sob uma miríade de categorias — escravos, criados, negros, brancos, mulatos etc. Tinham estabelecido domicílios em Santiago e foi com esses parentes e vizinhos que eles reembocaram para a Luisiana. Cada pessoa assim chegou a Nova Orleans envolvida em relações de parentesco e dependência — e em alguns casos propriedade alegada — que iriam definir o espaço social inicial daquela pessoa na Luisiana. Na medida em que os refugiados se estabeleceram na cidade eles teceram aqueles laços uma vez mais, considerando não só a sua própria partida apressada, mas também o fato de que a Luisiana era um território dos Estados Unidos.

Para a jovem Élisabeth Dieudonne, filha de Rosalie e Michel Vincent, a segurança foi garantida inicialmente pela viúva Aubert, que vivia em uma união consensual com o carpinteiro belga chamado Jean Lambert Détry. Quando eles chegaram juntos em Nova Orleans o estigma do rotulo "de cor" foi imposto tanto a Élisabeth quanto a sua madrinha, mas sua liberdade aparentemente não foi questionada. Domicílios compostos por um homem branco, uma mulher de cor e uma criança não eram exatamente poucos familiares em Nova Orleans e agora iriam se tornar ainda mais numerosos. Lambert Détry, além disso, parecia ter estado bastante disposto a servir como um protetor informal da afilhada de sua companheira.

A viúva e o carpinteiro evidentemente tinham trazido com eles de Cuba tanto dinheiro vivo quanto pessoas que eles afirmavam serem seus escravos, fazendo com que fosse relativamente fácil para eles se estabelecerem na cidade. O empresário e *bon vivant* de Nova Orleans Bernard Marigny estava em pleno processo de subdivisão de sua propriedade para criar um bairro

residencial chamado Faubourg Marigny e esperava vender terra a crédito para os imigrantes que chegavam. Détry comprou dois lotes na Rua Moreau (agora Chartres) — sem entrada, com 15 anos para pagar. A seguir ele estabeleceu uma carpintaria e adquiriu serradores escravos para ajudá-lo em seu trabalho. À época do censo de 1810, Lambert Détry aparecia como chefe de uma casa descrita como sendo composta por um homem branco (Détry), três "outras pessoas livres" (a viúva, sua afilhada Élisabeth e talvez outra criança) e 13 escravos. Com as pessoas que eles conseguiram que fossem classificadas como sua propriedade no momento de sua chegada e aquelas que eles adquiriram na cidade, o casal tinha ascendido completamente à categoria de donos de escravos¹².

A própria viúva Aubert, agora com 50 anos, começou a comprar e vender terra e escravos em seu próprio nome. Ela não era — e segundo a lei da Luisiana não poderia ser — casada legalmente com Détry, portanto não precisava de qualquer aprovação de um marido para operar e contratar em seu próprio nome. E foi isso que ela fez. Nos 40 anos seguintes ela se estabeleceria como uma irascível e temível moradora de Faubourg Marigny, fazendo dinheiro, brigando com os vizinhos e servindo como mãe substituta para Élisabeth¹³.

A aliança entre Lambert Détry e a viúva Aubert era uma união conjugal inter-racial, mas não tinha nada a ver com um costume (muito mitologizado) que mais tarde foi chamado de *plaçage*, pelo qual se dizia que mães de mulheres de cor jovens "colocavam" (*plaçaient*) suas filhas com homens brancos como um meio de mobilidade ascendente ou segurança. Détry e a viúva Aubert eram, em vez disso, dois sobreviventes envelhecidos, tendo deixado muitas dificuldades para trás, e com uma disposição evidente de impor dificuldades a terceiros, usando a propriedade de pessoas como um meio de ascensão social. Tanto Détry quanto a viúva Aubert obtinham renda por meio do trabalho não remunerado de homens e mulheres que eles mantinham como escravos. Seu domicílio em conjunto também incluía pessoas jovens de várias condições, inclusive Élisabeth Dieudonné. Logo houve pelo menos uma outra jovem de Saint-Domingue comprada pela viúva como escrava em 1813 e chamada pelo apelido de Trois-Sous (Três-Tostões)¹⁴.

Quando Détry morreu em 1821, foi em uma casa que lhe pertencia e que era ocupada pela viúva Aubert. Em um "testamento cerrado" — isso é um testamento que é colocado lacrado na mão de um tabelião — ele deixou a maior parte de sua propriedade para duas jovens mulheres de cor que eram as filhas de seu amigo e executor François Xavier Freyd. À viúva Aubert ele deu o uso e controle da maior parte dessa propriedade, porém apenas enquanto

ela vivesse. Ele especificou também que dois de seus escravos deveriam ser libertados quando atingissem "a idade exigida pela lei para a alfartia"¹⁵.

Détry também designou um legado de 500 dólares para Élisabeth Dieudonné, que parece ter sido conhecida na família pelo nome de Marie, o primeiro nome tanto de sua mãe (Marie Françoise dita Rosalie) e sua madrinha (Marie Blanche Peillon, viúva Aubert). Détry explicou o legado referindo-se a Élisabeth como sua própria afilhada, embora isso não fosse formalmente o caso. Talvez longos anos de vida com a viúva Aubert tenham feito dele o verdadeiro padrinho de Élisabeth¹⁶. Détry não mencionou em seu testamento herdeiros legais potenciais que pudessem estar na Belgica, mas depois de sua morte um grupo desses parentes contratou um advogado e tentou invalidar o testamento, invocando a "concubinagem" aberta de Détry com a viúva Aubert. Mas eles rapidamente chegaram a um acordo, recebendo uma porção da herança¹⁷.

Com a promessa do legado de Détry em mãos, Élisabeth (ou Marie) Dieudonné, agora com 23 anos de idade, ficou noiva de um jovem chamado Jacques Tinchant, filho de uma mulher de cor emigrada de Saint-Domingue. Quando o contrato de casamento foi assinado em 1822, foi a viúva Aubert que apareceu com eles no cartório, afirmando que ela tinha sido uma mãe para a futura noiva desde sua infância e que a verdadeira mãe de Élisabeth estava atualmente morando não em Nova Orleans mas naquela região a que a viúva se referia ainda como "Saint-Domingue". A presença ausente da mulher que a viúva chamava de Rosalie Vincent foi assim reconhecida, mas subordinada aos desejos da madrinha, cuja familiaridade com questões de propriedade estava refletida nos detalhes do contrato¹⁸.

O parceiro de Élisabeth no casamento era um jovem cujo lugar de nascimento era dado de diversas maneiras: Baltimore, Maryland, ou Halifax, América Setentrional (presumivelmente a Nova Escócia). Jacques Tinchant foi designado como "um filho natural", isto é, nascido de pais que não eram casados — e foi classificado como uma pessoa de cor livre. Seu pai aparentemente era um colono francês de Saint-Domingue que tinha emigrado para Baltimore levando consigo pelo menos um homem que ele tentou reivindicar como seu escravo. Um anúncio um tanto queixoso nos jornais de Baltimore, assinado por um Joseph Tinchant, clama pela volta de "meu rapaz negro" chamado Jack Zacharie, de quem Tinchant dizia "que tinha passado algum tempo em Hispaniola e que por vários anos vem sendo empregado como cozinheiro a bordo de embarcações que saem deste porto". Joseph Tinchant avisava os capitães dos navios que não contratassem aquele homem. Como a

fuga de Jack Zacharie para o mar sugere, Nova Orleans não era o único lugar onde a liberdade uma vez ganha em Saint-Domingue poderia ser reafirmada. O próprio Joseph Tinchant deixou poucos vestígios nos registros de Baltimore e parece ter desempenhado um papel pequeno ou nulo na vida de seu filho em Nova Orleans, além de lhe ter dado um sobrenome¹⁹.

A mãe de Jacques Tinchant, ao contrário, aparece nos registros cartoriais em Nova Orleans com muita frequência. Seu nome de batismo era Marie Françoise, mas às vezes ela era chamada de Suzerte. Seu sobrenome era alguma variação de Bayot, Bayole, Baillhot ou Bayotte²⁰. Como refugiada de Saint-Domingue, é possível que ela tenha chegado aos Estados Unidos (provavelmente Baltimore) na década de 1790, acompanhada pelo Tinchant sênior, e talvez por uma irmã. Em algum momento após ter dado à luz a criança que seria chamada de Jacques Tinchant, ela foi para Nova Orleans, onde os registros cartoriais a classificam como uma mulher livre de cor²¹.

O itinerário de Marie Françoise Bayot ilustra o padrão recorrente pelo qual refugiados com recursos modestos se estabeleciam e constituíam novos lares. Sendo uma mulher desacompanhada com um bebê para cuidar, Bayot juntou-se, em Nova Orleans, com Louis Duhart, um ex-oficial e também maçom da região próxima ao Forte Dauphin em Saint-Domingue que — como muitos emigrados brancos sem dinheiro, mas culto — oferecia seus serviços como professor. A família de Duhart por parte de pai viera do sudoeste da França, especialmente da região de Béarn perto dos Pirineus e do distrito basco de Saint-Jean-de-Luz. Os antepassados Duhart incluíam uma longa linha de marinheiros e capitães ligados aos donos de navios e armadores do porto de Nantes²².

Louis Duhart e Marie Françoise Bayot formavam um casal cuja união, como a de Détry com a viúva Aubert, não podia ser formalizada em Nova Orleans por um matrimônio, dada à proibição legal na Luisiana de casamento entre pessoas brancas e pessoas de cor. Apesar disso, eles batizaram seu primeiro filho na Catedral de Saint Louis em junho de 1810, dando-lhe o nome de Pierre Duhart. Um segundo menino foi chamado de Louis Alfred Duhart. Jacques Tinchant, o filho de Marie Françoise Bayot, adquiriu assim dois meios-irmãos que mais tarde seriam seus sócios comerciais e, posteriormente, padrinhos de suas crianças²³.

O professor Louis Duhart tinha uma posição considerável entre os maçons vindos de Saint-Domingue, mas sua situação financeira era frágil — Nova Orleans estava repleta de refugiados tentando sobreviver ensinando francês. Em 1817-1818, Louis tentou se tornar um fazendeiro, comprando plantações

de algodão na Paróquia de Plaquemine em sociedade com outros investidores (um deles também membro de sua loja maçônica). Aparentemente ingênuos em seus negócios comerciais, os sócios acabaram sendo enganados, perderam muito capital e de um modo geral se viraram cercados de falta de sorte. Por sua vez, eles passaram a desgraça para seus escravos domésticos, que haviam sido transferidos para o trabalho na plantação. O empreendimento não prosperou e o grupo de investidores foi dissolvido com muito ressentimento²⁴.

Ao voltar para Nova Orleans após sua ruina, Louis Duhart aparentemente abandonou sua identidade como homem de negócios solteiro e abertamente estabeleceu domicílio com Marie Françoise Bayot. Continuaram a comprar e vender escravos conforme seus filhos iam crescendo e muitas vezes se envolviam em transações cartoriais complexas moldadas pelas restrições legais sobre o tipo de bens que homens brancos poderiam transmitir para mulheres com quem viviam naquilo que a lei considerava como "concubinagem". Algumas dessas compras parecem ter sido subterfugios jurídicos, escondendo arranjos destinados a proteger o futuro de Marie Françoise Bayot e das crianças, ou talvez para manter a propriedade fora das mãos de quaisquer credores potenciais de Louis Duhart²⁵.

Quando o filho de Marie Françoise Bayot, Jacques Tinchant, casou-se com a filha de Rosalie Vincent, Élisabeth Dieudonné, em 1822, sua união foi, assim, emblemática da criação de novas famílias "americanas" pela segunda geração da população de refugiados. Duas mulheres de cor engenhosas — Marie Françoise Bayot e a viúva Aubert — tinham garantido os primeiros anos de seus jovens dependentes em Nova Orleans, apesar da existência de uma legislação hostil, e tinham lhes fornecido recursos e conexões. A próxima fase iria exigir muito trabalho por parte dos próprios antigos dependentes, bem como a renegociação desses relacionamentos familiares²⁶.

Durante o primeiro ano após o casamento, Jacques e Élisabeth moraram com a viúva Aubert e faziam as refeições em sua casa. A viúva podia ser tanto uma benfeitora quanto uma pessoa difícil, exercendo seu controle e levando seus parentes e vizinhos a tribunais em disputas sobre dinheiro. Com efeito, esteve envolvida em pelo menos quatro processos entre 1822 e 1840 inclusive um deles provocado por sua recusa de repassar a herança de 500 dólares de Détry para Élisabeth e Jacques (ela afirmou tê-los gasto com a hospedagem e as refeições que lhes dera). Parece quase que cada casamento ou funeral de alguém próximo a ela podia se tornar a ocasião para uma disputa legal. Até o momento de sua morte, décadas mais tarde, a viúva guardava uma pilha desses atos e decisões jurídicos em uma caixa de ferro em seu armário²⁷.

No dia 1º de janeiro de 1825, Élisabeth e Jacques, que tinham se mudado da casa da viúva, levaram seu primeiro filho para ser batizado na Catedral de Saint-Louis, no coração da cidade velha. Ao contrário de seus pais, o bebê François Louis Tinchant, designado um *quarteron libre*, era uma criança legítima, nascido de um casamento legalmente reconhecido. A rede de apoio familiar — e presumivelmente a inspiração para o nome do bebê — estava visível na cerimônia, com a mãe de Jacques, Marie Françoise Bayot, como madrinha e seu parceiro, Louis Duhart, como padrinho²⁸.

Para quase todas as pessoas livres designadas como “de cor”, no entanto, o espaço social em Nova Orleans tinha se estreitado. O Código Civil de 1825 proibiu àqueles que tinham vivido em “concubinagem aberta” de receber propriedade real substancial de seus parceiros — um esforço direto do legislativo para reduzir uniões de longo prazo entre homens brancos e mulheres de cor. Isso não prejudicaria Jacques e Élisabeth diretamente, mas afetou a mãe de Jacques, Marie Françoise Bayot, que foi impedida pela lei da Luisiana de casar com seu parceiro branco, Louis Duhart. Pouco depois, um estatuto adicional declarava que todas as pessoas de cor livres que tivessem entrado no estado desde 1825 eram obrigadas a partir. Uma vez mais, Jacques e Élisabeth não foram implicados diretamente, mas a intensificação da hostilidade oficial era inequívoca²⁹.

Embora Élisabeth e Jacques tenham, eles próprios, se casado dentro da categoria de “pessoas livres de cor”, cada um deles tinha sido criado em uma casa atravessada por aquilo que estava cada vez mais retratado como uma firme linha de cor. As investidas da legislação da Luisiana contra casais inter-raciais representavam tanto um ataque simbólico quanto substantivo ao meio social em que Jacques e Élisabeth viviam e serviria para restringir a escolha de parceiros para seus próprios filhos.

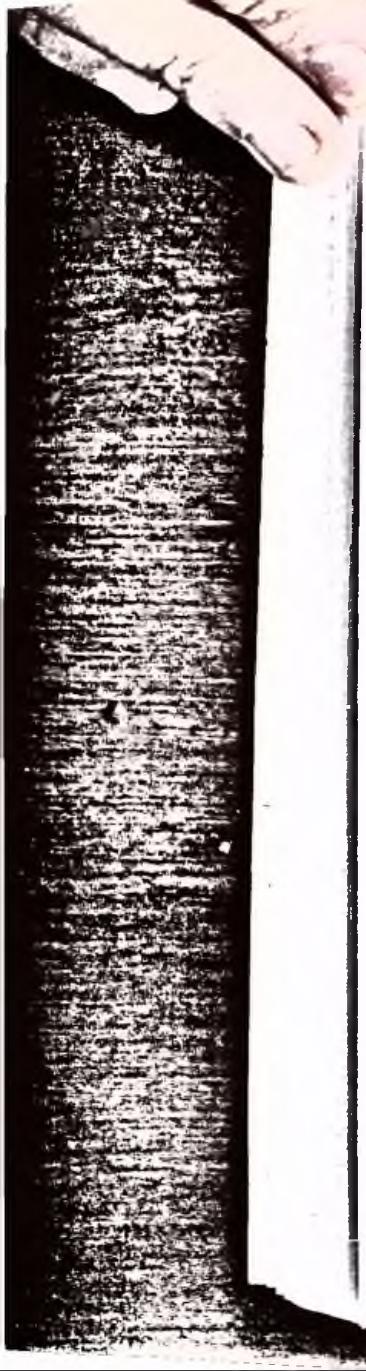
Em março de 1830 o tom das declarações produzidas pelo legislativo do estado era violento. Misturando a ameaça potencial de “descontentamento entre a população de cor livre” com o perigo de “insubordinação entre os escravos”, um novo regulamento prescrevia “prisão perpétua com trabalho forçado” ou a pena de morte para aqueles considerados culpados de escrever, imprimir, publicar ou distribuir qualquer coisa que pudesse encorajar tal descontentamento. Qualquer um que fizesse uso de linguagem “em qualquer discurso público, do tribunal, da tribuna, do palco, do púlpito ou qualquer lugar, fosse ele qual fosse”, inclusive conversações privadas, que tivesse uma tendência a produzir tal descontentamento ou a excitar insubordinação devia ser penalizado com três a vinte anos de trabalho forçado ou morte “à discreção

do tribunal". Marie Françoise Bayot e Louis Duhart possuíam escravos domésticos e seria pouco provável que fossem encorajar insubordinação entre os escravos em geral. Mas eles também eram um casal inter-racial com dois filhos que teriam de enfrentar essas ameaças de estigma e suspeição. Por volta de 1831-1832, Marie Françoise e Louis decidiram abandonar a Luisiana e embarcar para a França. Dirigiam-se a Béarn, no sopé dos Pirineus, perto da área da qual os próprios parentes de Louis Duhart tinham partido para as colônias uma geração antes³⁰.

Jacques e Élisabeth continuaram em Nova Orleans, onde se prepararam para abrir caminho pelo labirinto de leis restritivas e tentar se aproveitar da economia urbana em expansão. Sua vantagem primordial seria a própria habilidade e trabalho de Jacques, mas eles também podiam depender do sistema escravista. Era comum que pessoas livres de cor em Nova Orleans estivessem envolvidas com ele de várias maneiras — às vezes se beneficiando diretamente da propriedade de domésticas ou outros escravos, às vezes facilitando a liberdade de escravos com os quais estavam conectados por laços de parentesco ou experiências compartilhadas. No contrato de casamento de Jacques e Élisabeth, a viúva Aubert tinha transferido para o novo casal a propriedade de uma mulher chamada Gertrude e de sua filha de 12 anos. Gertrude continuou a ser alugada nos anos que se seguiram, trazendo uma renda estável para a família. Mais ou menos uma década após seu casamento, no entanto, Jacques e Élisabeth tomaram a iniciativa de dar a ela uma carta de alforria³¹.

A manumissão de um escravo podia, no entanto, ser compensada pela aquisição de outros. Na metade da década de 1830 a cidade de Nova Orleans estava se expandindo rapidamente e Jacques Tinchant e seu meio-irmão Pierre Duhart formalmente concordaram em combinar seus bens e criar uma sociedade para comprar terra e construir casas. Pedaço após pedaço, eles adquiriram terrenos nos subúrbios da cidade chamados de Faubourg Marigny, Nova Marigny e Franklin. Em 1836, Tinchant e Duhart gastaram 1000 dólares para comprar um negro escravo chamado Giles, dito Clark, com mais ou menos 21 anos de idade. Assim, embora Jacques Tinchant tenha libertado, três anos antes, uma das duas escravas do dote de sua esposa, agora ele mantinha um interesse parcial em outra pessoa considerada como propriedade³².

Nos próximos anos, Tinchant e Duhart venderam lotes de terra nos subúrbios, estreitos na frente mas suficientemente profundos para construir uma casa e suas dependências. Muitos dos compradores eram homens e mulheres de cor. Jacques Tinchant era um carpinteiro que se tornara construtor e transformava terra rural de propriedade de brancos, à margem da cidade, em lotes



No dia 1º de janeiro de 1825, Élisabeth e Jacques, que tinham se mudado da casa da viúva, levaram seu primeiro filho para ser batizado na Catedral de Saint-Louis, no coração da cidade velha. Ao contrário de seus pais, o bebê François Louis Tinchant, designado um *quarteron libre*, era uma criança legítima, nascido de um casamento legalmente reconhecido. A rede de apoio familiar — e presumivelmente a inspiração para o nome do bebê — estava visível na cerimônia, com a mãe de Jacques, Marie Françoise Bayot, como madrinha e seu parceiro, Louis Duhart, como padrinho.²⁹

Para quase todas as pessoas livres designadas como “de cor”, no entanto, o espaço social em Nova Orleans tinha se estreitado. O Código Civil de 1825 proibiu àqueles que tinham vivido em “concubinagem aberta” de receber propriedade real substancial de seus parceiros — um esforço direto do legislativo para reduzir uniões de longo prazo entre homens brancos e mulheres de cor. Isso não prejudicaria Jacques e Élisabeth diretamente, mas afetou a mãe de Jacques, Marie Françoise Bayot, que foi impedida pela lei da Luisiana de casar com seu parceiro branco, Louis Duhart. Pouco depois, um estatuto adicional declarava que todas as pessoas de cor livres que tivessem entrado no estado desde 1825 eram obrigadas a partir. Uma vez mais, Jacques e Élisabeth não foram implicados diretamente, mas a intensificação da hostilidade oficial era inequívoca.³⁰

Embora Élisabeth e Jacques tenham, eles próprios, se casado dentro da categoria de “pessoas livres de cor”, cada um deles tinha sido criado em uma casa atravessada por aquilo que estava cada vez mais retratado como uma firme linha de cor. As investidas da legislação da Luisiana contra casais inter-raciais representavam tanto um ataque simbólico quanto substantivo ao meio social em que Jacques e Élisabeth viviam e serviria para restringir a escolha de parceiros para seus próprios filhos.

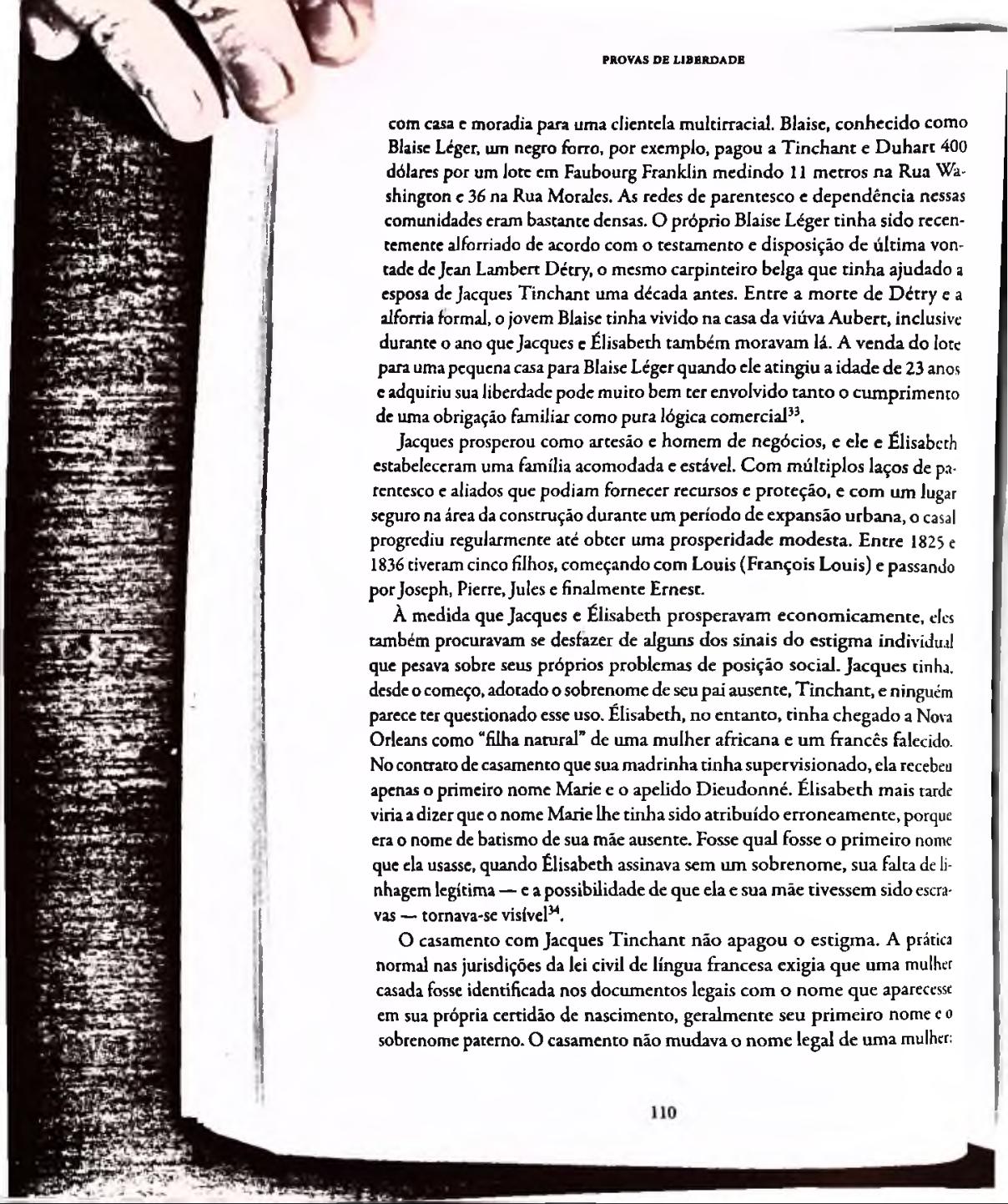
Em março de 1830 o tom das declarações produzidas pelo legislativo do estado era violento. Misturando a ameaça potencial de “descontentamento entre a população de cor livre” com o perigo de “insubordinação entre os escravos”, um novo regulamento prescrevia “prisão perpétua com trabalho forçado” ou a pena de morte para aqueles considerados culpados de escrever, imprimir, publicar ou distribuir qualquer coisa que pudesse encorajar tal descontentamento. Qualquer um que fizesse uso de linguagem “em qualquer discurso público, do tribunal, da tribuna, do palco, do púlpito ou qualquer lugar, fosse ele qual fosse”, inclusive conversações privadas, que tivesse uma tendência a produzir tal descontentamento ou a excitar insubordinação devia ser penalizado com três a vinte anos de trabalho forçado ou morte “à discreção

do tribunal". Marie Françoise Bayot e Louis Duhart possuíam escravos domésticos e seria pouco provável que fossem encorajar insubordinação entre os escravos em geral. Mas eles também eram um casal inter-racial com dois filhos que teriam de enfrentar essas ameaças de estigma e suspeição. Por volta de 1831-1832, Marie Françoise e Louis decidiram abandonar a Luisiana e embarcar para a França. Dirigiam-se a Béarn, no sopé dos Pirenéus, perto da área da qual os próprios parentes de Louis Duhart tinham partido para as colônias uma geração antes³⁰.

Jacques e Élisabeth continuaram em Nova Orleans, onde se prepararam para abrir caminho pelo labirinto de leis restritivas e tentar se aproveitar da economia urbana em expansão. Sua vantagem primordial seria a própria habilidade e trabalho de Jacques, mas eles também podiam depender do sistema escravista. Era comum que pessoas livres de cor em Nova Orleans estivessem envolvidas com ele de várias maneiras — às vezes se beneficiando diretamente da propriedade de domésticas ou outros escravos, às vezes facilitando a liberdade de escravos com os quais estavam conectados por laços de parentesco ou experiências compartilhadas. No contrato de casamento de Jacques e Élisabeth, a viúva Aubert tinha transferido para o novo casal a propriedade de uma mulher chamada Gertrude e de sua filha de 12 anos. Gertrude continuou a ser alugada nos anos que se seguiram, trazendo uma renda estável para a família. Mais ou menos uma década após seu casamento, no entanto, Jacques e Élisabeth tomaram a iniciativa de dar a ela uma carta de alforria.

A manumissão de um escravo podia, no entanto, ser compensada pela aquisição de outros. Na metade da década de 1830 a cidade de Nova Orleans estava se expandindo rapidamente e Jacques Tinchant e seu meio-irmão Pierre Duhart formalmente concordaram em combinar seus bens e criar uma sociedade para comprar terra e construir casas. Pedaço após pedaço eles adquiriram terrenos nos subúrbios da cidade chamados de Faubourg Marigny, Nova Marigny e Franklin. Em 1836, Tinchant e Duhart gastaram 1000 dólares para comprar um negro escravo chamado Gilev, dito Clark, com mais ou menos 21 anos de idade. Assim, embora Jacques Tinchant tenha libertado, três anos antes, uma das duas escravas do dote de sua esposa, agora ele mantinha um interesse parcial em outra pessoa considerada como propriedade³¹.

Nos próximos anos, Tinchant e Duhart venderam lotes de terra nos subúrbios, estreitos na frente mas suficientemente profundos para construir uma casa e suas dependências. Muitos dos compradores eram homens e mulheres de cor. Jacques Tinchant era um carpinteiro que se tornara construtor e transformava terra rural de propriedade de brancos, à margem da cidade, em lotes



com casa e moradia para uma clientela multirracial. Blaise, conhecido como Blaise Léger, um negro forro, por exemplo, pagou a Tinchant e Duhart 400 dólares por um lote em Faubourg Franklin medindo 11 metros na Rua Washington e 36 na Rua Morales. As redes de parentesco e dependência nessas comunidades eram bastante densas. O próprio Blaise Léger tinha sido recentemente alforriado de acordo com o testamento e disposição de última vontade de Jean Lambert Détry, o mesmo carpinteiro belga que tinha ajudado a esposa de Jacques Tinchant uma década antes. Entre a morte de Détry e a alforria formal, o jovem Blaise tinha vivido na casa da viúva Aubert, inclusive durante o ano que Jacques e Élisabeth também moravam lá. A venda do lote para uma pequena casa para Blaise Léger quando ele atingiu a idade de 23 anos e adquiriu sua liberdade pode muito bem ter envolvido tanto o cumprimento de uma obrigação familiar como pura lógica comercial³³.

Jacques prosperou como artesão e homem de negócios, e ele e Élisabeth estabeleceram uma família acomodada e estável. Com múltiplos laços de parentesco e aliados que podiam fornecer recursos e proteção, e com um lugar seguro na área da construção durante um período de expansão urbana, o casal progrediu regularmente até obter uma prosperidade modesta. Entre 1825 e 1836 tiveram cinco filhos, começando com Louis (François Louis) e passando por Joseph, Pierre, Jules e finalmente Ernest.

À medida que Jacques e Élisabeth prosperavam economicamente, eles também procuravam se desfazer de alguns dos sinais do estigma individual que pesava sobre seus próprios problemas de posição social. Jacques tinha, desde o começo, adotado o sobrenome de seu pai ausente, Tinchant, e ninguém parece ter questionado esse uso. Élisabeth, no entanto, tinha chegado a Nova Orleans como "filha natural" de uma mulher africana e um francês falecido. No contrato de casamento que sua madrinha tinha supervisionado, ela recebeu apenas o primeiro nome Marie e o apelido Dieudonné. Élisabeth mais tarde viria a dizer que o nome Marie lhe tinha sido atribuído erroneamente, porque era o nome de batismo de sua mãe ausente. Fosse qual fosse o primeiro nome que ela usasse, quando Élisabeth assinava sem um sobrenome, sua falta de linhagem legítima — e a possibilidade de que ela e sua mãe tivessem sido escravas — tornava-se visível³⁴.

O casamento com Jacques Tinchant não apagou o estigma. A prática normal nas jurisdições da lei civil de língua francesa exigia que uma mulher casada fosse identificada nos documentos legais com o nome que aparecesse em sua própria certidão de nascimento, geralmente seu primeiro nome e o sobrenome paterno. O casamento não mudava o nome legal de uma mulher:

o uso do sobrenome do marido era costume, não um uso legal. A tarefa de Élisabeth, portanto, foi obter o direito a um sobrenome paterno respeitável em vez do apelido Dieudonné. Quando seu primeiro filho foi batizado em 1825, ela tinha dado um passo nessa direção, persuadindo o padre a escrever seu nome com as palavras "Élisabeth Vincent". Como sua própria mãe, Élisabeth agora informalmente adotava o sobrenome de Michel Vincent, que tinha morrido em Cuba. Aparentemente nada a impediu de fazer isso diante do padre Michaud na catedral³⁵.

Seria um pouco mais ousado fazer essa afirmação em um documento certificado por um notário público, aumentando assim sua aparente legalidade. Em 1834, Jacques Tinchant vendeu um terreno e o tabelião Octave de Armas formalizou a venda, mencionando o comprador e o vendedor como *gens de couleur libres* (pessoas de cor livres). Sob os termos de seu contrato de casamento, Élisabeth mantinha uma hipoteca geral sobre todas as propriedades de Jacques e, portanto, seu consentimento para a venda era necessário. Provavelmente obtendo a pista sobre seu nome legal no contrato de casamento, o tabelião a mencionou primeiro como Marie Dieudonne. Mas ele também reconheceu a maneira como ela agora se intitulava e expandiu o nome para "Marie Dieudonné *dite* Élisabeth Vincent". Era comum que o tabelião transmitisse um pouco da complexidade dos nomes de Nova Orleans através do uso do termo *dite* (dita) — com o *dite* significando sua própria identidade quanto ao estatuto do segundo nome. A própria Élisabeth foi em frente e assinou o documento como "Élisabeth Vincent". O modo de escrever estava incerto, mas sua reivindicação implícita, que era levar sua ascendência até Michel Vincent, estava clara³⁶.

Apesar disso, a falta de sobrenome, que era um estigma, continuava visível em seu contrato de casamento, um documento que ela tinha que apresentar repetidamente quando Jacques precisava se envolver em transações legais. Em novembro de 1835, porém, Jacques e Élisabeth encontraram uma maneira de formalizar o caminho de Élisabeth para a respeitabilidade fazendo com que os procedimentos notariais os beneficiassem. Eles foram ao escritório do tabelião Théodore Seghers para apresentar uma "retificação" formal de seu nome como aparecia no contrato de casamento. O casal agora apresentava uma cópia da certidão de batismo, na qual seu pai Michel Vincent tinha reconhecido sua paternidade. E solicitavam que, com base nessa evidência, o nome dela fosse formalmente "retificado" para Élisabeth Dieudonne Vincent³⁷.

O súbito aparecimento desse pedaço de papel foi certamente conveniente. O documento era aparentemente uma cópia oficial, datada de 25 de maio de

1823, da certidão de um batismo que tinha ocorrido décadas antes na colônia francesa de Saint-Domingue. Alguém tinha evidentemente conseguido que um funcionário público haitiano retrancresse aquele assento sacramental de 1799, que tinha, ele próprio, sido elaborado no meio da Revolução Haitiana. E agora alguém tinha enviado ou trazido o novo documento para Élisabeth na Luisiana³⁸.

Uma lista de passageiros de um navio, que sobrevive nos arquivos, sugere quem provavelmente foi essa pessoa. No dia 20 de abril de 1835 uma embarcação de dois mastros, o brigue *Ann*, atracou em Nova Orleans após uma viagem desde Porto Príncipe, Haiti. A bordo estava um passageiro cujo nome era listado como Rosalia Vincent. A forma espanhola do nome Rosalie pode ter sido da época em Cuba; o sobrenome Vincent vinha de seu agora falecido companheiro, o colono francês Michel Vincent. Parece um bom palpite dizer que Rosalie trouxe consigo o assento cuidadosamente certificado, provando o fato de Michel Vincent ter levado a filha dos dois até a pia batismal em Cabo Dame-Marie, Saint-Domingue, 36 anos antes³⁹.

Esses documentos, porém, não eram necessariamente suficientes para alcançar a meta de Élisabeth. Sob o Código Civil de 1825 da Luisiana, crianças de cor livres mas ilegítimas só eram legalmente "permitidas a provar sua descendência de um pai também de cor". Em 1835, no entanto, o marido de Élisabeth, Jacques Tinchant, era um construtor respeitado, conhecido pelo tablão de Nova Orleans, Théodore Seghers, como um cliente que comprava e vendia terras e ocasionalmente um escravo. O notário, portanto, estava disposto a ignorar a pequena irregularidade na proposta de "retificação" do nome de Élisabeth. Seu pai Michel Vincent, afinal, era um francês morto há muito tempo, e não um membro da elite branca de Luisiana. Ele não estava em uma situação que lhe permitisse criar objeções a essa afirmação de paternidade⁴⁰.

Considerando a sutil distinção feita no Código Civil da Luisiana entre reconhecimento e legitimação, não é totalmente claro se o fato de o nome de Michel Vincent estar na certidão de batismo realmente concedia a sua "filha natural" o direito legal de adotar seu sobrenome. Mas, no momento em que a "retificação" foi incluída no registro, e foi feita uma referência cruzada à margem da cópia de arquivo de sua certidão de casamento original, Élisabeth Dieudonné tornou-se, para todos os objetivos práticos, Élisabeth Vincent. Agora, quando seu nome aparecia em documentos legais, não mais lembrava o de uma criança nascida fora do casamento de uma mãe que havia sido escrava, e sim era indistinguível da denominação daqueles nascidos em famílias que sempre tinham sido livres⁴¹.

A modificação do nome de Élisabeth foi um passo importante para sua respeitabilidade, mas não podia mitigar as limitações práticas impostas às pessoas de cor em Nova Orleans na década de 1830. Desde sua primeira infância Jacques e Élisabeth tinham vivido em um meio profissional de artesãos que tinha como núcleo principal os refugiados de Saint-Domingue, muitos dos quais haviam adquirido uma boa instrução. O padrasto de Jacques, Louis Duhart, era professor e o próprio Jacques assinava seus contratos com uma mão confiante. A letra de Élisabeth era mais hesitante, mas ela tinha conseguido pelo menos uma alfabetização básica. As perspectivas para seus próprios filhos, no entanto, foram prejudicadas pelo escrutínio hostil imposto às poucas escolas que aceitavam crianças de cor, combinado com a falta de educação secundária (colégios) disponível para essas crianças em Nova Orleans. Jacques e Élisabeth provavelmente conseguiram a princípio se adaptar à falta de escolas apropriadas arranjando instrutores particulares para seus filhos mais velhos, Louis e Joseph, mas havia um limite para essa estratégia⁴².

Um desencorajamento adicional pode ter sido a perspectiva de uma atenção mais rigorosa ao cumprimento da lei que exigia que todas as pessoas de cor livres em Nova Orleans, exceto aquelas nascidas no estado, se registrassem anualmente na prefeitura, mostrando evidência de seu estatuto legal como livres e atestados de sua confiabilidade fornecidos por uma pessoa branca. Jacques e Élisabeth, como muitos outros membros relativamente prosperos da comunidade, haviam aparentemente se recusado a obedecer a essa regra nos primeiros anos. O nome de Jacques aparece no catálogo da cidade e nas listas de impostos, mas não consta nesse registro humilhante. Não estava claro, no entanto, por quanto tempo os privilégios dados a sua modesta riqueza iriam durar. O legislativo da Luisiana estava fortalecendo uma única e aviltante linha de cor. Assembleias xenófobas de brancos pedindo restrições no emprego de escravos e pessoas livres de cor sugeriam que mais restrições estavam provavelmente a caminho⁴³.

No fim da década de 1830, o casal começou a vender suas propriedades em preparação para outra partida. A mãe de Jacques, Marie Françoise Bayot, tinha se estabelecido na França e parece ter estado mal de saúde. A mãe de Élisabeth, Rosalie Vincent, agora mais ou menos nos seus 70 anos, tinha muito provavelmente concluído sua visita à metrópole escravista de Nova Orleans e voltado para o Haiti, onde reconstruiria sua vida depois da expulsão de Cuba. Jacques agora vendeu alguns dos pequenos lotes urbanos em Nova Orleans ao mesmo tempo em que manteve alguns para renda de aluguéis. No dia 12 de maio de 1840 ele foi pela última vez ao tabelião da família e registrou uma

procuração para seu meio-irmão Louis Alfred Duhart para que este administrasse seus negócios em sua ausência⁴⁴.

No entanto, havia uma transação embaraçosa para completar. Seis anos antes o casal havia alforriado a escrava chamada Gertrude que tinha trabalhado no domicílio da viúva Aubert quando Élisabeth era criança e tinha sido cedida legalmente a Jacques e Élisabeth à época de seu casamento. Mas eles ainda mantinham como escrava a filha de Gertrude, Marie Louise, que agora tinha 22 anos. As restrições legais da Luisiana sobre alforria faziam com que a libertação de um escravo dessa idade fosse trabalhosa e difícil e Jacques e Élisabeth parecem nunca ter tornado a iniciativa. Em vez disso, apenas algumas semanas antes de deixar Nova Orleans eles foram ao tabelião da família e oficialmente venderam Maria Louise para sua própria mãe⁴⁵.

Sob os termos do contrato, Gertrude deveria pagar ao casal 800 piastras (mais ou menos o mesmo valor em dólares) em várias prestações. Quando o último pagamento fosse feito, Marie Louise se tornaria livre. Jacques e Élisabeth parecem ter planejado esse procedimento a fim de driblar as restrições sobre alforria, ao mesmo tempo em que extraíam alguma renda do processo. O contrato transformou Marie Louise em um tipo específico de "pessoa com um preço", legalmente escrava de sua própria mãe, que, por sua vez, tinha de pagar uma quantia próxima ao valor de mercado pela liberdade da jovem. A lei da Luisiana considerava Marie Louise *um statu liber*, alguém que tinha uma promessa reconhecida de liberdade futura. Mas uma sequência de pagamentos e passos jurídicos adicionais ainda seriam necessários para que a promessa se tornasse realidade⁴⁶.

Com seus negócios financeiros e legais em ordem, Jacques e Élisabeth estavam prontos para partir. Seu filho mais velho, Louis Tinchant, ficaria para trás, uma conexão com o mundo dos negócios na cidade em expansão. É possível que Jacques tenha enfrentado um momento difícil quando procurou um passaporte para si mesmo e seus dependentes, porque sua nacionalidade continuava bastante incerta. Provavelmente nascido em Baltimore, esse "filho natural" de refugiados de Saint-Domingue teria tido apenas um frágil direito à nacionalidade francesa. Sua reivindicação de uma cidadania norte-americana era ainda mais tênue. Homens de cor nascidos nas Américas como Jacques Tinchant foram os construtores da cidade, mas não podiam contar com direitos ou respeito como recompensa. Os estados escravistas raramente conferiam cidadania formal a pessoas designadas como "mulatos" ou "homens livres de cor", embora alguns dos atributos práticos da cidadania pudessem às vezes ser exercidos por eles⁴⁷.

Nesse período de categorizações incertas de local de nascimento e de residência, e de definições instáveis de nacionalidade e cidadania, é possível que não tenham exigido de Jacques muitos documentos para obter um passaporte que lhe permitisse embarcar em um navio para a França. A legislação da Luisiana tinha criminalizado qualquer encorajamento de "descontentamento" entre pessoas de cor livres. Mas, ironicamente, se o descontentamento fosse produzido pelos próprios atos da legislação e fizesse com que uma família de cor abandonasse a cidade, as autoridades muito provavelmente não iriam impedir seu caminho.

Notas

- 1 Dunbar Rowland, org., *Official Letter Books of W.C.C. Claiborne*, vol. 4, Jackson MS State Department of Archives and History, 1917, 354-355.
- 2 *Acts Passed at the First Session of the First Legislature of the Territory of Louisiana* (20 de fevereiro de 1809); *Acts Passed at the Second Session of the First Legislature of the Territory of Louisiana* (20 de fevereiro de 1809); e, *An Act to Prohibit the Importation of Slaves into Any Port or Place within the Jurisdiction of the United States*, 2 Stat. 426 (1807).
- 3 Rowland, *Official letter Books*, 4:351.
- 4 Ibidem, 4:354, 363, 372. Sobre a autorização veja *An Act for the Removal of Convicts, Fugitives, and Forfeitures, and Other Purposes*, 2 Stat. 549 (1809). Sobre o contexto político veja Alida White, *Encountering Revolution: Haiti and the Making of the Early Republic*, Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2010), capítulo 5.
- 5 Rowland, *Official letter Books*, 4:380 e vols. 5, 6. Sobre a questão de estatuto veja Rebecca J. Scott, "Paper Thin: Freedom and Reenslavement in the Diaspora of the Haitian Revolution," *Law and History Review* 29 (novembro 2011): 1061-1087.
- 6 Sobre esses números, veja Paul Lachance, "The 1809 Immigration of Saint Domingue Refugees to New Orleans: Reception, Integration, and Impact," *Louisiana History* 29 (1988): 109-161. Os relatórios do prefeito de New Orleans estão em Rowland, *Official Letter Books*, 4: 381-382, 387-423; e no *Moniteur de la Louisiane*, 24 de março de 1810.
- 7 Para uma das primeiras transações de propriedade pela sra. Aubert em que ela é rotulada como tal, veja "Vente d'esclave par Pelon V^e Aubert à P^{r^e Fourcand", 29 de junho de 1813, Labeled Broutin, New Orleans Notarial Archives Research Center, daqui em diante NORNAR.}
- 8 Robert A. Rutland et al., orgs., *The Papers of James Madison: Presidential Series*, vol. 1, 1 de março - 30 de setembro de 1809 (Charlottesville, University Press of Virginia, 1984), 350 citam do Smith a Grymes, 7 de setembro de 1809; *Moniteur de la Louisiane*, 21 de março de 1810.
- 9 Veja Rebecca J. Scott, "She... refuses to deliver up herself as the slave of your Petitioner: Emigrés, Enslavement and the 1808 Louisiana Digest of the Civil Laws," *Italian European & Civil Law Forum* 24 (2009): 115-136.
- 10 Ibidem.
- 11 *Acts Passed at the First Session of the First Legislature*, capítulo 30, 128-130.

- ¹² Veja o anúncio da divisão em lotes da propriedade do Marigny no *Moniteur de la Louisiane*, 3 de junho de 1809. O documento de compra da terra é "Vente de terrain par B^d Marigny à Lambert Détry", 20 de julho de 1809, Tabelião M. de Armas, NONARC. Veja também o oitavo verbete na primeira folha do censo da Rue Moreau, em Faubourg Marigny, sobre o registro manuscrito do Terceiro Censo dos Estados Unidos, 1810, reproduzidos no rolo 10, United States National Archives (daqui em diante USNA), Microcópia M252.
- ¹³ O artigo 8, cap. 2, título 4, livro I de *A Digest of the Civil Laws Now in Force in the Territory of Orleans (1808)* (Baton Rouge, Claitor's Publishing Division, 2007) afirmava que casamentos entre pessoas brancas livres e pessoas de cor livres eram inválidos. Détry e a viúva aparecem em registros adjacentes de compras de escravos nos atos cartoriais de Philippe Pedesclaux, 8 e 10 de março de 1817, NONARC.
- ¹⁴ Sobre *plazage* veja Shirley Elizabeth Thompson, *Exiles at Home: The Struggle to Become American in Creole New Orleans* (Cambridge, MA, Harvard University Press, 2009), 11-12; Kenneth Aslakson, "Making Race: The Role of Free Blacks in the Development of New Orleans' Three-Caste Society, 1791-1812" (tese de doutorado, University of Texas, 2007). A compra de Trois-Sous por Lambert Détry, anuado em nome da viúva se encontra em "Vente d'esclave de Louis Seguin à Pelon V^{me} Aubert", 11 de junho de 1813, Tabelião Narcisse Broutin NONARC.
- ¹⁵ Veja "Liquidation & partage de la Succ^m Lambert Détry, aux termes de la transaction judiciaire passée entre les héritiers & les légitaires de feu Lambert Détry" in Succession and Probate Records; e "Inventory of the Estate of the late Lambert Détry", arquivo D-1821, Inventories of Estates, ambos na Court of Probates, Paróquia de Orleans, Luisiana e nos City Archives (daqui em diante CA), Louisiana Division, New Orleans Public Library (daqui em diante LD, NOPL). Veja "Liquidation & Partage" e "Inventory", citados acima.
- ¹⁶ O grupo que se apresentou como "herdeiros legais" contratou P. Derbigny como seu advogado e pediu o cancelamento do testamento por ser nulo e inválido. Veja Marie Louise Blanche, viúva Aubert, fwc vs. Détry Jean (François X. Freyd, testamenteiro de). Ano 1822, caso número 206 na Court of Probates (Séries numeradas) arquivado com os "flattened records" (registros desdobrados) em CA, LD, NOPL.
- ¹⁸ O contrato de casamento, Jacques Tinchant e Marie Dieudonné, se encontra em 26 de setembro de 1822, Tabelião M. Lafitte, NONARC. O assento sacramental do casamento — que parece ter sido mal transscrito pelo sacerdote em ofício, que confundiu o nome da noiva com o da mãe do noivo — é o ato 328, 28 de setembro de 1822, em Catedral de Saint Louis, Casamentos de escravos e de pessoas de cor livres, vol. 1, 1827-1830, pt. 2, nos Archives of the Archdiocese of New Orleans (daqui em diante AANO). Ele lista "la expressada Madre de la contrayente" (a previamente mencionada mãe da contratante) como uma das testemunhas. Rosalie Vincent poderia ter chegado a Nova Orleans vinda do Haiti nos dois dias que se passaram após a elaboração do contrato de casamento. Dados os outros erros feitos pelo padre nesse caso, é mais provável que ele se referisse à viúva Aubert,creditando que ela fosse a mãe da noiva.
- ¹⁹ O assento batismal de Joseph Tinchant, nascido numa família que enviou vários migrantes a Saint-Domingue, se encontra com a data de 30 de maio de 1766 em Registres Paroissiaux, Bonvillet, État civil, Archives départementales des Vosges. Um Joseph Tinchant aparece mais tarde em Baltimore no batismo de A.H.J. Denis, 7 de setembro de 1793, Registro de Batismos 1782, SC 2707, reproduzido no microfilme 1510-2, Maryland State Archives. William Thompson, *The Baltimore Town and Fell's Point Directory* (Baltimore, impresso para os proprietários por Pechin & Co., 1796), menciona um Tinchant na página 76. O anúncio no jornal de Balti-

- more por Joseph Tinchant aparece no *American and Commercial Daily Advertiser*, de setembro de 1805. Esses são muito provavelmente o mesmo homem, pai de Jacques Tinchant.
- ²⁰ Para a identificação como Bayotte, veja "Vente d'esclave par Mr Louis Duhart à Suzette Bayotte, f. de c.l. [femme de couleur libre]", com data de 6 de janeiro de 1820, no Tabelão Marc Lafitte, NONARC.
- ²¹ Uma Bijotte Bayotte, de Saint-Domingue, morava em Baltimore em 1796 e foi identificada como viúva. Bijotte Bayotte tinha herdado bens de um Pierre Barrere que possuía escravos em Saint-Marc em Saint-Domingue. Veja Thompson, *Baltimore Lou n. 6*, o testamento de Pierre Barrères de 19 de julho de 1795 e o inventário *post mortem* de 27 de julho de 1795, ambos mantidos pelo Register of Wills, 182 City Hall, Filadélfia.
- ²² Martin Duharr, avô de Louis, tinha morrido durante uma viagem para a África Ocidental provavelmente para comprar escravos. Do lado da mãe de Louis encontramos donos de plantações e vários juizes do Conseil Supérieur na cidade de Cap Français (frequentemente chamada Le Cap). As vidas de vários Duharts em Saint-Jean-de-Luz e Nantes podem ser reconstituídas a partir dos registros no Fonds Freslon, Archives départementales du Loire-Atlantique, <http://www.loire-atlantique.fr/jcms_cg_31241/fonds-d-archives-numerise>.
- ²³ O batismo de Pierre está registrado como Ato 593, 16 de agosto de 1811, St Louis Cathedral, Baptisms Slaves and Free Persons of Color, AANO.
- ²⁴ Em 1811, Louis Duhart estava entre os maçons que fundaram o Grand Orient maçônico americano em Nova Orleans. Veja Michael R. Poll, "A Foundational Study of the Grand Orient of America in Louisiana", <<http://www.louisianalodgefreemasonry.com/pdf/research/maristudy.pdf>>. Maçons occidentaux, Bibliothèque nationale de France, <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b8451000>. Caryn Cosse Bell, *Revolution, Romanticism, and the Free Color Project in New Orleans, 1718-1868* (Baton Rouge, Louisiana State University Press, 2007). Para obter mais informações sobre as tradições de Duhart como dono de plantação, veja "Dépot de la Société d'association", 28 de março de 1817; "Acte supplémentaire d'association", 28 de fevereiro de 1818, e *Entreprise Duhart et autres*, 13 de abril de 1818; e "Dissolution de société entre les Srs. Louis Duhart, Frédéric Letanneur, Auguste Louis Destournelles et Antoine Alvarez Cruz", 20 de abril de 1818, todos no Tabelão Broutin, NONARC.
- ²⁵ Veja, por exemplo, a venda de escravos de Antoine René Marie Lamy Soulmon, amigo de Duhart e membro da mesma loja maçônica à Marie Françoise Bayot, dite Suzette, 8 de outubro de 1815, Tabelão Narcisse Broutin, NONARC. O artigo 10, capítulo 2, título 2, livro 1, *Code of the Civil Laws* de 1808 proibia uma doação por título universal entre aqueles vivendo em concubinagem. O Código Civil de 1825 foi ainda mais restritivo. Sobre restrições legais impostas às pessoas de cor livres, veja também Thomas Ingersoll, "Free Blacks in a Slave Society: New Orleans, 1718-1812", *William and Mary Quarterly* 48 (1991), 173-200.
- ²⁶ Sobre essa primeira geração, veja Lachance, "1809 Immigration", e Nathalie Desseine, *From Saint-Domingue to New Orleans: Migration and Influences* (Gainesville, Universita Press of Florida, 2007). Sobre as atividades e o movimento de pessoas de cor na região de um modo geral, veja Jane G. Landers, *Atlantic Creoles in the Age of Revolutions* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 2010).
- ²⁷ Veja Jacques Tinchant vs. Marie Blanche viúva Aubert, caso #3920, Parish Court, 1^a Etapa, NONARC. Seu inventário *post mortem* se encontra em "Inventaire de la succession de feu M^r B^e Pelon V^e J. B. Aubert", 24 de janeiro de 1849, Tabelão Octave de Armas, NONARC.
- ²⁸ Assunto batismal de François Louis Tinchant, 1º de janeiro de 1825, ato 6^º9, na St. Louis Cathedral, baptisms Slaves-Free Persons of Color, 1823-1825, Parte II, AANO.

- ²⁹ Thompson, *Exiles*, 81: artigo 1468, cap. 1, título 2, livro 3, *Civil Code of the State of Louisiana* (1825); e "An Act to prevent free persons of colour from entering into this State and for other purposes", aprovado 16 de março de 1830 em *Acts at the Second Session of the Ninth Legislature of the State of Louisiana* (Donaldsonville, LA, C.W. Duhy, State Printer, 1830), 90-95.
- ³⁰ "An Act to punish the crimes therein mentioned, and for other purposes". Aprovado 16 de março de 1830, em *Acts at the Second Session of the Ninth Legislature*, 96-97. Sobre sua vida na França, veja o Capítulo 5.
- ³¹ Veja o contrato de casamento de Jacques Tinchant e Marie Dicudonné, 26 de setembro de 1822, Tabelião M. Lafitte, NONARC, e a carta de alforria "Affranchissement de la négresse Gertrude par Jacques Tinchant et son épouse", 23 de janeiro de 1833, ato 40, Tabelião Théodore Seghers, NONARC. Sobre as regras que governavam as alforrias, veja Judith Kelleher Schafer, *Slavery, the Civil Law and the Supreme Court of Louisiana* (Baton Rouge, Louisiana State University Press, 1994), 180-181.
- ³² "Vente d'esclave par Marianne Nabon f.c.l. [femme de couleur libre] à J. Tinchant & P^r Duhart", 25 de abril de 1836, ato 695, 1836, Tabelião Théodore Seghers, NONARC.
- ³³ Veja "Vente de terrain par Tinchant & Duhart à Blaise Léger n.l. [nègre libre]", 7 de outubro de 1835, ato 590, Tabelião Théodore Seghers, NONARC. Veja a petição pela emancipação de Blaise em Petitions for the emancipation of slaves, 1813-1843, Orleans Parish Court, CA, LD, NOPL. Lambert Détry tinha morrido em 1821, quando Blaise tinha apenas 10 anos de idade, e seu testamento pedia que Blaise fosse alforriada quando isso fosse possível de acordo com a lei da Luisiana. Veja o inventário de Lambert Détry, citado acima, e seu testamento, página 200. Livro de Testamentos 3, CA, LD, NOPL.
- ³⁴ Contrato de casamento de Jacques Tinchant e Marie Dicudonné, 26 de setembro de 1822, Tabelião M. Lafitte, NONARC.
- ³⁵ Veja o contrato de casamento de 1822 e o assento batismal de François Louis Tinchant, ambos citados acima.
- ³⁶ "V^e de terre par Jacques Tinchant à Eulalie Després g.c.l [gens de couleur libre]", 20 de setembro de 1834, ato 442, Tabelião Octave de Armas, NONARC.
- ³⁷ Veja "Rectification de noms d'épouse Tinchan dans son contrat de mariage", 16 de novembro de 1835, ato 672, Tabelião Théodore Seghers, NONARC.
- ³⁸ Ibidem.
- ³⁹ "List of all Passengers taken on board the Brig Ann whereof Charles Surton is master at the Port of Port au Prince and bound for New-Orleans", chegando 20 de abril de 1835, nas Listas de Passageiros de embarcações chegando a Nova Orleans, 1820-1902, reproduzida no folio 12, USNA, microcópia 259.
- ⁴⁰ Veja artigo 226, cap. 3, título 7, livro 1, *Civil Code of the State of Louisiana* (1825).
- ⁴¹ A legitimação era difícil e mesmo o ato menor de reconhecimento era complexo. Veja artigos 217, 220 e 221 do cap. 3, título 7, livro 1, do *Civil Code of the State of Louisiana* (1825).
- ⁴² Congregações religiosas ocasionalmente forneciam treinamento a crianças de cor. Veja Emily Clark, *Masterless Mistresses: The New Orleans Ursulines and the Development of a New World Society, 1727-1834* (Chapel Hill, University of North Carolina Press, 2007), cap. 1; e Roulhac Toledano e Maria Louise Christovic, *New Orleans Architecture*, vol. 6, *Faubourg Tremé and the Bayou Road* (Gretna, LA, Pelican Publishing Co., 2003), 99-100.
- ⁴³ A lista, intitulada "Mayor's Office. Register of Free Colored Persons 1840-1863", está em microfilme em LD, NOPL. Sobre as reuniões xenófobas, veja Joseph G. Treagle Jr., *Louisiana in*

The Age of Jackson: A Clash of Cultures and Personalities (Baton Rouge, Louisiana State University Press, 1999), 309-313.

⁴⁴ Ao contrário de seu irmão Pierre, Louis Alfred Duhart não tinha se juntado a seus pais na França. A procuração é "Procuration par Tinchant à Duhart" 12 de maio de 1880, ato 294. Tabelião Théodore Seghers, NONARC. As últimas transações da família Fincham-Vincent se encontram nos livros cartoriais de Theodore Seghers para os anos 1839 e 1840. NONARC.

⁴⁵ Veja "Vente d'esclave des époux Tinchant à Gertrude negresse libre" 9 de maio de 1880, ato 288. Tabelião Théodore Seghers, NONARC.

⁴⁶ Ibidem.

⁴⁷ Sobre as complexidades da cidadania e do direito a viajar, veja Martha S. Jones, "Leave or Court? African American Claims-Making in the Era of *Dred Scott v. Sandford*" em *Contested Democracy: Freedom, Race and Power in American History*, org. M. Sinha e P. Von Eschen (New York, Columbia University Press, 2007), 54-74.



A terra dos direitos do homem

Anos mais tarde, o filho mais novo de Jacques e Élisabeth Tinchant, Édouard, iria denunciar as injustiças dos estados americanos do sul antes da Guerra Civil e a "aristocracia tirânica que forçou nosso pai a expatriar-se e que, desde nossos primeiros anos, ele nos ensinou a odiar". Em sua carta a Maximo Gómez, bem no final do século XIX, Édouard afirmou que seu pai havia deixado a Luisiana pela França "com o único objetivo de criar seus seis filhos em um país em que nenhuma lei abominável ou preconceito ignorante pudesse impedir que eles se tornassem HOMENS". A implicação era clara: à medida que restrições legais e sociais foram cercando cada vez mais a "população de cor livre" da Luisiana na década de 1830, seus pais haviam sentido pressão para partir¹.

Apesar disso, de várias maneiras, Nova Orleans tinha dado a Jacques e Élisabeth algumas oportunidades. Élisabeth havia chegado em 1809 como uma criança refugiada da guerra, separada de sua mãe de origem africana e de seus irmãos e ficado sob os cuidados de uma madrinha exigente. Jacques, um "filho natural" nascido em Baltimore do encontro de dois refugiados de Saint-Domingue, Marie Françoise Bayot e Joseph Tinchant, havia sido criado e aparentemente instruído por sua mãe e seu novo companheiro, Louis Duhart. Educado, qualificado e bem conectado, Jacques foi capaz, quando atingiu seus 20 anos, de sustentar uma família na fase de expansão da economia de Nova Orleans. Suas habilidades como carpinteiro e seu olho aguçado para o mercado de imóveis o colocaram perto do centro da ampla rede de artesãos livres de cor que dominavam a construção civil.

O que a França parecia prometer, então, para que Jacques e Élisabeth vencessem a maior parte de suas propriedades de Nova Orleans, reunissem seus filhos e embarcassem para a Europa? As reflexões posteriores de Édouard apontam diretamente para a questão de direitos e indiretamente para a disponibilidade de educação formal. Contrastando fortemente com as restrições

variadas às pessoas de cor, o Código Civil francês de 1804 e sua Carta Constitucional de 1814 estabeleceram a igualdade legal — dentro da França metropolitana — de todos os cidadãos. A Restauração, particularmente sobre o reinado de Charles X (1824-1830), apesar de seu conservadorismo em vários pontos, modificou algumas das medidas rígidas que Napoleão Bonaparte havia instituído durante seu esforço para acabar com a Revolução Haitiana, inclusive a proibição de admissão na França de "negros, mulatos e outras pessoas de cor" sem autorização especial².

Depois da revolução de 1830, a Monarquia de Julho adotou uma nova constituição e começou a desfazer algumas das distinções que haviam sido mantidas nas colônias depois de abolidas na própria metrópole. No dia 24 de abril de 1833, o parlamento votou uma nova lei para reger as colônias do Caribe e do Oceano Índico, estipulando que todas as pessoas "nascidas livres ou que tivessem legalmente adquirido a liberdade" desfrutariam tanto de direitos civis quanto de direitos políticos. A lei, em seu artigo segundo e final, abolia "todas as restrições e exclusões que haviam sido declaradas com referência ao exercício de direitos civis e políticos por homens de cor livres e pessoas alforriadas". O documento não chegou a ponto de abolir a escravidão naquelas colônias — na verdade o texto era parte de um pacote que aumentava o poder dos colonos escravistas. Para pessoas na situação de Jacques e Élisabeth, no entanto, as políticas do regime liberal assinalaram o reconhecimento explícito de que a provisão constitucional que dizia que "os franceses são iguais diante da lei, sejam quais forem seus títulos e posição" agora abrangia aqueles considerados como "pessoas de cor livres"³.

As notícias da situação na França que haviam chegado a Jacques e Élisabeth em Nova Orleans, além disso, vinham de uma fonte em que eles podiam confiar. A mãe de Jacques, Marie Françoise Bayot, e seu companheiro, o professor e maçom Louis Duhart, já haviam escolhido a opção da emigração. Em 1832, já Marie Françoise e Louis haviam trocado Nova Orleans pela região da França conhecida como o Béarn, perto da fronteira com a Espanha, nos Baixos Pirineus. Embora nascido em Saint-Domingue, Louis Duhart tinha raízes familiares que remontavam ao País Basco francês. Seu avô, Martin Duhart, fora um capitão de navio nascido em Saint-Jean-de-Luz no litoral atlântico, que mais tarde começou a navegar a partir do porto de Nantes. Na metade do século XVIII, Martin Duhart havia estabelecido uma conexão com Saint-Domingue por meio de suas viagens na costa da África para obter escravos, abrindo caminho para que os descendentes Duhart fossem buscar sua fortuna no Caribe⁴.

Para a geração de refugiados brancos de Saint-Domingue como Louis Duhart, a França continuava a ser um lugar para onde retornar quando o apelo dos empreendimentos do Caribe e do Golfo do México se desgastou. Com efeito, Louis e Marie Françoise dita Suzette, se comportavam como colonos que um dia iriam voltar para a "pátria" na França, embora fosse um país que nenhum dos dois conhecia. O sobrenome Duhart era familiar na região do Béarn e a cidade de Pau e suas redondezas lhes ofereciam a possibilidade de adquirir terras e ter uma distinção social. Sendo companheiros de certa idade, cuja união desafava aquilo que as leis da Luisiana haviam retratado como uma linha de cor intransponível, eles só tiveram a ganhar mudando para uma sociedade onde podiam legitimar seus filhos, um país cujo direito de sucessão não colocaria obstáculos em seu caminho.

Algumas pessoas em Nova Orleans já consideravam serem eles um casal, referindo-se a ela como Suzette Duhart. Mas a união não tinha qualquer base legal na Luisiana, pois sob o Código Civil de 1825 daquele estado, o casamento entre uma pessoa branca e uma pessoa de cor era inválido. Na França metropolitana, Napoleão Bonaparte havia lançado sua própria versão das proibições do Antigo Regime sobre a imigração de pessoas consideradas negras ou mulatas, e proibira o casamento de uma pessoa branca com uma pessoa considerada negra, muitas vezes complicando a situação tanto daquelas que tinham uma ascendência mista como daqueles de ascendência africana direta. À época da fuga de Marie Françoise Bayot de Saint Domingue provavelmente em 1793, e por vários anos subsequentes, a França não teria necessariamente sido um destino acolhedor. Em 1819, no entanto, as proibições de casamento e imigração foram suspensas. Pelo menos na lei, em 1832, a França monárquica já oferecia um contraste favorável em relação à Luisiana republicana, ajudando a atrair Louis e Marie Françoise para a travessia do Atlântico.

Foi assim, portanto, que no dia 1º de abril de 1832, a mãe de Jacques Tinchant havia finalmente se tornado uma mulher casada respeitável, já não mais vulnerável à humilhação e privação de direitos de herança que tinham sido um peso para aquelas designadas pela lei da Luisiana como "concubinas". Tendo publicado os proclamas na porta principal da prefeitura durante os dois domingos precedentes, como era de praxe, o Senhor Louis Nicolas Duhart, *rentier*, e *demoiselle* Marie Françoise Bayot, celebraram seu casamento diante do prefeito da cidade de Pau. Agora eles tinham um direito legal, público e verdadeiro ao estado de casados. O ato do casamento simultaneamente legitimou seus filhos Pierre e Louis Alfred Duhart, ambos nascidos em Nova Orleans. Esses jovens — os meios-irmãos de Jacques Tinchant — podiam

agora deixar para trás o rótulo de "filho natural" que aparecia em suas certidões de batismo de Nova Orleans, junto com o rótulo "de cor". Dali em diante eles seriam designados como *enfants légitimes*, filhos legítimos, e podiam casar sem estigma e herdar sem obstáculos⁶.

Louis Duhart e Marie Françoise Bayot puderam também relatar a Jacques e Élisabeth seu grau considerável de sucesso econômico na França rural. Os agricultores nos Baixos Pirineus haviam passado por colheitas ruins e crises de abastecimento em 1816-1817 e em 1827-1832, que criaram imensas dificuldades para os pobres, mas trouxeram oportunidades para aqueles que tinham dinheiro suficiente para especular. Como os preços da terra caíram durante esses períodos de safras ruins, Louis e Marie Françoise se deram conta de que uma fazenda plenamente estabelecida estava a seu alcance. Em 1833, então, eles compraram a quinta chamada La Hourcade na pequena comunidade de Gan, perto de Pau⁷.

Em La Hourcade havia *métayers* (mecíos) que trabalhavam no campo; e *domestiques* (domésticos), *servantes* (criadas) e uma governanta que trabalhavam na casa. Fazer fortuna rápida como Louis Duhart imaginara durante seu experimento breve e malsucedido na fazenda de algodão do Delta do Mississippi não mais era provável; dessa vez ele havia abandonado esse sonho de estilo colonial. Mas podia supervisionar o trabalho de arrendatários e lavradores, em vez de ter que procurar clientes para suas aulas particulares como fizera em Nova Orleans. As colheitas nos Baixos Pirineus foram abundantes em 1833. Para Louis e Marie Françoise, a aposta de mudar para a França estava dando recompensas⁸.

Tanto em termos substantivos quanto de identidade social, além disso, Louis Duhart tinha finalmente se tornado um *propriétaire*, um proprietário de terras, em vez de um professor. Conforme seus mecíos trabalhavam a terra e as rendas da quinta aumentavam, Louis solidificou sua reivindicação à condição de *rentier*, alguém que vive da renda de propriedades e não precisa trabalhar. O triunfo social final pode ter sido o fato de seu filho Pierre Duhart, agora livre do estigma de nascimento ilegítimo, ter feito a corte e conquistado uma jovem de Pau. Sua noiva, Zoé Bonnafon, vinha de uma família próspera, com seus próprios laços coloniais. Seu pai, um comerciante e proprietário, estava em Guadalupe à época do casamento. A mãe, como muitas esposas de homens que haviam ido para as colônias, era, por si mesma, considerada *propriétaire* e *rentière*. Quando essa aliança foi formalizada em janeiro de 1840, todos os três membros da família Duhart/Bayot que estavam presentes à cerimônia — Louis, Marie Françoise e o próprio Pierre — foram designados no

egistro como *rentiers*. Nenhum termo de cor assinalou a ascendência mista de Marie Françoise e Pierre, como havia ocorrido na Luisiana, e as testemunhas que assinaram o registro eram duas pessoas eminentes do lugar: um capitão da gendarmerie (polícia militar) da cidade de Tarbes que tinha o título honorífico de cavaleiro da Legião de Honra e Joseph Raymond Nogué, prefeito de Pau. Notícias do bom casamento conseguido pelo meio-irmão de Jacques Tinchant podem ter estado entre as que chegaram até Jacques e Élisabeth em Nova Orleans, quando eles se preparavam para partir⁹.

As notícias familiares que chegavam a Nova Orleans de Pau na década de 1830 eram provavelmente muito animadoras e sem dúvida incluiam a informação de que na região do Béarn havia escolas locais acessíveis a todos e terra à venda no sopé das colinas e nos vales. Em 1833, o Ministro da Educação François Guizot havia ordenado a criação de uma escola primária para meninos em cada comuna francesa, portanto a educação básica agora estava amplamente disponível a um custo modesto. A cidade de Pau também tinha um colégio real que oferecia uma educação clássica. A monarquia constitucional francesa concedia igualdade civil formal aos homens adultos. As perspectivas, em suma, pareciam ser boas¹⁰.

Jacques e Élisabeth não tinham meios de prever que o momento de chegada do casal mais velho nos Baixos Pirineus havia sido excepcionalmente propício, ou que as boas notícias de seus pais omitiam algumas prováveis limitações para a próxima geração. Louis Duhart era um homem branco de Saint-Domingue, cujos laços familiares na região presumivelmente fizeram com que fosse mais fácil para ele retomar a nacionalidade francesa com base em seu nascimento nas colônias. Jacques Tinchant, ao contrário, era um homem de cor nascido nos Estados Unidos. A França, além disso, continuava a ser um império enfaticamente escravista, embora a escravidão estivesse concentrada no ultramar. O preconceito racial persistia, algo que se refletia nas proibições episódicas de imigração de pessoas designadas negras e mulatas para a metrópole, inclusive a breve renovação das antigas restrições em 1817-1818. Mudanças formais nas regras não significavam necessariamente o fim do espírito que havia levado às limitações¹¹.

Após a revolução de 1830, o Estado francês havia estabelecido igualdade civil ampla e Louis-Philippe da dinastia de Orleans governou como "rei dos franceses" limitado por uma versão revisada da Carta Constitucional de 1814. Apesar disso o regime continuava a impor fortes restrições ao direito de voto. Sem riqueza, a pessoa não tinha acesso a uma voz política formal. Só uma dezena entre várias centenas de famílias na cidade de Gan pagava impostos

suficientes para ter direito ao voto. O nome de Louis Duhart estava inscrito como *electeur censitaire* (eleitor censitário) na lista publicada cada ano pela prefeitura departamental. Jacques Tinchant nunca conseguiu ser incluído naquela lista¹².

Ninguém poderia saber, além disso, que no final da década de 1830 a região dos Baixos Pirineus já estaria às vésperas de outra série de colheitas ruins. O novo migrante que comprasse uma fazenda em 1840 enfrentaria uma situação econômica completamente diferente daquela que havia permitido que Louis e Marie Françoise tivessem se transferido com tanto sucesso das atividades urbanas americanas para as atividades rurais francesas¹³.

Por mais imperfeita que fosse sua compreensão dos desafios à sua frente, Jacques Tinchant e Élisabeth Vincent haviam, apesar disso, sido atraídos pela perspectiva de educação e respeito para os meninos e de direitos para eles próprios, assim como a possibilidade de se tornarem proprietários de terras. Poucos meses depois da travessia do Atlântico e subsequente chegada aos Baixos Pirineus em 1840, eles compraram uma quinta chamada Pédemarie, localizada do outro lado do vale onde ficava a propriedade de Duhart em La Hourcade. Uma vez mais, safras ruins haviam depreciado o valor da terra e os salários haviam diminuído. Era mais fácil para alguém recém-chegado com dinheiro vivo comprar terrenos agrícolas e contratar trabalhadores. Jacques e Élisabeth pagaram 27 mil francos pela terra, incluindo a casa, os estábulos, os animais e alguns móveis e utensílios de cozinha¹⁴.

A cidade de Pau oferecia a esperada perspectiva de educação em todos os níveis de escolaridade, o que era muito diferente de ter acesso apenas a professores particulares para estudos mais avançados em Nova Orleans. Quando Jacques e Élisabeth se estabelecessem, seus filhos Joseph (com 12 anos) e Pierre (com 7 anos) poderiam começar a educação formal com a *rentrée* de outubro, o começo do ano escolar. Havia uma *école communale* local na própria aldeia de Gan para as crianças dos trabalhadores rurais, mas os filhos de Tinchant foram mandados para o *collège royal*, instituição mais seletiva localizada em Pau, onde começaram seus estudos em latim junto com os filhos das famílias da elite local. Os irmãos Jules (com 4 anos) e Ernest (18 meses) em alguns anos poderiam fazer o mesmo¹⁵.

A esperada reunião familiar, no entanto, foi logo atingida pelo luto. A mãe de Jacques, Marie Françoise Bayot, morreu em novembro de 1840, poucas semanas após o começo do ano escolar. Louis Duhart, viúvo e idoso, logo passaria a administração de La Hourcade para seu filho Pierre agora radicado na França. As relações entre os dois meios-irmãos — o bem estabelecido Pier-

re Duhart e o recém-chegado Jacques Tinchant — parecem ter permanecido estáveis. Mas uma das linhas de ancoragem que ligava Jacques à terra nos Baixos Píreneus, a presença de sua mãe, tinha se rompido praticamente no mesmo momento em que a aventura rural da família começara¹⁷.

Com um filho mais velho ainda em Nova Orleans, mas os quatro menores com eles na França, Jacques e Élisabeth estavam provavelmente muito ocupados. Então, em dezembro de 1841, Élisabeth deu à luz Édouard, o sexto e último dos filhos dos Tinchant. Se questões de cidadania viessem a surgir mais tarde — e realmente vieram — Édouard seria o único filho que poderia afirmar ter nascido em solo francês. A atribuição de uma *qualité de français* (nacionalidade francesa), no entanto, dependia crucialmente tanto dos pais quanto do local de nascimento. Não é claro se Jacques Tinchant, que quase certamente havia nascido nos Estados Unidos, alguma vez tenha tentado afirmar sua nacionalidade francesa por meio de seu próprio pai, o esquivo Joseph Tinchant. Durante todo o período anterior a 1848, a naturalização era tanto custosa quanto difícil e parece que Jacques não tentou obtê-la. Aos olhos da lei, portanto, Édouard era uma criança nascida na França de um pai supostamente estrangeiro. Sob as regras em vigor no começo da década de 1840, isso não lhe daria justificativas suficientes para reivindicar a nacionalidade francesa.

A mãe de Édouard, Élisabeth, nascida na Saint-Domingue colonial, poderia ter tido uma justificativa maior para reivindicar a nacionalidade francesa por conta própria. Seu estatuto como uma criança nascida fora do casamento fazia com que qualquer possibilidade de rastreamento da nacionalidade por meio de seu pai francês fosse tênue, mas já que a propria Saint-Domingue era francesa à época do nascimento de Élisabeth, a prova do nascimento la poderia por si só ser suficiente. Refugiados nascidos em Saint-Domingue haviam no passado tido sucesso em suas solicitações de restituição de sua *qualité de français*. No entanto, Élisabeth era uma mulher casada e é bastante provável que sua nacionalidade fosse considerada atrelada aquela (bastante incerta) de seu marido Jacques¹⁸.

Por enquanto, essas questões de nacionalidade e cidadania não eram um obstáculo para a realização das metas imediatas da família. Os meninos podiam frequentar a escola. Os pais não sofreram qualquer restrição de direitos significativa. E quando Jacques e Élisabeth registraram a compra de suas terras, nenhum rótulo aviltante os designou como *gens de couleur libres*. O tabelião francês, no entanto, se deu ao trabalho de anotar a trilha complicada pela qual Élisabeth, designada como *enfant naturel* com apenas um primeiro nome e um apelido à época de seu contrato de casamento, havia apresentado mais

tarde uma certidão de batismo a um tabelião de Nova Orleans para estabelecer sua paternidade e adotar o sobrenome de seu pai, Michel Vincent. A "retificação" de seu nome naquele contrato de casamento original havia sido eficaz, mas apesar disso havia deixado um rastro¹⁹.

A fazenda chamada Pédemarie era uma propriedade ampla e atraente de 21 hectares situada no flanco de uma colina, com uma face voltada para a estrada que levava à cidade de Eaux-Bonnes, no caminho real para a Espanha. Uma casa de pedra e dois celeiros adjacentes definiam um pátio retangular; e as terras ao redor da casa incluíam pastagens, campos para plantar, florestas de castanhas, vinhedos, terrenos arborizados para lenha e bosques de samambaias usadas como alimento para os animais. Jacques e Élisabeth haviam adquirido as seis vacas no estábulo, a grande provisão de grãos e forragem já nos celeiros e uma pedreira que produzia o tipo de pedra demandada para a recuperação de estradas. Em Gan e em sua vizinhança, a colheita de uva de 1840 foi de alta qualidade, de tal forma que tudo indica que o empreendimento teve um bom começo²⁰.

Pédemarie não era um simples sítio familiar. Embora uma grande parte de sua área fosse coberta de bosques e não de campos ou vinhedos, sua dimensão a colocava no terço superior da distribuição segundo o tamanho das propriedades rurais na França. Sem qualquer experiência anterior de administração rural, Jacques e Élisabeth se ajustaram rapidamente ao costume local de contratar meeiros. Como Louis e Marie Françoise uma década antes, o casal começou operando sua fazenda no sistema de *métayage*, terceirizando as tarefas agrícolas para lavradores locais que trabalhavam a terra com suas próprias ferramentas, e às vezes seus próprios animais, e que recebiam uma parte da colheita como pagamento. Diretamente sob a autoridade do proprietário da terra, os meeiros dos Baixos Pirineus não tinham nem a autonomia nem a segurança de agricultores independentes ou de arrendatários que pagavam aluguéis por meio de contratos de longo prazo. O primeiro meeiro em Pédemarie foi um homem solteiro e mais velho chamado Péguelle, que logo passou a ser incluído no censo como *Péguelle à Tinchant*, ou seja, o Péguelle de Tinchant. Péguelle tinha o apoio de dois empregados domésticos, Jean-Pierre Adam e Jean Paya, também designados como *de Tinchant*, ambos provavelmente lavradores. Embora o uso de um *métayer* pudesse fazer de um proprietário uma pessoa localmente importante, na década de 1840 o sistema já estava começando a ser visto por muitos observadores como arcaico, desencorajador de investimentos e muito provavelmente pouco rentável para ambas as partes no final do ano²¹.

Três empregadas trabalhavam para a família, fazendo com que a quinta tivesse 13 pessoas no total. Afirmar sua autoridade sobre dependentes não era um papel estranho para Jacques e Élisabeth, que vinham da sociedade escravista de Nova Orleans, onde tinham controle sobre a escrava Gertrude e sua filha, bem como sobre um carpinteiro escravo que trabalhava com Jacques. Sua mudança da atividade urbana para a rural, no entanto, não foi fácil. Supervisionar a administração de um vinhedo, uma leiteria e a produção de cereais era uma responsabilidade especializada para a qual eles haviam tido pouca preparação. As coisas começaram a dar errado.

Em cada um dos recenseamentos subsequentes — 1841, 1846, e 1851 — as identidades dos empregados que trabalhavam nos campos e das criadas que cuidavam da casa eram diferentes. O *métayer* chamado Péguiille logo desapareceu da lista de residentes da propriedade, o que sugere que os Tinchant agora estavam tentando cultivar a terra diretamente, talvez usando jornaleiros que não apareciam no censo. Em 1846, o domicílio já tinha apenas uma criada. O experimento no empreendimento agrícola aparentemente não estava produzindo os retornos financeiros esperados²².

Jacques não alcançou a categoria de contribuinte de nível suficiente para exercer o direito ao voto que seu padrasto havia rapidamente alcançado, uma posição para a qual sua falta de nacionalidade francesa documentada teria sido um obstáculo adicional. É possível também que Jacques e Élisabeth fossem considerados por seus vizinhos como pessoas de cor sem raiz conhecida e, em algum sentido, forasteiros. Nos últimos anos, seu endereço postal incluía a frase "Jacques Tinchant, américain", que o distinguiu das pessoas do lugar. Mas as conexões americanas eram comuns nessa região de emigração frequente para a América do Sul e o Caribe, e é pouco provável que fossem alvo de um estigma consistente. Além disso, embora sua posição social possa ter sido frágil, o padrão de educação que Jacques e Élisabeth buscavam para seus filhos sugere tanto a amplitude das aspirações dos pais quanto o ambiente em que eles conseguiram colocar as crianças apesar das dificuldades financeiras que a família encontrou na transição para a vida rural²³.

A família Vincent/Tinchant havia chegado à França no momento em que a política educacional do país promovia um sistema que ampliava o acesso à educação ao mesmo tempo em que reforçava as distinções sociais. As escolas de meninos fundadas em cada comuna durante a administração do ministro Guizot eram modestas, mas garantiam que todos aprendiam a ler, escrever e contar a um baixo custo, sendo que os indigentes estavam isentos de qualquer pagamento. Mas ir à *école communale* era um sinal de condição social inferior.

Nas cidades, as famílias mais prósperas tinham a opção de matricular seus filhos em uma *pension*, uma escola particular que oferecia um currículo baseado em línguas modernas, história e geografia. Os melhores estudantes das *pensions* poderiam almejar a educação superior, inclusive nas grandes *écoles* que eram destinadas a treinar oficiais, engenheiros, ou professores. Imigrantes franceses que viviam no Caribe às vezes enviavam seus filhos à França para frequentar internatos como esses, onde eram educados ao lado dos filhos de comerciantes e dos artesãos mais ricos. No topo da hierarquia estavam os *collèges* e *lycées* públicos, mais caros, que ofereciam uma educação clássica aos filhos dos mais ricos, especialmente daqueles que eram chamados de *rentiers* porque viviam de rendas e não de seu próprio trabalho. Com a Revolução Francesa, o acesso à educação clássica havia chegado a abranger mais do que apenas os filhos da aristocracia e da alta burguesia, mas a matrícula nessas escolas continuava a ser tanto um símbolo de posição social quanto um investimento importante para os pais. Na década de 1840, apenas cerca de 5% das crianças que freqüentavam a escola estavam matriculadas nos *collèges*²⁴.

O *collège royal* em Pau (chamado de *lycée* após 1848) era considerado uma escola de alta qualidade, e foi para aquela instituição elitista que Jacques e Elisabeth mandaram seus filhos. Seguindo a tradição dos estabelecimentos do Antigo Regime dirigidos por ordens religiosas, essas escolas pós-revolucionárias públicas começavam com meninos de sete ou oito anos e os iniciavam em uma longa educação dedicada às línguas clássicas, às humanidades e à cultura cristã. Os alunos eram introduzidos nos segredos da escrita formal e da retórica que eram há muito os estudos básicos para homens que entrariam para a vida pública. Na metade do século XIX, alguns filhos de comerciantes e artesãos já estavam conseguindo chegar a essas instituições, em que eram alvo de chacota por parte de seus colegas mais ricos. As ficções do período — incluindo, de maneira brilhante, *Madame Bovary* de Flaubert — estavam repletas de retratos dessas figuras lutadoras que se arriscavam a ser humilhadas na busca de ascensão²⁵.

Em 1845 os inspetores gerais do governo já avaliavam o *collège* em Pau como um dos melhores na região. Joseph Tinchant havia sido aluno dessa escola pelo menos desde 1843 e indícios da matrícula dos outros meninos Tinchant podem ser encontrados nos jornais locais. Édouard, em particular, iria, em anos posteriores, aparecer frequentemente como ganhador de prêmios por suas conquistas acadêmicas²⁶.

Os estudos elementares nessas escolas concentravam-se há muito na gramática francesa e latina ensinada por meio de “passagens extraídas de autores

clássicos". Em 1839, uma lista formal de autores franceses e latinos apropriados para instrução foi publicada e permaneceu em vigor com algumas variações até 1851. Alunos dos anos elementares (*huitième e septième*) deviam estudar, além de seus livros de gramática, as Fábulas de La Fontaine e Fénelon. Para seu latim eles se aventuravam pelo *De Viris illustribus urbis Romae* (A vida de homens ilustres da cidade de Roma), um conhecido pastiche de Plutarco. Quando os alunos passavam para a *sixième e cinquième*, continuavam com Fénelon e La Fontaine com a adição de uma obra de história religiosa do Abbé Fleury, assim como novos textos em latim. As coisas ficavam muito sérias na *quatrième*, com Virgílio, Cícero e o próprio Plutarco, bem como algum Voltaire (as obras históricas em vez das filosóficas) e o best-seller *Télémaque* de Fénelon²⁷.

Era um currículo que poderia encorajar um jovem visionário a se ver como um seguidor dos "homens ilustres" da Antiguidade e poderia fornecer as habilidades retóricas para tentar tornar aquela visão real. Para um adolescente provinciano, além disso, ele encorajava a aspirar a ir para Paris, o lugar em que a própria cultura parecia estar localizada. Joseph — o mais velho dos filhos dos Tinchant a vir para a França — terminou seus estudos no *college royal* em Pau com 18 anos, portanto, em 1846. A história oficial da escola confirma que apesar de ter começado tarde no sistema educacional francês, ele havia ganho um prêmio por seu desempenho na *quatrième*. Com seu treinamento formal em latim, em retórica e em história, ele estava pronto para deixar a região montanhosa dos Pirineus e pôr-se a caminho, sozinho, para a capital²⁸.

Joseph Tinchant tinha se acostumado ao gozo pleno de igualdade civil na França em um contraste marcante com a deferência que era exigida dos homens livres de cor em Nova Orleans. A abolição dos privilégios legais formais associados à aristocracia e àquilo que era chamado de "caste", uma das realizações da República francesa, ainda era respeitada sob a monarquia constitucional. As diferenças de classe continuavam rígidas e visíveis, mas agora eram muitas vezes determinadas pela fortuna e não pelo nascimento. Em teoria, a distinção social também resultava das diferenças em talento, embora os críticos fossem céticos com relação a isso. Além disso, até que ponto a atribuição de direitos iria acompanhar a igualdade cívica formal continuava a ser uma questão em aberto²⁹.

Se, ao chegar a Paris, Joseph foi atraído para o ambiente de jovens cultos e ambiciosos que ocasionalmente assistiam a aulas sobre direito ou filosofia, é bastante provável que ele tenha ouvido opiniões diversas sobre essa questão. O jurista que mantinha a cátedra de economia política no College de France,

o liberal italiano Pellegrino Rossi, ministrava um curso de direito constitucional que explicava os limites dos direitos e liberdades sob a monarquia propondo uma divisão tripartite de direitos civis, políticos e públicos. Os direitos civis — inclusive o de propriedade — deveriam estar disponíveis a todos. Na tipologia de Rossi, "direitos públicos" — inclusive de expressão e de reunião — deveriam também ser acessíveis a todos os membros da sociedade. Direitos políticos, no entanto, poderiam ser limitados com base na variação das capacidades presumidas (e por isso, por exemplo, eram negados às mulheres ou restringidos por uma exigência de propriedade)³⁰.

O erudito Pellegrino Rossi era obrigado a lidar com questões de cor de uma forma um tanto cautelosa, enquanto ainda houvesse escravidão nas colônias francesas. Refletindo o tenso relacionamento entre a teoria liberal e os interesses gerados pela colonização, Rossi falava de uma maneira condenatória da escravidão, mas aparentemente não usava sua posição para clamar abertamente pela abolição. Ele adotava os estereótipos convencionais do período com relação a "raças" (referindo-se, por exemplo, às "proporções belas" dos "caucasianos"), embora ele observasse a ascensão de homens de cor nas Antilhas às posições de autoridade pública e expressasse a esperança de que a "luta entre a raça branca e a raça negra" em breve terminaria³¹.

Criticas diretas à escravidão e ao preconceito racial, no entanto, estavam ficando cada vez mais audíveis em Paris na década de 1840. O reformista Victor Schoelcher, o poeta romântico e político Alphonse de Lamartine e outros, baseados na campanha anterior contra o comércio de escravos, agora voltaram sua atenção para a própria abolição. Cyrille Bissette, um homem de cor banido da colônia francesa da Martinica, havia começado em 1834 a publicar uma gazeta contra a escravidão, *La Revue des Colonies*. Esses militantes fundiram o romantismo com o reformismo, ampliando os limites da crítica política aceita sob a monarquia. Joseph Tinchant pode muito bem ter tido contato com os seguidores dessas correntes, embora ele ainda estivesse primordialmente preocupado em encontrar oportunidades para desenvolver sua carreira e não em adotar uma posição pública sobre as questões do momento³².

Paris nos anos entre 1846 e 1848 era politicamente estimulante, mas não era fácil. Como o personagem fictional Frédéric Moreau no romance *L'Éducation Sentimentale* de Gustave Flaubert, Joseph Tinchant tinha uma boa educação na bagagem, mas nenhum treinamento profissional específico, nenhuma ocupação particular e nenhuma certeza de uma herança à frente. Apesar disso, ele teve uma vivência intensa e educativa de republicanismo e repressão na cidade, uma formação que moldou sua personalidade política

nos anos que se seguiram. Um elemento-chave daquela educação foi a aquisição de uma linguagem (e uma prática) de reivindicação de direitos e igualdade cívica³³.

Essas ideias circulavam; e eram cada vez mais bem recebidas. Em suas palestras na Faculdade de Direito em Paris, Pellegrino Rossi observou com prazer que sua tipologia de direitos civis, públicos e políticos estava "começando a ser adotada mais amplamente". Rossi considerava os direitos civis como inerentes à própria natureza humana, mas capazes de emergir e expandir conforme as sociedades se tornavam mais desenvolvidas — e daí seu uso intercambiável dos termos "direitos públicos" e "direitos sociais". Os conceitos de direitos de Rossi eram tanto robustos quanto flexíveis, com potencial para abranger diferentes esferas da vida pública³⁴.

Os direitos públicos de associação e expressão vinham sendo cada vez mais usados como armas na busca por reformas à medida que autores e oradores censuravam os privilégios e a corrupção associados à monarquia e alguns proferiam um apelo sedicioso por uma volta ao republicanismo. As restrições ao direito de voto com base na propriedade eram desafiadas, a própria escravidão estava sendo questionada e os ativistas sugeriam que a legitimidade do regime tinha se esgotado. O militante abolicionista Cyrille Bissette passou do jornalismo para a ação direta e, em 1847, batia de porta em porta colhendo assinaturas dos trabalhadores parisienses em petições contra a escravidão³⁵.

Defrontando-se com a realidade da miséria nas cidades e no campo, ativistas começavam a falar não só de direitos sociais mas também de igualdade social, enquanto tentavam visualizar um mundo do qual tal miséria seria banida. Extrapolando as propostas liberais de Rossi, eles imaginavam uma "república social" que garantiria trabalho e salários para todos. Os mais progressistas dos ativistas políticos buscavam conceder amplos direitos e poder ao *peuple*, afirmando que o povo da França era a única fonte da verdadeira autoridade³⁶.

A partir do início de fevereiro de 1848, os eventos se aceleraram rapidamente. Grandes banquetes públicos foram organizados em nome da reforma e depois cancelados em virtude das proibições impostas por uma monarquia alarmada. As multidões se formavam nas ruas e a elas se uniam os estudantes marchando e cantando a "Marseillaise" a plenos pulmões para despertar uma vez mais as lembranças da grande Revolução de 1789. Enviados para reprimir um *peuple* cada vez mais assertivo, alguns integrantes da Guarda Nacional preferiram confraternizar em lugar de atirar. Barricadas foram montadas por toda a cidade; multidões forçaram a entrada no palácio, o rei abdicou.

A tentativa de estabelecer uma regência fracassou e, em questão de dias, um governo provisório de coalizão foi formado. A França era novamente uma República³⁷.

Seguiu-se um embate complexo sobre o destino do novo governo: se iria realmente se tornar uma "república social" ou se a derrubada da monarquia e o restabelecimento do governo republicano seriam suficientes para definir seus princípios centrais. Os radicais clamavam por uma bandeira vermelha em vez da tricolor e usavam faixas vermelhas na cintura quando se juntavam às multidões nas ruas. Imerso nesse ambiente, Joseph deve ter se identificado com os princípios de direitos públicos e igualdade social, combinados com uma hostilidade intensa contra todas as chamadas distinções de "caste"³⁸.

O fermento de 1848 se estendeu muito além de Paris, encontrando eco nas áreas rurais que haviam tido colheitas ruins e onde os salários diminuíam. A década de 1840 foi difícil para os roceiros e os pequenos fazendeiros, com poucos bons anos para aqueles que produziam cereais e batatas, os alimentos básicos da França rural. Na propriedade de Péde Marie na região do Béarn, em 1846, Jacques e Élisabeth Tinchant já tinham reduzido o número de empregados assalariados em sua quinta, apesar de não lhes ser possível contar com a mão de obra familiar, pois Joseph estava na escola e os outros meninos eram jovens demais para proverem uma ajuda substancial. Então, em 1848, um ciclo de depressão agrícola se iniciou, para durar até 1852³⁹.

Esses anos definem a era da "República na aldeia" quando o debate sobre ideias republicanas floresceu — e foi reprimido — nas cidades e vilarejos por todo o país. Os professores em particular eram conspícuos entre os seguidores dos ideais da República, embora os docentes no *lycée* em Pau frequentado pelos irmãos Tinchant possam ter sido um pouco mais reticentes do que aqueles da *école communale* da aldeia que atendia às classes trabalhadoras. Quando Édouard Tinchant se lembrou, de uma maneira um tanto romântica, que seu pai havia sempre lhe ensinado a detestar "a tirania aristocrata", a frase ecoa uma denúncia característica da Revolução de 1789 mais do que uma expressão de 1848. Édouard, no entanto, atualizou os termos para estabelecer um paralelo entre a escravidão e a aristocracia⁴⁰.

Na própria cidade de Pau o entusiasmo pela ampliação do direito ao voto instituída para as eleições de 1848 foi acompanhado por comemorações cívicas exuberantes, inclusive procissões, reuniões e o plantio de uma árvore da liberdade. Já não vigorava a exigência censitária que havia reduzido o número de eleitores tão drasticamente. Um anúncio colocado em lugares públicos explicava que todos os franceses adultos agora eram "cidadãos políticos" e concluía:

"todo cidadão é um eleitor. Todo eleitor é soberano. A lei é igual e absoluta para todos". As eleições foram anunciadas em Pau com um rufar de tambores bem cedo pela manhã, o som de trombetas e a chegada da infantaria e da cavalaria da Guarda Nacional para proteger os locais de votação. Havia drama suficiente nesse cenário para alimentar a imaginação republicana de jovens observadores como Édouard Tinchant, assim como de eleitores adultos⁴¹.

A votação, no entanto, foi uma derrota para os proponentes mais radicais de uma "república social". Muitos membros da população rural ressentiam-se com os impostos que tinham de pagar para apoiar as Oficinas Nacionais que eram usadas pelos radicais para expandir o emprego na cidade; outros não tinham sido convencidos pelos líderes socialistas. Embora alguns departamentos rurais continuassem a apoiar a "república social", quando o resultado das eleições do fim de abril para a Assembleia Constituinte foi anunciado, ficou claro que a maioria no campo havia optado por uma república liberal e não pelo socialismo⁴².

Antes de a Assembleia Constituinte poder tomar posse, no entanto, um passo crucial foi dado. Ecoando o radicalismo da geração revolucionária que havia votado o primeiro decreto da abolição em 1794, o governo francês novamente se alinhou ao abolicionismo e à campanha pela igualdade. Estimulada pela fermentação popular na metrópole e as iniciativas de escravos nas colônias, a nova República decretou a abolição formal da escravidão em 27 de abril de 1848, medida que entraria em vigor em todo o império francês dois meses depois. Sob as novas leis, nenhum cidadão francês poderia possuir escravos, mesmo fora da jurisdição da França — um passo que chamou a atenção de observadores em Nova Orleans.

Uma declaração surpreendente nos textos que acompanhavam os decretos metropolitanos estabelecia que nenhuma nova lei poderia criar obstáculos à "igualdade social". Uma vez mais, esses passos ressoaram do outro lado do Atlântico. O ministro haitiano residente na França saudou o advento da República com "entusiasmo" como um evento que representava imenso progresso para a humanidade e recebeu com prazer os decretos que trariam a emancipação para "nossos irmãos infelizes", referindo-se àqueles ainda mantidos como propriedade nas Antilhas francesas⁴³.

Os eventos do começo de 1848 em Paris foram entusiasmantes e o momento da abolição foi um ponto alto. Mas os meses que se seguiram foram caracterizados por divisão e frustração. Depois vieram as terríveis "Journées de Juin" (Dias de Junho): uma insurreição na capital em que trabalhadores que perderam o emprego pelo fechamento das Oficinas Nacionais foram para as ruas

protestar. Eles foram recebidos com violência e massacrados por um exército de recrutas camponeses comandado por um general que havia aprendido as técnicas de repressão na Argélia colonial. Assim que a República foi consagrada, as implicações de seus princípios centrais foram amargamente questionadas, tanto na capital quanto na província. Em Pau, professores radicais foram postos sob a autoridade do prefeito departamental e em fevereiro de 1849 o diretor de uma *école communale* local foi despedido. Em 1850 o governo nacional reduziu drasticamente o número de eleitores e em 1851 Luís Napoleão Bonaparte levou a cabo seu golpe de Estado, começando a transformação da república num regime autoritário caracterizado por plebiscitos episódicos. Os ativistas republicanos foram "proscritos", alguns deles exilados⁴⁴.

Se os eventos na cidade eram assustadores, a vida na província também estava muito difícil. Nenhum debate sobre a "república social" poderia fazer esquecer o problema sério das colheitas ruins. Joseph entendia não haver qualquer futuro em seguir os passos de seus pais na região do Béarn. Sua empresa agrícola estava encolhendo em vez de se expandir, com a possibilidade de que o pior ainda estivesse por vir. Após uma onda de forte repressão ter varrido Paris nos últimos meses de 1848, Joseph Tinchant aparentemente concluiu que havia chegado a hora de partir.

Fiel à tradição atlântica dos Vincent-Tinchant, em vez de fincar raízes, ele levantou acampamento e viu no além-mar um caminho que o distanciava do perigo e levava a maiores oportunidades. Ele havia alcançado um dos objetivos principais de seus pais na mudança da família para a França, tendo adquirido um alto nível de educação formal. Mas, por mais que ele apreciasse a oportunidade educacional e a igualdade civil na França, e fossem quais fossem seus sentimentos sobre o advento da Segunda República em 1848, havia começado a olhar uma vez mais para a Luisiana como um lugar de melhores oportunidades econômicas. Havia quase meio século que a Luisiana não mais era uma colônia da França, mas para jovens metropolitanos empreendedores ela ainda podia representar o sonho colonial clássico de riqueza fácil. Em sua própria família, a renda de aluguéis de Nova Orleans havia continuado alimentar o caixa de Jacques Tinchant em Pau, mesmo quando os lucros da nova empresa agrícola da família na França haviam começado a falhar⁴⁵.

É possível que seus pais e seu tio Pierre Duhart tenham dito algo a Joseph sobre as dificuldades da vida nas Américas quando a pessoa era rotulada como *pessoa de cor*, mas é possível também que tenham sido discretos ao falar diante das crianças, evitando narrar as experiências humilhantes a que as pessoas podiam ser submetidas pelas "leis abomináveis ou preconceitos igno-

rantes" da Luisiana. Joseph ainda era bastante jovem, e não tinha qualquer obrigação de prever exatamente como os princípios de direitos iguais de um *quarante-huitard*, um ativista da Revolução de 1848, poderiam ser defendidos em uma cidade escravista no coração do Vale do Mississipi. Ele enfrentaria esse problema quando chegasse a hora. Por enquanto, a coisa mais importante era seguir adiante⁴⁶.

Havia, além disso, uma rota óbvia de volta às Américas. O irmão mais velho de Joseph, Louis, havia ficado em Nova Orleans. Ele havia começado um pequeno negócio próprio. O funcionário do censo de Nova Orleans registrou Louis Tinchant como *grocer*, um "dono de mercearia", o que sugere que ele provavelmente tinha uma loja de esquina em que os clientes podiam encontrar bebida e sociabilidade além de alimentos. Seria possível que Louis precisasse de um jovem ajudante?⁴⁷

No final de 1848, Joseph reservou a passagem saindo de Bordeaux no navio Mount Washington, que ia para Nova Orleans. Tinha 21 anos de idade, levava um malão e viajava na classe de preço mais acessível. Nenhuma menção de cor acompanhava seu nome na lista de passageiros preenchida pelo capitão no porto de partida na França. Mais ou menos um ano após o navio ter atracado, no entanto, o funcionário do censo de Nova Orleans iria inscrever Joseph Tinchant no domicílio de seu irmão no quarto departamento do terceiro distrito de Nova Orleans e colocar ao lado do nome a letra M de mulato⁴⁸.

Notas

¹ A primeira citação é de Édouard Tinchant, "Communiqué", *La Tribune de la Nouvelle-Orléans* (daqui em diante *La Tribune*), 21 de julho de 1864. A segunda é de Édouard Tinchant a Maximino Gómez, 21 de setembro de 1899, sig. 3868/4161, leg. 30, Fondo Maximino Gomez (daqui em diante FMG), Archivo Nacional de Cuba (daqui em diante ANC).

² Veja Jennifer Heuer, "One-Drop Rule in Reverse? Interracial Marriages in Napoleonic and Restoration France", *Law and History Review* 27 (2009): 515-548.

³ Para o estatuto de 1833, veja Jean Baptiste Joseph Pailliet, *Manuel de droits français*, pt.2 (Paris, Le Normant, 1837), 1915. A frase que se refere à igualdade diante da lei ocorre tanto na Carta Constitucional de 1814 quanto na de 1830. Sobre a política colonial do regime liberal da década de 1830, veja Denise Bouche, *Histoire de la colonisation française*, vol. 2, *Fleur et reflux* (1815-1962) (Paris, Fayard, 1991), cap. 1.

⁴ Veja o casamento de Martin Duhart com a jovem viúva de outro capitão do mar em 28 de novembro de 1741, fólio 118v, *Registres de la paroisse Saint-Nicolas, Nantes, Archives départementales de la Loire-Atlantique*. Martin Duhart aparece como capitão em duas viagens com cativos entre o Golfo de Benin e Saint-Domingue. Veja viagens 475 e 522 em Jean Metza.

Répertoire des expéditions négrières françaises au XVIII^e siècle (Paris, Société française d'histoire d'outre-mer, 1984), vol. 1, 279, 303.

- 5 Veja capítulo 2, art. 95, *Civil Code of the State of Louisiana* (Publicado por um cidadão da Luisiana, 1825), 76. Sobre a sequência de regras sobre imigração e casamento, veja Sue Peabody, "There Are No Slaves in France": *The Political Culture of Race and Slavery in the Ancien Régime* (New York, Oxford University Press, 1996), cap. 7, e Heuer, "One-Drop Rule". Marie Françoise Bayot é mencionada como Suzette Duhart em "Vente d'esclaves, Françoise Bayot dite S. Duhart, fcl [femme de couleur libre], Joseph Jourdan" e o "Certificate du Conservateur des hypothèques" acrescentado ao mesmo ato a chama de "Françoise Bayot dite Bayotte alias Suzette Duhart", ambos no Tabelião T. Seghers, 11 de março de 1831, ato 82, New Orleans Notarial Archives Research Center.
- 6 Ato de casamento, 17 de abril de 1832, État-Civil, Pau, Archives départementales des Pyrénées-Atlantiques (daqui em diante ADPA).
- 7 Veja os registros de parcelas 719 e 720, folha A, 1833, Matrice cadastrale, ADPA.
- 8 Sobre sua situação, veja os censos de 1834, 1836, 1841, 1846, Recensement de la population, Section de Canfranc, Archives communales de Gan (daqui em diante AC-Gan), 1 F4, e as compras e vendas de terra no Registre des mutations de propriété (III P 3/2), Matrice cadastrale 1833, 1842, 1864, 1867, todos em ADPA.
- 9 Veja o "ato de casamento" datado de 14 de janeiro de 1840, ato nº 2, 1840, Mariages, AC-Gan, 1821-1853, reproduzidos no rolo 4, microfilme 5Mi 230, ADPA.
- 10 Antoine Prost, *L'Enseignement en France (1800-1967)* (Paris, A. Colin, 1968), partes 1 e 2.
- 11 Heuer, "One-Drop Rule", 540.
- 12 O nome Duhart é mencionado ocasionalmente no *Annuaire administratif, judiciaire et industriel du département des Basses-Pyrénées*. Veja os anos de 1830 a 1848, sob o título "Liste électorale, Canton de Pau-Ouest, Gan".
- 13 Veja Paul Gonnet, "Esquisse de la crise économique en France de 1827 à 1832", *Revue d'histoire économique et sociale* 3 (1955): 249-292.
- 14 O contrato é "Vente", 25 de setembro de 1840, ato 904, 1840, Tabelião Pierre Sempé, ADPA.
- 15 Para uma estimativa da população de Gan, veja "Dénombrement de la population", 1846, AC-Gan, 1F4, ADPA.
- 16 O ato de óbito de Marie Françoise Bayot (datada de 8 de novembro de 1840, ato nº 77) está em AC-Gan, Décès, 1821-1853, reproduzida em microfilme rolo 6, 5Mi230, ADPA. O mesmo microfilme inclui o posterior ato de óbito de Louis Duhart (16 de fevereiro de 1849).
- 17 Veja Patrick Weil, *Qu'est-ce qu'un Français? Histoire de La nationalité française depuis la Révolution* (Paris, Grasset, 2002), 42-47.
- 18 O índice para naturalizações é descrito em <<http://www.archivesnationales.culture.gouv.fr/arn>> e pode ser consultado no Centre d'accueil et de recherche des Archives nationales, Paris. Sobre as complexidades da cidadania de uma mulher, veja Jennifer Heuer, *The Family and the Nation: Gender and Citizenship in Revolutionary France 1789-1830* (Ithaca, NY, Cornell University Press, 2005), caps. 7 e 8.
- 19 Veja ato 904, 25 de setembro de 1840, Tabelião Pierre Sempé, ADPA.
- 20 A propriedade é descrita no documento de compra, citado acima. *Le Mémorial des Pyrénées*, 31 de outubro de 1840, informa sobre a colheita de uvas em Gan e Jurançon.
- 21 Veja o censo de Gan de 1841, Recensement de la population, Section de Bastarrou, AC-Gan, 1F4, ADPA; e Michel Demonet, *Tableau de l'agriculture française au milieu du XIX^e siècle: l'enquête de 1852* (Paris, Éditions de L'EHESS, 1990), 49. Para alguns comentários do século XIX

sobre o *métayage* veja Adrien de Gasparin, *Mémoire sur le métayage* (Lyon, Impr. De J.-M. Barret, 1832) ou Lucien Rerolle, *Du colonage partiaire et spécialement du métayage* (Paris, Chevalier-Marescq et Co., 1888).

²² Todos os relatórios dos três censos estão em *Recensement de la population, Section de Bassarous*, AC-Gan, 1F4, ADPA.

²³ "Jacques Tinchant[...] Américain, près du pont, Jurançon Basses-Pyrénées" aparece como endereço em uma carta enviada por Louis Alfred Duhart, 7 de julho de 1854, citado no texto datilografado "Histoire des Tinchant", copilado por Xavier Tinchant em 1997 e revisado por Philippe Struyf em 2002. Agradecemos a Philippe Struyf por compartilhar uma cópia desse registro familiar conosco.

²⁴ Prost, *L'Enseignement en France*, 21-69.

²⁵ O relatório da inspeção da escola está no *Annuaire administratif, judiciaire et industriel des Basses-Pyrénées* (Pau, Vigancourt) para 1845, na seção intitulada "Éphéméride" para julho. Gustave Flaubert, *Madame Bovary*, foi publicado em série em *La Revue de Paris*, de outubro a dezembro de 1856. Honoré de Balzac, *Louis Lambert* (Paris Gosselin, 1832), e Alphonse Daudet, *Le Petit Chose* (Paris, Herzel, 1868), também retratam esse fenômeno.

²⁶ Veja Joseph Delfour, *Histoire du lycée de Pau* (Pau, Garet, 1890). Joseph Tinchant aparece no apêndice. O nome de Édouard Tinchant aparece sobre o palmarés, a lista dos ganhadores de prêmios do *lycée* de Pau publicada em *Le Mémorial des Pyrénées*, dia 31 de agosto de 1852, quando ele estava na *huitième* (com a idade de 10 anos); 25 de agosto de 1853, quando ele estava na *septième*; e uma vez mais em 26 de agosto de 1854, quando ele havia chegado à *seconde*.

²⁷ André Chervel, *Les Auteurs français, latins et grecs au programme de l'enseignement secondaire de 1800 à nos jours* (Paris, Institut national de recherche pédagogique/Publications de la Sorbonne, 1986), 43-123.

²⁸ Para sua graduação e mudança para Paris, veja a "notice biographique" no dossier 2^{me} Naruralisations, Ministère de la Justice, Archives générales du Royaume. Bruxelas. Sobre o prêmio, veja Delfour, *Histoire*, 432.

²⁹ Veja os escritos de Jean-Charles Houzeau, que mais tarde conheceu Joseph Tinchant em Nova Orleans, especialmente "Le journal noir, aux États-Unis, de 1863 à 1870 (1)", *Revue de Belgique* 11 (1872): 5-28, referência em 8.

³⁰ Para os trabalhos publicados de Rossi, veja *Oeuvres complètes de P. Rossi publiées sous les auspices du gouvernement italien. Cours de droit constitutionnel professé à la Faculté de droit de Paris*, vol. 1 (Paris, Librairie de Guillaumin et C°, 1866), introdução, 1-12.

³¹ Para transcrições de cursos que Rossi deu em Paris, veja P. Rossi, *Cours d'économie politique: année scolaire 1835-1836, semestre d'été* (Paris, Ébrard, 1836). Pp. 57-58 tratam da encrerdão.

³² Sobre esse período, veja os ensaios em Marcel Dorigny, org., *Les Abolitions de l'esclavage, de L.F. Sonthonax à V. Schoelcher, 1793-1794-1848* (Saint-Denis e Paris, Presses universitaires de Vincennes e Unesco, 1995).

³³ A formulação clássica de uma linguagem de direitos, liberdade e dignidade, publicada alguns anos mais tarde, foi de Charles Renouvier, *Manuel républicain de l'homme et du citoyen, 1848* (Paris, Pagnier, 1848; rept. Paris, Garnier Frères, 1981).

³⁴ *Oeuvres complètes de P. Rossi*, 1: 9-10.

³⁵ Lawrence C. Jennings, "Cyrille Bissette, Radical Black French Abolitionist", *French History* 9 (março de 1995): 48-66.

³⁶ Veja Blandine Kriegel, "Les droits de l'homme dans les déclarations de 1848 et de 1948", in *Les Droits de l'homme et le suffrage universel*, org. Gérard Chianella e Jean-Luc Chabot (Paris, Editions

- L'Harmattan, 2000), 187-192; Jennings, "Cyrille Bissette", 63. Sobre o fermento de 1848, veja Maurice Agulhon, *1848 ou l'apprentissage de la République* (Paris, Éditions du Seuil, 1973), esp. cap. I.
- ³⁷ Veja Maurizio Gribaudi e Michèle Riot-Sarcey, *1848: la révolution oubliée* (Paris, La Découverte, 2009), prólogo, caps. 1 e 2.
- ³⁸ Sobre o diálogo entre ideais europeus de 1848 e o pensamento político subsequente em Nova Orleans, escrito à época de sua amizade com Joseph Tinchant, veja Jean-Charles Houzeau, *Lettres adressées des États-Unis à sa famille, 1857-1868*, orgs. Hossam Elkhadem, Annette Félix e Liliane Wellens-De Donder (Bruxelas, Centre national d'histoire des sciences, 1994), 303-314, 374-430.
- ³⁹ Jean-François Soulet, *Les Pyrénées au XIX^e siècle: l'éveil d'une société civile*, 2 vols. (Bordeaux, Éditions Sud Ouest, 2004), 332-333.
- ⁴⁰ A expressão "República na aldeia" é de Maurice Agulhon, *La République au village* (Paris, Plon, 1979). Sobre a "tirania aristocrata", veja a carta de Édouard para o editor de *La Tribune* (Nova Orleans), 21 de julho de 1864.
- ⁴¹ Veja Jeanne Dauzié, org., *La Vie politique dans les Basses-Pyrénées sous la Seconde République*, vol. 1 (Pau, Centre départemental de documentation pédagogique, 1976), esp. documentos 6, 9, 18 e 22.
- ⁴² Agulhon, *1848*, 52-56
- ⁴³ Veja a Circulaire ministérielle nº 358, em *Bulletin officiel de la Martinique*, 7 de maio de 1848, 594; e *Le Moniteur universel* (Paris), 15 de junho de 1848.
- ⁴⁴ Sobre Louis-Eugène Cavaignac e a repressão das "Journées de Juin", veja Agulhon, *1848*, 68-75. Nas eleições de maio de 1849 em Pau, o Partido da Ordem chegou na frente com 27,4% dos votos, embora os Republicanos Moderados e os Democrata-Socialistas, como eram conhecidos, obtivessem 14% e 18,9% respectivamente. Veja Dauzié, *La Vie politique*, 2:27.
- ⁴⁵ Sobre a Luisiana na imaginação popular francesa da metade do século, agradecemos nosso colega François Weil, comunicações pessoais, 2008.
- ⁴⁶ A expressão citada é de Édouard Tinchant a Máximo Gómez, 21 de setembro de 1899, sig. 3868/4161, leg. 30, FMG, ANC.
- ⁴⁷ O registro do censo é Domicílio 4647, Quarto departamento, Terceiro Distrito, Nova Orleans, Sétimo Censo dos Estados Unidos, 1850, rolo 238, United States National Archives (daqui em diante USNA). Microcópia M432.
- ⁴⁸ "List of all Passengers taken on board the Mount Washington... at the Port of Bordeaux and bound for New-Orleans", em "Passenger Lists of Vessels Arriving at New Orleans, Louisiana, 1820-1902", RG 36, USNA, reproduzida no rolo 29, USNA, microcópia M259. O registro do censo para o domicílio 4647 é citado acima.

CAPÍTULO 6

Joseph e seus irmãos

Havia certo risco para um jovem de cor tentar buscar recursos e respeito ao mudar-se para a Luisiana, em 1849. Recolhendo os fios restantes da vida anterior da família em Nova Orleans, de início Joseph Tinchant encontrou emprego como auxiliar de escritório, talvez trabalhando para seu irmão Louis que havia recentemente se casado com uma jovem nascida na Luisiana, chamada Octavie Rieffel¹. O meio-irmão de seu pai, Louis Alfred Duhart, ainda estava na cidade e a madrinha de sua mãe, a viúva Aubert, havia falecido recentemente. Na primeira carta que escreveu à família, Joseph contou à mãe sobre as complexidades da questão do espólio da viúva, a astuta e controladora mulher de negócios em cujo domicílio Élisabeth havia sido criada².

Sobrevivente longevo das gerações de refugiados dos pais e avós de Joseph, a viúva tinha permanecido durante muitos anos na moradia que lhe havia sido deixada por seu antigo companheiro, Jean Lambert Détry. Ela finalmente abriu mão de seu direito ao uso da casa em janeiro de 1848, permitindo que os testamenteiros começassem o processo de transferência da casa para os herdeiros de Détry. Poucos meses mais tarde ela faleceu, tendo chegado à idade de 90 anos. Quando os avaliadores chegaram à casa, foram recebidos pela antiga escrava da viúva, Marie-Antoinette Lambert, que os guiou pelos quartos conforme iam registrando os bens da viúva em um inventário oficial³.

Quando escreveu para sua mãe sobre o ajuste do espólio, Joseph Tinchant não se referiu à viúva por quaisquer dos nomes que aparecem no registro oficial do processo. Em vez disso, chamou-a de "Madame Lambert". Aparentemente, os filhos de Élisabeth Vincent tinham aprendido a dirigir-se à madrinha da mãe como se fosse uma mulher legalmente casada, atribuindo-lhe um dos sobrenomes de seu companheiro Jean Lambert Détry⁴. Como o relacionamento entre Suzette Bayot e Louis Duhart, ou mesmo aquele entre

Rosalie e Michel Vincent, a união da viúva de Saint-Domingue com o carpinteiro da Bélgica foi retrospectivamente transformada em casamento por algumas das pessoas a seu redor. O sobrenome Lambert foi então estendido também para a liberta Marie-Antoinette, à época de sua alforria⁵.

Em geral imagina-se que aqueles que, como a viúva Aubert, eram classificados como *gens de couleur libres* permaneciam distantes dos que ainda eram escravos. As reciprocidades desenvolvidas durante uma longa vida, no entanto, poderiam criar complexas relações de dependência. Em seu testamento, a viúva deixou muitos de seus bens para Marie-Antoinette Lambert, a quem ela própria tinha tido como sua escrava. A maior parte dos móveis na casa em que a viúva morreu pertenciam à jovem, agora casada com um pedreiro local. No inventário de bens registrados pelo testamenteiro, Marie-Antoinette assinou com uma mão firme, como havia assinado seu próprio documento de alforria 16 anos antes⁶.

À época da morte da viúva, os bens mais importantes inventariados no espólio consistiam de pessoas mantidas como propriedade: Louis, também conhecido como Jean-Godo, com 23 anos de idade; duas jovens, cada uma delas designada como "négresse Crôle"; e a mulher mais velha apelidada de Trois-Sous (Três-Tostões), "crôole" de Saint-Domingue. Vários dos escravos eram listados como "statu-libre", o que significava que lhes fora prometida a liberdade, refletindo as alforrias concedidas no testamento da viúva⁷.

No segundo dia do inventário da herança, o testamenteiro (um procurador branco) e o herdeiro se voltaram para os documentos da viúva. Aqui, cuidadosamente conservada, estava uma pilha de petições e processos, assim como muitas compras de escravos, começando com Trois-Sous, em 1813, e continuando até a escrava chamada Amanda, em 1831. O testamento da viúva deixou outra escrava, Marie Jeanne, para uma sobrinha que ela pensava estar morando em Tampico, México, e dois escravos para seu testamenteiro, com a condição de que ele os libertasse. E finalmente o testamento declarava "Je donne la liberté à ma négresse esclave Trois-Sous, âgée d'environ cinquante-cinq ans" — Dou liberdade a minha negra escrava Trois-Sous, que tem cerca de 55 anos. Essa mulher de Saint-Domingue, mantida como escrava pela viúva por 35 anos, com uma promessa escrita de liberdade depositada em cartório, foi finalmente libertada⁸.

Ou pelo menos parece que sim. Documentos oficiais relacionados com os últimos desejos de alguém são fontes ricas de informação, mas não determinam necessariamente os eventos que buscam controlar. O texto do testamento da viúva — que tinha sido testemunhado pelo irmão mais velho de Joseph,

Louis — dizia que Trois-Sous deveria ser libertada. Mas, na verdade, quando o espólio foi distribuído, Joseph Tinchant informou a sua mãe “nós [Joseph e seu irmão Louis] a compramos”. A interpretação mais generosa da compra — pela qual eles pagaram apenas 37 dólares — seria que a antiga escrava tinha necessidade de cuidados ou de um lugar para morar. Joseph se refere a ela como ainda “bastante alerta”, sugerindo que ela estava envelhecendo mas ainda estava ativa⁹.

Como revela o destino de Trois-Sous, a fronteira entre escravidão e liberdade, como aquela entre concubinagem e casamento, não era necessariamente uma linha clara na Nova Orleans da metade do século XIX. A forma de uma venda podia ocultar uma alforria de fato; ou um mandato aparentemente legal de alforria podia ser evitado com uma compra. Para que a alforria apropriada fosse finalizada, o dono ou agente tinha de completar um conjunto complexo de exigências, inclusive a postagem de avisos, a obtenção de autorizações e a presença diante de um juiz. Para Trois-Sous, isso parece ter sido uma tarefa que ninguém tinha assumido. Uma vez que o testamenteiro Edgar Montégut autorizou a compra pelos Tincharts, Trois-Sous já não tinha qualquer mecanismo para fazer cumprir a alforria por conta própria. Ao pagar 37 dólares pelo direito de propriedade sobre ela, Louis e Joseph Tinchant a transferiram para seu domínio familiar, exercitando seja qual for o grau de interesse que consideravam apropriado para uma mulher que muito provavelmente havia ajudado a criar a mãe deles. Mas Trois-Sous continuou legalmente a ser uma escrava.

Ao informar a aquisição de Trois-Sous, Joseph mostrou sua habilidade em dar seguimento às conexões e responsabilidades de seus parentes em Nova Orleans. Mas, por si só, esse não era um caminho muito produtivo de atividade econômica. Seu pai já tinha um agente que coletava os aluguéis das propriedades da família que ainda restavam na cidade, e enviava o dinheiro diretamente para a França. Tampouco atuar como ajudante de escritório o ajudaria a elevar sua posição ou acumular benefícios. Algo mais promissor precisava ser encontrado. Louis e Joseph não eram carpinteiros como seu pai, capaz de adicionar valor a pequenos lotes de terreno em uma cidade em expansão. Nem tinham o capital para trabalhar com propriedades em uma escala substancial. Precisavam de um negócio que fosse acessível àqueles de meios modestos, mas com a perspectiva de lucro. Embora o açúcar e o algodão estivessem trazendo muita riqueza para os fazendeiros e comerciantes da cidade, esses não eram os setores em que pequenos operadores tinham a probabilidade de prosperar.

No começo da década de 1850, o catálogo da cidade já apontava a escolha que eles haviam feito: Louis e Joseph Tinchant começaram a ser listados como "fabricantes de charutos". Grande parte do tabaco exportado dos Estados Unidos passava pelo porto de Nova Orleans, e a técnica de fazer charutos era comum entre as populações de cor, escravas ou livres, na cidade. Um empreendedor talentoso podia enrolar charutos sozinho para começar, ou comprar charutos de outros que os enrolavam e mais tarde comprar folhas de tabaco no atacado e contratar trabalhadores para fazer o enrolamento. As restrições cada vez maiores impostas pelas leis da Luisiana às pessoas de cor livres eram tanto incômodas quanto humilhantes, mas isso não impediu que os Tincharts se envolvessem em atividades comerciais. De boa vontade (e por um preço) os tabeliões da cidade oficializavam vendas, contratos, empréstimos e hipotecas — embora geralmente registrassem a designação dos irmãos como *hommes de couleur libres* junto aos detalhes de cada transação¹⁰.

À medida que sua ambição aumentava, Louis e Joseph procuraram persuadir seus pais a adiantar-lhes algum capital para ajudá-los a expandir o projeto. Cinco anos após sua viagem de Bordeaux para Nova Orleans, Joseph Tinchant atravessou novamente o Atlântico para pedir apoio a Jacques e Élisabeth para o novo empreendimento. A renda dos aluguéis das propriedades dos Tincharts em Nova Orleans havia sustentado a vida da família na França, mas agora os filhos tinham a esperança de vender essas propriedades. Em janeiro de 1853, Élisabeth Tinchart passou uma procuração diante de um tabelião em Gan para seu filho Joseph que assinou o documento com uma letra elegante, redonda e clara. Dado os termos do contrato matrimonial de Élisabeth com Jacques, sua permissão era necessária cada vez que uma propriedade fosse vendida. Sua procuração, portanto, era essencial para levar a cabo as transações relacionadas com as propriedades restantes em Nova Orleans, cujo valor os irmãos esperavam aplicar no novo empreendimento. Na primavera de 1853, três dessas propriedades foram vendidas, já que Jacques as cedeu para seu antigo sócio (e meio-irmão) Pierre Duhart pela soma substancial de 3250 dólares¹¹.

Louis e Joseph agora podiam expandir sua operação para um armazém na Rua New Levee, nº 5, em Nova Orleans e comprar (a um preço reduzido e sem garantias) um fabricante de charutos escravizado, de 45 anos de idade, chamado Martín Mitchel. Como Martín Mitchel sobreviveu anos como escravo, informações sobre ele aparecem em registros posteriores. Era um homem negro, nascido na Carolina do Norte. Depois da Guerra Civil, vivia como parte de uma casa numerosa que incluía outro fabricante de cigarros além de

uma mulher chamada Nancy Mitchel (talvez uma irmã?) também da Carolina do Norte, que, em 1870, foi listada como "cega". Ambos tinham quase que certamente sido vítimas do comércio doméstico de escravos que havia deslocado homens, mulheres e crianças da parte superior do Sul para a economia em expansão do Sudoeste dos Estados Unidos¹².

Os irmãos Tinchant presumivelmente complementavam o trabalho do escravo Martín Mitchel com o seu próprio e o de homens livres que eram seus empregados ou empreiteiros independentes. Em vários bairros da cidade, artesãos de pequena escala adquiriam caixas de folhas de tabaco por compra ou consignação e depois enrolavam os charutos em casa. De fato, a fabricação de charutos poderia ser um último recurso para homens na cidade que estavam com má sorte. Benito Juárez, o advogado e antigo governador do estado mexicano de Oaxaca, passou um ano no exílio em Nova Orleans morando em uma pensão e se sustentando com o enrolamento de charutos. André Cailloux, um homem negro nascido na Luisiana que, mais tarde, conseguiria distinção no exército da União, era outro fabricante de charutos¹³.

Quando o catálogo da cidade de Nova Orleans de 1854-1855 foi publicado, Louis e Joseph Tinchant já tinham sido promovidos de "fabricantes de charutos" para "produtores de charutos", com uma empresa atacadista e varejista no distrito dos armazéns. Os irmãos agora estavam começando a realizar um plano ainda mais ambicioso — um plano cuja própria viabilidade dependia da rede de conexões tecida durante as viagens da família pelo Atlântico. A quinta de seus pais em Pédemarie, em Gan, tinha empatado a maior parte do capital da família. Se Pédemarie fosse vendida, isso liberaria recursos que Louis e Joseph poderiam usar para expandir internacionalmente a empresa de tabaco. Junto com seus irmãos mais novos, eles procurariam ocupar pontos diferentes naquilo que os historiadores da economia chamam de "cadeia de mercadorias", lidando sucessivamente com a folha do tabaco, charutos importados, enrolamento de charutos e o empacotamento e marketing do produto final¹⁴.

As regiões onde os charutos tradicionalmente haviam sido produzidos, inclusive Cuba, estavam, na metade da década de 1850, começando a perder parte do controle que tinham do mercado, na medida em que a exportação da folha do tabaco permitia que fabricantes de outros lugares produzissem, eles mesmos, os charutos. Em 1855-1856, o governo liberal no México — no qual o antigo fabricante de charutos Benito Juárez serviu como ministro de Justiça — abriu o campo para a expansão da produção e para a exportação, culminando com a dissolução do monopólio estatal do tabaco. O caminho

estava livre para que empresários entrassem em um mercado agora mais diversificado¹⁵.

Uma família com uma âncora em cada extremidade do processo — o Golfo e o Caribe para o tabaco, a Europa para os consumidores e talvez, mais tarde, para a fabricação — poderia se beneficiar com a aceleração dessas mudanças. O porto de Nova Orleans, que estava voltado para as duas direções, era um ponto privilegiado para perceber as possibilidades dessa estratégia. E uma família acostumada a mudar de um lugar para o outro, multiplicando as conexões em vez de abandoná-las, poderia articular.

Os eventos na França rural estavam pressionando Jacques e Élisabeth a se desfazer da quinta nos Baixos Pirineus, na mesma época em que seus filhos mais velhos estavam tentando persuadi-los a financiar a proposta do tabaco com um empréstimo de longo prazo. Em 1852, o fungo *oidium* atacara os vinhedos por toda a França, destruindo um após outro. Para Jacques e Élisabeth, cuja propriedade incluía vastas áreas de vinhedos, esse foi um golpe sério. Começaram, então, a agir para se retirar totalmente da vida agrícola¹⁶.

Em fevereiro de 1854, encontraram um comprador que adquiriria Pédemarie por 26 mil francos (um pouco menos do que aquilo que eles tinham pago por ela), mas apenas em prestações durante vários anos. Eles ficaram com seus móveis, a lenha já cortada, algumas galinhas e um cavalo e se mudaram para uma pequena casa na cidade próxima de Jurançon, para esperar pelos pagamentos finais por sua propriedade. Estavam ambos nos seus 50 e poucos anos, e aparentemente prontos para passar a tocha do empreendedorismo para a próxima geração¹⁷.

Não pode ter sido fácil descer de uma posição em que eram *propriétaires* de Pédemarie para passar o inverno em uma casa alugada perto da ponte sobre o rio Jurançon que muitas vezes transbordava. Em 1856, Jacques, conhecido na cidade como "Jacques Tinchant, américain", assinou uma procuração permitindo que seus filhos vendessem ou hipotecassem suas propriedades restantes em Nova Orleans. A mudança de propriedade em terras para o comércio foi tanto um risco financeiro quanto uma transição geracional, mas na economia agrícola francesa na depressão da metade da década de 1850 isso pode ter parecido inevitável¹⁸.

Louis e Joseph podiam agora preparar o terreno para a versão Atlântica de seu empreendimento, aquela que iria explorar o mercado europeu de charutos em expansão. Mas onde estabelecer sua base continental? A França e a maioria das outras nações europeias tinham monopólios de tabaco nacionais rígidos e de longa duração, tornando-as pouco hospitaleiras para o iniciante. O reino

da Bélgica, no entanto, taxava os produtos de tabaco em vez de monopolizar sua venda. O porto belga de Antuérpia tinha conexões diretas com uma variedade de destinos no Golfo do México e uma indústria modesta de processamento de tabaco. Navios de Antuérpia muitas vezes atracavam em Nova Orleans trazendo imigrantes alemães e produtos do norte europeu. É possível que algum capitão de um navio belga ou algum comerciante tenha falado com os irmãos Tinchant sobre o mercado em desenvolvimento e a mão de obra barata disponível em Antuérpia¹⁹.

O reino da Bélgica era um ambiente potencialmente acolhedor para uma família como a dos Tincharts. Na comunidade de comerciantes e em negócios oficiais, o francês continuava a ser a língua dominante. Embora socialmente conservadora e coberta de tensões classistas, a Bélgica era uma nação estável, altamente urbanizada e formalmente democrática, com uma imprensa relativamente livre. Entre os exilados que encontraram refúgio lá (além de Karl Marx), estava uma variedade de ativistas que haviam se envolvido na revolução de 1848 na França e sofrido durante sua repressão, inclusive muitos dos chamados *proscrits du Deux-Décembre*, aqueles expulsos por Napoleão III depois de tentar resistir ao golpe de Estado de 1851. A Bélgica, além disso, era um Estado jovem (independente apenas desde 1830) e ainda não era um poder colonial, tinha uma população imigrante substancial e nenhuma história de discriminação formalizada de cor. Para Joseph, o mais ousado dos filhos, valia a pena tentar²⁰.

Em junho de 1856, Joseph Tinchant tirou um passaporte em Nova Orleans e se preparou para atravessar mais uma vez o Atlântico. Seu destino inicial bem pode ter sido o porto de Bordeaux, o que lhe permitiria visitar sua família em Pau e consultar seus pais e irmãos sobre o próximo passo. O projeto dependia da disposição de Jacques e Élisabeth em continuar financiando o empréstimo substancial a seus filhos mais velhos e de Joseph encontrar alguma maneira para que a família inteira pudesse se reagrupar em uma nova cidade²¹.

No outono do mesmo ano, Joseph Tinchant já estava em Paris, onde se encontrou com um amigo que era músico e fabricante de charutos de Nova Orleans chamado Edmond Dédé, que tinha viajado para a França de Veracruz, no México. É bem provável que Edmond Dédé tivesse como objetivo fazer dinheiro suficiente para se matricular no Conservatório de Paris, e ele se juntou a Joseph enquanto se punham a caminho para Antuérpia, a grande cidade comercial belga. Ao se registrar com a polícia belga à sua chegada, Joseph, com bastante otimismo, declarou ser um "fabricante de charutos" que dependia de seu próprio comércio. Edmond se descreveu como "contador" de Joseph²².

Enquanto isso, na Luisiana, Louis Tinchant se desfez do fabricante de charutos, o escravo Martín Mitchel, que ele havia comprado dois anos antes. O preço foi duas vezes maior daquele que ele tinha pago — 250 dólares em vez de 125 — mas ainda assim, bastante baixo. Tudo indica que, dali em diante, a família já não mantinha ninguém como escravo a não ser, talvez, que Trois-Sous ainda estivesse viva e morasse com Louis e Octavie. Parece provável que as atividades manufatureiras de "L & J Tinchant" em Nova Orleans agora estivessem sendo realizadas por artesãos livres²³.

Para a equipe em Antuérpia, os primeiros meses de inverno devem ter sido muito difíceis. Joseph e seu amigo Edmond se mudaram para quartos de aluguel na Ruelle du Livre/Bocksteeg, 188, em um bairro pobre perto do porto²⁴. Eles se defrontaram com a dupla dificuldade de encontrar trabalhadores para ajudá-los na fabricação de charutos e de desenvolver um mercado para o produto final. Antuérpia na metade da década de 1850 era um ímã para trabalhadores pobres vindos do campo. O colapso do sistema de produção por encomendas de roupas tinha jogado homens, mulheres e crianças fora da produção rural e para a cidade, desesperados em busca de trabalho. Os dois recém-chegados partilhavam suas condições de moradia com esses migrantes mais pobres, e mesmo que pudessem conseguir progredir o suficiente para contratar trabalhadores na produção de charutos, só era possível fazê-lo com salários bem baixos. No começo de 1857 agregaram a sua casa um fazedor de charutos ainda adolescente, chamado Salomon Benni, da Holanda²⁵.

Com o primeiro passo dado em Bocksteeg, o contingente da França começou a chegar a Antuérpia — primeiro o irmão Ernest em março de 1857, depois o irmão Jules em maio, depois Jacques, Élisabeth e Édouard em agosto. (Édouard ainda não tinha completado 16 anos e é possível que os pais tenham permanecido em Jurançon durante a primavera para que ele pudesse terminar o ano letivo.) A essa altura uma migração parecia necessária — a família já não possuía uma casa na França e tinham transferido a maior parte de seu capital para os filhos²⁶.

Enquanto todo o grupo se amontoou em quartos alugados, Edmond Dédé foi embora, voltando para a França e para aquilo que acabou se tornando uma carreira ilustre como compositor e maestro. A casa de Antuérpia agora era constituída por pelo menos seis Tinchant e pelo jovem Salomon Benni e eles lutaram para conseguir um lugar seguro na vida econômica da cidade. Joseph na Bélgica e Louis na Luisiana teriam de atuar imediatamente para concretizar seus projetos transatlânticos²⁷.

Primeiro, eles reorganizaram os irmãos a fim de aproveitar as habilidades de Louis, que tinha uma história comercial mais longa, tanto como dono de mercearia quanto como fabricante de tabaco. Em março de 1857, agindo em nome de seu pai, Louis vendeu mais um dos terrenos em Nova Orleans — o da Rua Barracks entre Bourbon e Royal — por 2.000 dólares. E, na primavera de 1858, acompanhado por sua esposa Octavie Rieffel, seus três filhos e uma criada, Louis embarcou no navio *Philadelphia* para Nova York. Dali a família continuou indo para Antuérpia, onde Louis começou a dirigir uma empresa de exportação e importação de pequena escala sob o nome *Maison Américaine*²⁸.

A chegada de Louis a Antuérpia liberou Joseph para que este pudesse voltar à Luisiana e desenvolver a parte do tabaco nos planos de seus irmãos, usando como base a empresa que eles tinham estabelecido em Nova Orleans como L. & J. Tinchant. Os irmãos Pierre e Jules se uniram a Joseph em Nova Orleans, onde se hospedaram com um carpinteiro chamado Félix Azéma. Como seu pai antes deles, os irmãos construíram laços com artesãos na população de cor livre da cidade, assim como com clientes da população branca. O recenseador registrou Azéma como mulato e Pierre e Jules como trabalhadores em uma "loja e fábrica de charutos"²⁹.

No dia 20 de junho de 1859, Joseph Tinchant levou essa aliança um pouco mais longe, casando-se com Stéphanie Gonzales, filha de um carpinteiro chamado Vincent Gonzales, e irmã de meia dúzia de novos artesãos. Tanto Joseph quanto Stéphanie foram designados como pessoas de cor livres em sua certidão de casamento. O jovem casal se mudou para a casa dos pais de Stéphanie e seu primeiro filho nasceu em abril de 1860³⁰.

Pessoas de cor livres em Nova Orleans agora estavam enfrentando constantes ataques jurídicos a sua autonomia. Apesar disso, elas mantinham uma rede substancial de instituições, inclusive a Société Catholique pour l'Instruction des Orphelins dans l'Indigence, que administrava uma escola para crianças de cor livres. A diretoria dessa sociedade era um ponto importante de atividades associativistas e Joseph Tinchant entrou para ela, fazendo-se útil por meio de seus laços com fornecedores de manuais didáticos em língua francesa. Pouco depois ele foi nomeado tesoureiro³¹.

Em 1860 é provável que a empresa de tabaco da família pudesse ser considerada como um sucesso modesto. A agência de classificações de crédito R.G. Dun observou que L. & J. Tinchant, fabricantes de charutos, localizados na Rua New Levee, 9, Nova Orleans, "cumpriam seus compromissos com rapidez" e estavam aptos para empréstimos de uma quantia modesta. Os avaliadores

consideraram que a firma, logo chamada Tinchant Brothers, era uma "empresa pequena mas segura". Os Tinchant vendiam primordialmente no atacado para o comércio, anunciando um tanto sugestivamente para "donos de mercarias, gerentes de bares e todos os negociantes de charutos" que suas "imitações das marcas mais conhecidas" eram tão perfeitas que "é impossível até mesmo para os melhores especialistas perceberem qualquer diferença, exceto pelos preços, que são extremamente moderados"³².

De volta a Antuérpia, o mais velho dos Tinchant e seus irmãos mais jovens conseguiram sair de Bocksteeg e mudar para o endereço mais respeitável de Schuttershof, 59/3. Jacques e Élisabeth, agora com 60 e poucos anos, podiam apropriadamente se chamar de *rentiers* e ter a expectativa de sobreviver dos lucros dos pagamentos dos empréstimos e do aluguel das modestas propriedades que ainda possuíam em Nova Orleans. Sob a recomendação de Joseph Tinchant, o irmão Louis conseguiu arranjar uma escola em Gante para o filho de amigos da família no Alabama. O jovem Auguste Joseph, de Mobile, Alabama, seguiu assim, como haviam feito os Tinchant mais jovens, uma trilha europeia estabelecida para superar as limitações das oportunidades educacionais para pessoas de cor nos Estados do Sul. De modo geral, a estratégia da família Tinchant de estabelecer redes através do Atlântico estava funcionando, embora ainda não produzisse lucros muito significativos³³.

Conforme o ano de 1860 ia terminando, no entanto, ficou claro que tudo isso poderia despencar como resultado da crise secessionista que se acelerava rapidamente nos Estados Unidos. Os estados escravistas mais agressivos começaram a se separar após a eleição em novembro de Abraham Lincoln e, conforme aumentava o império de desunião, os eletores da Luisiana (todos eles, por definição, brancos) elegeram uma convenção favorável à secessão. O estado deixou a União no dia 26 de janeiro de 1861³⁴.

Como outros homens de cor relativamente prósperos em Nova Orleans, Joseph Tinchant estava agora em uma posição muito delicada. Seu colega Armand Lanusse da Société Catholique escolheu o caminho da lealdade ostentosa para com a Confederação, aprovando a formação de uma milícia confederada de homens de cor, que desfilaram diante da escola que Lanusse dirigia. Embora o próprio Joseph tivesse durante algum tempo mantido um interesse parcial em um fabricante de charutos escravo, suas simpatias políticas estavam com a União, e parece que ele estava disposto a esperar o momento oportuno. Os irmãos Tinchant mais jovens, Jules e Pierre, ao contrário, não esperaram para ver o que a guerra poderia trazer e partiram para tentar sua sorte do outro lado do Golfo do México, em Veracruz³⁵.

Os cunhados de Joseph Tinchant, Armand, Gustave e Paul Gonzales, fossem quais fossem suas convicções privadas sobre a guerra, seguiram a liderança de muitos dos homens de cor livres mais proeminentes em Nova Orleans e ofereceram seus serviços às unidades confederadas que se organizavam para defender a cidade. Estudosos modernos têm debatido essa iniciativa, evocando razões que vão desde um egoísmo elitista por parte de um grupo relativamente "privilegiado" de proprietários e artesãos, até o puro temor diante de um padrão comprovado de hostilidade feroz às pessoas de cor livres por parte dos secessionistas que estavam no poder no estado. É razoável supor que decisões individuais de se alistar resultaram de muitas motivações diferentes. Além disso, como um historiador recentemente assinalou, em época de crise, a recusa podia ser vista como covardia, "e o medo de parecer menos que um homem completo era uma visão de mundo que não deve ter sido afetada pela cor da pele de uma pessoa"³⁶.

Joseph Tinchant se preparava com o desafio de manter boas relações com a clientela branca de sua loja varejista na Avenida Saint Charles, e ao mesmo tempo esconder sua hostilidade para com o regime confederado e conseguir manter um delicado conjunto de relacionamentos com a população de cor. No começo de janeiro de 1862 ele discretamente abandonou sua posição como tesoureiro na Société Catholique em que Armand Lanusse desempenhara um papel conspicuamente favorável aos confederados. Ele manteve a cabeça baixa enquanto as notícias da guerra transmitiam uma grande incerteza do resultado do conflito entre a União e os Confederados³⁷.

O bloqueio da União limitava o comércio pelo porto de Nova Orleans e os negócios se tornaram cada vez mais difíceis. Do outro lado do Atlântico, em Antuérpia, a imprensa acompanhava o desdobramento da Guerra Civil nos Estados Unidos com interesse, observando o debate sobre a escravidão e tentando prever as consequências para seu próprio porto. Louis Tinchant continuava a dirigir a Maison Américaine que dependia desse comércio, mas sua situação financeira deteriorou. A guerra fez com que fosse mais difícil receber recursos dos Estados Unidos e logo o diretor da escola onde eles haviam colocado o filho de seus amigos do Alabama começou a exigir pagamento dos Tinchants que tinham sido os intermediários. Tudo isso foi muito constrangedor³⁸.

Mas ainda havia constrangimentos mais sérios por vir. O mais jovem Tinchant — Édouard — era o último que ainda estava na casa de seus pais em Schuttershof 59/3. Embora tivesse sido um estudante exemplar no *lycée* em Pau, o rapaz parece ter ficado meio perdido em Antuérpia, rapidamente se

transformando em um romântico problemático. Entre abril e setembro de 1861 frequentou bares na área do porto, se apaixonou e com frequência colocava a reputação de sua família em risco. Após seis meses desse comportamento incontrolável, algo horrível ocorreu — ou pelo menos algo que seu pai Jacques considerou horrível. A essa distância é impossível determinar qual foi a transgressão, embora pareça ter sido indiretamente relacionada com uma jovem. Talvez a bebida e o jogo tivessem entrado nisso também; o tom dos subsequentes pedidos de desculpa sugere que ele pode ter feito dívidas que seu pai foi obrigado a pagar³⁹.

Meticulosamente correto, Jacques Tinchant aparentemente não tinha qualquer intenção de esperar para ver que outro dano a sua reputação Édouard ainda poderia causar. Ele então organizou para que o jovem saisse discretamente da Bélgica para a Holanda e fosse colocado em um navio a caminho das Américas, onde se esperava que ele pudesse ser útil a seus irmãos. Nenhum registro da partida de Édouard de Antuérpia parece ter sido arquivado com as autoridades belgas, mas no dia 29 de setembro de 1861 ele embarcou em um navio no porto holandês de Vlissingen. Do primeiro porto em que o navio parou, Dover, ele enviou uma carta arrependida a sua mãe, em que informava estar se sentindo muito bem a bordo, lendo um capítulo da *Imitação de Cristo* todos os domingos e praticando o espanhol duas horas por dia. Afirmando sentir-se ansioso para encontrar com seu irmão Jules, agora estabelecido em Veracruz, e a começar a compensar pelas coisas terríveis que tinha feito⁴⁰.

Anos depois, Édouard ainda pedia o perdão de seu pai por suas "loucuras". Mas a bordo do navio no outono de 1861, por mais arrependido que estivesse, ele parece ter ficado encantado com a viagem. A travessia durou 73 dias e levou o navio a pouca distância das Ilhas da Madeira e das Canárias, depois para o outro lado até Guadalupe, Porto Rico e Cuba. Uma tempestade atrasou sua chegada a Veracruz, mas puderam desembarcar no dia 15 de dezembro⁴¹.

Lá, no entanto, Édouard se deparou com as consequências de uma rusga internacional econômica e diplomática que se agravaava rapidamente. Quando Benito Juárez emergiu vitorioso da Guerra da Reforma e assumiu a presidência do México em 1861, encontrou uma dívida internacional esmagadora contraída por seus predecessores — inclusive os conservadores que haviam pedido empréstimos na Europa a fim de travar a guerra contra ele. No dia 17 de julho de 1861, o Congresso mexicano suspendeu o pagamento dos juros sobre a dívida nacional. Uma expedição militar conjunta de ingleses, franceses e espanhóis para o México foi organizada, ostensivamente, para persuadir o governo mexicano a mudar de ideia.

As ambições de Napoleão III, imperador dos franceses, no entanto, viriam a ser de alcance bem maior. A intervenção no México ofereceu a possibilidade de desafiar o poder regional dos Estados Unidos — uma perspectiva que se tornava mais factível graças à possibilidade de que a Confederação pudesse ter sucesso em dividir a nação norte-americana. No mínimo, a Guerra Civil prenderia os militares americanos e deixaria espaço considerável para uma ação por parte das potências europeias no México⁴².

As tropas das três potências deveriam chegar simultaneamente ao México, mas na prática a Marinha espanhola adquiriu vantagem sobre os aliados da Espanha e saiu diretamente de Cuba para Veracruz. Lá, os espanhóis, os franceses e os britânicos tinham a intenção de capturar a alfândega e começar a coletar a renda que, a seu ver, era devida a seus nacionais. No dia em que Édouard desembarcou no porto, a cidade de Veracruz tinha acabado de ser tomada pela Marinha espanhola e os franceses e britânicos se juntaram a eles pouco depois. O exército mexicano estava a umas poucas léguas da cidade, interrompendo o comércio e a comunicação com o interior. Tudo isso foi muito excitante para contar em uma carta para a família, mas não era muito promissor para um jovem nascido na França que esperava fazer fortuna no comércio⁴³.

Além disso, o irmão mais velho de Édouard, Jules, havia recebido uma carta amarga de seu pai dando sua versão da história das loucuras de Édouard que, segundo ele, incluíam frequentar o porto de Antuérpia com "ce qu'il y a de plus crapuleux" (com os maiores crápulas). Jules não mostrou qualquer interesse em tomar conta do irresponsável Édouard, cujo "caráter" ele achava desagradável. Com a justificativa de que os negócios iam mal e de que Édouard não falava espanhol, Jules o despachou para os Estados Unidos, com a esperança de que o irmão Joseph seria capaz de lidar com o problema. A cidade confederada de Nova Orleans estava sob um bloqueio naval da União, mas isso não importava: Édouard podia pegar um navio até o Texas e depois ir por terra até a Luisiana. Não prometia ser uma viagem fácil, mas Édouard havia ficado mortificado ao saber da carta de seu pai contando a Jules e seus colegas o episódio em Antuérpia e aparentemente estava ansioso por partiu⁴⁴.

Foi assim que Édouard Tinchant, com 20 anos, chegou à metrópole do comércio e da escravidão na primavera de 1862 e entrou no meio da Guerra Civil. Édouard se mudou para a casa dos sogros de seu irmão Joseph, os Gonzales, na Rua Prieur, 256. Segundo seu próprio relato, eles eram simpáticos e generosos com ele, e ele parece ter ficado animado com toda aquela aventura⁴⁵.

Em cartas futuras para a família, Édouard retratou esse momento como de grande tensão política na Luisiana, no qual ele foi obrigado a ocultar seu próprio abolicionismo dos simpatizantes confederados que frequentavam a loja de charutos de Joseph. Em abril de 1862, a cidade confederada caiu diante das forças unionistas do oficial comandante da esquadra David G. Farragut, dando o controle da saída do Mississipi à União. Homens e mulheres de cor ativistas agora podiam aparecer na cena pública, embora fossem rapidamente desafiados pelos unionistas conservadores e insultados pelos pró-confederados. As questões de raça, respeito e posição social que tinham perturbado a geração dos pais de Édouard e Joseph vieram à tona mais uma vez — mas agora com a perspectiva de que a ocupação da Luisiana pela União pudesse ajudar a mudar as regras do jogo⁴⁶.

Sendo um estrangeiro em uma cidade ocupada em um país em guerra, Édouard se apressou para se registrar no Consulado francês em setembro de 1862. O cônsul se dispôs a aceitar sua certidão de nascimento em Gan, nos Baixos Pirineus, como evidência suficiente de que ele era realmente francês. Édouard, a ponto de completar 21 anos, estava provavelmente ciente de que qualquer reivindicação futura que ele pudesse vir a fazer com relação à cidadania francesa poderia depender do fato de ele ter dado esse passo afirmativo formal⁴⁷.

Sob o Código Civil francês, um filho nascido na França de pais estrangeiros tinha, por lei, de fazer uma declaração de lealdade à França no ano após ter alcançado a maioridade se desejasse garantir a cidadania. Uma lei de 1851 — cujo objetivo era aumentar as fileiras dos militares — havia ampliado essa possibilidade de acesso, declarando que o filho nascido na França de um pai estrangeiro automaticamente passava a ser um cidadão francês — se o próprio pai tivesse nascido na França. Mas os pais de Édouard, cada um “filho natural” de um colono francês estabelecido em Saint-Domingue que mais tarde deixara a colônia, parecem não ter tido qualquer nacionalidade óbvia. Tudo indica que o pai de Édouard, Jacques, havia nascido em Baltimore. A principal reivindicação de Édouard com relação ao “nascimento francês” de um de seus pais baseava-se no batismo de sua mãe em Saint-Domingue, algo que ela podia provar com documentos, mas que ela nunca havia reconfirmado formalmente depois de chegar à França. De qualquer forma, inscrever seu nome em um registro consular foi uma iniciativa inteligente de Édouard, se, por acaso, questões de cidadania surgissem futuramente. A alternativa bem poderia ter sido a vulnerabilidade do apátrida⁴⁸.

Essa foi uma era em que a cidadania para os jovens raramente podia ser separada da questão do serviço militar compulsório — e alguns expatriados explicitamente renunciavam à sua nacionalidade francesa a fim de evitar serem convocados para o exército francês. Édouard pode ter acreditado que ao se registrar como um francês nos Estados Unidos poderia, em vez disso, escapar do serviço militar compulsório no exército ocupante da União. Certamente outros residentes da Luisiana com uma reivindicação à nacionalidade francesa haviam antes procurado evitar o serviço confederado por meio desse mecanismo. (No final, esses homens acabaram sendo convocados de qualquer maneira, apenas com a promessa de que seu serviço ficaria restrito aos limites da cidade). Mais tarde, Édouard negou vigorosamente que sua motivação tivesse sido evitar o serviço da União e, com o passar do tempo, seu comportamento sugere que ele considerou que a cidadania francesa tinha valor por si mesma⁴⁹.

Proteger-se sob a nacionalidade francesa, no entanto, era uma estratégia incerta para um jovem de uma família identificada na cidade como sendo *de cor*. Isso não obteria a boa vontade dos ocupantes: os oficiais da União em Nova Orleans suspeitavam que a população francesa e o governo francês simpatizavam com o regime escravista. Aliar-se com o consulado francês, além disso, criaria uma lealdade política desconfortável para Édouard. Conforme o debate político se aquecia, o cônsul francês expressou uma suspeita crescente a respeito da população de cor e uma hostilidade para com as correntes abolicionistas, que, a seu ver, estavam se fortalecendo⁵⁰.

Durante 1862 e 1863, além disso, um conflito de objetivos entre os impérios aumentou a tensão. A coalizão espanhola-inglesa-francesa em busca de pagamento da dívida no México havia se rompido, e a incursão original em Veracruz agora fora substituída por uma expedição de grande escala sob as ordens de Napoleão III da França, que pretendia implantar um poder francês duradouro no continente norte-americano. Para Édouard, que desprezava Napoleão III, considerando-o um tirano, essa agressão de um Império contra uma República era repelente, abrindo um abismo ainda maior entre suas ideias e aquelas representadas pelo cônsul francês. Em Nova Orleans, jovens hostis à invasão francesa tinham se juntado para formar um grupo que se autointitulava "Defensores da Doutrina de Monroe". Havia assim, agora, uma segunda questão importante, além da escravidão, sobre a qual os princípios declarados de Édouard Tinchant o distanciavam da França e o faziam mais próximo das ideias dos radicais na cidade⁵¹.

O irmão mais velho de Édouard, Joseph Tinchant, estava se tornando extremamente visível como porta-voz dos homens de cor radicais da cidade. Jean-Charles Houzeau, um emigrante belga que trabalhava como jornalista em Nova Orleans, descreveu esses compromissos políticos como o resultado lógico da experiência de Joseph Tinchant e outros com a igualdade civil na Europa. O contraste entre igualdade na França e desigualdade na Luisiana, Houzeau argumentou, tornava esses homens impacientes com os fardos da discriminação racial. Invocando uma metáfora favorita dos radicais, que comparavam seu porta-voz com os eloquentes representantes populares da República romana, Houzeau escreveu que Joseph Tinchant "tinha o fogo de um tribuno"⁵².

Na primavera e no começo do verão de 1863, as forças da União, inclusive uma unidade de homens de cor de Nova Orleans, estavam sitiando o forte confederado em Port Hudson, ao mesmo tempo em que uma importante ofensiva unionista estava ocorrendo contra Vicksburg. Ninguém sabia se a União teria sucesso e o cônsul francês informou que era quase impossível obter notícias militares confiáveis. O general da União Nathaniel Banks, temendo um possível ataque confederado a Nova Orleans, apelou para que os homens leais da cidade se apresentassem como "voluntários de 60 dias" para ficar de guarda contra um ataque. Édouard Tinchant, que se retratava em suas cartas para a família como um ardente abolicionista (*le plus enragé des abolitionnistes*), agora se preparava para mudar sua autoidentificação de francês expatriado para americano radical⁵³.

Joseph Tinchant — nascido na cidade e conhecido por seus vizinhos — rapidamente assumiu um papel importante mobilizando apoio militar para a União e fechando sua loja de charutos para se dedicar à tarefa de recrutamento. A eloquência sobre a qual Houzeau falou mais tarde fez-se visível em uma assembleia realizada no Economy Hall no final de junho de 1863. Nelson Fouché, que uns poucos anos antes havia organizado a emigração de homens de cor livres de Nova Orleans para o México, congregou uma assembleia massiva reunindo um enorme grupo de ativistas inclusive Paul Trévigne, da "Unidade africana" da Loyal National League, e Joseph Tinchant, junto com respeitados veteranos das companhias de homens de cor que haviam lutado sob Andrew Jackson em 1815. O item principal da agenda era uma declaração do desejo dos homens de cor de servir às forças militares para defender a União e a cidade. Para expressar a amargura da exclusão política de longa data, Joseph Tinchant buscou uma analogia familiar clássica. Até agora, ele disse à multidão, a perseguição tinha sufocado o amor à pátria. A pátria tinha sido como uma madrasta, afastando-os de seu seio⁵⁴.

Para incentivar os ouvintes à ação, ele mudou a metáfora, transformando-a em uma alegoria de renovação e de sucesso e depois de volta à família: o patriotismo esmorecido pela escravidão poderia reviver sob o sol da liberdade; a madrasta tinha se arrependido dos erros cometidos. O Código Negro, o chicote, os grilhões não voltariam jamais. Será que os homens de cor agora se exporiam à acusação de covardia? Será que deixariam o mundo acreditar que sua raça estava destinada a ser servil? ("Não! Não!", gritava a multidão). Se fosse verdade que a honra era o maior bem do homem, eles podiam agora deixar para seus filhos o conhecimento de que seus pais, embora pudessem perecer, haviam escolhido a morte em vez da infâmia e da desonra ("aplauso prolongado")⁵⁵.

No dia 4 de julho de 1863, o governador Shepley recrutou Joseph Tinchant como segundo tenente no exército da União na unidade chamada Sexto Regimento de Voluntários da Infantaria da Luisiana (De Cor)⁵⁶. Entre os que se alistaram no mesmo regimento estavam Armand, Valcour e Paul Gonzales, todos irmãos da esposa de Joseph, Stéphanie, e outros residentes do Sexto Distrito de Nova Orleans. Armand, que se tornou sargento, era pedreiro, Valcour, sapateiro, e Paul, aprendiz. Armand e Paul eram veteranos da anterior Guarda Nativa Confederada, mas, como muitos membros daquelas unidades, eles parecem ter tido uma transição suave para o serviço pela União⁵⁷. Édouard Tinchant, que havia morado com a família Gonzales ao chegar à cidade, aparentemente se alistou também⁵⁸.

O Sexto Regimento da Luisiana montou guarda nas muralhas da cidade em preparação para um possível ataque confederado. Embora a unidade não tivesse participado de grandes batalhas, o fato do recrutamento generalizado entre homens de cor alterou o equilíbrio de forças na cidade. Jean-Charles Houzeau, que tinha participado dos "banquetes" da era republicana de 1848 na Europa, viu essa dinâmica como uma nova realidade política que se impunha aos moradores de Nova Orleans pró-escravidão, obrigando-os a renunciar à ideia de "contrarrevolução". Ele foi otimista demais nessa questão, mas seus colegas compartilhavam essa sensação de que as coisas estavam mudando e as editoras aumentaram o tamanho do jornal radical *L'Union*⁵⁹.

Logo as notícias das vitórias da União em Vicksburg e Port Hudson chegaram. A unidade unionista de homens de cor havia participado do sitio de Port Hudson e a coragem do capitão André Cailloux, um oficial negro da União e fabricante de charutos em Nova Orleans que tinha sido morto no começo da campanha, tornou-se um símbolo da contribuição dos homens de cor francófonos para a causa unionista. Édouard identificou esses homens que

caíram em Port Hudson como "nos Crôeles", um termo que era frequentemente usado entre a população de cor de ascendência francesa. O sacrifício de Cailloux foi sentido pelos homens e mulheres negros de língua inglesa também. No dia 29 de julho de 1863, a unidade de Édouard e Joseph Tinchant, o Sexto Regimento da Luisiana, incorporou a dignidade marcial quando duas companhias de seus homens acompanharam o caixão de Cailloux pelas ruas da cidade na imensa procissão fúnebre pública. Milhares de pessoas de cor, tanto livres quanto escravas, se enfileiraram à beira do caminho, visivelmente tomando parte na esfera pública da cidade de Nova Orleans⁶⁰.

Esse pode ter sido o cume da carreira pública do Sexto Regimento. As vitórias de Vicksburg e Port Hudson deram às forças da União o controle do rio Mississippi e o risco de um ataque confederado a Nova Orleans diminuiu drasticamente. O regimento foi então desmobilizado em agosto sem ter visto nenhum combate. Édouard falou vagamente em uma carta para seus pais sobre ter sido convidado por seu coronel para aceitar o posto de capitão e ajudar a formar um regimento da União para uma expedição para o Texas, mas parece não haver qualquer vestígio de um segundo alistamento. Édouard disse a seus pais que ele havia pedido demissão após um mês, tendo visto como o comando da União tratava os soldados de cor. Seu irmão Joseph, como tenente, foi realmente afetado pela hostilidade contra os oficiais de cor por parte do general Banks⁶¹.

O que Édouard não disse a seus pais foi que, quando armado e em uniforme, ele tinha sofrido um incidente humilhante. Ele estava em um bonde na direção de Carrollton quando um sargento da União — aparentementecreditando que um soldado de cor não devia estar no mesmo bonde que seus colegas brancos — o empurrou para fora do veículo. Um tenente da União então prendeu Édouard. Os bondes eram um ponto focal tanto para racistas quanto para ativistas pela igualdade de direitos, e viajar neles em igualdade de condições suscitava questões não só de cor e respeito, mas envolvia as políticas do exército da União. Édouard protestou junto a seu oficial superior e aparentemente foi desagravado e apoiado pelo coronel que comandava a unidade⁶².

O problema, no entanto, não se restringia a sargentos individuais com impulsos racistas. O presidente Lincoln e o alto comando da União ainda não haviam decidido sobre uma política relacionada à escravidão nos estados ocupados, ou sobre o serviço militar dos homens de cor. O próprio general Banks, embora precisasse do potencial humano oferecido pelos homens de cor da Luisiana, recusava as reivindicações relacionadas a seu respeito e reconhecimento como líderes e cidadãos. A questão da elegibilidade para

comissões era um ponto de conflito e Banks tinha forçado o pedido de demissão de homens que haviam sido comissionados como oficiais no exército da União na primeira fase do recrutamento. Embora sua lealdade para com a União não fosse questionada, alguns dos homens associados com os regimentos "de cor" — inclusive Joseph Tinchant — começaram a se afastar do alto comando da União e de sua cumplicidade com os preconceitos associados com uma sociedade escravista⁶³.

A empresa de tabaco chamada, com otimismo, de Tinchant Brothers, além disso, estava vacilando sob a pressão da guerra e da ocupação. Os sócios originais de Joseph — Pierre e Jules — tinham deixado a Luisiana. Édouard, recém-chegado, tinha pouco a oferecer em termos de experiência e nada em termos de recursos. Joseph aparentemente ajudou Édouard a começar um negócio de compra e venda de lenha, em uma escala muita pequena, mas não o convidou para ser seu sócio⁶⁴.

Édouard tentou não se aborrecer com a situação, explicando para a mãe que ele era um pouco como um nômade, trabalhando sozinho mas sem acumular muita coisa (ele disse estar ganhando seis dólares por semana). Em algum momento em 1864 Édouard se mudou para morar com uma família cujo chefe era François Xavier, um sapateiro em Faubourg Tremé. Conectada à mãe de Édouard, Élisabeth, por laços de parentesco verdadeiros ou fictícios, a família estava lutando na Nova Orleans da época da guerra e Édouard contou que ele fazia o possível para ajudar os "primos" Xavier. Como seus irmãos, Édouard foi atraído para o comércio de charutos, mas no seu caso o empreendimento se restringia a comprar um lote de charutos por atacado em Nova Orleans, viajar rio acima até Memphis para vendê-los e depois voltar para Nova Orleans⁶⁵.

Embora sua carreira comercial não fosse exatamente brilhante, Édouard Tinchant estava dando seus primeiros passos em busca de um espaço na vida política de Nova Orleans. O jornal *L'Union*, estabelecido e financiado pelo médico Louis Charles Roudanez e editado por Paul Trévigne, oferecia uma plataforma tentadora. O jornal publicava ensaios literários e políticos além das notícias e conseguia ter entre seus contribuintes homens de cor francófonos, tanto unionistas poderosos quanto antigos confederados, inclusive Armand Lanusse, que era poeta além de diretor de escola⁶⁶.

O artigo que iria provocar a entrada de Édouard Tinchant para o mundo da polêmica política foi aquele em que Armand Lanusse defendeu a causa do imperador Maximiliano, que tinha chegado ao México em junho de 1864 para ser declarado chefe de Estado sob patrocínio dos franceses. Lanusse escreveu

para elogiar a intervenção francesa e insistir para que seus colegas de cor francófonos migrassem para o México. Ao fazê-lo Lanusse estava endossando uma opção que há muito tempo se colocava para as pessoas de cor livres em Nova Orleans. Já em 1857, um grupo de pessoas de cor livres da Luisiana tinha sugerido estabelecer uma colônia que eles chamaram de Eureka, na Costa do Golfo do México, perto de Tampico. Atraídos pelas políticas pró-imigração do regime Liberal e dirigidos pelo posterior aliado de Joseph Tinchant, Nelson Fouché, os colonos contavam adquirir terra e a cidadania mexicana. O empreendimento no final não teve sucesso, mas a reputação antiescravista do México e suas terras abertas continuavam a ser uma atração⁶⁷.

No verão de 1864, no entanto, a questão da mudança para o México estava assumindo um sentido bem diferente. Alguns confederados defendiam apoiar a reivindicação de Maximiliano, de que ele era o legítimo chefe de Estado, em troca de seu reconhecimento dos Estados Confederados da América. Muitos republicanos do Norte, ao contrário, apoiavam o liberal Benito Juárez, recentemente deposto⁶⁸.

Maximiliano e seus aliados conservadores fizeram uma tentativa para atrair migrantes brancos entre os confederados como colonos. A ideia era que as famílias de língua francesa seriam particularmente apropriadas para o projeto imperial de "regenerar" o México por meio da imigração. No começo de agosto de 1864, um jornal de língua francesa na Cidade do México apelou para que os seguidores da Confederação viessem para o México, e deu o exemplo de um "luisiano" que já tinha se estabelecido lá⁶⁹.

O timing de Armand Lanusse combinava precisamente com o dos publicistas de Maximiliano no México, mas, considerando seu público, ele adotou um conjunto diferente de argumentos. Dirigindo-se aos leitores de *L'Union*, um jornal conhecido como grande defensor da igualdade de direitos, Lanusse acusou as autoridades federais em Nova Orleans de não estar servindo aos interesses dos homens de cor. O México ocupado pelos franceses, argumentou ele, era um lar mais apropriado para os homens de cor da Luisiana. O México há muito era conhecido como uma nação em que, argumentavam seus defensores, "seja qual for a cor de sua pele, todos os homens são iguais perante a lei"⁷⁰.

Criticas das políticas unionistas vindas dessa direção irritaram Édouard Tinchant, que se considerava um abolicionista feroz, um proponente da igualdade de direitos e um inimigo total de Napoleão III. A posição argumentativa de Tinchant foi prejudicada, no entanto, pelo fato de o governo federal dos Estados Unidos realmente não fornecer garantia efetiva de cidadania igual para os homens de cor. No verão de 1864, apesar do colapso quase total da

escravidão na Luisiana, a questão mais ampla do destino legal do cativeiro no estado ainda estava em debate⁷¹.

Para o presidente Abraham Lincoln, a Luisiana ocupada pela União fornecia um exemplo potencial da futura reconstrução pós-guerra a ser realizada com um espírito de anistia e cooperação. Seria permitido aos unionistas brancos que tomassem a liderança e a questão da igualdade de direito ao voto seria adiada. Em abril de 1864 uma convenção constitucional formada apenas por brancos se reuniu, encarregada de elaborar uma Constituição com a qual o estado poderia reentrar na União. Embora se entendesse que a nova Constituição precisaria reconhecer a abolição da escravidão, um juiz da Luisiana tinha recentemente publicado uma sentença que implicava que, do ponto de vista do Direito, a escravidão ainda existia no estado. Delegados à convenção continuaram a discutir a questão da compensação monetária para antigos donos de escravos considerados leais à União, e muitos denunciavam a própria ideia de participação política dos negros. No plenário daquela convenção um delegado propôs que fosse adotada como parte da nova lei básica do estado a proposta de que "nenhum negro terá a permissão para votar". Decidiu-se que a moção era improcedente pois, "com o relatório adotado, só cidadãos brancos livres podem ser eleitores, e isso é forte o bastante". O governador Michael Hahn mais tarde ordenou que o juiz que havia declarado que a escravidão ainda estava em vigor fosse destituído de sua função e o texto final da Constituição proposta confirmou a abolição da escravidão. Mas certamente era possível dizer que os ocupantes federais e seus aliados unionistas brancos tinham contemporizado na questão da escravidão e estavam longe de conceder o pleno gozo da igualdade cívica para homens e mulheres de ascendência africana⁷².

No nível federal, o Senado tinha aprovado a proposta da Décima Terceira Emenda abolindo a escravidão, mas a Casa dos Representantes a tinha rejeitado, portanto ela ainda não estava disponível para possível ratificação. O alto comando do exército da União na Luisiana, além disso, muitas vezes se comportava de uma maneira desrespeitosa para com os homens de cor unionistas na cidade. Havia muita coisa que Armand Lanusse poderia mencionar quando ele argumentou que os nortistas não respeitariam os direitos dos homens de cor no Sul⁷³.

Para Édouard Tinchant, no entanto, o apelo político para emigrar para o México ia na direção totalmente contrária àquilo que havia significado para ele escolher a cidadania nos Estados Unidos — a explosão de entusiasmo em 1863 que fizera com que ele abandonasse sua reivindicação à nacionalidade

francesa ao entrar para o exército da União. Os Estados Unidos não eram, em qualquer sentido literal, a pátria de Édouard; ele tinha nascido e vivido 20 de seus 23 anos na França. Mas ele agora estava convencido de que, a fim de acabar com a escravidão de uma vez por todas, os homens de cor tinham de permanecer na Luisiana para levantar-se e lutar pela União. E, portanto, em julho de 1864, ele empunhou sua caneta para denunciar a ideia de expatriação para o México e para desafiar o eloquente e talentoso Armand Lanusse. Ele o faria nas páginas de *L'Union* e de seu sucessor, o bilíngue *Tribune*, jornais radicais sofisticados lidos até em Washington, D.C. Ele precisaria utilizar todo o treinamento em retórica que tinha adquirido no *lycée* em Pau, ao mesmo tempo em que se situava novamente como um patriota americano. E ele teria de fazer tudo isso sabendo que seu próprio irmão mais velho, Joseph, um amplamente respeitado antigo tenente do exército da União, estava quase pronto para desistir da causa e partir, ele próprio, para o México⁷⁴.

Notas

- ¹ Veja o registro do censo: Domicílio 4647, Quarto Departamento, Terceiro Distrito, Nova Orleans, Sétimo Censo dos Estados Unidos, 1850, no rolo 238, United States National Archives (daqui em diante USNA). Micrcópia M432. O registro do casamento, datado 18 de dezembro de 1849, está na St Mary's Italian Church, Chartres St., Marriages, Persons of Color, vol. 1, Archives of the Archdiocese of New Orleans (daqui em diante AANO).
- ² Essa carta de Joseph Tinchant para Élisabeth Vincent Tinchant, de 19 de março de 1850, permaneceu nas mãos da família. Uma transcrição nos foi gentilmente fornecida por Philippe Struyf, um dos descendentes de Joseph Tinchant. Agradecemos à família calorosamente por sua generosidade em compartilhar esses documentos privados e por nos dar permissão de citar trechos das cartas. Eles serão citados como Tinchant Family Papers, na posse de Philippe Struyf (TFP-OS).
- ³ Veja "Renonciation à droits d'usufruit par Marie Blanche V^e Aubert dans la Succ^e Jean Détry", 28 de janeiro de 1848, ato 28, 1848; e "Inventaire de la succession de feu M^e Bth Pelon V^e J.B. Aubert", 24 e 25 de janeiro de 1849, ato 16, 1849, ambos no Tabelião Octave de Armas, New Orleans Notarial Archives Research Center (daqui em diante NONARC).
- ⁴ Joseph Tinchant para Élisabeth Vincent Tinchant, 19 de março de 1850, transcrição em TFP-OS. Para uma discussão das uniões que eram consideradas como casamentos por seus participantes, apesar de ser negado aquele estatuto pelo Código Civil da Luisiana, veja Diana Irene Williams, "'They Call It Marriage': The Louisiana Interracial Family and the Making of American Legitimacy" (tese de doutorado, Harvard University, 2007).
- ⁵ Veja a carta de alforria: "Affranchis^e par Marie-Blanche Peillon V^e Aubert à Sophie, Marie-Antoinette & Frédéric Bruno, ses esclaves", 12 de setembro de 1832, ato 457, Tabelião Octave de Armas, NONARC.
- ⁶ "Inventaire de la succession de feu M^e Bth Pelon V^e J.B. Aubert", 24 e 25 de janeiro de 1849, ato 16, Tabelião Octave de Armas, NONARC.

- ⁷ "Testament de M^e B^d Pelon V^e J.B. Aubert f.c.l [femme de couleur libre]", 5 de abril de 1848, ato 102, 1848; e "Inventaire de la succession de feu M^e B^d Pelon V^e J.B. Aubert", 24 e 25 de janeiro de 1849, ato 16, 1849 ambos no Tabelião Octave de Armas, NONARC. O escravo de nome Louis, também conhecido como Jean Godeaux ou Jean Godo, com cerca de 25 anos, acabou sendo vendido a [Marie] Antoinette [Lambert] DeCoud. Veja página 468 de Conveyance Office Book (daqui em diante COB) 52, Conveyance Office, New Orleans (daqui em diante CO, NO). Muitos dos antigos escravos da viúva parecem ter morado juntos. O censo de 1850 mostra um domicílio composto do pedreiro Antoine Decoud, sua esposa A. [Marie-Antoinette] Lambert, seus filhos, assim como Sophie Lambert, com 48 anos e nascida em Saint-Domingue, Frédéric Lambert e um Lambert mais jovem. Veja Moradia 644, Domicílio 761, Primeiro Departamento, Terceiro Distrito, Nova Orleans, Sétimo Censo dos Estados Unidos, 1850, rolo 238, USNA Microcópia M432.
- ⁸ "Testament de M^e B^d Pelon V^e J.^r.B^v. Aubert", 5 de abril de 1848.
- ⁹ "La succession de Madame Lambert s'est vendue récemment. Parmi les esclaves vendues se trouvait Trois-Sous qui est encore bien alerte. Nous l'avons achetée". Joseph Tinchant a Élisabeth Vincent Tinchant, 19 de março de 1850, transcrição em TFP-OS. A venda de Trois-Sous por 37 piastras, por ato datado de 18 de março de 1851, está registrada na página 466 de COB 54, CO, NO.
- ¹⁰ Veja Cohen's *New Orleans Directory for 1853* (New Orleans, impresso no escritório do *Daily Delta*, 1852), 224. Sobre o tabaco, veja Lewis Cecil Gray, *History of Agriculture in the Southern United States to 1860*, vol. 2 (New York, Peter Smith, 1941), 774, 1037.
- ¹¹ A procuração está incluída em "Vente de propriété par Mons. Jacques Tinchant à Mons. Pierre Duhart", 12 de março de 1853, ato 107, Tabelão Ducatel, NONARC. Jacques Tinchant tinha anteriormente dependido de A. Soubie para cuidar de seus negócios em Nova Orleans. Veja, por exemplo, A. Soubie para Jacques Tinchant, 19 de abril de 1849, pasta 108, Ms. 472, Armand Soubie Papers, Historic New Orleans Collection, New Orleans, cópia por cortesia de Adriana Chira.
- ¹² A compra de "um certo homem negro, escravo vitalício, de nome Martin" está registrada em "Sale of Slave. Matias Martinez to Louis & Joseph Tinchant", 28 de outubro de 1854, Tabelão Alex Bienvenu, NONARC. Louis e Joseph pagaram 125 dólares em "ready money" (em espécie). (Nota: Sobrenomes de origem espanhola, tais como González ou Martinez, muitas vezes eram escritos de forma diferente na Luisiana, e os acentos originais eram então abandonados.) Martin Mitchel aparece no domicílio 1041, Sétimo Departamento, Nova Orleans, Nono Censo dos Estados Unidos, 1870, rolo 522, USN Microcópia M593. Sobre a Carolina do Norte como ponto de partida e Nova Orleans como local de chegada, veja Steven Deyle, *Carry Me Back: The Domestic Slave Trade in American Life* (New York Oxford University Press, 2005), 44, 118.
- ¹³ Sobre Juárez em Nova Orleans, veja Rafael de Zayas Enriquez, *Bonito Juárez: Su vida - su obra* (Mexico, Tipografía de la Viuda de Francisco de Léon, 1906), 50. Para uma discussão sobre os fabricantes de charutos de Nova Orleans, que, em parte, concentra-se em André Cailloux, veja Stephen J. Ochs, *A Black Patriot and a White Priest: André Cailloux and Claude Paschal Maistre in Civil War New Orleans* (Baron Rouge, Louisiana State University Press, 2000), 27-28, 57-59.
- ¹⁴ Para a nova lista profissional, veja Cohen's *New Orleans Directory [...] para 1854* (New Orleans: impresso no escritório do *Picayune*, 1854), 228. Sobre as particularidades da cadeia de produção e venda de tabaco, que também pode ser considerada como uma rede, veja Barbara M. Hahn, *Making Tobacco Bright: Creating an American Commodity, 1617-1937* (Baltimore, Johns Hopkins University Press, 2011).

- ¹⁵ Jean Stubbs, *Tobacco on the Periphery: A Case Study in Cuban Labour History, 1860-1958* (Cambridge, Cambridge University Press, 1985). Sobre o México, veja José González Sierra, *El monopolio del humo: Elementos para la historia del tabaco en México y algunos conflictos de tabaqueristas veracruzanos: 1915-1930* (Xalapa, Universidad Veracruzana, 1987), 70-72.
- ¹⁶ Sobre o ataque de fungo na região de Jurançon, veja *Mémoires de l'Académie des sciences, inscriptions et belles-lettres de Toulouse*, Série 4, vol. 2 (1852): 414-415.
- ¹⁷ Para a venda de Pédeamarie, veja "Vente" 1854, ato 116, Tabelião Pierre Sempé. Archives départementales des Pyrénées-Atlantiques, Pau.
- ¹⁸ Sobre a agricultura e a economia, veja Jean-François Soulet, *Les Pyrénées au XIX^e siècle: l'éveil d'une société civile*, 2 vols. (Bordeaux, Éditions Sud Ouest, 2004), 321-385. Uma carta de Alfred Duhart dia 7 de julho de 1854 foi dirigida a "Monsieur Jacques Tinchant[...], Américain, près du pont, Jurançon-Basses Pyrénées" (citado em "Histoire des Tinchant", compilado por Xavier Tinchant e revisado por Philippe Struyf, TFP-OS). A procuração de 1856 está em "Vente de propriété, Jacques Tinchant à Jean Ducoing", 21 de fevereiro de 1857, ato 56, Tabelião Joseph Lisbony, NONARC.
- ¹⁹ Veja, por exemplo, a coluna "Marine News" da *Beel/L'Abeille* para o dia 14 de junho de 1856, anunciando a chegada do navio *Baden* de Antuérpia, carregando charutos entre outras coisas. Joseph Tinchant mais tarde lembrou que ele viu a Bélgica como "de todas as formas favorável para o estabelecimento de uma fábrica de charutos", embora ele então não estivesse se referindo a sua viagem de 1856 e sim a uma volta à Bélgica vinda do México duas décadas mais tarde. Veja a "Notice biographique" submetida ao governo belga junto com sua solicitação de naturalização em 1893. Arquivo 3788, *Naturalisations, Ministère de la Justice*. Archives générales du Royaume, Brussels.
- ²⁰ E. Witte, É. Gubin, J.-P. Nandrin e G. Deneckere, *Nouvelle Histoire de Belgique*, vol. 1: 1830-1905 (Brussels, Éditions Complexe, 2005). Sobre as vantagens de Antuérpia como um centro comercial, veja Anne Winter, *Migrants and Urban Change: Newcomers to Antwerp, 1760-1860* (London, Pickering & Chatto, 2009), esp. cap. 4.
- ²¹ Referência a esse passaporte aparece em sua ficha no registro policial de estrangeiros, elaborada quando ele chegou a Antuérpia, citada adiante. A evidência do empréstimo de Jacques a seus filhos mais velhos está nos documentos produzidos por um processo legal posterior, *Tinchant v. Tinchant* (1881), arquivo 2173, Fonds Cuylits, FelixArchief, Antwerp (daqui em diante FA).
- ²² Veja a ficha de registro policial de Joseph Tinchant, número 14046, datada 22 de dezembro de 1856, e a de Edmond Dédé, número 14012, datada 24 de dezembro de 1856, ambas na coleção de microfilmes da Vreemdelingendossiers, 1856-1857, Modern Archief (daqui em diante MA), FA.
- ²³ O comprador nessa transação de 6 de dezembro de 1856 foi Joseph Benito "desta cidade". Veja página 426, COB 70, CO, NO. Uma pesquisa preliminar dos livros de transmissão de propriedades não produziu quaisquer compras ou vendas de escravos pela família após 1856.
- ²⁴ Veja a inscrição para 188 Bocksteeg sobre a lista de residentes chamada *Burgerlijke Stand*, Antwerpen, 1856-1866, em MA, FA. Sobre a Bélgica nesses anos, veja Sophie de Schaepdrijver, *Elites for the Capital? Foreign Migration to Mid-Nineteenth-Century Brussels* (Amsterdam, Thesis Publishers, 1990), esp. 16-17; F. Suykens et al., orgs., *Antwerp: A Port for All Seasons*, 2^a ed. (Antwerp, MIM Publishing Co., 1986), 354-418; e Winter, *Migrants and Urban Change*.
- ²⁵ Para uma história social de Antuérpia nesses anos, veja Catharina Lis, *Social Change and the Laboring Poor: Antwerp, 1770-1860* (New Haven, CT, Yale University Press, 1986). Nas páginas 71-73 ela discute aquilo a que se refere como o "Bocksteeg ghetto". Salomon Benini aparece na lista de residentes de 188 Bocksteeg, citado acima.

- ²⁶ As chegadas podem ser datadas com base na informação na lista de residentes de 188 Bocksteeg de 1856-1857 citada acima. Não é claro onde o terceiro filho, Pierre, estava nesse momento; é possível que ele tenha acompanhado Joseph para Nova Orleans alguns anos antea.
- ²⁷ Veja a inscrição para 188 Bocksteeg, citado acima.
- ²⁸ A venda desses lotes para A. Rousseau, de 5 de março de 1857, está registrada na página 590, COB 70, CO, NO. Para a travessia transatlântica, veja a lista de passageiros a bordo do *Philadelphia*, no *New York Times*, 14 de maio de 1858.
- ²⁹ Sobre as residências e ocupações dos três irmãos Tinchant, veja as inscrições para a moradia 1152 e moradia 1201, Sexto Departamento, Nova Orleans, Oitavo Censo dos Estados Unidos, 1860, rolo 419, USNA Microcópia M653.
- ³⁰ O casamento de Joseph e Stéphanie está registrado à página 128, Paróquia de St. Ann, Marriages, vol. 2, 1856-1859, AANO.
- ³¹ Veja Mary Niall Mitchell, *Raising Freedom's Child: Black Children and Visions of the Future after Slavery* (New York, NYU Press, 2008), 16-21. Muitos dos registros da escola estão em AANO. Para as atividades de Joseph Tinchant, veja "Journal des séances de la direction, 23 avril 1859 à 4 mai 1875", particularmente as atas das sessões de 2 de maio de 1859 e de 1º de julho de 1860, em AANO.
- ³² Veja as inscrições em Louisiana, vol. 2, p. 324, R.G. Dun & Co, Collection, Baker Library, Historical Collections, Harvard Business School. Para um exemplo desses anúncios, veja página 6 do *Daily Picayune*, 2 de maio de 1857.
- ³³ Para a família Tinchant em Antuérpia, veja o Vreemdelingendossiers e a inscrição no Burgerlijke Stand, ambos citados acima. O envio de Auguste Joseph para a Bélgica é contado nos documentos de um processo legal subsequente, Quanone v. Tinchant, arquivo 1792, Fonds Cuylits, FA.
- ³⁴ Sobre a política de secessão e os primeiros anos da Guerra em Nova Orleans, veja Justin A. Nystrom, *New Orleans after the Civil War: Race, Politics, and a New Birth of Freedom* (Baltimore, Johns Hopkins University Press, 2010), cap. 1.
- ³⁵ Sobre Lanusse, veja Caryn Cossé Bell, *Revolution, Romanticism and the Afro-Creole Print Tradition in Louisiana, 1718-1868* (Baton Rouge, Louisiana State University Press, 1997), 125, 232-233.
- ³⁶ Veja James G. Hollandsworth Jr., *The Louisiana Native Guards: The Black Military Experience during the Civil War* (Baton Rouge, Louisiana State University Press, 1995), cap. 1; Shirley Elizabeth Thompson, *Exiles at Home: The Struggle to become American in Creole New Orleans* (Cambridge, MA, Harvard University Press, 2009), cap. 5; e Ochs, *Black Parrot*, cap. 3. A citação é de Nystrom, *New Orleans*, 21. Referências ao alistamento de Armand, Gustave e Paul Gonzales aparece no banco de dados on-line mantido pelo U.S. National Park Service, Civil War Soldiers & Sailors System, <<http://www.itd.nps.gov/cwss/>>.
- ³⁷ A demissão de Joseph foi aceita na reunião de 3 de janeiro de 1862. Veja "Journal des séances de la direction, 23 avril 1859 à 4 mai 1875", AANO.
- ³⁸ Veja, por exemplo, um artigo sobre rumores de que os Estados do Norte iriam, a partir daquele momento, considerar que os escravos que resistissem a seus senhores nos estados separados estariam livres. Despachos posteriores esclareceram que os rumores eram um exagero, mas dizem que o mercado de ações em Paris oscilou diante da aparente possibilidade de "un appel à l'insurrection servile" (um apelo à insurreição dos escravos). *Le Précurseur* (Antuérpia), 11 de julho de 1861. A briga sobre pagamento de instrução pode ser reconstruída a partir de Quanone v. Tinchant, arquivo 1792, Fonds Cuylits, FA.

- ³⁹ Para o endereço da família, veja *Le Double Guide commercial ou Livre d'adresses de la ville et Faubourgs d'Anvers* (Antwerp, Ratinckx Frères [outubro] 1862), 154. Sobre a visão de Jacques sobre o comportamento de Édouard, veja Édouard Tinchant para sua mãe, 1º de outubro de 1861; e Édouard Tinchant para seus pais, 25 de dezembro de 1861, transcrições em TFP-PS.
- ⁴⁰ Veja Édouard Tinchant para sua mãe, 1º de outubro de 1861, transcrição em TFP-PS. A genealogia compilada por Xavier Tinchant e revisada por Philippe Struyf, observa a ausência de um registro oficial da partida de Édouard. Veja página 40, "Histoire des Tinchant", TFP-PS.
- ⁴¹ Édouard Tinchant a seus pais, 25 de dezembro de 1861, transcrição em TFP-PS.
- ⁴² A literatura sobre a intervenção europeia é substancial, e interpretações dos motivos de Napoleão III variam. Para uma visão geral da historiografia, veja Erika Pani, *El segundo império: Pasados de usos múltiples* (Mexico City, Centro de Investigación y Docencia Económicas, 2004). Veja também Jean Avenel, *La Campagne du Mexique (1862-1867): la fin de l'hégémonie européenne en Amérique du Nord* (Paris, Economica, 1996); e Brian Hamnett, *Juárez* (London, Longman, 1994), caps. 4 e 8.
- ⁴³ Édouard Tinchant a seus pais, 25 de dezembro de 1861, transcrição em TFP-PS. Sobre os detalhes da expedição francesa, veja Avenel, *La Campagne du Mexique*, cap. 3; e Jean-François Lecaillon, *La Campagne du Mexique: récits de soldats, 1862-1867* (Paris, Bernard Giovanangeli, 2006), 5-14.
- ⁴⁴ Veja Édouard Tinchant a seus pais, 25 de dezembro de 1861, transcrição em TFP-PS. O termo *crapuleux* contém uma forte intimidação de ilegalidade também.
- ⁴⁵ O endereço na Prieur Street é dado no arquivo posterior de Édouard Tinchant em Carton 127, Série D, Ano 1897, Consular, Nouvelle-Orléans, Ministère des Affaires Étrangères, Centre des archives diplomatiques de Nantes, France (daqui em diante CADN). Ele informou sobre a hospitalidade dos Gonzales em Édouard Tinchant a seus pais, 28 de outubro de 1863, transcrição em TFP-PS.
- ⁴⁶ Édouard se refere a si próprio como um abolicionista em uma carta para sua mãe datada de 28 de outubro de 1863, transcrição em TFP-PS.
- ⁴⁷ O documento de registro foi copiado no arquivo de Édouard na Caixa 127, Série D, Ano 1863, Consular, Nouvelle-Orléans, CADN.
- ⁴⁸ Como observado no Capítulo 5, não está claro se Élisabeth Vincent [Tinchant] poderia ter feito uma reivindicação à nacionalidade francesa por contra própria, dado que ela estava casada com um homem que poderia ser considerado estrangeiro. Sobre as condições para cidadania nesse período, veja Patrick Weil, *Qu'est-ce qu'un français? Histoire de la nationalité française depuis la Révolution*, edição expandida (Paris, Gallimard, 2004), 67-73.
- ⁴⁹ Sobre o papel do cônsul francês na questão anterior da conscrição nas forças Confederadas, veja Farid Ameur, "Au nom de la France, testons unis! Les milices françaises de la Nouvelle-Orléans pendant la guerre de sécession", *Bulletin de l'Institut Pierre Renouvin* 28 (outono de 2008): 81-106.
- ⁵⁰ Veja as cartas do cônsul durante junho de 1863 em "Correspondance avec la légation puis l'ambassade de France à Washington, juin 1863- juin 1864", nos documentos do Consulado de França à Nouvelle-Orléans, reproduzidos em microfilme 2mi2327, CADN.
- ⁵¹ O cônsul francês considerava essas atividades como uma violação da neutralidade dos EUA na guerra entre a França e o México e levantou objeções com o secretário de Estado William Seward. Veja os relatórios do cônsul e excertos da resposta de Seward na carta da Legação Francesa para o cônsul em Nova Orleans, 2 de junho de 1864, reproduzida em microfilme 2mi2327, CADN. Para a discussão posterior de Édouard sobre suas ideias a respeito de Napoleão III, veja o Capítulo 7.

- ⁵² Jean-Charles Houzeau, "Le journal noir, aux États-Unis, de 1863 à 1870 (1), *Revue de Belgique* 11 (1872), 5-28, esp. 8. Essa série de ensaios foi traduzida em inglês como Jean-Charles Houzeau, *My Passage at the New Orleans Tribune*, organizada por e com uma introdução de David C. Rankin (Baton Rouge, Louisiana State University Press, 1984).
- ⁵³ Sobre esses "voluntários de 60 dias", veja Ochs, *Black Patriot*, 156 e 156n. As cartas de Édouard para casa faziam um relato dramático de sua declaração de simpatias unionistas. Veja Édouard Tinchant para sua mãe, 28 de outubro de 1863, transcrição em TFP-PS. Ele citou declarações racistas feitas por seus sócios comerciais durante a primeira fase do ataque a Port Hudson e escreveu que ele já não poderia deixar de expressar suas próprias convicções abolicionistas.
- ⁵⁴ *L'Union* (Nova Orleans), 30 de junho de 1863. O papel de Joseph Tinchant no recrutamento também está descrito em um artigo posterior intitulado "Émigration" em *La Tribune de la Nouvelle-Orléans* (daqui em diante *La Tribune*), 25 de agosto de 1864.
- ⁵⁵ *L'Union*, 30 de junho de 1863.
- ⁵⁶ O certificado original da comissão de Joseph dada pelo governador Shepley está em TFP-PS. Veja também o registro sumário de Tenchent [sic] Joseph, em Civil War [Union] Compiled Service Records, inscrição 519A, RG 94, USNA, reproduzido em USNA microcópia M1820.
- ⁵⁷ Veja a inscrição para o domicílio 1854, Sexto Departamento, Nova Orleans, Louisiana, Ofício Censo dos Estados Unidos, 1860, rolo 419, USNA Microcópia M653. Excertos dos registros do serviço à União dos três irmãos Gonzales aparece em USNA Microcópia M1820, compilados como parte do banco de dados *on-line* U.S. Colored Troops, Military Service Records, 1861-1865, acessado por meio de Ancestry.com.
- ⁵⁸ O nome de Édouard Tinchant não aparece nos Registros Compilados de Serviço na Guerra Civil [Union] citados acima, e parece haver muito poucos registros sobre viventes dessa unidade de pequena duração. No entanto, Édouard discutiu seu serviço militar em detalhe em "Communiqué" (*La Tribune*, 21 de julho de 1864), e seus colegas aparentemente estavam bastante familiarizados com isso. Uma fotografia de Édouard em seu uniforme da União está nos documentos de seus descendentes; vimos uma cópia guardada por Philippe Scruff em Antuérpia, e outra entregue pelo falecido Xavier Tinchant à historiadora Mary Gehman em Donaldsonville, Luisiana.
- ⁵⁹ Jean-Charles Houzeau, *Lettres adressées des États-Unis à sa famille: 1857-1868*, org. Hossam Elkhadem, Annette Félix e Liliane Wellens-De Donder (Brussels, Centre national d'histoire des sciences, 1994), 86.
- ⁶⁰ A referência a "nos Crôoles" está na carta de Édouard Tinchant a seus pais, 28 de outubro de 1863, transcrição em TFP-PS. O funeral está descrito em Ochs, *Black Patriot*, 1-5.
- ⁶¹ Veja Édouard Tinchant a seus pais, 28 de outubro de 1863, transcrição em TFP-PS. Ao descrever o comportamento dos soldados unionistas, Édouard escreveu que os ianques tinham começado a tratar os oficiais e soldados de cor como *nègres*. Édouard tinha usado o termo *nigre* anteriormente como tradução para o epíteto "Niggers" usado pelos prepotentes pró-Confederados, mas nesse contexto "comme des nègres" pode ter sugerido "como escravos".
- ⁶² Veja a descrição do episódio no "Communiqué" de 21 de julho de 1864 de Édouard Tinchant, em *La Tribune*, discutida no Capítulo 7.
- ⁶³ Sobre as "vexações e humilhações" às quais Joseph foi submetido, veja o artigo "Émigration" em *La Tribune*, 25 de agosto de 1864. Sobre a política de Banks com relação aos oficiais de cor, veja Hollandsworth, *Louisiana Native Guards*, 43-44.

- ⁶⁴ Jules Tinchant a Joseph Tinchant, 5 de junho de 1864, incluída nos apêndices ao arquivo do advogado de um processo posterior, Tinchant v. Tinchant, 1881, arquivo 2173, Fonds Cuylits, FA; e Édouard Tinchant a seus pais, 28 de outubro de 1863, transcrição em TFP-PS.
- ⁶⁵ Para a referência a seus primos Xavier, veja Édouard Tinchant a Élisabeth Vincent Tinchant, 3 de dezembro de 1864, transcrição em TFP-PS.
- ⁶⁶ Veja a discussão cuidadosa de *L'Union* em Thompson, *Exiles*, 216-221.
- ⁶⁷ O artigo mais importante de Lanusse sobre esse tema foi intitulado "Maximilien au Mexique" e foi publicado em *L'Union*, 12 de julho de 1864. Veja também o documento de fundação para a colônia Eureka, publicada mais tarde como um panfleto em Nova Orleans com o título *Dокументs (traduits) relatifs à la colonie d'Eureka, dans l'état de Veracruz, République Mexicaine* (New Orleans, Impr. Méridier, 1857).
- ⁶⁸ Alfred J. Hanna e Kathryn Abbey Hanna, "The Immigration Movement of the Intervention and Empire as Seen through the Mexican Press", *Hispanic American Historical Review* 27 (maio de 1947): 220-246.
- ⁶⁹ Veja Hamnett, *Judrez*, 152-157. Veja também Hanna e Hanna, "Immigration Movement", e sua discussão dessa chamada no jornal *L'Estafette* (México).
- ⁷⁰ "Maximilien au Mexique", *L'Union*, 12 de julho de 1864.
- ⁷¹ Para uma discussão do fim da escravidão na Luisiana, veja Rebecca J. Scott, *Degrees of Freedom: Louisiana and Cuba after Slavery* (Cambridge, MA, Harvard University Press, 2005), 30-36.
- ⁷² Veja Peyton McCrary, *Abraham Lincoln and Reconstruction: The Louisiana Experiment* (Princeton, NJ, Princeton University Press, 1978); "The Legal Status of the Colored People", de a Era, reimpresso no *New York Times*, 10 de julho de 1864; e *Louisiana, Debates in the Convention for the Revision and Amendment of the Constitution of the State of Louisiana... April 6, 1864* (New Orleans, W. R. Fish, 1864). Discussão das ações do juiz Handlin aparecem, entre outras, às páginas 552-559. A abolição da escravidão aparece como Artigo 1 da Constituição de 1864, e as regras para o sufrágio permaneceram um tanto incertas (631, 633).
- ⁷³ Veja também Hollandsworth, *Louisiana Native Guards*, 2-7.
- ⁷⁴ A primeira carta de Édouard Tinchant no debate com Armand Lanusse parece ter sido publicada em um número de julho de 1864 de *L'Union*, que parece não haver sobrevivido. Para a continuação do debate, veja Lanusse, "Communiqué", *L'Union*, 19 de julho de 1864, e a discussão no Capítulo 7.

CAPÍTULO 7

"É preciso fazer com que o termo direitos públicos signifique alguma coisa"

Não era exatamente prudente para o jovem Édouard Tinchant, com apenas 23 anos de idade, começar uma briga com uma figura literária renomada nas páginas do jornal lido por seus amigos, vizinhos, aliados e rivais. Armand Lanusse, agora com mais de 50 anos, era diretor da principal escola para crianças de cor e um colaborador frequente do jornal *L'Union*. Para os leitores dessa folha cada vez mais radical, Lanusse carregava o peso de ter mostrado um entusiasmo excepcional pelo exército confederado nos primeiros dias da guerra. Após a ocupação de Nova Orleans pelas forças federais, Lanusse se sentiu obrigado a redigir um artigo um tanto forçado sob o título "Explicação", no qual buscou justificar suas ações como um simples reflexo de sua lealdade para com o estado de Luisiana e a honra de seus congêneres *créoles* (francófonos). O autor teve o cuidado de endossar a decisão subsequente de muitos homens de cor de entrar para o exército da União, embora ele mesmo tivesse se negado a lutar contra confederados que considerava como seus amigos de infância¹.

Quando, em julho de 1864, Lanusse publicou seu ensaio laudatório sobre Maximiliano de Habsburgo e a tentativa da França de ocupar o México, Édouard Tinchant fez uma investida inicial na imprensa, escrevendo uma resposta. Ele denunciou a invasão de uma república americana pelas forças de Napoleão III e censurou Lanusse por endossar essa aventura imperialista. O texto da primeira carta de Tinchant ao editor não chegou até nós, mas a polêmica evidentemente tinha começado com grande animação².

Em poucos dias, Lanusse respondeu ao comunicado de Édouard Tinchant com uma carta condescendente. Acusou o mais jovem dos Tinchants de não haver entendido seu artigo original e de ter respondido por um simples capricho, para impressionar seus amigos, tão frívolos quanto ele. Invocando a decisão do pai de Édouard de se mudar para a França em 1840, Lanusse afirmou (erroneamente) que os Tinchants seniores ainda viviam por escolha no país

governado pelo monarca agora denunciado pelo filho. Ele tentou enfiar a faca ainda mais fundo acusando Édouard Tinchant de ter também, com sua carta, desrespeitado gravemente seu irmão Joseph Tinchant — "a quem ele deve tudo" — no momento em que este estava se preparando para partir para o México com sua família, como um "pioneiro da classe a que ele pertence".

Lanusse também argumentou que o uso do termo "companheiro cidadão" por parte de Édouard Tinchant para se referir a Lanusse era inapropriado: o procurador-geral do estado, cuja nomeação era federal, tinha recentemente decidido que "todos os negros e pessoas de cor no estado da Luisiana" eram livres, mas "não tinham o direito de se tornarem cidadãos dos Estados Unidos sob a Constituição em vigor no momento". Com relação a direitos iguais diante de autoridades federais e à nova capacidade de caminhar com a cabeça erguida nas ruas de Nova Orleans... bem, o que dizer do episódio em que Édouard Tinchant, em seu uniforme unionista, tinha sido expulso de um bonde? Então, após reclamar do pequeno domínio que seu rival tinha da língua francesa, Lanusse encorajou-o sarcasticamente a tomar cuidado com as provas de sua nacionalidade francesa, documentos que, ele acreditava, Édouard tinha guardado para que pudessem servir como um "profilático" contra a convocação para as forças da União⁴.

Essa clássica polêmica epistolar do século XIX, repleta de golpes *ad hominem*, era mais do que uma briga entre rivais pessoais. Ela refletia uma luta importante sobre os significados da cidadania, tanto no estado da Luisiana em vias de reintegrar-se à União quanto nos já transformados Estados Unidos que emergiam. Édouard Tinchant agora se sentiu obrigado a elaborar uma resposta, primeiro, como um exercício de retórica política e, segundo, para afirmar a honra pessoal e sua posição em um ambiente político que mudava rapidamente. Escrita em um momento de grande tensão na Luisiana, quando o acesso a direitos e privilégios da cidadania no estado estava sendo disputado na convenção constitucional e em outros locais, a nova carta de Tinchant era uma expressão vívida de uma visão particular da cidadania nacional. Fazendo valer sua compreensão tanto da política francesa desde a revolução de 1848 quanto da política americana no meio da guerra civil, Tinchant elaborou uma perspectiva própria sobre o que deveria ser a cidadania norte-americana. Para esse jovem do Atlântico, tal cidadania iria trazer consigo não só os direitos políticos plenos que estavam sendo recusados pela Convenção Constitucional da Luisiana de 1864, mas também uma versão de "direitos públicos" invocada pelos teóricos na Europa. Esses direitos poderiam ser transformados, nas Américas, em uma arma contra a discriminação com base na cor.

A meta retórica inicial de Édouard Tinchant era rebater a afirmação de Armand Lanusse de que o México sob a ocupação francesa merecia a lealdade dos homens de cor. Primeiro, ele denunciou Napoleão III como o "assassino de 4 de dezembro" — isto é, o homem que tinha ordenado que as tropas atirassem nos trabalhadores nas ruas de Paris — e depois o acusou de ter continuado ocupando "o território do México à força de baionetas", "transformando essa república em uma monarquia". Tinchant, que se considerava francês de nascimento e pelo idioma, considerou que essas violações do republicanismo criavam uma ruptura entre a nacionalidade francesa e seus princípios básicos. A seguir ele se voltou para uma perspectiva a partir dos Estados Unidos: a política de Napoleão III, argumentou ele, também constituía uma violação da Doutrina de Monroe. (Posteriormente alguns historiadores observariam que essa era precisamente uma das metas do exercício francês.) A bandeira dos Estados Unidos deveria ser respeitada, escreveu Tinchant, como aquela sob a qual os grilhões de "milhares de nossos irmãos de ascendência africana" tinham sido rompidos⁵.

Para aqueles que poderiam sugerir que, na verdade, Édouard Tinchant não era sequer um cidadão americano, ele respondeu invocando seu serviço no exército da União, quando os Voluntários do Sexto Regimento tinham protegido Nova Orleans contra um possível ataque confederado. E declarou que, embora nascido francês, tinha obtido "cartas de naturalização americanas nas muralhas de Nova Orleans", continuando com um retrato de si mesmo particularmente marcial: "de pé, minha arma na mão, sob a bandeira dos Estados Unidos pela qual eu estava pronto a derramar a última gota de meu sangue". Ignorando a pergunta implícita sobre ter acompanhado seu serviço militar com um procedimento legal formal de naturalização, ele escreveu: "Que poder humano pode então me negar o título de cidadão americano?".

Se por acaso alguém pensasse em citar a decisão do Supremo Tribunal dos Estados Unidos no caso de *Dred Scott v. Sandford*, segundo a qual nenhum homem de sua cor poderia reivindicar a cidadania norte-americana, Tinchant rapidamente proferiu o parecer contrário do procurador-geral federal Edward Bates, que concluíra, em dezembro de 1862, que homens de cor podiam realmente reivindicar a cidadania nos Estados Unidos. O parecer de Bates, que afirmava a possibilidade de tal cidadania, distinguindo em parte a cidadania propriamente dita do privilégio de exercer direitos políticos, havia sido discutido à época no *L'Union*. Os editores do jornal tinham disponibilizado na forma de panfleto (dez centavos a cópia) aquilo que eles descreviam como a opinião do procurador geral sobre *le droit de citoyenneté*. Para os defensores

radicais do sufrágio universal e dos direitos políticos plenos, as diferenciações do procurador-geral Bates entre possíveis graus de cidadania não eram muito úteis, mas sua conclusão de que a própria cidadania era independente da fornecia uma nova base para outras reivindicações⁷.

Em Nova Orleans no verão de 1864, a convenção constitucional do estado, unionista e só para brancos, em grande parte composta por advogados e empresários de pequena escala, estava repetidamente produzindo expressões de clara hostilidade racial. O general unionista Nathaniel Banks parecia disposto a proceder com uma Reconstrução que envolvesse bem poucos direitos políticos para os homens de cor. Nessas circunstâncias, Lanusse podia argumentar persuasivamente que as práticas discriminatórias ainda em vigor na Nova Orleans ocupada pela União refletiam uma hostilidade geral do governo norte-americano para com os homens de cor. Tinchant reagiu dizendo que, embora as leis do estado da Luisiana ainda estivessem manchadas com suas origens "aristocratas", no momento em que as raízes da Confederação que "apodreciam lá no fundo da terra" fossem extirpadas, os homens de cor veriam seus direitos protegidos pela lei federal. A cidadania nacional parecia a Tinchant uma fonte de direitos bem mais promissora do que as medidas do estado, embora a cidadania nacional na verdade permanecesse indefinida e a política federal incerta⁸.

Quanto ao incidente no ano anterior, quando Tinchant tinha sido expulso de um bonde por outro soldado da União, ele notou que o oficial encarregado da polícia militar de Carrollton havia repreendido o sargento que o prendera e o tenente que o levava preso. Tinchant acrescentou um toque dramático: o marechal tinha ameaçado que, se um incidente assim se repetisse, ele arrancaria a linha de bonde de Nova Orleans a Carrollton. "O Sr. Armand Lanusse poderia me dizer sob que bandeira poderia ter sido feito mais para reparar o dano causado a um simples soldado?". Embora o irmão mais velho de Édouard Tinchant, Joseph, após ter cumprido sua obrigação na guerra, pudesse justificadamente escolher se estabelecer no México em busca de paz e tranquilidade para sua família, Édouard afirmou que ele via como seu próprio dever e o de outros homens de cor em Nova Orleans apoiar a causa da União de tal forma que "um último e supremo esforço de todos nós juntos" pudesse "vencer, reverter e destruir essa aristocracia tirânica que forçou nosso pai a se expatriar e que, desde nossos primeiros dias, ele nos ensinou a odiar"⁹.

Durante seu debate público, Lanusse tinha revelado que Édouard Tinchant, veterano da União e autodeclarado cidadão dos Estados Unidos, conservava seus documentos de cidadania francesa cuidadosamente escondidos, no caso

de precisar deles. Tinchant reconheceu que mantivera aqueles documentos, e que alguém "indiscreto o suficiente para mexer nas gavetas de meu armário informou ao Sr. Lanusse". Mas negou veementemente a observação de que poderia usá-los para evitar uma convocação futura. Ao se registrar como voluntário no exército da União, escreveu ele, abriu mão de sua nacionalidade francesa, por meio de um ato de lealdade para com os Estados Unidos. Mas valia a pena guardar aqueles documentos, comentou ele, pois poderiam permitir que ele, sob outras circunstâncias, prestasse algum serviço adicional a "nossa causa"¹⁰.

Assim, tanto a cidadania quanto a nacionalidade foram separadas das âncoras normais do parentesco, do local de nascimento, da residência de longo prazo ou do reconhecimento oficial. Em vez disso, Édouard Tinchant propôs uma espécie de cidadania por adesão: descendo servir ao que ele considerava serem valores emancipacionistas e igualitários subjacentes à causa da União, ele antecipava uma cidadania nos Estados Unidos que estaria de acordo com seus ideais, e que se tornaria acessível a ele por meio da própria mudança que a vitória da União poderia trazer. No momento político instável de 1864, com o resultado da guerra ainda duvidoso, o gesto de Édouard Tinchant foi um ato de força de vontade, tentando imaginar a existência de direitos iguais por meio de uma combinação de serviço militar, retórica política e posicionamento estratégico¹¹.

O debate não se resolveria pela retórica, é claro, pois o sucesso dos homens de cor em reivindicar igualdade de direitos era totalmente dependente do resultado da guerra. Conforme as forças da União se aproximavam da vitória, uma coalizão republicana radical e de várias raças a favor do sufrágio universal masculino, independentemente da cor, estava emergindo em Nova Orleans para competir com os hesitantes unionistas brancos e para desafiar os confederados recalcitrantes. Após o assassinato do presidente Lincoln e a rendição dos confederados, tudo ficou incerto. A própria Luisiana oferecia uma prévia do que seriam as disputas sobre os rumos do Sul no pós-guerra. Ninguém sabia o que o presidente Andrew Johnson exigiria dos antigos Estados Confederados, ou que medidas de defesa os unionistas mais conservadores poderiam adotar. Será que o fim da escravidão traria consigo plenos direitos civis e políticos para aqueles que tinham sido escravizados e para os que haviam sido classificados como homens de cor livres, ou será que os conservadores conseguiram minimizar o desafio à ordem racial?¹²

Com a vitória da União, a própria estrela de Édouard Tinchant começou a brilhar, e suas posições políticas encontraram mais apoio entre seus vizinhos.

O jovem passou a trabalhar ativamente em um ramo local do Grand Army of the Republic, convocando reuniões dessa associação de resolutos veteranos unionistas. E tinha esperança de se casar com uma jovem, Louisa Debergue, filha de um pedreiro do Sétimo Distrito. Não é difícil imaginar como eles se conheceram. Os Tinchants eram fabricantes e comerciantes de charutos e o bairro de Louisa Debergue estava repleto de enroladores de folhas de tabaco — inclusive seu irmão e dois homens que moravam na outra metade da mesma casa. O obstáculo mais sério para seu casamento, no entanto, estava na escassez dos recursos de Édouard e talvez também na instabilidade geral da vida para aqueles que eram óbvios proponentes da igualdade de direitos e de políticas radicais republicanas¹³.

No verão de 1866, um grupo racialmente misto de unionistas radicais tentou reunir no Mechanics' Institute (tradicional ponto de encontro de artesãos) um grupo de autoprovocados delegados com o fim de “recolocar em funcionamento” a Convenção Constitucional de 1864 de Luisiana. Parece que o próprio Édouard Tinchant não estava entre eles (é possível que ele estivesse longe, vendendo charutos), mas eles foram fortemente apoiados por seus colegas radicais do *Tribune*. Uma das metas para a convenção era descobrir um meio de criar uma base legal para o sufrágio universal, independente de raça, para as próximas eleições. Não ficou claro, no entanto, com quanto apoio eles podiam contar para esse passo, que se baseava no procedimento questionável de restaurar uma antiga convenção da época da guerra. Ficou bem claro que o prefeito de Nova Orleans era totalmente contra isso. Conforme a data proposta, 30 de julho, se aproximava, os homens brancos que se opunham ao sufrágio para os negros começaram a planejar um ataque à reunião. Em 27 de julho, os rumores já tinham alcançado até colegiais, já que um deles chegou a perguntar ao pai: “E verdade, papai, que eles vão matar todos os homens da União e os negros da cidade na segunda-feira?”¹⁴.

Os delegados a favor do sufrágio e seus seguidores se encontraram na noite anterior à reunião planejada, e exortaram uns aos outros a permanecer firmes. O prefeito Monroe, no entanto, estava planejando uma intervenção policial direta para interromper os preparativos. Uma testemunha depôs mais tarde dizendo que um policial tinha explicado: “Nós vamos matar os malditos ianques”, acrescentando “sinto muito pelos pretos, mas, por Deus, temos ordens para matá-los também”. Ao meio-dia do dia 30 de julho as deliberações da convenção tinham acabado de começar quando brigas começaram lá fora e ouviram-se tiros. A polícia foi entrando no recinto, como planejado, golpeando com o portete ou atirando em homens negros nas ruas e na calçada. Acompa-

nhada por civis brancos armados, a polícia continuou se dirigindo à sala da reunião, onde atacou os delegados desarmados, enquanto uma multidão de policiais e civis perseguia nas ruas ao redor aqueles que julgavam ser os que apoiavam a convenção. Tropas federais chegaram tarde demais para evitar o que o general Sheridan classificou como "um absoluto massacre". O número semioficial de mortos foi entre 37 e 47 partidários da convenção, com apenas uma morte do lado dos opositores. Quarenta e oito partidários da convenção ficaram seriamente feridos, mas ninguém ficou ferido no lado oposto¹⁵.

Uma reação por todo o país à ação desenfreada da polícia no massacre no Mechanics' Institute iria, nos meses seguintes, reformular a política do Congresso Federal sobre a Reconstrução. Para os que tinham a ideia de que a vitória da União devia trazer igualdade de direitos, a política de Andrew Johnson de aplacar os sulistas brancos conservadores parecia cada vez mais perigosa, bem como potencialmente suicida para o Partido Republicano. Os republicanos no Congresso tomaram a dianteira e os novos Atos da Reconstrução colocaram a Luisiana sob administração militar direta e permitiram o voto aos homens adultos independentemente da cor. Para os ativistas ao redor do *Tribune*, os eventos no Mechanics' Institute tinham sido absolutamente traumáticos, mas a Reconstrução conduzida pelo Congresso agora abria as portas que eles vinham empurrando há muito tempo¹⁶.

No outono de 1867, enquanto os Atos da Reconstrução começaram a reconfigurar a política da Luisiana em uma direção radical, Édouard Tinchant tornou-se diretor de uma escola em Faubourg Tremé financiada pelo Posto nº 4 do Grand Army of the Republic. A escola, que servia a uns 250 meninos, abriu suas portas no começo de setembro de 1867, sem cobrar pelo ensino — e sem pagar salários a seus três professores. As convicções sobre igualdade de direitos de Tinchant aparecerem em suas respostas às perguntas feitas pelos membros eleitos do Conselho Escolar da Paróquia de Orleans, que estavam pesquisando a opinião dos professores nas escolas para crianças de cor. O Conselho tinha esperança de persuadir os professores a cooperar com a segregação racial em troca de apoio financeiro. Quando eles chegaram à escola localizada no nº 280 da rua Saint Claude, entre Ursulines e rua Bayou, o diretor Édouard Tinchant respondeu categoricamente que ele era a favor de "escolas mistas"¹⁷.

Os esforços do Conselho Escolar refletiam a apreensão dos unionistas conservadores sobre a possibilidade de que a nova convenção constitucional que estava a ponto de ser realizada, após eleições ocorridas sob controle militar, pudesse, na verdade, instituir a educação integrada. O Conselho tinha

esperança de que, ao recrutar aqueles que estavam ensinando nas escolas para crianças libertas para o projeto de escolas públicas separadas, ele poderia desviar os delegados daquela iniciativa. Mas o Conselho subestimou a solidez do compromisso de homens como Édouard Tinchant com a igualdade de direitos que logo iriam ser chamados de "direitos públicos"¹⁸.

Quando chegou o momento de eleger delegados para a nova convenção constitucional, dessa vez por meio de eleições realizadas com sufrágio universal masculino, Édouard Tinchant apresentou sua candidatura na chapa republicana para representar o Sexto Distrito de Nova Orleans. Segundo as novas regras do Congresso Federal sobre a votação nas áreas sob a ocupação da União, eleitores negros e brancos agora constituíam aquilo que Jean-Charles Houzeau, um dos editores do *Tribune*, descreveu como "uma única classe política". Houzeau escreveu que, na eleição de setembro de 1867 para delegados à convenção, eles pegaram os conservadores de surpresa. Achando que a loucura de dar direito de voto aos homens de cor logo passaria, os conservadores em alguns distritos nem sequer apresentaram uma chapa eleitoral¹⁹.

Quando os votos foram contados, ficou claro que os eleitores da Luisiana tinham endossado um grupo extraordinário de republicanos, a maioria deles radicais, e metade deles de cor. Édouard Tinchant agora serviria na assembleia reunida para elaborar uma Constituição com a qual o estado da Luisiana poderia reentrar na União. Além de um sobrenome respeitável e de uma boa educação na França, ele levou para aquela reunião sua própria reputação como soldado unionista e líder na associação de veteranos, sua experiência como diretor de uma escola para crianças libertas e sua lealdade — muitas vezes declarada — para com a União. Uma de suas primeiras propostas no recinto da convenção foi que "o oficial responsável pela lei e pela ordem fosse instruído para fazer com que a bandeira dos Estados Unidos fosse hasteada no alto deste edifício do amanhecer até o anoitecer, todos os dias". A decisão de hastear as estrelas e as listras na antiga cidade confederada foi um gesto claro de desafio, uma provocação para os cidadãos que se opunham à Reconstrução²⁰.

Édouard Tinchant logo teve a oportunidade de apresentar uma resolução sobre outra questão de princípio. Propôs que "esta Convenção irá proporcionar, por decreto especial ou por emenda à Constituição, a proteção legal dos direitos civis neste estado para todas as mulheres, sem distinção de raça ou cor e sem referência a sua condição anterior". Logo ficou claro que ele estava particularmente preocupado com o direito de todas as mulheres de abrir um processo por rompimento de promessa de casamento. Sua proposta seguiu para o comitê judiciário²¹.

A vida política de Tinchant agora estava exposta ao público, já que os jornais locais noticiavam as propostas apresentadas a cada dia. Sua vida particular ficou um pouco para trás, mas não foi totalmente negligenciada. No dia 10 de dezembro, ele respondeu à lista de chamada na convenção, mas saiu do Mechanics' Institute para ir até o escritório de um juiz local a fim de mostrar seu próprio compromisso com a instituição do matrimônio. Foi acompanhado por sua noiva Louisa Debergue e por três homens que serviriam como testemunhas na cerimônia a seguir: Lucien Mansion, um próspero fabricante de charutos, poeta e correspondente do *Tribune*; George Alcès, sobrinho de Mansion, dono de uma importante fábrica de charutos na cidade; e o jovem Louis Albert de Tornos, nascido em Porto Rico, cujo pai era professor. Mansion forneceu a garantia financeira exigida para que Édouard obtivesse a licença de casamento. No final do dia, Édouard e Louisa tinham sido "solenemente unidos nos laços do matrimônio" e firmado suas assinaturas na certidão de casamento. A cerimônia parece ter sido realizada com rapidez, mas as assinaturas nos documentos anexos fornecem uma visão íntima do mundo social de Édouard e Louisa. Eles haviam escolhido uma cerimônia civil em vez de uma religiosa e como testemunhas selecionaram homens do comércio de tabaco, também associados à campanha pela igualdade de direitos, e um jovem antilhano que tinha recentemente adotado a cidadania norte-americana²².

Édouard Tinchant não conseguiu ir à convenção para a lista de chamada na manhã seguinte, mas chegou lá a tempo das deliberações e votos da parte da tarde. Durante as semanas ulteriores, junto com outros membros da coalizão de homens de cor há muito livres, unionistas brancos do Norte e da região, e antigos escravos, Tinchant se esforçou para colocar uma linguagem de igualdade na nova Declaração de Direitos. O texto que eles cuidadosamente elaboraram exigia que todos os cidadãos do estado desfrutassem dos mesmos "direitos civis, políticos e públicos". Os conceitos de direitos civis e políticos eram muito familiares e estavam sendo debatidos em convenções estatais por toda a antiga Confederação. Mas a expressão "direitos públicos" parece ter sido uma inovação da Luisiana, um eco da linguagem introduzida na França décadas antes pelo emigrante italiano liberal e teórico constitucional Pellegrino Rossi. Na visão de Rossi, direitos públicos — que poderiam incluir a "liberdade" de reunião ou de imprensa — eram devidos a todos em função de sua participação na sociedade. Para Édouard Tinchant, que tinha sido expulso do transporte público em Nova Orleans, e para todos aqueles que se lembravam do ataque em 1866 à assembleia no Mechanics' Institute, uma

interpretação ampliada de direitos públicos era uma exigência política da maior importância²³.

Um valor fundamental na formulação de "direitos públicos" introduzida na convenção era a maneira pela qual ela sustentava o acesso igual ao transporte e aos estabelecimentos abertos ao público. Retoricamente os delegados radicais tiveram de evitar a acusação de estar defendendo o que os seus opositores chamavam de "igualdade social". À época da abolição da escravidão de 1848 na França, a expressão *égalité sociale* envolvia um valor positivo, representando uma recusa de distinções de cor. Tinha sido utilizada, por exemplo, pelo ministro François Arago ao elaborar regras para implementar a abolição na colônia francesa da Martinica. Nos Estados Unidos, no entanto, "igualdade social" foi transformada em uma locução capciosa, com conotações implícitas de intimidade e sexualidade. Ao rotularem as reivindicações de acesso igual como "igualdade social", os defensores da supremacia dos brancos interpretaram essas políticas como uma intrusão inadmissível na esfera privada. Aqueles que adotaram a frase "direitos públicos" tentavam reagir contra isso, enfatizando que o que estava em jogo era o direito de todos os cidadãos a serem tratados com respeito e dignidade na esfera pública²⁴.

A sugestão de que a declaração de direitos da nova constituição estadual garantiria a todos os cidadãos os mesmos "direitos públicos" criou uma enorme reação no recinto da convenção. Conservadores brancos podiam perceber a meta da categoria inovadora e ficaram furiosos. Até mesmo alguns homens de cor entre os delegados hesitaram diante da perspectiva de enfrentar a hostilidade dos brancos em lugares públicos. O relatório das deliberações publicado nas Atas da Convenção foi parco, mas insinuava o drama dos debates.

Os oponentes dos direitos públicos argumentavam que essa era uma questão que interessava apenas àqueles anteriormente conhecidos como "homens de cor livres", sem nenhum uso prático para os homens libertos. Essa linha de ataque pretendia associar os radicais aos privilégios dos antigos "homens livres de cor", e sugerir que eles eram indiferentes aos verdadeiros interesses dos antigos escravos. Mas, na verdade, muitos dos radicais que pressionavam por direitos públicos iguais estavam também interessados em reformar o sistema de impostos a fim de disponibilizar terras mais facilmente para aluguel ou compra pelas pessoas libertas, e em tentar garantir a proteção física para os eleitores negros diante da violência. Todos sabiam que os defensores da supremacia branca usariam violência contra os antigos escravos que tentassem votar, e que os fazendeiros estavam resistindo a entabular negociações com trabalhadores em relação aos contratos para o ano vindouro. Quando a sessão de

27 de dezembro foi aberta, C. C. Antoine da Paróquia de Caddo insistiu que a convenção expressasse forte apoio à renovação do mandato do Freedmen's Bureau (o Bureau dos Libertos, um órgão federal responsável por prestar assistência aos antigos escravos), tanto em vista do fracasso de safras recentes e das muitas inundações, quanto pelo fato de os "homens libertos dos estados recentemente reconstruídos ainda estarem submetidos a muita injustiça e perseguição por parte de antigos rebeldes e donos de escravos"²².

Deixando a questão do Bureau dos Libertos para mais tarde, os delegados se concentraram no âmago de seu "negócio inacabado" — a linguagem da declaração de direitos na nova constituição do estado. J. F. Taliaferro, de Catahoula, propôs que o Artigo 2 fosse "que cidadãos deste estado devem lealdade aos Estados Unidos; e que dita lealdade é superior àquela que eles devem ao estado". Édouard Tinchant propôs a adoção daquela sentença, e com isso o Juiz W. H. Cooley de Pointe Coupée (frequentemente sarcástico) contrapropôs um artigo declarando que "a taxação sem representação é tirania". Essa peça específica de teatro político — presumivelmente planejado para interromper o processo de redação — provocou uma contracontraproposta do radical R. H. Isabelle: "Que todos os homens nascem livres e iguais e têm certos direitos inalienáveis; entre eles o direito à vida, à liberdade e à busca da felicidade. Para garantir esses direitos os governos são instituídos entre os homens, obtendo seus justos poderes do consentimento dos governados"²³.

O *New Orleans Times*, que era geralmente bastante hostil a essa convenção plurirracial, forneceu uma descrição mais vívida — ainda que jocosa — do que ocorreu depois. Ao que parece, seguiu-se uma cacofonia de propostas e por fim o presidente declarou antirregimental a de Isabelle, ao mesmo tempo em que Taliaferro retirava seu "artigo da lealdade". Conforme a discussão se voltou para a garantia a todos os cidadãos dos mesmos "direitos e privilégios públicos", a divisão entre os membros ficou ainda mais clara. O conservador Cooley, como era de se esperar, insistiu que "lugares públicos" não significava "propriedade pública" e armou a defesa usual do direito dos proprietários de excluir quem quer que eles desejasse. P. B. S. Pinchback, um delegado de ascendência mista, africana e europeia, recuou da acusação de que se estava buscando a igualdade social. Segundo a reportagem no *Times*, Pinchback declarou que "a igualdade social, como a água, deve ser livre para encontrar seu próprio nível" e que "qualquer tentativa de legislar em prol de sua igualdade social seria, sob as circunstâncias atuais, um golpe mortal para seu povo"²⁴.

Em jogo aqui estavam concepções rivais de honra e dignidade. Pinchback mais tarde iria explicar que ele se negou a tentar entrar onde não era desejado:

ele, como Armand Lanusse, achava que a honra de um homem seria mais bem defendida se fossem evitadas cenas de repúdio que pudessem diminuir sua dignidade. Édouard Tinchant e seus colegas proponentes dos direitos públicos argumentaram que, ao contrário, a dignidade *exigia* que as pessoas tivessem a garantia do direito de entrar. Três anos antes, durante a guerra, quando Tinchant se confrontara com a violenta imposição da segregação — a expulsão do bonde — ele tinha evitado usar sua baioneta, mas levava seu protesto à cadeia de comando do exército da União e lhe tinham dado razão. Segundo o *Times*, ele agora defendia fortemente a linguagem constitucional proposta: "O Sr. Tinchant, de cor, disse, entre outras coisas, que se deveria fazer com que o termo direitos públicos significasse alguma coisa e que a qualquer lugar que um homem branco possa ir ou para onde possa viajar o homem de cor deveria ir". Essa posição, inicialmente retratada pelo *Times* como ridícula, rapidamente obteve um apoio crescente²⁸.

O debate sobre a questão recomeçou no dia seguinte. A essa altura o juiz Cooley estava totalmente exasperado e pediu que uma explicação escrita de seu voto "não" sobre a garantia de direitos públicos "fosse registrada em ata":

Porque nunca ouvi o termo "direitos públicos" mencionado como um termo privado e *porque* não posso compreender a ideia de um indivíduo privado exercendo direitos públicos.

Porque não desejo ser cúmplice do uso de termos tão absurdos em um instrumento tão importante como a lei orgânica do estado.

Por ocasião da votação ficou claro que não era preciso ter frequentado a escola na França, ou ser identificado como um homem de cor radical para entender o que estava por trás da ideia de "direitos públicos". Os votos a favor foram numerosos — 59 — e os contra foram apenas 16. A declaração de direitos assim incorporou a versão radicalizada da linguagem da Declaração da Independência — "Todos os homens são criados livres e iguais e têm certos direitos inalienáveis" — e as palavras da Décima Quarta Emenda federal que ainda não fora ratificada, reconhecendo a cidadania de acordo com o nascimento, independentemente da raça. Mas ela foi bem além do que qualquer outra Constituição estadual e declarou que os cidadãos do estado "irão desfrutar os mesmos direitos e privilégios civis, políticos e públicos, e ser submetidos às mesmas obrigações e sanções"²⁹.

No caso de alguém não reconhecer exatamente o que o termo "direitos públicos" deveria significar, o Artigo 13 da nova Constituição estadual pro-

posta, sugerido pelo advogado Simeon Belden e agora apoiado por P. B. S. Pinchback, era direto:

Todas as pessoas desfrutarão de direitos e privilégios iguais no uso de quaisquer transportes de caráter público; e todos os locais de negócios ou de convivência pública, ou para o qual seja necessária uma licença dada pelo Estado, paróquia ou autoridade municipal, serão considerados locais de caráter público, e estarão abertos para a acomodação e proteção de todas as pessoas, sem distinção ou discriminação por questão de raça ou cor³⁰.

Essa linguagem foi adotada e escrita no texto final da Constituição.

Havia outra questão que Édouard Tinchant queria que a convenção examinasse. Como um homem de ascendência mista, cujos pais tinham sido rotulados pessoas de cor livres, Tinchant já tinha, alguns anos antes, se identificado nas páginas do *Tribune* como "um membro da população de cor e um filho da África". Ele estava firmemente consciente de que a lei da Luisiana há muito tempo negava o estatuto de matrimônio às uniões entre mulheres de cor e homens brancos, e que os casamentos entre escravos não tinham efeito civil. Tinchant agora propunha que todas as mulheres, independentemente da cor, deveriam ter o direito de abrir um processo por rompimento da promessa de casamento. Além disso, ele previu que a Assembleia Geral que seria convocada após a ratificação da nova Constituição "deverá também determinar a obrigação de realizar o casamento de pessoas que viveram juntas por não menos de um ano consecutivamente por petição de uma das partes"³¹.

A regra que Tinchant estava sugerindo violaria tanto a compreensão sacramental quanto a contratual acerca do livre consentimento necessário para um casamento válido, e ele foi incapaz de persuadir seus colegas a segui-lo nesse caminho. Mas não é difícil entender esse desejo de obrigar homens a casar com mulheres com quem viveram e com quem muitas vezes tiveram filhos. Para um jovem bastante consciente de sua própria honra — e que tinha ele próprio se casado recentemente —, a desonra imposta a mulheres de cor pelos vários impedimentos ao casamento não era uma abstração. O avô paterno de Édouard, Joseph Tinchant, aparentemente tinha abandonado sua avó, Marie Françoise Bayot. O avô materno de Édouard, Michel Vincent, de origem francesa, tinha morrido sem se casar com a outra avó de Édouard, Rosalie, embora ela tenha logo adotado o sobrenome Vincent. O próprio Édouard era filho legítimo de pais casados, mas podia ver a sua volta em Nova Orleans as consequências da dupla desigualdade jurídica imposta às mulheres de cor em uniões com homens brancos³².

Embora não se falasse mais em obrigar os homens a se casar, o texto final da Constituição derrubou as barreiras legais para os casamentos que atravessavam a linha da cor. E, além de garantir "direitos públicos" em questões de transporte, entretenimento e alojamento público, ele proibiu a criação de colégios públicos separados por raça. Quando os delegados terminaram, tinham produzido uma das Constituições estatais mais radicais do período pós-Guerra Civil. Jean-Charles Houzeau descreveu o documento que eles tinham criado como *magnifique par son libéralisme* (magnífico por seu liberalismo), e a próxima geração de ativistas iria lembrar-se dele com admiração³³.

Acrescentar sua assinatura à Constituição da Luisiana em março de 1868 pode ter sido o ponto alto da carreira de Edouard Tinchant como homem público. Os eleitores registrados do estado endossaram o trabalho da convenção e durante os próximos 11 anos todos os cidadãos da Luisiana podiam reivindicar nos tribunais os mesmos "direitos civis, políticos e públicos". Em 1871, depois de uma taberna ter se recusado a servir Charles Sauvinet, que atuou como xerife civil da cidade, ele processou o estabelecimento no Tribunal Distrital e ganhou uma indenização de mil dólares. O alojamento em um camarote para uma viagem noturna em um navio a vapor de Nova Orleans a Pointe Coupée foi negado a Josephine Decuit, viúva eminentemente respeitável de um proprietário de terra, que ia tratar de negócios referentes ao espólio de seu falecido marido. Ela processou, com sucesso, o capitão que tentou confiná-la àquilo que a tripulação jocosamente chamava de "o Bureau" — uma referência sarcástica aos atendidos pelo Bureau dos Libertos. Em 1874 litigantes de origens mais humildes, apoiados por vários advogados combativos, entraram com ações legais em busca de modestas recompensas por danos depois de serviços em lanchonetes e confeitorias lhes terem sido recusados³⁴.

Os ganhos possibilitados pela Constituição da Luisiana de 1868 demonstraram ser frágeis. Os radicais do estado tinham, no entanto, criado um espaço constitucional e legal no qual era possível reivindicar respeito, tratamento igual e acesso a recursos. O conceito de direitos públicos iguais chegou até a plataforma nacional do Partido Republicano em 1872, e em 1876 seu programa uma vez mais pediu "liberdade completa e igualdade exata no exercício de todos os direitos civis, políticos e públicos". Na década de 1870, no entanto, os líderes do Partido Republicano já hesitavam em apoiar essa dimensão dos direitos dos cidadãos. Após as concessões que solucionaram as contestadas eleições de 1876, o termo "direitos públicos" desapareceu do glossário da plataforma Republicana³⁵.

A hostilidade da Suprema Corte federal para com o conceito de direitos públicos logo se tornou óbvia. Os herdeiros do capitão do navio a vapor que tinha recusado a passagem para Mme. Decuir contestaram a recompensa por danos que lhe tinha sido concedida e recorreram à Suprema Corte. Citando a cláusula da Constituição que reservava a regulamentação do comércio interestadual ao governo federal, a Corte reverteu a vitória de Decuir. O raciocínio do tribunal foi que a lei da Luisiana que proibia a discriminação em navios a vapor era uma interferência inapropriada no comércio interestadual — mesmo que Mme. Decuir estivesse fazendo uma viagem intrastadual — porque o barco propriamente dito estava seguindo viagem para o estado do Mississippi. (Convenientemente a Suprema Corte esqueceria mais tarde essa aparente limitação à autoridade estadual, quando os conservadores subiram ao poder na Luisiana e escolheram ordenar a segregação obrigatória em vez da antidiscriminação defendida por seus antecessores.)³⁶

A frase "direitos públicos" seria logo relembrada e revivida por alguns autores na Luisiana, inclusive o jornalista e escritor George Washington Cable. No estudo formal do direito, entretanto, o conceito foi em grande medida abandonado após 1877. E, no debate público, as aspirações que o conceito continha foram cada vez mais vigorosamente retratadas por seus inimigos como pretensões à "igualdade social" — a situação inadmissível denunciada tão ruidosamente pelos defensores da supremacia dos brancos. Esse rótulo pareceu ficar, e mesmo aqueles raros escritores brancos que declaravam achar algo chamado "igualdade social" vagamente desejável muitas vezes afirmavam que isso era inatingível por meio da lei. Na Luisiana, quando o Partido Democrata obteve novamente o poder em 1877-1878, seus líderes elaboraram uma nova Constituição e removeram a linguagem de direitos públicos do Artigo 1 e do Artigo 13 que tinha constado no documento de 1868³⁷.

Muito tempo antes do recuo formal da Reconstrução, os ativistas radicais como Édouard Tinchant estavam sendo empurrados para fora do poder na Luisiana pelos republicanos pragmáticos que buscavam construir uma coalizão com os unionistas brancos conservadores e alguns Democratas. Nas eleições para governador de 1868, o astuto Henry Clay Warmoth, um republicano com muito pouco compromisso com a igualdade de direitos, ganhou facilmente. Foi consignada nos registros do governo militar que supervisionava as eleições uma queixa de Édouard Tinchant sobre a votação para o cargo local na Seção 1, 13^a jurisdição, segundo distrito. A queixa propriamente dita não sobreviveu e parece que nenhuma iniciativa foi tomada. De fato, esse parece ter sido o último ato político de Édouard Tinchant registrado em Nova Orleans³⁸.

Conforme a máquina política do governador Warmoth foi sendo ativada, o breve momento de proeminência do grupo associado com o *Tribune* foi chegando ao fim. Com seus colegas radicais desorganizados, a sobrevivência econômica de Édouard Tinchant também estava em risco. Desde setembro de 1867 o Conselho Escolar da Paróquia de Orleans vinha tentando bloquear a integração racial nas escolas públicas e garantir um sistema educacional segregado, apesar do mandato de acesso igual da nova Constituição estadual. Uma estratégia da diretoria foi tentar controlar as várias Escolas de Libertos (*Freedmen's Schools*) e reabri-las como escolas racialmente segregadas dirigidas por professores escolhidos pelo próprio Conselho, contornando assim as metas de longo prazo de igualdade de direitos defendidas por pessoas como Édouard Tinchant. Em outubro de 1867, a diretoria tinha realizado concursos para candidatos à posição de professores e concluiu que a grande maioria dos que ensinavam naquele momento não era qualificada para ensinar nas novas escolas. A menos que o Posto nº 4 do Grand Army of the Republic estivesse preparado para subsidiar indefinidamente a escola que Édouard tinha dirigido na Rua Saint Claude, seus dias estavam provavelmente contados³⁹.

Com a reconfiguração da política estadual, Édouard Tinchant já não tinha muita chance de conseguir um emprego público na cidade. Tampouco suas relações com os segregacionistas do Conselho Escolar da Paróquia de Orleans eram muito boas, já que ele tinha recusado suas lisonjas poucos meses antes. Sua carreira de professor parecia estar a ponto de chegar a um fim súbito, do mesmo modo que a de legislador. E tudo isso justamente quando ele tinha se tornado um homem casado responsável por sua esposa e pela família futura.

As perspectivas de Édouard Tinchant no comércio em Nova Orleans eram poucas e raras. O antigo depósito e loja de charutos dos Irmãos Tinchant na cidade havia fechado totalmente durante a guerra e Édouard não tinha sido convidado para se juntar a Joseph, que se mudara para trabalhar com seu irmão Jules no México. Embora Édouard tivesse de certo modo herdado algumas das conexões dos Tinchants no mundo da fabricação de charutos, Jules continuava a desconfiar dele, avisando Joseph que Édouard podia ser um risco para a reputação dos irmãos — talvez em virtude de seu radicalismo, ou da história de sua irresponsabilidade em Antuérpia⁴⁰.

Em termos práticos, no momento em que os membros mais experientes da família abandonaram seu nicho no superlotado mercado varejista e atacadista de charutos de Nova Orleans, era pouco provável que o irmão mais novo pudesse recuperá-lo. Além disso, tendo prometido a si mesmo realizar alguma coisa nas Américas, seria humilhante dar meia-volta e fugir para a Bélgica. A

mancha de suas aventuras constrangedoras no porto de Antuérpia dificilmente seria apagada por uns poucos meses vendendo lenha em Nova Orleans, um breve período de serviço no exército da União e um período como professor e porta-voz radical em Nova Orleans. De fato, ele parece quase não ter mencionado suas aventuras políticas a seus pais, embora ele se vangloriasse um pouco de seu serviço militar⁴¹.

Tudo indicava que o Édouard Tinchant público, um radical e exuberante francófono, logo teria de dar lugar a Edward A. Tinchant, um jovem honesto que se sustentava com seu próprio trabalho. Ele e a esposa agora procuravam um novo lugar para começar e se estabeleceram na cidade de Mobile, localizada a uns 230 quilômetros de distância. Mobile era o único porto do Alabama que se abria para o Golfo do México e era servido por navios vindos da Inglaterra e historicamente só ficava atrás de Nova Orleans no volume de algodão exportado. A economia do porto estava sofrendo com os efeitos da guerra mas, para um iniciante, poderia oferecer oportunidades melhores do que Nova Orleans⁴².

Édouard tinha aprendido os rudimentos do negócio de charutos com seus irmãos, embora de um modo geral tivesse trabalhado sozinho, viajando rio acima até Memphis com caixotes de charutos para vender. O clã dos Tinchants tinha alguns laços com Mobile de antes da guerra quando Louis, Joseph e Jules tinham viajado até ali para negócios e diversão (inclusive alguns banhos de mar), desenvolvendo assim uma amizade com um próspero francófono dono de mercearia, chamado Clément Joseph, para cujo filho eles conseguiram uma educação na Bélgica. As famílias Tinchant e Joseph parecem ter estado ligadas nas mentes daqueles que tinham conhecido o irmão mais velho de Édouard, Louis, que, segundo diziam, visitava Mobile todos os anos e se hospedava com a família Joseph na Rua Joaquim. Portanto, Édouard Tinchant tinha alguma base sobre a qual construir e Mobile tinha apenas meia dúzia de comerciantes de charutos, comparado com a multidão deles em Nova Orleans. Talvez houvesse espaço para um novato com um nome reconhecível⁴³.

Pouco depois de sua chegada, Édouard e Louisa encontraram moradia no Sétimo Departamento de Mobile, no interior e a certa distância do rio. De muitas maneiras, esse bairro em Mobile lembrava os distritos de artesãos e trabalhadores em que cada um deles havia morado em Nova Orleans. Seus vizinhos de um lado incluíam um artesão que trabalhava com cobre e um bombeiro, ambos brancos, e uma lavadeira negra. Do outro lado havia um homem identificado como mulato que tinha um depósito de madeira e, a uma pequena distância, outro homem designado mulato que era um enrolador

de charutos. O Sétimo Departamento dera uma grande maioria de votos para candidatos designados como "negros" que postulavam uma vaga para o Congresso nas eleições de 1870⁴⁴.

Édouard e Louisa podem ter usado tanto o inglês quanto o francês em casa, mas, não fosse por isso, poderiam se misturar bem com seus vizinhos. Para alguns casos — embora não no censo — os moradores de Mobile usavam o termo "Creole" para designar um subgrupo da população cujas raízes remontavam a imigrantes vindos da Espanha e da França há muito tempo. Um elemento de ascendência africana era reconhecido entre os "Creoles" de Mobile, mas era geralmente tratado como secundário ao componente "franco-latino" colonial. Aceitos como uma identidade separada nos anos antes da Guerra Civil, mas bem menos numerosos que seus congêneres em Nova Orleans, os "Creoles" de Mobile desempenhavam um papel direto, mas relativamente moderado na política da era da Reconstrução na cidade. Membro de uma família "Creole", Phillip Joseph era um líder conhecido de uma facção do Partido Republicano⁴⁵.

Quando o recenseador local veio à moradia de Édouard e Louisa em Mobile em julho de 1870, Édouard lhe disse sua idade, que era 29 anos, sua ocupação como fabricante de charutos e seu nome como Edward. Informou que seu lugar de nascimento era a França e que seus pais tinham nascido no estrangeiro, mas que ele próprio era um cidadão norte-americano, dando assim a impressão de ser um estrangeiro naturalizado. Juntos, esses identificadores obscureceram suas conexões com a população de cor de Nova Orleans. O recenseador pegou pena e papel e classificou Édouard e Louisa Tinchant como "brancos". É bem possível que só Édouard tenha aparecido à porta para falar com o recenseador e simplesmente permitido que o funcionário presumisse que a categoria da cor da esposa de Édouard fosse a mesma daquela que agora parecia ser a de Édouard⁴⁶.

A nova atitude discreta de Édouard Tinchant sobre assuntos políticos e de cor pode ter sido uma questão tanto de lógica comercial quanto de segurança. A linguagem da supremacia branca usada pelos Democratas em Mobile era ainda mais direta do que qualquer coisa que ele provavelmente teria ouvido durante seu período como legislador em Nova Orleans. O *Mobile Daily Register*, por exemplo, apresentou o grande tema da eleição de 1870 como "se o Alabama é um ESTADO DO HOMEM BRANCO e se deve ou não ter um GOVERNO DO HOMEM BRANCO". Como se isso não fosse claro o bastante, o jornal continuou declarando que "Os CINQUENTA ANOS da dedicação do REGISTER aos verdadeiros interesses do Sul, à Democracia e ao HOMEM

BRANCO não pede qualquer promessa sobre seu rumo e sua posição durante a Campanha". O jornal se opõe à Décima Quinta Emenda, que proibia restrições raciais sobre o direito ao voto. O tom desses artigos sugeria algo do perigo para um homem como Édouard Tinchant: "Quem não está conosco está contra nós. Seja branco ou negro — um verdadeiro homem do Sul ou um patife —, autogoverno contra governo usurpado"⁴⁷.

Mobile, no final das contas, ofereceu a Édouard Tinchant a possibilidade de se estabelecer no mundo do comércio. Mas seria um lugar politicamente solitário para um homem que, apenas dois anos antes, havia orgulhosamente anunciado um compromisso por princípio com o sufrágio universal masculino que não levasse em consideração a cor, direitos iguais para mulheres, educação pública racialmente integrada e uma compreensão ampla do republicanismo.

Notas

¹ Armand Lanusse, "Explication", 8 de outubro de 1862; e "Communiqué", 19 de maio de 1863; ambos em *L'Union* (New Orleans).

² Veja Armand Lanusse, "Maximilien au Mexique", *L'Union*, 12 de julho de 1864; e "Communiqué", *L'Union*, 19 de julho de 1864.

³ Nessas semanas, notícias detalhadas chegavam a Nova Orleans sobre o que o *New York World* publicou como sendo a entrada triunfal na Cidade do México de Maximilien e sua esposa. "Nouvelles du Mexique" e, Lanusse, "Communiqué", ambos em *L'Union*, 19 de julho de 1864.

⁴ Lanusse, "Communiqué", *L'Union*, 19 de julho de 1864. A decisão do procurador-geral é discutida em "The Legal Status of the Colored People", *New York Times*, 10 de julho de 1864.

⁵ Veja Édouard Tinchant, "Communiqué", *La Tribune de la Nouvelle-Orléans* (daqui em diante *La Tribune*), 21 de julho de 1864. Sobre as metas da expedição francesa, veja Jean Avenel, *La Campagne du Mexique (1862-1867)* (Paris, Éditions L'Harmattan, 1994); Alain Gouttman, *La Guerre du Mexique (1862-1867): le Mirage américain de Napoléon III* (Paris, Perrin, 2008).

⁶ Tinchant, "Communiqué", *La Tribune*, 21 de julho de 1864. Tinchant escreveu todo o texto na primeira pessoa do plural (*nous*) e não na do singular (*je*) — uma convenção ensinada aos alunos do *lycée* francês, com a intenção de transmitir uma apropriada humildade.

⁷ *Opinion of Attorney General Bates on Citizenship* (Washington, DC, Government Printing Office, 1863). Discutido em *L'Union*, 25 de dezembro de 1862; cópias anunciamas para venda em *L'Union*, 19 de maio de 1863.

⁸ Sobre as complexidades da política federal sobre a Luisiana, veja Peyton McCrary, *Abraham Lincoln and Reconstruction: The Louisiana Experiment* (Princeton, NJ, Princeton University Press, 1978). A convenção ainda estava reunida em julho, quando esse debate ocorreu. Louisiana, *Debates in the Convention for the Revision and Amendment of the Constitution of the State of Louisiana... April 6, 1864* (New Orleans, W.R. Fish, 1864). Tinchant, "Communiqué", *La Tribune*, 21 de julho de 1864.

⁹ Tinchant, "Communiqué", *La Tribune*, 21 de julho de 1864.

- ¹⁰ Ibidem. A frase que Édouard usava para nacionalidade era "qualité de Français". A cidadania exata de nacionais franceses que entravam para as forças militares locais na Luisiana era incerta. Essas questões tinham sido debatidas formalmente durante o período Confederado mas ficaram menos claras após a ocupação da União. Veja Farid Ameur, "Au nom de la France, restons unis!" Les milices françaises de la Nouvelle-Orléans pendant la guerre de sécession", *Bulletin de l'Institut Pierre Renouvin* 28 (outono, 2008): 81-106.
- ¹¹ O esforço para obter reconhecimento como cidadão por meio do serviço militar tinha uma longa história na Luisiana. Veja Caryn Cossé Bell, *Revolution, Romanticism, and the Afro-Creole Protest Tradition in Louisiana, 1718-1868* (Baton Rouge, Louisiana State University Press, 1997), 11, 30-33.
- ¹² Sobre Thomas Durant e os Friends of Universal Suffrage, veja Justin Nystrom, *New Orleans after the Civil War: Race, Politics, and a New Birth of Freedom* (Baltimore, Johns Hopkins University Press, 2010), 70; e Jean-Charles Houzeau, "Le journal noir, aux États-Unis, de 1863 à 1870", *Revue de Belgique* 11 (maio-junho de 1872): 5-28, 97-122.
- ¹³ Seu pai, Mortimer Debergue, um pedreiro registrado como mulato, e sua mãe, Louise, aparecem no domicílio 2745, Segundo Departamento, Terceiro Distrito, Nova Orleans, Sétimo Censo dos Estados Unidos, 1850, reproduzido no rolo 238, United States National Archives (daqui em diante USNA) Micrótica M432; e domicílios 1450 e 1451, Sétimo Departamento, Nova Orleans, Oitavo Censo dos Estados Unidos, 1860, no rolo 419, USNA micrótica M653. O papel de Édouard Tinchant como Comandante do Posto nº 4 do GAR aparece em *La Tribune*, 31 de outubro de 1867.
- ¹⁴ Veja James G. Hollandsworth Jr., *An Absolute Massacre: The New Orleans Race Riot of July 30, 1866* (Baton Rouge, Louisiana State University Press, 2010). A citação é mencionada à página 44. Veja também Nystrom, *New Orleans*, cap. 2.
- ¹⁵ Um vivido relato da revolta policial é fornecido em Jean-Charles Houzeau, *Lettres adressées des États-Unis à sa famille: 1857-1868*, org. Hossam Elkhadem, Annette Félix e Liliane Wellens-De Donder (Brussels, Centre national d'histoire des sciences, 1994), 396-400. Hollandsworth, *Absolute Massacre*, introduz a citação do policial à página 89. Veja seus capítulos 9-12 para os eventos no dia da convenção; a citação de Sheridan está na página que precede a tabela de conteúdo. As estimativas do número de mortos, feitas pelo cirurgião Hartsuff à época, estão à página 141.
- ¹⁶ Sobre a reação, veja Eric Foner, *Reconstruction: America's Unfinished Revolution, 1863-1877* (New York, Harper & Row, 1988), 263.
- ¹⁷ Os três professores foram registrados como "E. Tinchant, colored, educated in France, principal; Victor Garderre, colored; Eugène Lucie, colored". Atas do Parish School Board, 16 de setembro de 1867, na Luisiana e Special Collections Department, Earl K. Long Library, University of New Orleans (daqui em diante LSCD, UNO).
- ¹⁸ Joseph Logsdon e Donald Devore, *Crescent City Schools: Public Education in New Orleans, 1841-1991* (Lafayette, LA, Center for Louisiana Studies, 1991), cap. 2, esp. 64-70.
- ¹⁹ Houzeau, "Le journal noir", 112-116.
- ²⁰ O progresso da eleição pode ser acompanhando tanto nas páginas francesas quanto nas inglesas do *Tribune*. A proposta de Tinchant sobre a bandeira está no *Official Journal of the Proceedings of the Convention for Framing a Constitution for the State of Louisiana* (New Orleans, J. B. Roudanez, 1867-1868), 12.
- ²¹ *Official Journal of the Proceedings*, 35. Em uma sessão subsequente, Tinchant continuou para falar explicitamente sobre a quebra de uma promessa. Veja *Official Journal of the Proceedings*, 192.

- ²² A licença, datada de 10 de dezembro de 1867, está em Marriage Licenses 1849-1880, Third Justice of the Peace, vol. 6, pág. 345; a certidão, também datada de 10 de dezembro de 1867, está em Marriage Certificates, 1846-1880, Third Justice of the Peace, vol. 6, página 52, ambos em microfilme na Louisiana Division, New Orleans Public Library. Estamos gratos a Greg Osborn, arquivista na New Orleans Public Library, e a Ana Julieta Teodoro Cleaver por terem localizado esses dois documentos. A naturalização de Louis A. de Tornos em outubro de 1868 está indexada no rolo 4 de "Card Index to naturalizations in Louisiana", USNA Microcópia P208.
- ²³ *Official Journal of the Proceedings*, 58, 115-117.
- ²⁴ Veja Rebecca J. Scott, "Public Rights, Social Equality, and the Conceptual Roots of the Plessy Challenge", *Michigan Law Review* 106 (março, 2008): 777-804. As instruções de Arago aparecem na circular sobre o cumprimento do decreto de 27 de abril de 1848, *Circulaire ministérielle* nº 358 de 7 de maio de 1848, em *Bulletin officiel de la Martinique*, 594. [Nota à tradução em português: no pensamento constitucional dos Estados Unidos, o conceito de "direitos públicos" não é corrente, em contraste com o direito constitucional brasileiro, que tem essa categoria como um de seus principais alicerces. Os ativistas da Luisiana estavam em busca de um conceito que pudesse refletir suas reivindicações.]
- ²⁵ *Official Journal of the Proceedings*, 115-117; Rebecca J. Scott, *Degrees of Freedom: Louisiana and Cuba after Slavery* (Cambridge, MA, Harvard University Press, 2005), cap. 2.
- ²⁶ *Official Journal of the Proceedings*, 115-117.
- ²⁷ *New Orleans Times*, 28 de dezembro de 1867.
- ²⁸ As declarações de Pinchback não aparecem no *Official Journal of the Proceedings* mas são transmitidas, junto com a citação (ou paráfrase) de Tinchant, no *New Orleans Times*, 28 de dezembro de 1867. Beth Kressel investigou as mudanças nas ideias sobre direitos públicos de Pinchback em seu estudo da litigação de direitos públicos na Luisiana após 1868. Veja "Creating what might have been a fuss": Litigating in Defense of Equal Public Rights in Reconstruction-era Louisiana", no prelo, *Louisiana History Journal*, 2015, citado com a permissão do autor.
- ²⁹ *Official Journal of the Proceedings*, 115-118, 293-294.
- ³⁰ Este é o texto final. Os votos sobre o texto quase final, como proposto por Belden, estão em *Official Journal of the Proceedings*, 123-125.
- ³¹ *Official Journal of the Proceedings*, 192.
- ³² Para uma discussão dessas uniões na Luisiana, veja Diana Irene Williams, "They Call it Marriage': The Interracial Louisiana Family and the Making of American Legitimacy" (tese de doutorado, Harvard University, 2007).
- ³³ Veja as lembranças de Rodolphe Desdunes, *Nos Hommes et notre histoire* (Montreal: Arbois & Dupont, 1911), cap. 11. Houzeau discute a eleição e a convenção às páginas 112-116 de Jean-Charles Houzeau, "Le journal noir", 97-122.
- ³⁴ Veja Sauvinet v. Walker 25 La. Ann 14 (1875); e a transcrição do depoimento em John G. Benson Plaintiff in Error, v. Josephine Decuir, em recurso à Corte Suprema da Luisiana, apresentado em 6 de outubro de 1875, em Louisiana Supreme Court Historical Archives, Earl K. Long Library, UNO. Os casos principais são discutidos em Roger A. Fischer, *The Segregated Struggle in Louisiana, 1862-77* (Urbana, University of Illinois Press, 1974), 69-70 e 142-143. Para uma análise da variedade total de ações civis iniciadas localmente, veja Kressel "Creating What might have been a fuss".
- ³⁵ Veja Francis H. Smith, *Proceedings of the National Union Republican Convention Held at Philadelphia, Jun 5 and 6, 1872* (Washington, DC, Gibson Brothers, 1872), 51; e M. A. Chance, *Proceedings of the Republican National Convention Held at Concord, N.H., June 14, 15 and 16, 1876* (Concord, NH, Republican Press Association, 1876), 56.

- ³⁶ *Hall v. Decuir* 95 US 485 (1878) em 488-91, revertendo *Decuir v. Benson*, 27 La. Ann 1. Veja também Fischer, *Segregation Struggle*, 142-143.
- ³⁷ Veja a discussão em Scott, "Public Rights, Social Equality", 790-794; e *Degrees of Freedom*, 70-77. Em um ensaio de 1888, George Washington Cable escreveu: "Eu vi que embora a sociedade privada sempre deve e pode cuidar de si mesma e de sua própria e completa defesa, dia virá em que o Negro deve compartilhar e desfrutar comunalmente com a raça branca toda a escala de direitos públicos e vantagens fornecidas sob o governo americano". Veja Cable, "My Politics" (1888), em Arlin Turner, *The Negro Question: A Selection of Writings on Civil Rights in the South* (New York, Norton, 1958), 9, 10.
- ³⁸ Sobre o governo de Warmoth, veja Lawrence Powell "Centralization and Its Discontents in Reconstruction Louisiana," *Studies in American Political Development* 20 (Outono 2006): 105-131. A queixa de Tinchant aparece no Vol. 61, pt. 1, Entry 4574, Records of Letters Received, Civil Affairs, Fifth Military District, RG 393, USNA.
- ³⁹ Veja Donald Devore e Joseph Logsdon, *Crescent City Schools: Public Education in New Orleans, 1841-1991* (Lafayette, University of Southwestern Louisiana, 1991), cap. 2; e Report of Committee on Col. Schools, in Minutes, 2 de outubro de 1867, Orleans Parish School Board, LSCD, UNO.
- ⁴⁰ Veja a carta de Jules Tinchant a Joseph Tinchant 15 de junho de 1864, *Tinchant v. Tinchant*, Fonds Cuylits, FA.
- ⁴¹ O fechamento da empresa de charutos dos Irmãos Tinchant foi registrado após a guerra na Luisiana, vol. II, p. 324, da R.G. Dun & Co. Collection, Baker Library, Historical Collections, Harvard Business School. O fechamento propriamente dito ocorreu em 1864, com a partida de Joseph Tinchant para Veracruz.
- ⁴² O *Directory of the City of Mobile* (Matzenger, 1861) lista seis negociantes de charutos. Fabricantes adicionais de charutos devem ter chegado com a diáspora de refugiados cubanos após 1868.
- ⁴³ Sobre os banhos de mar, veja Jules Tinchant para Mme. Jacques Tinchant, 4 de setembro de 1859 e 5 de novembro de 1859, transcrição nos Tinchant Family Papers na posse de Philippe Struyf. Uma nota foi publicada no *Mobile Register* muitos anos mais tarde: "O Sr. Louis Tinchant ... estabeleceu sua prosperidade e fortuna em Nova Orleans antes da guerra, onde era reconhecido nos círculos de negociantes como um dos mais importantes cidadãos 'Creole' da cidade Crescent [nome dado a Nova Orleans antes da Guerra civil]". *Mobile Register*, 11 de dezembro de 1887; citação por cortesia de Martha S. Jones.
- ⁴⁴ Sobre a composição geral do Sétimo Departamento e o rápido crescimento, no período do pós-guerra, de uma população afro-americana pobre na cidade, veja Michael Fitzgerald: *Urban Emancipation: Popular Politics in Reconstruction Mobile, 1860-1890* (Baton Rouge, Louisiana State University Press, 2002), 21-22. Edward e Louisa Tinchant foram registrados no domicílio 1405, Sétimo Departamento, Mobile, Alabama, Nono Censo dos Estados Unidos, 1870, reproduzidos no rolo 31, USNA Microcópia M593. Para os resultados da eleição, veja o *Mobile Daily Register*, 10 de novembro de 1870.
- ⁴⁵ Veja Fitzgerald, *Urban Emancipation*, 209.
- ⁴⁶ Domicílio 1405, Sétimo Departamento, Mobile, Alabama, Nono Censo dos Estados Unidos, 1870, reproduzido no rolo 31, USNA Microcópia M593.
- ⁴⁷ Veja o *Mobile Daily Register*, 1º de julho, 20 de agosto e 11 de novembro de 1870.

Horizontes de comércio

Embora Édouard Tinchant exaltasse os direitos e deveres da cidadania norte-americana, a reação de seus irmãos à mudança do cenário político e comercial logo iria acrescentar outra nacionalidade potencial ao repertório da família. Joseph Tinchant havia se disposto a suportar os primeiros meses tensos da Guerra Civil dos Estados Unidos em Nova Orleans, e Édouard tinha apreciado a oportunidade de fazer com que sua voz política fosse ouvida no meio da luta sobre a escravidão, mas Pierre e Jules Tinchant decidiram com bastante rapidez que o conflito provocado pela secessão não era uma luta que lhes dizia respeito. Embora nascidos na Luisiana, Pierre e Jules tinham passado a maior parte de suas vidas na Europa, e a conexão de ambos com os Estados Unidos era apenas condicional. Quando a guerra chegou, eles procuraram outras praias. Após o bombardeamento do Forte Sumter em abril de 1861, Jules se dirigiu para o sul para explorar as possibilidades comerciais no México, e Pierre juntou-se a ele para tentar a sorte trabalhando em pequenas embarcações costeiras. Juntos, eles começaram o processo de afastar a sede do ramo americano da rede comercial familiar da cidade bloqueada de Nova Orleans, levando-a para Veracruz, a entrada para o México no Atlântico. Veracruz, no entanto, demonstraria ser um turbilhão tão grande de competição imperial quanto Jerémie ou Santiago haviam sido uma geração antes¹.

Uma rota comercial estabelecida há muito conectava a Luisiana ao México. O primeiro *boom* da produção de tabaco na Luisiana tinha ocorrido no final do século XVIII, quando ambas as regiões estavam sob o governo espanhol e os fazendeiros na Luisiana haviam sido encorajados a fornecer a folha para o monopólio mexicano. O *boom* tinha desmoronado em 1800, mas a conexão Nova Orleans-Veracruz era duradoura, e fora continuamente reforçada pelo movimento de pessoas e mercadorias através do Golfo. Na década de 1850, a possibilidade de se estabelecer no México já havia adquirido um significado

particular para as famílias de cor livres de Nova Orleans, ali atacadas por limitações legais a seus direitos e uma clara hostilidade política. Com a secessão da Luisiana da União e o estabelecimento dos Estados Confederados da América, a atração para o sul através do Golfo tornou-se mais forte².

Em 1861, um assentamento francês idiossincrático na cidade de Jicaltepec, na foz do rio Nautla, deu a Jules Tinchant seu primeiro lar mexicano. Um grupo de famílias camponesas da Borgonha e do Franco Condado tinha sido persuadido por um antigo seguidor do utópico Charles Fourier a estabelecer uma colônia modelo no México. Aparentemente castigada pela má gestão, o experimento coletivo rapidamente fracassou nas terras quentes e baixas da Costa do Golfo. As famílias sobreviventes começaram a plantar por conta própria e recém-chegados franceses foram se juntar a elas, alguns vindos de Béarn, nos Baixos Pirineus, a antiga base dos Duharts e dos Tinchant, inclusive membros da família Sempé, com quem os irmãos Tinchant tinham ido à escola em Pau. Depois de algum tempo, a colônia em Jicaltepec junto com uma colônia adjacente em San Rafael tornaram-se conhecidas pela exportação de baunilha, um produto de luxo com um mercado em expansão na Europa³.

No outono de 1861, Jules Tinchant escreveu cartas para Antuérpia de Jicaltepec, cheio de entusiasmo pelas perspectivas econômicas do México. Ele foi loquaz quanto ao que considerou serem os defeitos dos mexicanos, mas achava que a própria Jicaltepec era bastante "civilizada". Em cartas a seu irmão Ernest, Jules se maravilhou com a qualidade do tabaco mexicano, e também previu que o giz europeu encontraria um mercado já pronto no estado. Um comerciante mais do que um agricultor em temperamento, Jules logo se mudou para a cidade de Veracruz e começou a abrir seu caminho no comércio aceitando um emprego em uma loja dirigida por um homem chamado Bonnemaison. Com isso ele evitou as enchentes e a epidemia de febre amarela que assolaram Jicaltepec poucos meses depois⁴.

Jules parece ter sido uma pessoa encantadora e um empreendedor, ansioso para recrutar outros migrantes para a aventura de se estabelecer em Veracruz. Sua ambição imediata era atrair seus amigos e parentes da Luisiana, particularmente seu irmão Joseph, que tinha experiência no comércio de tabaco dos Tinchant em Nova Orleans. Duas guerras iriam intervir, no entanto, antes de Jules conseguir persuadir Joseph a mudar com sua família para o México⁵.

Durante os últimos dias de 1861, forças militares da Espanha, a que se juntaram outras da Inglaterra e da França, capturaram o porto de Veracruz a fim de controlar a receita que passava pela alfândega e assim obter pagamento para aquilo que eles consideravam ser as dívidas europeias do governo mexi-

cano — inclusive empréstimos contraídos pelos conservadores que anteriormente tinham travado uma guerra contra o liberal Benito Juárez, agora presidente da República. Napoleão III da França, no entanto, tinha como objetivo capturar mais do que apenas a receita. Quando a magnitude de suas ambições imperiais no México ficou clara, a Espanha e a Grã-Bretanha se retiraram da empreitada. As tropas francesas, apoiadas pelos conservadores mexicanos, foram para o interior e conseguiram obrigar o presidente Benito Juárez a se retirar da capital. Confiantes em sua superioridade militar e, em alguns casos, acreditando que estavam destinados ao triunfo em virtude daquilo que eles consideravam ser sua superioridade racial, o alto comando francês subestimou de forma dramática sua vulnerabilidade diante da luta de guerrilha. O combate iria arder lentamente e alastrar-se através do México por seis anos, contrapondo tropas francesas e austriacas, junto com algumas mexicanas, contra as forças leais a Juárez⁶.

Essa foi a operação europeia de intervenção que Édouard Tinchant iria denunciar mais tarde no jornal em Nova Orleans. Durante essa guerra, era um pouco delicado ser visto como francês em Veracruz. Nem Jules nem os colonos na vizinha Jicaltepec, no entanto, exibiram qualquer entusiasmo específico pela força expedicionária francesa e parecem ter escapado, aos olhos de seus colegas mexicanos, de uma associação direta com os invasores. A preocupação primordial de Pierre e Jules era manter seu comércio ativo enquanto a região estava mergulhada em conflito. Seguindo o exemplo estabelecido uma década antes por seus irmãos mais velhos em Nova Orleans, eles começaram a se concentrar no tabaco. Havia muito Veracruz tinha sido um centro tanto para a exportação de tabaco quanto para a produção de charutos. Jules estabeleceu seu próprio negócio varejista de tabaco, charutos e produtos secos na rua Pescaderia nº 580. Da Bélgica o irmão Louis fornecia remessas de cachimbos, junto com outros bens europeus⁷.

A Guerra Civil nos Estados Unidos aumentou a distância entre a nova empresa em Veracruz e o irmão Joseph na Luisiana. Após abril de 1862 e a ocupação federal de Nova Orleans, Joseph Tinchant tinha publicamente se comprometido com a causa da União e se alistara nas forças federais. Depois de ter dado baixa do exército da União no verão de 1863, no entanto, ele ficou cada vez mais amargurado pela dificuldade em obter um respeito duradouro por parte do alto comando e pela permanente hostilidade de muitos moradores brancos da cidade para com os homens de cor que agora estavam pressionando fortemente por igualdade de direitos. Além disso, com o comércio interestadual e internacional interrompido pela guerra, o negócio de charutos

dos Irmãos Tinchant em Nova Orleans ficou isolado dos clientes nos Estados Confederados, dificultando a coleta de dinheiro que lhe era devido.

O antigo debate na Luisiana sobre a possibilidade de uma mudança para o México continuava em aberto. Armand Lanusse e outros sugeriram que a ascensão ao poder do imperador Maximiliano com o apoio dos franceses traria prosperidade e que essa era uma monarquia que prometia respeitar direitos e igualdade para todos. Sob as circunstâncias, Joseph poderia, se desejasse, retratar a decisão de juntar-se a seu irmão Jules como uma simples busca de oportunidade econômica. Ele não teria obrigação de fazer qualquer demonstração aberta de agravos contra a União a fim de explicar o abandono das lutas que continuavam na cidade⁸.

Comerciantes de tabaco com grande experiência como Joseph Tinchant e seu irmão Louis em Antuérpia podiam perceber a lógica de uma mudança para o México. Com uma atenção cuidadosa às condições da cultura, da cura e da seleção, o melhor tabaco mexicano poderia fazer concorrência à folha cubana. A demanda por charutos estava expandindo-se na Europa e a rede transatlântica estabelecida pelos Tinchants lhes prometia uma vantagem inicial potencial. Sete anos antes Joseph Tinchant havia instalado a empresa de tabaco da família em Antuérpia, na Bélgica; talvez agora fosse o momento para deixar a dividida e conflituosa Nova Orleans e formalmente expandir seu campo de ação para o México⁹.

Procedendo cautelosamente, Joseph fez uma viagem preliminar à costa do Golfo do México no começo de 1864, desembarcando em Jicaltepec, o local da colônia francesa em que o irmão Jules tinha sido bem-vindo em 1861. Depois voltou a Nova Orleans na escuna *Carisimo*, que levava uma carga de 36 pacotes de tabaco e oito sacos de moedas no valor de 4.000 dólares mexicanos, consignados a um comerciante de Nova Orleans. A lista de passageiros que o capitão do *Carisimo* apresentou ao chegar a Nova Orleans continha apenas dois nomes: F. H. Ollivier, um empresário que operava a partir de Veracruz, e Joseph Tinchant, comerciante. Pode-se presumir que a viagem tenha sido considerada um sucesso¹⁰.

Em junho de 1864, no mesmo mês em que o imperador Maximiliano chegou a Veracruz vindo da Europa, Jules começou a pressionar Joseph uma vez mais, na expectativa de que ele agora percebesse a vantagem de se estabelecer permanentemente naquilo que prometia ser uma monarquia sob um vagamente reformista arquiduque dos Habsburgos. As forças francesas aparentemente tinham dado segurança ao país, e a previsão era de paz. Jules propôs que os três irmãos estabelecessem uma nova empresa juntos, a ser

chamada Tinchant Hermanos. Jules conhecia Veracruz; o irmão Pierre conhecia o comércio costeiro; e Joseph conhecia charutos. Joseph tinha amigos na Luisiana capazes de oferecer um empréstimo para que eles pudessem começar. Jules fazia com que tudo aquilo parecesse muito atraente¹¹.

As opções de Joseph Tinchant na Nova Orleans da época da guerra, além disso, estavam se reduzindo rapidamente. Ele havia fechado sua loja de tabaco na Avenida Saint Charles no verão de 1863 enquanto persuadia seus vizinhos a se juntarem a ele no Sexto Regimento de Voluntários da Luisiana, e a situação financeira em geral de Tinchant Brothers agora era desastrosa. Ele mais tarde se lembrou de que uns 40 mil dólares estavam investidos em créditos aparentemente irrecuperáveis que tinham sido dados a seus clientes. O caminho mais sensato parecia ser pagar as dívidas da firma, mantendo a boa fama do nome de Joseph, e fechar a loja. De um ponto de vista comercial, o México em paz agora parecia muito mais promissor do que um território ocupado pela União, contíguo à Confederação em guerra¹².

No final de agosto de 1864, Joseph Tinchant, sua esposa Stéphanie Gonzales e seu filho de 4 anos, Jacques, embarcaram no *Marie Douglas* no porto de Nova Orleans, a caminho de Veracruz. Sua partida foi anunciada com tristeza pelo *Tribune*, o sucessor do *Union*, cujo escritor aproveitou a ocasião para enfatizar a hipocrisia dos unionistas em Nova Orleans que não tinham respeitado adequadamente um homem que havia ajudado a recrutar um regimento para defender a cidade. Esse artigo provavelmente foi escrito por Armand Lanusse, tanto como um tributo a um antigo colega e, talvez, como um golpe final no presunçoso irmão mais novo, Édouard Tinchant, que estava ficando para trás em Nova Orleans¹³.

Tão logo Joseph Tinchant chegou a Veracruz, os três irmãos estabeleceram uma empresa de importação-exportação, conseguindo persuadir o velho amigo e colega de Joseph, Zenon Decuir, da Luisiana, a provê-los com um empréstimo de 4.000 dólares americanos. Pierre e Jules seriam os sócios ativos na nova Tinchant Hermanos e Joseph seria um sócio comanditário, coassinando o empréstimo e partilhando lucros e perdas, mas deixando a administração para Jules. Mais tarde, Joseph escreveu com amargura que fora sua reputação e crédito em Nova Orleans o que havia possibilitado começar a empresa, mas que parecia ser Jules quem vivia excepcionalmente bem após ter recebido o que supostamente havia sido um empréstimo comercial¹⁴.

O próprio Joseph tinha ambições maiores do que uma empresa de importação-exportação perto do porto de Veracruz. Ele planejava acomodar sua família no campo e tentar começar um comércio sério nas grandes e pequenas

vilas adjacentes. Joseph e Stéphanie batizaram seu segundo filho, Vincent, pouco depois de sua chegada, e logo se associaram a uma colônia agrícola recentemente estabelecida por vários migrantes vindos da Luisiana na bacia do rio Tecolutla, ao norte de Veracruz e a alguns quilômetros da costa. Essa pequena comunidade ocupava uma terra rica dentro e ao redor de um assentamento chamado Cazonera, situado a uns poucos quilômetros da cidade de Papantla, em uma curva do rio Tecolutla. Aparentemente empregando lavradores dos assentamentos de índios Totonac que rodeavam as fazendas, Cazonera era constituída por terra rica, mas num nível perigosamente baixo, perto do rio¹⁵.

Joseph certamente estava ciente, em virtude de sua viagem comercial anterior, que nas partes altas da bacia do rio Tecolutla fazendeiros estavam cultivando um tabaco de boa qualidade que podia ser enrolado em charutos ou exportado na forma de folhas para que os charutos fossem feitos em outro lugar. Esse era um ponto na "cadeia de produtos" que prometia lucros, embora a preparação fosse trabalhosa. O segredo era desenvolver relações próximas com os fazendeiros a fim de adquirir a melhor folha, depois garantir que a cura e a seleção fossem bem feitas, em seguida empacotá-las com segurança para o embarque para a Europa, e finalmente estabelecer entre os compradores uma marca reconhecida que pudesse obter um preço mais elevado no mercado¹⁶.

Em busca do bom tabaco para charutos, Joseph ia abrindo caminho em uma atividade agrícola que tinha uma longa história na bacia do Tecolutla. Embora a cidade de Papantla e as terras baixas do vale do rio à volta fossem isoladas — "sem estar no caminho para nenhum lugar", como um escritor se expressou —, a área fornecia boas condições para cultivar tabaco, particularmente se a pessoa se deslocasse da *tierra caliente* tropical em direção à base da Sierra Madre Oriental. Em 1854 o vice-cônsul francês havia pedido, em nome dos colonos de Jicaltepec, permissão para plantarem tabaco para exportação. Em 1856 o novo regime Liberal havia abolido o controle estatal monopolista do tabaco, expandindo as áreas em que a cultura podia ser legalmente cultivada. Parecia um momento promissor para um homem com experiência profissional e acesso aos mercados¹⁷.

Seguindo o exemplo de outras famílias de cor da Luisiana que buscavam oportunidades no México, os sogros de Joseph Tinchant, os Gonzales, já tinham chegado de Nova Orleans e adquirido alguma terra perto de Papantla. Pelo menos um terreno e uma casa na vizinhança de Barriles e Cazonera, bem como uma propriedade adjacente, pertenciam mais tarde à família de Stéphanie. Joseph parece ter estabelecido a parte industrial da empresa, construindo

prédios nos quais era possível armazenar o tabaco comprado dos cultivadores locais, enrolar as folhas e, trabalhando junto com sua família extensiva e artesãos adicionais, produzir os charutos¹⁸.

Enquanto isso, Jules continuava a operar a Tinchant Hermanos em Veracruz, tentando cobrir os gastos e pagar as dívidas por meio dos resultados do comércio diário. De Antuérpia, Ernest e Louis enviavam tipos diferentes de mercadorias — inclusive camas de ferro, cachimbos e fitas — que, imaginavam eles, a Tinchant Hermanos porria à venda em Veracruz e mais além. Os registros um tanto vagos mantidos por Jules indicam que ele desenvolveu uma clientela amplamente distribuída, principalmente entre os colonos franceses na área; mas os gastos se acumulavam com muito mais rapidez do que a renda. Logo seus irmãos Louis e Joseph começaram a suspeitar o pior. Mandar qualquer coisa para Jules em consignação, Louis concluiu, era como jogar dinheiro em um poço sem fundo. Ele tinha certeza de que cerca de 12 mil francos em mercadorias que eles haviam enviado para Jules da Bélgica tinham praticamente desaparecido. Além disso, Louis temia que Jules tentasse vender em Veracruz qualquer tabaco adquirido por Joseph em vez de embarcá-lo para Antuérpia¹⁹.

A rede dos compromissos financeiros dos Tinchant agora se estendia por todas as partes. Um diretor de escola em Gante vinha exigindo pagamento pelo estudo do jovem Augustus Joseph, para quem os Tinchants tinham arranjado uma escola na Bélgica, como um favor para os amigos da família em Mobile, Alabama. Por causa da guerra, os pais do menino não tinham podido manter os pagamentos e o diretor estava cobrando de Jacques que, por sua vez, tentava coletar o dinheiro de Joseph no México. Um comerciante em Paris que tinha fornecido crédito a Jules e Joseph para suas compras de tabaco informou que nunca havia recebido o dinheiro prometido por Jules. Enquanto isso, em Veracruz, Jules continuava assinando letras de câmbio a torto e a direito. Louis tinha seus próprios credores em Antuérpia com quem se preocupar. Seu pai Jacques havia sido o principal suporte financeiro original e, no começo de 1867, Louis teve de assumir o pagamento da porção daquele empréstimo que cabia a Pierre e a Joseph, além da sua própria parcela. Zangado, ele informou a Joseph que seus pais já velhos estavam agora vivendo na miséria²⁰.

Enquanto esperavam pelas excelentes folhas de tabaco para charutos com que sonhavam — cuidadosamente escolhidas, impecavelmente curadas,meticulosamente empacotadas, embarcadas com segurança e colocadas com astúcia no mercado internacional —, vários membros da família se voltavam para Nova Orleans em busca de recursos. Jacques Tinchant ordenou que seu

agente lá vendesse as últimas propriedades que ainda lhe pertenciam, enquanto Pierre e Jules exploravam a possibilidade de cobrar os créditos devidos à falecida Tinchant Brothers de Nova Orleans. Após o fim da Guerra Civil nos Estados Unidos, Pierre fez uma viagem à Luisiana, à procura de antigos negócios e tudo indica que tenha conseguido coletar algum dinheiro de seus credores. No entanto, e subsequentemente, Jules e Joseph não tiveram mais nenhuma notícia dele, e mais tarde souberam que em dezembro de 1865 Pierre havia embarcado na escuna *Henriette Gentry* que ia de Nova Orleans para Veracruz, mas acabou se perdendo no mar²¹.

Pouco tempo depois da presumida morte de seu irmão, Joseph propôs que a Tinchant Hermanos fosse dissolvida, de tal forma que cada sócio pudesse seguir seu próprio caminho. Jules se recusou, argumentando que a lei mexicana exigia que se esperassem dois anos antes da dissolução de uma associação se um dos associados tivesse se perdido no mar. Querendo ou não, Joseph, cada vez mais preocupado, teve de permanecer na sociedade. Em abril de 1866, o próprio Joseph fez o primeiro pagamento de 1.000 dólares americanos para cobrir parte do saldo do adiantamento que eles haviam recebido de Zenon Decuit²².

Não era, entretanto, uma época fácil para ser um colono às margens do rio Tecolutla. Embora a região continuasse a estar fora da rota mais tradicional, a luta política e militar para o controle do vale entre as forças leais a Benito Juárez e as que apoiavam o imperador Maximiliano era intensa. Nesse momento, a guerra consistia de manobras de guerrilha e contraguerrilha, inclusive ataques ao território ocupado pelos franceses no estado de Veracruz. No verão de 1865 esses ataques já tinham atingido Papantla, a apenas uns poucos quilômetros de Cazonera²³.

Há algum mistério sobre o possível envolvimento de Joseph Tinchant na guerra. Apesar de falar francês como seu primeiro idioma, Joseph não demonstrava qualquer ligação com o empreendimento imperial de Napoleão III, e as famílias em Cazonera parecem ter sido normalmente vistas como norte-americanas, mesmo que algumas tivessem laços com os francófilos na comunidade afrodescendente de Nova Orleans. O governo norte-americano era hostil à intervenção francesa e aumentou sua pressão ao longo da fronteira e em Veracruz quando o fim da Guerra Civil fez com que essas iniciativas fossem viáveis. Além disso, a identificação que Joseph tinha em relação à França era com a República e não com o Império. Tendo estado em Paris em 1848, ele sabia que Napoleão III era o homem que havia ordenado que as tropas atirassem nos trabalhadores nas ruas — "o assassino de 4 de dezembro", como seu irmão

Édouard dizia. A simpatia de Joseph pela luta que ocorria no México voltava-se quase que certamente para Benito Juárez. É até possível, embora talvez não provável, que Joseph tenha se encontrado com Juárez em Nova Orleans em 1854, graças à sociabilidade compartilhada nos cafés ou por meio da compra e venda de charutos²⁴.

Seria possível que Joseph — o antigo tenente Tinchant do Sexto Regimento de Voluntários da Luisiana — tivesse chegado ao ponto de oferecer material ou até apoio armado àqueles que estavam lutando por Juárez? As forças de Juárez estavam bastante dispostas a aceitar recrutas entre os veteranos da União, e Juárez posteriormente concedeu cidadania mexicana aos que deram esse passo. Vários dos descendentes de Joseph Tinchant mais tarde chegaram a se convencer de que seu antepassado havia realmente fornecido algum tipo de serviços a Juárez. A correspondência de Joseph à época, no entanto, não mostra qualquer indício de algum envolvimento político ou militar durante seus anos no México. É claro, não teria sido exatamente prudente escrever abertamente sobre suas lealdades ou atividades enquanto a guerra estava em curso e seu resultado era incerto. O mistério permanece, no entanto, porque depois da guerra a reivindicação de Joseph à cidadania mexicana foi reconhecida²⁵.

As preocupações mais urgentes de Joseph, no entanto, eram comerciais. Sob pressão de seu irmão Louis na Bélgica para que expandisse seus negócios, dedicando-se também à exportação da folha do tabaco de alta qualidade, Joseph com relutância prometeu enviar-lhe uma amostra da região de Tlapacoyan, mais para o interior. Na metade de 1867 Joseph adquiriu três pacotes da folha mais cara e fez com que Jules as mandasse de Veracruz para a Maison Americaine em Antuérpia. Depois de examinar os pacotes, Louis enviou a Joseph uma carta criticando vários aspectos da seleção, dando aulas a Joseph sobre procedimentos e reclamando que Joseph tinha confiado a carga a Jules, que havia demorado muito a despachá-la do porto em Veracruz. Nesse tipo de negócio, o tempo era essencial, e o tabaco empacotado ficava vulnerável a danos. O irritado irmão mais velho, apesar disso, pensou que, se fosse possível fazer uma nova remessa com 30 pacotes daquilo a que ele se referiu, sem meias-palavras, como esse produto de "imitação", ele poderia ser facilmente vendido no mercado europeu. Olhando de Antuérpia, era como se os irmãos estivessem finalmente chegando perto da meta de embarcar folhas de tabaco mexicano que poderia obter um alto preço. Mas a folha não veio dos campos planos cultivados por Joseph e seus vizinhos. Jules e Joseph aparentemente haviam adquirido esses três pacotes de amostras de tabaco de Tlapacoyan e

com dinheiro emprestado. Portanto, em vez de ter lucro, eles tinham outro custo a descoberto²⁶.

Louis enviou de Antuérpia sua carta de repreensão a Joseph em junho de 1867. A essa altura, a aventura imperial de Napoleão III tinha desmoronado vergonhosamente, e Maximiliano não poderia de forma alguma manter o poder no México sem o apoio francês. Forças leais a Juárez já tinham tomado a cidade de Querétaro, para a qual Maximiliano havia se retirado. No dia 19 de junho de 1867, Maximiliano foi executado sob as ordens de Benito Juárez. Juárez, o homem que havia enrolado charutos para sobreviver durante seu exílio em Nova Orleans em 1854, iria agora voltar à presidência do México. Jules Tinchant em Veracruz estava cada vez mais desconfortável à medida que as últimas tropas europeias se retiravam, mas com as boas notícias de Louis sobre o mercado para o tabaco de revestimento cuidadosamente selecionado, a empresa Tinchant parecia estar à beira de um grande progresso comercial²⁷.

Em vez disso, eles se depararam com um colapso. A Tinchant Hermanos em Veracruz tinha atrasado drasticamente o pagamento de empréstimos a um comerciante mexicano, bem como a seu sócio na Luisiana, Zenon Decuir. Suas iniciativas comerciais em Veracruz tinham produzido alguma renda, mas vender fitas e camas de ferro importadas de Antuérpia, colocando as despesas da família na conta da empresa e contando com as promessas de excelentes charutos por vir, enquanto ao mesmo tempo mantinham uma contabilidade descuidada de suas dívidas e créditos, não era uma maneira de fazer fortuna. Os últimos momentos do sítio a Veracruz tinham também provocado certa estagnação no comércio. Joseph tinha comprometido mais dinheiro com a compra das amostras de tabaco, algo a que Jules agora se referia de forma acusatória, como uma "especulação" que tinha matado a companhia. Uma escuna da qual eles eram donos em parte foi alugada para evacuar algumas das tropas austriacas do (falecido) imperador Maximiliano, e pode ter-lhes trazido algum lucro. Mas, de um modo geral, sua renda não chegava nem perto de cobrir as despesas. Nos últimos meses de 1867, Jules compreendeu que a Tinchant Hermanos estava indo em direção à falência. Antonio Gómez de la Serna, um comerciante de Veracruz, exigia o pagamento de uma enorme letra de câmbio, e eles simplesmente não podiam pagá-la. Em cenas que lembram um romance de Anthony Trollope ou Gustave Flaubert, os credores batiam à porta enquanto Jules tentava desesperadamente encontrar alguma solução²⁸.

O fato de Joseph ter coassinado os adiantamentos originais agora assumia grande importância e, embora como sócio comanditário ele não compartilhasse do gerenciamento da Tinchant Hermanos, era responsabilizado pelas

perdas da firma. No final de outubro de 1867, Joseph recebeu uma carta ameaçadora do empresário John Hart criticando-o por não ter pago os 1.200 dólares americanos devidos a Zenon Decuir. Poucos meses antes, Hart havia viajado para o norte ao longo da costa de Veracruz e depois rio acima até a fazenda em Cazonera para tentar cobrar a dívida diretamente de Joseph. Joseph havia reconhecido dever o dinheiro, mas conseguiu persuadir Hart a voltar para Veracruz e receber da empresa Tinchant Hermanos. Mas, como Hart agora insistia em assinalar, o crédito de Joseph em Veracruz estava "um tanto danificado" e seu "sócio" (o irmão Jules) não estava em uma situação que lhe permitisse cumprir seus compromissos. A falência iminente, além disso, prometia ser muito dolorosa, já que os registros comerciais estavam completamente desorganizados e, em consequência, era muito pouco provável que fossem aceitos por um tribunal como prova de suas perdas²⁹.

Hart continuou fazendo uma oferta quase fraudulosa a Joseph: você tem 60 mil charutos em Cazonera, prontos para embarcar. Mande um lote desses charutos para Decuir antes que a falência se concretize. Prepare um recibo que diga que você os vendeu a 15 dólares por cada mil charutos, e nós os guardaremos para você ou os venderemos dependendo de sua decisão sobre qual deve ser o preço real. Você evitará a ruína de seu amigo Decuir e você manterá os lucros fora das mãos de outros credores. Só não se esqueça de incluir o falso recibo; essa será a única maneira de manter o pagamento separado dos bens da Tinchant Hermanos quando a falência se concretizar³⁰.

Seja o que for que Joseph fez ou não fez em resposta a essa carta, ele estava planejando deixar o litoral e se mudar para o interior, para mais perto dos centros do comércio do tabaco. Em dezembro de 1868, a Tinchant Hermanos estava pendurada, embora tivesse evitado uma liquidação formal. Apesar da insegurança financeira geral que acompanhou a volta ao poder do presidente Benito Juárez e dos liberais, Jules continuou a comerciar em Veracruz. Joseph ficou com a responsabilidade da dívida junto a seus amigos da Luisiana e com a humilhação de ser formalmente protestado — pelo não pagamento de suas letras de câmbio³¹.

Em 1869, a fazenda em Cazonera já estava à venda, e Joseph e Stéphanie tinham se reinstalado em Tlapacoyan, mais para o interior e perto da base da cadeia montanhosa de Sierra Madre Oriental. Os cultivadores nessas partes superiores da bacia do Tecolula estavam produzindo tabaco de alta qualidade, frequentemente embarcado pelo porto de Nautla. A mudança também trouxe a família para mais perto da cidade montanhosa de Teziutlán, base para muitos dos comerciantes de tabaco locais. A essa altura, o relacionamento de Joseph

com seu irmão Jules estava repleto de brigas sobre dívidas, e Joseph aparentemente tinha por meta encontrar seu próprio lugar no comércio de tabaco estabelecido da região, para continuar com a fabricação de charutos ou, como seu irmão Louis evidentemente esperava, para despachar as folhas de tabaco para o mercado de exportação via Antuérpia. Em uma das cartas mais ou menos amigáveis enviadas por Jules a Joseph, Jules enviou um tratado sobre o cultivo do tabaco — um gesto que foi um insulto disfarçado ou um reconhecimento tardio de que os irmãos ainda tinham muito a aprender sobre o tema³².

Anos mais tarde, Joseph iria afirmar que ele havia, por seus esforços, desenvolvido a boa reputação do tabaco do sul do México na Europa. A julgar pela correspondência da família que alguns anos depois foi parar na mão de seu advogado, no entanto, poderíamos dizer que, no começo da década de 1870, Joseph ainda estava lutando. Ele parece ter adquirido técnicas e conexões substanciais, mas não pagou sua dívida com Zenon Decuir. Em 1871, Joseph escreveu desesperado para seu irmão Ernest em Antuérpia dizendo que, no "deplorável comércio do tabaco", todos eles tinham "ficado cegos pela ambição". Joseph parecia querer voltar para a Bélgica, mas não como um fracassado, e por isso persistiu em seus esforços no México³³.

Em 1874, a reputação do tabaco cultivado ao redor de Tlapacoyan já estava bem estabelecida. Um geógrafo visitante, Antonio García Cubas, relatou que o tabaco agora era a cultura preferida na área, "tanto pelas qualidades superiores da planta quanto pelo retorno do investimento". Ele observou, no entanto, que esse tabaco não era bem conhecido no México central, porque era exportado diretamente para a Europa. García Cubas acreditava que seu destino era a França; uma parte, no entanto, pode ter passado pelas mãos de um ou de outro irmão Tinchant na Bélgica³⁴.

Na metade da década de 1870, Joseph Tinchant tinha começado a se intitular Don José Tinchant, de acordo com as formas de tratamento locais, e a se apresentar como um cidadão do México. Logo sua reivindicação foi considerada robusta o bastante para ser passada para o papel. No dia 14 de janeiro de 1875, o comandante do porto de Veracruz emitiu um passaporte para Havana para o "cidadão mexicano José Tinchant"³⁵.

A aquisição desse passaporte, no entanto, acabou sendo um prelúdio para a partida definitiva de Joseph do México. A viagem para Havana foi uma breve expedição para explorar possibilidades comerciais ou um ponto de parada no que logo se transformou em uma viagem transatlântica — por meio da qual ele deixou suas dívidas pendentes para trás. No fim de 1875 Joseph e Stéphanie, acompanhados por seu filho mais velho, Jacques, chegaram a An-

tuérpia e se registraram como estrangeiros junto às autoridades locais. Seus filhos Vincent, Pierre e Eliza presumivelmente os seguiram pouco depois, talvez acompanhados por um dos parentes Gonzales, ou por um sócio comercial de Joseph de nacionalidade belga³⁶.

Ao chegar a Antuérpia, Joseph descobriu que o lado europeu do "deplorável negócio de tabaco", que havia parecido uma carga tão grande no México em 1871, poderia na verdade ser a base para uma empresa bem-sucedida e lucrativa. Como planejado, Joseph se aliou a seu irmão Ernest, e em 1875 começaram a fabricar charutos enrolados à mão. Na medida em que eles começaram a oferecer esses produtos para vender na Europa sob o nome Tinchant Frères, Joseph deu outro passo para se distanciar de seu passado na Luisiana e para associar a imagem de sua família com a América Latina. Em uma sucessão de papéis de carta e etiquetas, ele formalizou sua transformação de Joseph Tinchant para Don José Tinchant y Gonzales. Ele manteve o título de cortesia que tinha sido usado no México — Don José — e agora acrescentou o sobrenome de sua esposa ao seu próprio. Na década de 1890, em uma litografia elegante preparada para o negócio, seu retrato resplandecente se destacava contra um fundo que parecia ser o porto de Havana. A fusão de sua década no México com a breve passagem por Cuba foi completada pela menção a uma filial de seu escritório, em Havana³⁷.

Essa apropriação do sobrenome Gonzales foi ainda reforçada pela permanente conexão da filial de Antuérpia com os parentes de Stéphanie Gonzales nascidos na Luisiana que moravam no México. Alguns permaneciam na área próxima a Tecolutla, enquanto seus irmãos Gustave e Damian se mudaram mais para o sul, para as promissoras terras de tabaco perto de San Andrés Tuxtla. Assim, os Tinchants com base na Bélgica finalmente conseguiram formalizar as marcas dos charutos identificados como sendo feitos por uma firma chamada González, baseada em Tuxtla. Histórias posteriores da indústria do tabaco ao redor de Tuxtla consideraram os irmãos que agora se chamavam Damián e Gustavo González como se fossem emigrantes vindos de Cuba e, portanto, especialistas na tarefa de produzir charutos excelentes³⁸.

Quando os irmãos Tinchant moravam na Luisiana como "homens de cor livres" de língua francesa, sua identidade necessariamente conectara sua ascendência não só com a França e o Caribe, mas também com africanos trazidos para as Américas como escravos. Em virtude de sua passagem pelo estado de Veracruz, no entanto, Joseph Tinchant agora conseguira transformar essa ascendência em algo associado com o México e, por extensão, com Cuba, reforçando o ar de qualidade atribuído aos charutos Tinchant. Olhando de

Antuérpia, cada uma dessas ligações poderia ser favorável, e poucas pessoas iriam querer investigar muito profundamente os detalhes.

A conexão cubana implicada pelas litografias preparadas como parte da publicidade da companhia fazia sentido para uma empresa que vendia charutos de alta qualidade que eram descritos como *havanes*. Só na década de 1880 é que o governo belga começou a insistir que, para vender charutos com esse nome, era preciso mostrar que a mercadoria realmente tinha vindo de Cuba. Durante todos os últimos anos da década de 1870, os Tinchants se mostraram mestres na criação de *havanes* que eram enrolados em oficinas em Antuérpia³⁹.

Quando entrevistado para um artigo promocional, um porta-voz da firma dos Tinchant Frères explicou mais tarde que Don José tinha, em 1873, introduzido sementes do famoso Vuelta Abajo de Cuba em uma "ilha antilhana vizinha". Isso era um tanto estranho, já que em 1873 Joseph morava na cidade do interior de Tlapacoyan, México, e parece não ter estabelecido nenhum empreendimento agrícola em qualquer outro lugar do Caribe. Algumas das folhas de tabaco usadas nos charutos Tinchant enrolados em Antuérpia podem bem ter sido cultivadas em fazendas perto do Golfo do México, e alguns de seus charutos podem ter sido importações autênticas de Havana, mas a ilha não mencionada localizada perto de Cuba deve ter sido um embelezamento para fins de relações públicas. Os principais carregamentos de folhas de tabaco para a fábrica eram aqueles feitos pelo cunhado de Joseph Tinchant, Gustave/Gustavo Gonzales/González, cuja base situava-se em Tuxtla na costa do Golfo do México. Nada disso importava; a marca estava se tornando bem estabelecida e as histórias lhe acrescentavam mais brilho⁴⁰.

Ernest e Joseph Tinchant tinham encontrado o caminho para uma fórmula lucrativa. Contrataram trabalhadores belgas para enrolar os charutos e uma fábrica de três andares foi construída no terreno das fortificações da cidade que tinham sido demolidas, próximo à estação ferroviária. Eles então as embalavam de tal forma que invocabam os mares tropicais e uma paisagem cubana. Com uma folha bastante boa para começar e habilidades apropriadas por parte daqueles que faziam o trabalho, eles podiam produzir charutos excelentes, e os *havanes* dos Tinchant obtinham um preço alto no mercado. Don José podia agora aspirar a ter sua própria casa e educar seus filhos com estilo⁴¹.

O irmão mais jovem de Joseph e Ernest, Édouard, ao contrário, estava se afirmando nos Estados Unidos tendo em vista a parte inferior do mercado. Quando a Convenção Constitucional da Luisiana de 1867-1868 começou suas

sessões, Édouard vinha tentando há alguns meses sobreviver com sua técnica anterior de comprar charutos em Nova Orleans e depois pegar o barco Mississippi acima para vendê-los. Mas esse comércio de pequena escala e seu trabalho voluntário como diretor de escola não podiam sustentar uma família. Durante a excitação de seus meses como delegado republicano na convenção constitucional estadual, ele havia se casado com Louisa Debergue e, quando a convenção entrou em recesso, eles haviam se mudado para Mobile, Alabama, para começar de novo. Seu primeiro filho, uma menina, nasceu lá em julho de 1870⁴².

Desta feita, a ambição de Édouard Tinchant era se tornar fabricante, não apenas um vendedor. Começando com nada mais que o próprio trabalho, ele abriu seu estabelecimento. Vários dos fabricantes de charutos de Mobile eram cubanos e, como Édouard acumulara um pouco de capital, é possível que tenha contratado alguns imigrantes recentes assim como pessoas da cidade para trabalhar com ele. Pelo menos dois cubanos — Emilio e Fernando Pérez — aparecem nos registros de naturalização de 1871 de Mobile, declarando terem sido residentes por três anos, o que colocava sua chegada bem no momento da onda de emigração impulsionada pela guerra cubana pela independência, de 1868. Nos anos seguintes, outros emigrantes cubanos em Mobile apareceriam nas listas de seguidores das lutas separatistas. Édouard Tinchant mais tarde iria escrever que ele havia sido sempre um defensor da causa cubana e que muitas vezes havia dado uma "ajudinha" a emigrantes cubanos. Parece bastante possível que ele tenha contratado alguns fazedores de charutos para a "indústria" que pouco depois ele estaria anunciando ao público⁴³.

Exatamente no momento em que a "Edward Tinchant, Cigar Manufacturer" estava começando a se estabelecer, chegou-lhe a notícia da morte de seu pai Jacques em Antuérpia. Em uma longa carta para sua mãe, Édouard comentou com imensa tristeza essa perda, desejando que Deus tivesse prolongado a vida de seu pai o suficiente para que ele "tivesse recebido notícias minhas e ter me dado, antes de sua morte, as bênçãos que eu lhe pedi que concedesse a minha família". Édouard nunca tinha sido capaz de relatar o tipo de sucesso comercial que poderia ter alegrado seu pai e ele parece não ter se arriscado a contar suas aventuras políticas. Agora havia a certeza de que ele nunca iria receber os votos de seu pai para sua família recente, Louisa e o bebê do casal, Antonine. O drama trouxe novamente o antigo remorso de Édouard por seus malfeitos e um toque de sua antiga grandiloquência: "Apesar disso me curvo diante da vontade de Deus, pois ali se encontra o castigo severo,

mas, infelizmente, justificado pela minha condenável negligência para com meus velhos pais"⁴⁴.

Em colaboração com seus primos, os Xaviers, ainda na Luisiana, Édouard tomou as necessárias providências para que uma missa fosse celebrada na Catedral de Saint Louis em Nova Orleans. Esse, ele lembrou, era o lugar onde seu pai havia celebrado a primeira comunhão e se casado. Aparentemente convidaram apenas cinco pessoas, inclusive John Duhart, Charles Lévéque (um amigo íntimo de seu irmão Louis) e Paul Trévigne, "que ama Joseph como um irmão". Esse último nome conectou a cerimônia com suas lutas em comum durante a Reconstrução — Trévigne havia escrito para o *Tribune* e era um dos ativistas republicanos radicais mais antigos de Nova Orleans, ainda envolvido na campanha legal contra a segregação⁴⁵.

Com efeito, à medida que Édouard Tinchant tentava se resignar com o fato da morte do pai — e com sua própria incapacidade de satisfazê-lo —, ele evocava a guerra e a revolução pelas quais tinha passado. As revoluções que ele tinha visto nas "grandes nações" haviam-no persuadido da justiça de um Deus vingador, escreveu ele. Por mais absorto que pudesse estar com o estabelecimento de sua empresa de tabaco e com sua nova esposa e bebê, seu quadro de referências ainda continuava a ser o de um crente na causa da União e na justiça transcendente do resultado da Guerra Civil. À mãe ofereceu algum conforto contando-lhe as brincadeiras do bebê e explicou que tinha esperança de enviar um retrato da criança à família em Antuérpia, mas não havia dinheiro no momento para isso em virtude da compra das roupas de luto e dos custos do "pequeno estabelecimento" que estaria abrindo em um mês. Apesar disso ele se declarou cheio de otimismo para o futuro⁴⁶.

O "pequeno estabelecimento" apareceu finalmente no catálogo da cidade de Mobile em 1872, que continha um verbete e um anúncio assim formulado: "Ed. A. Tinchant. Fabricante de charutos, Rua North Royal nº 87, perto da esquina com a State. Fornecimento de charutos domésticos genuínos para o comércio e para consumidores a termos razoáveis". Sua família havia se mudado do modesto Sétimo Departamento para um prédio próximo ao distrito comercial, a alguns quarteirões do rio, perto da Bolsa de Algodão. Nenhuma palavra referente a sua cor acompanhava seu nome no catálogo⁴⁷.

Durante os dois anos seguintes, Édouard publicou um anúncio semelhante, enfatizando o tema do custo baixo e da produção local. Em breve ele havia subido na vida o suficiente para obter uma notação de confiabilidade de crédito da empresa R.G. Dun & Co. Inicialmente o avaliador considerou E. A. Tinchant não recomendável para empréstimos "a menos que fosse para quan-

tias muito limitadas e dentro dos limites urbanos". Em novembro de 1874, no entanto, o relatório sugere que ele seria "seguro" para uma pequena linha de crédito, e que ele pagava suas contas com pontualidade⁴⁹.

Sobre si mesmo, Édouard dizia trabalhar por muitas horas e ter tomado a iniciativa de ajudar seu irmão Joseph a buscar alguns dos últimos credores da antiga operação Tinchant Brothers. Na metade de 1874, no entanto, suas cartas estavam cheias de tristeza, consolando sua esposa pela perda de seu primeiro filho com apenas oito meses de idade e desejando ter mais notícias de sua mãe em Antuérpia. O inquieto Édouard Tinchant — veterano, publicitário, legislador, professor e proponente cosmopolita da igualdade de direitos — tinha sido temporariamente ocultado pelo marido sobrecarregado e pai⁵⁰.

Na verdade, não era um momento muito bom para se envolver na política em Mobile. Uma competição política sanguinária e a violência racista caracterizavam as eleições, e as facções dividiam o Partido Republicano. Um jornal republicano local editado pelo ativista afro-americano Philip Joseph protestou amargamente que "os homens brancos no Partido Republicano preenchem todos os cargos pagos e ainda assim se um homem de cor ousar abrir a boca para falar do assunto ele é acusado de tentar criar um partido de homens negros". A atmosfera política era muito diferente daquela da Convenção Constitucional da Luisiana, com seu equilíbrio de delegados categorizados como "brancos" e "de cor"⁵⁰.

No final de 1874, as batalhas políticas terminaram com a vitória democrata, seguida por uma investigação do Congresso sobre alegações de fraude e intimidação. Curiosamente, Édouard Tinchant parece não ter sequer se registrado para votar, embora tivesse pago seu imposto comunitário. É bem possível que tivesse se afastado do sectarismo peculiar de Mobile. Ou talvez tivesse que lhe pedissem a documentação de sua cidadania, ou não quisesse confrontar o livro de registro, em que cada eleitor era declarado negro, branco ou "creole". A manutenção de uma identidade racialmente não marcada, por razões comerciais, dependia sobretudo de evitar investigações diretas⁵¹.

Édouard já havia experimentado cruzar fronteiras, escondendo suas simpatias abolicionistas dos clientes confederados de seu irmão Joseph na Nova Orleans do tempo da guerra, e aparentemente evitando ser rotulado como "de cor" em suas viagens de negócios a Memphis durante a Guerra Civil. Mas, quando era mais jovem, tinha dito que não gostava de estar com seus ricos clientes em Memphis e que gostaria de se estabelecer de novo em Nova Orleans para viver "*en vieux mulât*" — literalmente "como um velho mulato" — uma frase que, com sua maneira de escrever em francês caribenho, evocava

ascendência mista e o conforto de estar entre amigos e família. Em Mobile, Alabama, na década de 1870, no entanto, não havia qualquer jornal em língua francesa no qual pudesse exibir seus princípios e sua eloquência, nem uma base política sobre a qual construir uma carreira. Outros já haviam ocupado o espaço da política republicana e estavam sob o terrível ataque da Ku Klux Klan e de milícias congêneres. Embora o papel especial daqueles designados como "creoles" em Mobile pudesse ter criado espaço para Édouard Tinchant como homem de negócios, não seria nada fácil ser um ativista político e um "mulato"⁵².

Os princípios de respeito e de igualdade em direitos públicos tinham sido importantes para Édouard Tinchant durante muito tempo. Em Mobile, no entanto, ele parece ter conseguido um caminho para um estado social respeitável, pois o termo "de cor" que tanto estigmatizava uma pessoa estava ausente de seu registro no censo e no catálogo da cidade. Ele poderia, é claro, ter agarrado o braço do recenseador e dito "Não, você está errado, eu sou um homem de cor". Mas, de certo modo, um gesto como esse seria pouco característico de alguém que havia passado os primeiros 21 anos de sua vida na Europa, onde rótulos assim não tinham sido atribuídos a ele. Além disso, havia sempre se adaptado a novas circunstâncias, registrando sua nacionalidade francesa com o cônsul francês em Nova Orleans, mas reivindicando a cidadania norte-americana dois anos mais tarde, após ter-se alistado no exército da União. Agora era mais fácil ser Edward do que Édouard, e ele podia simplesmente deixar que o recenseador presumisse que um homem nascido na França era branco. Louisa, como esposa de um homem branco nascido no estrangeiro, aparentemente tornara-se uma mulher branca por princípio, pelo menos para objetivos do censo federal.

Essa adaptabilidade se estendeu ao nome da empresa: "Home Industry Cigar Manufactory". Ele estava enfatizando que esses eram charutos produzidos domesticamente e por preços razoáveis; não deu a sua empresa um nome francês ou espanhol e não se gabava de seu produto chamando-o de "charutos Havana" como faziam alguns de seus competidores em Mobile e seus irmãos mais velhos em Antuérpia. Em vez disso, dava ênfase a sua autenticidade e aos preços baixos ("Preços mais baixos para o comércio"). Em 1875, o avaliador de confiabilidade de crédito da R. G. Dun expandiu sua notação normalmente lacônica e acrescentou que E. A. Tinchant tinha chegado "uns 5 ou 6 anos atrás sem quaisquer recursos e por meio de trabalho honesto e muita atenção progrediu e agora vale pelo menos 4 mil de Capital". Usando uma palavra elogiosa que contrasta com o *modus operandi* dos irmãos Tinchant mais velhos

no México, o representante da Dun acrescentou: "não encomenda mais do que pode pagar"⁵³.

Um mapa de seguro de incêndio de Mobile dessa década mostra o espaço alugado no qual essa "indústria doméstica" se desenvolvia. A parte da frente de um prédio na rua North Royal entre a State e a Saint Anthony era rotulada de "fábrica de charutos" e a sala na parte de trás era o "depósito". Um espaço estreito adjacente era designado como loja, com um galpão no fundo. A propriedade vizinha, de um lado, era uma oficina de cartuagens e, do outro, um terreno vazio. Édouard, Louisa e Antonine presumivelmente moravam no andar de cima, sobre a oficina e o depósito⁵⁴.

Em 1876, Édouard Tinchant empregava 10 ou 12 "auxiliares" e em julho daquele mesmo ano registra-se que ele abrira uma loja de varejo além da fábrica. O inspetor de R. G. Dun agora acreditava que seu capital seria entre 5.000 e 6.000 dólares, e suas práticas comerciais exemplares. O relatório preenchido em maio de 1877 acrescentou que a empresa estava "melhorando a cada dia" e que E. A. Tinchant era muito digno e honesto. Tudo parecia estar indo mais do que bem⁵⁵.

E então, subitamente, Édouard Tinchant e sua família desapareceram de Mobile. O nome Tinchant sumiu do catálogo da cidade; sua empresa saiu dos livros de avaliação de R. G. Dun. O coletor de impostos da cidade avaliou os móveis, máquinas e mercadoria de Édouard Tinchant em 1.300 dólares, mas marcou essa entrada com uma observação a lápis: "partiu antes do livro ser arquivado"⁵⁶.

Os motivos podem ter sido uma mistura de política, negócios e família. Em Mobile, para todos os objetivos práticos, a Reconstrução já havia terminado em 1874 com a eleição estadual dos democratas favoráveis à supremacia branca. Além disso, em 1877, o poder em nível nacional também estava mudando. O acordo Hayes-Tilden pôs um Republicano na presidência, mas criou as condições que permitiram que os Democratas dominassem cargos locais no Sul. Com efeito, o acordo prometia diminuir a autoridade federal na região. Começava então uma nova era do que mais tarde Édouard Tinchant chamou de "leis abomináveis" e "preconceitos ignorantes"⁵⁷.

O colapso da Reconstrução aparentemente obrigou Édouard a lidar com a questão de se os Estados Unidos eram de fato o país do qual ele queria ser um cidadão. Como Armand Lanusse tinha assinalado em seu ataque mais de uma década antes, Édouard mantinha os documentos de sua cidadania francesa escondidos em uma gaveta. Em sua própria defesa ele tinha informado aos leitores do *Tribune* que esses documentos poderiam ser úteis para a luta

em outra época e lugar. Ele sabia, pela longa história de sua família, que poderia haver outros lugares.

Se Édouard Tinchant explicou sua partida a seus colegas em Mobile, ele pode ter usado como justificativa a empresa familiar e ter dito que seu irmão Louis precisava que ele fosse para a Bélgica para gerenciar a Maison Américaine. Presumindo que Louis, o mais velho, realmente tenha feito esse apelo a Édouard, o mais novo, é um sinal do quanto ele tinha mudado. Cinco anos de comércio bem-sucedido em Mobile haviam ocultado as irresponsabilidades anteriores de Édouard, e seu exigente irmão mais velho estava pronto para compartilhar as tarefas do negócio com ele⁵⁸.

Antes de deixar completamente os Estados Unidos, no entanto, Édouard, Louisa e as crianças voltaram a Nova Orleans. Lá, Louisa deu à luz uma segunda filha, a quem chamaram de Marie Louise Julie. O nome pode bem ter sido dado em memória da irmã da mãe de Édouard, Marie Louise, que se perdeu anos antes quando a família tinha fugido da guerra continua em Saint-Domingue, e sobre quem Édouard talvez tivesse ouvido histórias. De fato, em cada geração dos descendentes de Édouard havia sempre uma Marie-Louise, até a sua bisneta Marie-Louise Van Velsen, que vivia em Antuérpia até 2012⁵⁹.

Quando o bebê tinha apenas alguns meses, Édouard tirou um passaporte para a família em Nova Orleans, assinando a linha que o declarava ser "um fiel cidadão nativo dos Estados Unidos". Acompanhados por uma jovem empregada para ajudá-los, eles embarcaram em um navio para a Europa. O inquieto Édouard Tinchant, há muito visto como criador de problemas por seu pai e irmãos, ia de volta para Antuérpia, a cidade que, em desgraça, ele tinha deixado 17 anos antes⁶⁰.

A mãe viúva de Édouard, Elisabeth Vincent, estava já bastante idosa. Seus documentos de identidade belgas diziam que ela tinha apenas 70 anos, mas, de acordo com a certidão de batismo de 1799 em Saint-Domingue e várias declarações de sua idade desde então, ela na verdade iria fazer 80 anos em 1879. Édouard continuaria a lhe enviar cartas carinhosas durante os anos de afastamento de seu pai. Ele pode ter pensado também que havia chegado a hora de levar seus filhos de volta para se estabelecerem perto da avó⁶¹.

Ao chegar a Antuérpia em julho de 1878, Edward Tinchant se transformou formalmente em Édouard uma vez mais e no formulário de registro exigido dos estrangeiros ele transmitiu os detalhes da história de sua família como se lembrava deles. Ele inscreveu sua esposa como Louise Debergue, nascida em Nova Orleans no dia 24 de agosto de 1845. Havia três filhos: Marie Antonine Elisabeth Anne, nascida em Mobile em 1870; Arthur Jacques Antoine, nascido

em Mobile em 1875; e Marie Louise Julie, nascida em Nova Orleans apenas alguns meses antes de sua partida para Antuérpia. A seguir Édouard preencheu as informações sobre seus pais: Jacques, agora falecido, havia nascido, na opinião de Edouard, em Baltimore (não Halifax, como dizia uma certidão de casamento antiga). O item mais estranho em suas informações, no entanto, foi o lugar de nascimento de sua mãe. Aparentemente ele acreditava que ela nascerá em Santiago de Cuba. Em 1878, Édouard não parecia ter muita certeza sobre os detalhes da conexão de sua mãe com Saint-Domingue, a terra natal que a própria Élisabeth Vincent sempre reconhecerá. Mas o erro é revelador, porque sugere que em algum momento na juventude de Édouard sua mãe tenha lhe contado uma ou outra história sobre a época em que ela e a mãe Rosalie estiveram exiladas em Cuba, e talvez também sobre as circunstâncias em que foram separadas de seus irmãos⁶².

Pouco depois de Édouard e sua família chegarem a Antuérpia, vieram notícias de que as dívidas em aberto no México e o ressentimento guardado por seu irmão Jules agora haviam produzido um processo legal. O rápido sucesso de Joseph Tinchant como fabricante quando ele voltou à Europa apenas lembrava aos outros as somas que ele ainda devia a amigos da família no México. Em 1879, Jules voltou pessoalmente em Antuérpia, saindo de Veracruz, para encontrar um advogado e confrontar Joseph com uma pilha de recibos e contas antigas. John Hart, de J. Ollivier & Co. no México, enviou outra de suas cartas ameaçadoras diretamente a Joseph. Parabenizando-o por ter se dado melhor na Bélgica do que no México, Hart sugeriu: "Você não acha que chegou a hora de finalmente pensar em pagar as letras de câmbio que ainda tenho em mãos?". Em resposta, Joseph depositou um pacote de correspondência da família e uma quantidade de memorandos nas mãos de seu próprio advogado, o eminente bacharel liberal Jacques Cuylits, tentando estabelecer que quaisquer dívidas pendentes eram devidas à vida tumultuada e à irresponsabilidade de seu irmão Jules⁶³. Jules logo voltou para o México, mas o processo continuou até o ano de 1887. No fim Joseph perdeu o caso e foi obrigado a pagar as dívidas antigas. Ele pode ter ficado justificadamente exasperado com Jules, mas até ele sabia que as dívidas pendentes da operação Tinchant tinham deixado amigos抗igos da família em dificuldade⁶⁴.

Apesar da insatisfação associada com aqueles anos no México, a fazenda em Cazonera entrou para a imaginação das próximas gerações como um Jardim do Paraíso perdido. Em 1894 o filho de Joseph e Stéphanie, Vincent, que es-

tava sendo treinado para assumir a empresa de seu pai em Antuérpia, fez uma viagem ao México. Escreveu para os pais relatando a rede de parentes e amigos das margens do rio Tecolutla que vieram lhe dar as boas-vindas. Para Vincent Tinchant essa era uma verdadeira família em um lugar onde ele fora bem recebido e onde Don José era lembrado com carinho. Entre os Gonzales, ele ficou particularmente comovido ao ver sua avó materna, Julianne, que chamou carinhosamente de *Nénaine*. Daquela data em diante, Vincent Tinchant adotou uma versão totalmente mexicana da história da família⁶⁵.

Com o passar dos anos, após 1875, cada uma das empresas de tabaco da família com base em Antuérpia se tornou uma empresa internacional bem-sucedida, trazendo uma prosperidade sólida aos irmãos e depois a seus descendentes. Na década de 1890, a sociedade entre Joseph Tinchant e seu irmão Ernest, a Tinchant Frères, tinha clientes e fornecedores de Bucareste a Lisboa e de Argel até Londres. Em 1895 Joseph estabeleceu uma nova empresa intitulada "José Tinchant y Gonzales y Cie." com seu filho Vincent, que ele havia há muito preparado para assumir esse papel⁶⁶.

Quando se encarregou do gerenciamento da operação da Tinchant y Gonzales, o exuberante e encantador Vincent Tinchant expandiu a empresa ainda mais, fez muito dinheiro e comprou um castelo no campo para seu próprio uso. Lá, ele contava histórias da propriedade mexicana da família, que em um determinado momento tinha sido fabulosa e à qual ele dava o nome de Caso-neras, e dos aristocratas franceses e nobres espanhóis que ele imaginava estariam entre os antepassados dos Tinchant. Às vezes falava em espanhol com seus filhos nascidos na Bélgica, e dava a seus cavalos nomes que evocavam um passado mexicano profundo, incluindo Quetzalcoatl e Tlaloc. (A bisneta de Vincent lembra que o cavalariço da propriedade, cujo idioma era o flamengo, achava esses caprichos linguísticos particularmente penosos.) Todas as menções ao exílio, ao republicanismo e à luta por igualdade de direitos em Nova Orleans foram excluídas dessa narrativa sobre a ascendência familiar. Um quadro de sucesso comercial cosmopolita, realçado por verdadeiras mansões senhoriais na Bélgica e outras imaginadas no México, não deixava qualquer espaço para a questão do preconceito de cor⁶⁷.

Notas

¹ Veja Jules Tinchant a Ernest Tinchant, 20 de outubro de 1861, transcrição, Tinchant Family Papers, na posse de Philippe Struyf (daqui em diante TFP-PS).

- ² Veja Brian Coutts, "Boom and Bust: The Rise and Fall of the Tobacco Industry in Spanish Louisiana, 1770-1790", *Americas* 42 (janeiro de 1986): 289-309. Sobre as atrações do México para famílias de cor livres em Nova Orleans, veja Mary Niall Mitchell, *Raising Freedom's Child: Black Children and Visions of the Future after Slavery* (New York, NYU Press, 2008), cap. 1.
- ³ Veja David Skerritt, "A Negotiated Ethnic Identity: San Rafael, a French Community on the Mexican Gulf Coast (1833)", *Cahiers des sciences humaines* 30 (1994): 455-474. Sobre o comércio de baunilha, veja Emilio Kouri, *A Pueblo Divided: Business, Property and Community in Papantla, Mexico* (Stanford, CA, Stanford University Press, 2004), 88, 101.
- ⁴ Veja Jules Tinchant a Ernest Tinchant, 20 de outubro de 1861; e Jules Tinchant para Jacques Tinchant, 16 de agosto de 1862, transcrições TFP-PS. Sobre a febre amarela em Jicaltepec, veja Antonio García Cubas, *Escritos diversos de 1870 a 1874* (México, Imprenta de Ignacio Escalante, 1874), esp. 203-210; Jean-Christophe Demard, *Jicaltepec: chronique d'un village français au Mexique* (Paris, Les éditions du porteglaive); e Simone Gache, "Une colonie française au Mexique (San Rafael Jicaltepec)", *Population* 4 (1949): 553-554.
- ⁵ Jules Tinchant a Ernest Tinchant, 20 de outubro de 1861, transcrição TFP-PS.
- ⁶ Sobre a intervenção francesa e o Segundo Império Mexicano, veja o Capítulo 7, nota 5; Enika Pani, *El segundo imperio: Pasados de usos múltiples* (México City, Centro de Investigación y Docencia Económicas e Fondo de Cultura Económica, 2004); e Jean-François Lecaillon, *La Campagne du Mexique* (Paris, Bernard Giovangeli Éditeur, 2006). O comandante francês Charles Ferdinand Latrille declarou: "Somos tão superiores aos mexicanos em raça, organização, moralidade e sentimentos dedicados que imploro que V. Exa. informe ao imperador que como chefe de 6 mil soldados já sou dono do México". Citado em Michael C. Meyer e William H. Beezley, *The Oxford History of Mexico* (New York, Oxford University Press, 2000), VIII.
- ⁷ Sobre a posição ambígua dos colonos em Jicaltepec, veja Skerritt, "Negotiated Ethnic Identity", 459. Sobre o tabaco, veja Carmen Blázquez Domínguez, *Veracruz Liberal* (1858-1860) (México, D.F., El Colegio de México, A.C., 1986), 195-196. A loja dirigida por Jules é descrita na tradução francesa de 8 de abril de 1865 do documento cartorial que mais tarde estabeleceu a Tinchant Hermanos, depositado no arquivo do processo intitulado Tinchant v. Tinchant, agora com o código 2173, Documentos do advogado Cuylits, no FelixArchief, Antwerp (daqui em diante Fonds Cuylits, FA).
- ⁸ Veja Armand Lanusse, "Maximilien au Mexique", *L'Union* (New Orleans), 12 de julho de 1864.
- ⁹ Veja Blázquez Domínguez, *Veracruz Liberal*, 195-196.
- ¹⁰ Veja a lista de passageiros do *Carísimo*, que chegou em março de 1864, em *Passenger Lists of Vessels Arriving at New Orleans, Louisiana, 1820-1902*, RG 30, reproduzida no rolo 50, United States National Archives (daqui em diante USNA) Microcópia M 259.
- ¹¹ Jules enfatizou que Édouard não deveria ser incluído no plano, no entanto, aparentemente acreditando que seu comportamento poderia ferir a reputação dos outros. Veja Jules Tinchant a Joseph Tinchant, 5 de junho de 1864, arquivo 2173, Fonds Cuylits, FA.
- ¹² Veja "Émigration", *La Tribune*, 25 de agosto de 1864, e "Mémoire de Joseph Tinchant sur son frère Pierre", sem data, arquivo 2173, Fonds Cuylits, FA.
- ¹³ "Émigration", *La Tribune*, 25 de agosto de 1864. O artigo cita alguns versos que eram os favoritos de Lanusse e reitera o tema do respeito do governo mexicano pelos direitos iguais.
- ¹⁴ Veja o documento de fundação de 8 de abril de 1865; as "Retificações", sem data, submetidas por Joseph Tinchant a seu advogado; a carta de Joseph Tinchant para John Hart, 1869, e evidência do pagamento parcial de seu empréstimo inicial em uma série de respostas preparadas

- pelo advogado de Jules Tinchant, C.G. Brack, datadas 22 de junho de 188[1?]; todas no arquivo 2173, Fonds Cuyllits, FA.
- 15 Para a data e o local do batismo, veja a cópia da certidão de casamento de 1895 de Vincent Tinchant, TFP-PS. Sobre a localização e a paisagem de Cazonera, veja Kouri, *Pueblo Divided*, cap. 2. Sobre a hidrologia da área, veja Ricardo Javier Garnica Pena e Irasema Alcántara Ayala, "Riesgos por inundación asociados a eventos de precipitación extraordinaria en el curso bajo del río Tecolutla, Veracruz", *Investigaciones Geográficas, Boletín del Instituto de Geografía, UNAM* 55 (2004): 23-45.
 - 16 Agradecemos a Barbara Hahn por esclarecer o conceito de uma "cadeia de produtos" no tabaco e a John Womack por compartilhar generosamente seu trabalho não publicado sobre tabaco em Veracruz. Veja Barbara M. Hahn, *Making Tobacco Bright: Creating an American Commodity, 1617-1937* (Baltimore, Johns Hopkins University Press, 2011).
 - 17 Sobre tabaco, veja Kouri, *Pueblo Divided*, 58-63; e José González Sierra, *Monopolio del humo: Elementos para la historia del tabaco en México y algunos conflictos de tabaqueros veracruzanos* (Xalapa, Centro de Investigaciones Históricas, Universidad Veracruzana, 1987), 70-76.
 - 18 Veja a "Escritura de venta de un sitio y casa en la Congregación de 'Barriales' otorgada por Jose Tenchant [sic]", de 1873, ato 36 registrada em 15 de abril de 1890, no "Libro de Registro Público", Tabeliao Isaac M. Fuentes, Registro Público da la Propiedad, Papantla, consultado por Bruno Renero-Hannan, janeiro de 2011.
 - 19 Veja "Comptabilité de la société Tinchant Hermanos"; e Louis Tinchant a Joseph Tinchant, 10 de abril de 1867, no arquivo 2173, Fonds Cuyllits, FA.
 - 20 Veja a carta impaciente de Louis Tinchant a Joseph Tinchant, 10 de abril de 1867, arquivo 2173, Fonds Cuyllits, FA; e a cópia datilografada de uma *quittance* de 1867 de Jacques a Louis, TFP-PS.
 - 21 A viagem para Nova Orleans de Pierre em julho de 1865, e a de Jules em 1866, assim como uma ladinha de problemas financeiros por Louis Tinchant a Joseph Tinchant, 13 de junho de 1867, estão todas registradas no arquivo 2173, Fonds Cuyllits, FA.
 - 22 O relato desses amargos desentendimentos veio à tona no processo *Tinchant v. Tinchant* de 1881, arquivo 2173, Fonds Cuyllits, FA.
 - 23 Veja Jasper Ridley, *Maximilian and Juárez* (London, Constable, 1993), 210, e Joseph E. Chance, *José María de Jesús Carvajal, The Life and Times of a Mexican Revolutionary* (San Antonio, TX, Trinity University Press, 2006), cap. 10.
 - 24 Para a perspectiva de Jules sobre o conflito mexicano em 1866, veja Jules Tinchant a Joseph Tinchant, 5 de dezembro de 1866, arquivo 2173, Fonds Cuyllits, FA.
 - 25 A história de serviço a Juárez tornou-se parte de um esboço biográfico extraoficial de José Tinchant preparado por alguns de seus descendentes. Uma versão desse texto é intitulada "Biographic de José Tinchant Y Gonzales" e está guardada nos documentos da família na posse de Isabelle Ivens. A família de Joseph manteve um documento oficial que o descrevia como um cidadão mexicano, embora fosse um passaporte para uma viagem específica e não um documento formal de naturalização. Veja o passaporte de 1875 para Havana concedido ao *ciudadano mexicano* José Tinchant, nos documentos da Família Tinchant na posse de François-Cousin (daqui em diante TFP-FC).
 - 26 Louis Tinchant a Joseph Tinchant, 13 de junho de 1867, arquivo 2173, Fonds Cuyllits, FA. Um pacote adequado do tabaco mexicano para charutos consistia geralmente de oitenta *tercios* atados incluindo tanto o recheio (*tripas*) e as folhas para envolver (*capa*). John Womack Jr., comunicação pessoal, 2008.
 - 27 Veja Louis Tinchant a Joseph Tinchant, 13 de junho de 1867, arquivo 2173, Fonds Cuyllits, FA.

- ²⁸ Veja Jules Tinchant a Joseph Tinchant, 1º de outubro de 1867; e a cópia de Jules Tinchant a John Hart (também aparentemente de outubro de 1867), anexada com uma carta marcada #14, ambas no arquivo 2173, Fonds Cuylits, FA.
- ²⁹ Cópia, John Hart a Joseph Tinchant, 27 de outubro de 1867, arquivo 2173, Fonds Cuylits, FA.
- ³⁰ John Hart a Joseph Tinchant, 27 de outubro de 1867, arquivo 2173, Fonds Cuylits, FA.
- ³¹ Veja Jules Tinchant a Joseph Tinchant, 7 de abril de 1868; e o documento intitulado "Réfutations par M. Joseph Tinchant", datado 22 de junho de 1881, no arquivo 2173, Fonds Cuylits, FA.
- ³² Veja Jules Tinchant a Joseph Tinchant, 7 de abril de 1868, no arquivo 2173, Fonds Cuylits, FA. Os filhos de Joseph e Stéphanie, Jules de los Angeles e Pierre, nasceram em Tlapacoyan, segundo o documento cartorial preparado por Joseph Tinchant, 17 de março de 1894, no Tabelião Emile Deckers, Rijksarchief te Antwerpen (daqui em diante RA), Antuérpia. Um registro batismal para sua filha Eliza, registrada em Teziutlán está em TFP-PS. Sobre Tlapacoyan e Tezozomí, veja Kouti, *Pueblo Divided*, 124.
- ³³ Nessa carta de 1871, Joseph refletia amargamente sobre a decisão de se arriscar assim no comércio do tabaco, embora acreditasse que o motivo deles tinha sido nobre — ganhar dinheiro a fim de garantir a maior felicidade para seus pais. José Tinchant a Ernest Tinchan, 22 de agosto de 1871, transcrições, TFP-PS.
- ³⁴ García Cubas, *Escritos diversos*, 178-190.
- ³⁵ O passaporte está em TFP-FC.
- ³⁶ A data da chegada da família à Bélgica é dada como "um ano antes" no registro policial datado de 8 de dezembro de 1876, arquivo 14046, Vreemdelingedossiers, reproduzido em microfilme, Modern Archief (do Stadsarchief), FelixArchief, Antuérpia (daqui em diante MA, FA).
- ³⁷ Várias litografias dos Irmãos Tinchant e da última firma de José Tinchant y Gonzales são propriedade de Philippe Struyf em Bruxelas, que generosamente nos permitiu vê-las.
- ³⁸ O irmão mais velho de Stéphanie, Vincent Gustave Gonzales, tinha nascido em Nova Orleans em 1832. Veja o Louisiana Birth Records Index, 1790-1890, vol. 6, 338, acessado por meio de Ancestry.com. Referem a "Los Hermanos Gustavo y Damián González" como cubanos em um capítulo sobre imigração cubana para San Andrés Tuxtla em Leon Medel y Alvarado, *Historia de San Andrés Tuxtla, 1532-1950*, vol. 1 (Tacobaya, Mexico, Editorial Cidateped, 1963), 280-281.
- ³⁹ Sobre o desenvolvimento da fabricação de charutos em Antuérpia, e o papel dos Tinchantes na produção de havanes, veja Guillaume Beetemé, *Anvers: métropole du commerce et des arts*, vol. 1 (Louvain, Imprimerie Lefever, 1887), 194, 419.
- ⁴⁰ A citação é de um artigo laudatório sobre os charutos Tinchant publicado em *L'Encyclopédie contemporaine illustrée. Revue hebdomadaire universelle des sciences, des arts et de l'industrie*, 140 (3 de maio de 1891). Sobre o papel de Vincent Gustave Gonzales, veja o artigo 9 dos charutos de Tinchant Frères, baseado na Rua Breydel em Antuérpia, em "Statuts", 12 de março de 1883, Tabelião F.A. Gheysens, R.A.
- ⁴¹ Desenhos das fábricas na Rua Breydel podem ser encontrados no arquivo 71, ano 1896, seção Hinderlijke instrichtingen (empresas perigosas), Provinciarchief, Antwerpen, Antwerp.
- ⁴² Essa descrição se baseia em duas cartas de Édouard para sua mãe, datadas de 3 de dezembro de 1864 (descrevendo suas viagens a Memphis para vender charutos) e 16 de agosto de 1868 (annunciando seu noivado e suas viagens a cada mês, presumivelmente para vender charutos), ambas a transcrições em TFP-PS.
- ⁴³ Veja Clinton P. King e Meriem A. Barlow, *Naturalization Records, Mobile, Alabama, 1833-1906* (Baltimore, Gateway Press, 1986). Como Cuba era uma colônia espanhola à época, outros residentes de Mobile nascidos em Cuba podem ter sido categorizados simplesmente como sendo

da Espanha. A referéncia de Édouard a seu apoio à causa cubana está em Édouard Tinchant para Máximo Gómez, 21 de setembro de 1899, sig. 3868/4161, leg. 30, Fondo Máximo Gómez, Archivo Nacional de Cuba (daqui em diante FMG, ANC). Ativistas cubanos de Mobile aparecem em Paul Estrade, *José Martí: Los fundamentos de la democracia en Latinoamérica* (Aranjuez, Ediciones Doce Calles, 2000), 902.

- ⁴⁴ As frases exatas são "pour qu'il put recevoir de mes nouvelles et nous donner avant de mourir la bénédiction que je lui demandais pour ma famille" e "Je m'incline cependant devant la volonté de Dieu car c'est là la bien severe, hélas, mais juste punition de ma coupable négligence envers mes vieux parents". Édouard Tinchant a Élisabeth Vincent, 12 de fevereiro de 1871, transcrição, TFP-PS.
- ⁴⁵ Sobre a missa, veja Édouard Tinchant a Élisabeth Vincent, 12 de fevereiro de 1871, transcrição TFP-PS. Sobre a campanha permanente de Paul Trevigne contra a segregação escolar em Nova Orleans, veja o artigo "Affairs in Louisiana", *New York Times*, 24 de outubro de 1877.
- ⁴⁶ Édouard Tinchant a Élisabeth Vincent, 12 de fevereiro de 1871, transcrição, TFP-PS.
- ⁴⁷ Veja *Directory of the City of Mobile for 1872* (Mobile, Henry Farrow & Co. s.d.), 212, 218, 320.
- ⁴⁸ Veja o *Directory of the City of Mobile for 1873 e 1874* (ambos publicados por Henry Farrow & Co.), que contêm variantes do anúncio. Os relatórios de crédito estão no vol. 17, Alabama, R.G. Dun & Co. Collection, Baker Library, Historical Collections, Harvard Business School (daqui em diante R.G. Dun, BL).
- ⁴⁹ Veja Édouard Tinchant a Élisabeth Vincent, 31 de maio de 1874, transcrição, TFP-PS.
- ⁵⁰ "Don't Raise the Question of Color", *Mobile Watchman*, 30 de agosto de 1873.
- ⁵¹ Sobre a política da Reconstrução, veja Michael W. Fitzgerald, *Urban Emancipation: Popular Politics in Reconstruction Mobile, 1860-1890* (Baton Rouge, Louisiana State University Press, 2002); e Joseph Matt Brittain, "Negro Suffrage and Politics in Alabama since 1870" (tese de doutorado, Indiana University, 1958). Uma investigação das listas de registro de eleitores nos dois departamentos da cidade em que Édouard Tinchant morava e trabalhava não permitiu encontrar seu nome. É possível, embora não provável, que ele se registrasse em algum outro departamento para os quais registros já não existem. Veja "Register of Voters, 1874", Mobile Municipal Archives (daqui em diante MMA). Os livros de impostos da cidade para 1873, também em MMA, registram seu pagamento do imposto por cabeça.
- ⁵² Veja Fitzgerald, *Urban Emancipation*, 110-117; e as páginas do *Mobile Register* para esses anos.
- ⁵³ *Mobile City Directory for the Year 1876* (Mobile, Henry Farrow & Co., 1875), anúncio na frente do folheto; e a inscrição para E.A. Tinchant datado julho de 1875 em vol. 17, Alabama, R.G. Dun, BL.
- ⁵⁴ Veja a folha 5 do mapa Sanborn para Mobile, Alabama, publicado em maio de 1880, disponível nos Archives of the University of South Alabama. A propriedade era alugada por Édouard Tinchant — não lhe pertencia — e este não aparece como proprietário de qualquer imóvel nos registros de impostos, MMA.
- ⁵⁵ Veja as inscrições sobre Tinchant de janeiro e julho de 1875, janeiro e julho de 1876 e maio de 1877, no vol. 17, Alabama, R.G. Dun, BL.
- ⁵⁶ Veja os City Tax Books para 1877, MMA.
- ⁵⁷ Fitzgerald, *Urban Emancipation*, 227-245; Édouard Tinchant a Máximo Gómez, 21 de setembro de 1899, sig. 3868/4161, leg. 30, FMG, ANC.
- ⁵⁸ Esse relato de uma chamada do irmão Louis foi aquele transmitido em um artigo de jornal uma década mais tarde (*Mobile Register*, 11 de dezembro de 1887).

- ⁵⁹ A inscrição de 3 de julho de 1878 para a família de Édouard Tinchant com a Administration de la sureté publique nº 148 em Antuérpia dá como sua filha mais nova Marie Louise Julie, nascida em Nova Orleans dia 14 de março de 1878. Veja arquivo 38914 Vreemdelingendossiers 1878, reproduzido em microfilme, MA, FA. O pedido de passaporte feito por Édouard em Nova Orleans mostra o nome da menina como Emilie L. (Pedido de passaporte de Édouard Tinchant, data de expedição 29 de maio de 1878, Nova Orleans, em Passport Applications, 1795-1905, RG 59, reproduzido no rolo 224, USNA, Microcópia M1372.) Seu nome completo era Marie Louise Amélia Julie Tinchant. Para informações detalhadas sobre as filhas de Édouard, a falecida Marie-Louise "LouLou" Van Velsen nos ajudou muito.
- ⁶⁰ Veja o pedido de passaporte de Édouard Tinchant citado acima.
- ⁶¹ Para os registros belgas de Élisabeth, veja arquivo 14534, Vreemdelingendossiers 1857, reproduzido em microfilme, MA, FA. Ela deu sua idade como sendo 50 anos em 1857.
- ⁶² Veja a inscrição para a família de Édouard Tinchant, arquivo 38914, Vreemdelingendossiers 1878, reproduzido em microfilme, MA, FA. Quando Jacques e Élisabeth tinham eles próprios entregue um formulário semelhante de registro policial na sua chegada a Antuérpia, 21 anos antes, o local de nascimento de Élisabeth (a que se referiam como Elisa) foi dado como "l'Île St. Domingue". Veja arquivo 14534, Vreemdelingendossiers 1857, reproduzido em microfilme, MA, FA.
- ⁶³ Veja a carta de J. Hart para J. Tinchant, 9 de setembro de 1880, e outros documentos no arquivo 2173, Fonds Cuylits, FA.
- ⁶⁴ Veja a cópia em papel fino de uma carta de Joseph Tinchant para John Hart, provavelmente no final de 1880, no arquivo 2173, Fonds Cuylits, FA.
- ⁶⁵ Veja Vincent Tinchant para sua família, 12 de dezembro de 1894, TFP-PS.
- ⁶⁶ Veja "Société en nom collectif", 12 de junho de 1895, Ato 200, Tabelião Émile Decker, R.A.; "Liquidation & Partage", 9 de março de 1897, Ato 80, Tabelião Émile Decker, R. A.
- ⁶⁷ As lembranças sobre o uso do espanhol e a denominação de cavalos são de Françoise Cousin, comunicação pessoal, janeiro de 2011. Vários descendentes dos Tincharts têm ideias diferentes sobre a plausibilidade do quadro que Vincent fazia da história da família.

6

7

8

CAPÍTULO 9

Cidadãos para além da nação

Fornecedores de um produto refinado, de grande destaque social, em uma época de consumo em expansão, os irmãos Tinchant prosperaram como fabricantes de charutos em Antuérpia do fim do século. Suas inteligentes campanhas de *marketing* evocavam o México, Cuba e as múltiplas conexões da família através do Atlântico, polindo seus produtos com um toque apropriado de pericia caribenha. Joseph Tinchant pôde fazer com que seu filho Vincent fosse educado pelos jesuítas na Bélgica, estudo complementado na Inglaterra e na Alemanha e seguido por uma volta ao mundo pelas cidades nas quais a Tinchant Frères tinha negócios. No entanto, o mesmo passado cosmopolita de que os irmãos se vangloriavam em suas marcas comerciais e nos rótulos de suas caixas de charutos deixava dúvidas sobre sua própria nacionalidade. À medida que se mudavam decididamente para a burguesia urbana de uma nação solidamente europeia, essas incertezas exigiam uma solução¹.

Em 1892, Ernest e Joseph, os proprietários da Tinchant Frères, começaram o processo de busca por plenos direitos de cidadania como belgas. Joseph acompanhou sua petição formal de *grande naturalisation* (grande naturalização) com uma autobiografia sumária que descrevia um arco ascendente desde o nascimento em Nova Orleans até a educação na França, com um intervalo no México, culminando com uma próspera carreira como empresário na Bélgica. À época da petição, registrava-se que Joseph possuía duas propriedades na cidade e era coproprietário, com Ernest, de três fábricas de charutos, uma em Antuérpia, uma em Saint Nicolas e uma em Eindhoven, nos Países Baixos. A narrativa de Joseph observava dramaticamente que a Tinchant Frères tinha começado em Antuérpia em 1875 com apenas dez trabalhadores, mas agora mantinha cerca de 2 mil operários ocupados no porto e nas oficinas. Em 1891, escreveu ele, a Tinchant Frères tinha exportado mais de 50 milhões de charutos².

Garantido pelos relatórios das autoridades de Antuérpia e de Pau de que não havia queixas contra Joseph Tinchant, e provavelmente impressionado com a escala e o sucesso das operações comerciais dos irmãos, o *rapporteur* confirmou que a "conduta e a moralidade" dos Tinchant estavam acima de qualquer censura. No dia 19 de maio de 1893, a Câmara de Representantes belga decidiu por 71 votos a favor e 16 contra a concessão a Joseph da solicitada *grande naturalisation*, que lhe deu todo o leque de direitos políticos e civis de um cidadão belga, bem como a elegibilidade para cargos públicos. A Câmara rapidamente fez o mesmo para Ernest Tinchant³.

Durante um período de intensa luta sobre os direitos de voto na Bélgica, essa *grande naturalisation* permitiu que dois dos irmãos Tinchant entrassem para uma categoria privilegiada. Sob pressão da mobilização popular, o governo belga estava substituindo qualificações altamente restritivas de propriedade para o direito de voto por um sufrágio masculino nominalmente universal. Mas, sob o sistema de "votos plurais" introduzidos com a lei mais ampla de sufrágio, de 1893, titulares da *grande naturalisation* receberam uma voz política maior do que os trabalhadores que recentemente tinham obtido o direito de votar⁴.

Havia uma coisa estranha na documentação de Joseph, no entanto. Não estava claro que nacionalidade ou cidadania ele poderia ter tido antes de sua naturalização como belga. Joseph Tinchant tinha nascido uma "criança de cor livre" em Nova Orleans em 1827. Sob as muitas restrições que haviam emergido junto com as leis da escravidão, sua designação como uma pessoa de cor livre não lhe conferia qualquer direito a uma reivindicação durável à cidadania nacional nos Estados Unidos. Se o estatuto como escravo implicava uma situação de absoluta negação da cidadania, o estatuto como pessoa de cor livre implicava apenas um mesquinho conjunto de direitos e, durante a década de 1830 na Luisiana, aquele conjunto tinha encolhido rapidamente. Embora a migração da família para a França tivesse trazido oportunidades educacionais, Joseph era um filho nascido no estrangeiro de um pai que não era francês. Ele pôde passar anos no *collège royal* em Pau sem chegar mais perto de uma reivindicação factível em relação à nacionalidade francesa. De volta a Nova Orleans como um jovem empreendedor no final da década de 1840 e começo da de 1850, ele tinha visto a perspectiva de uma cidadania reconhecida nos Estados Unidos se fechar em virtude da decisão da Suprema Corte em 1857 no caso *Dred Scott v. Sandford* e, depois, se abrir novamente em 1863, quando se apresentou como voluntário para servir no exército da União e foi comissionado como tenente. Mas a hostilidade para com oficiais de cor demons-

trada pelo general da União Nathaniel P. Banks mostrou a dificuldade em dar um conteúdo substantivo a sua reivindicação de direitos. Já no fim de 1864, muitos unionistas brancos na Luisiana ainda estavam expressando forte oposição à plena cidadania dos homens de cor.

Quando finalmente a cidadania norte-americana foi estabelecida com base no nascimento nos Estados Unidos, independentemente da cor da pessoa, algo formalmente ratificado pela décima quarta emenda à Constituição de 1868, Joseph Tinchant já não residia na Luisiana. Amargo pelas afrontas sofridas em Nova Orleans e atraído pela esperança de oportunidades no outro lado do Golfo, ele tinha partido para o México em agosto de 1864. Uma década mais tarde, quando decidiu voltar à Bélgica, Joseph — aquela altura intitulando-se José Tinchant — foi registrado em seu passaporte como cidadão mexicano, embora os meios que lhe tinham possibilitado validar aquela atribuição não estivessem claros. Nos documentos que ele mais tarde entregou formalmente ao governo belga, a cidadania mexicana sequer foi mencionada. Quando sua solicitação de *grande naturalisation* foi revista em 1892, o Ministério da Justiça na Bélgica fez uma pesquisa rotineira para garantir que ele não devia qualquer serviço militar e presumiu que toda obrigação desse tipo devia ser prestada aos Estados Unidos. Joseph, agora com 65 anos, lhes garantiu não haver qualquer serviço militar sendo exigido dele nos Estados Unidos⁴.

Através de suas múltiplas viagens atlânticas, Joseph e seus irmãos tinham alcançado vários elementos de cidadania no nível nacional, embora muitas vezes sem o conjunto formal de direitos legais concedidos por nascimento, descendência dos pais ou naturalização oficial. Na verdade, quando os seis irmãos chegaram à maioridade, eles pressionaram os limites da nacionalidade, experimentando uma sequência de afiliações alternativas. Embora o rótulo "homem de cor" tivesse muitas vezes sido um peso na Luisiana, Joseph Tinchant havia desenvolvido uma persona pública em Antuérpia — adotando a denominação sofisticada de Don José Tinchant y Gonzales — na qual a mistura aparente de antecedência europeia e não europeia podia ser interpretada como sendo mexicana ou antilhana. Ele conseguira assim aprimorar sua autoapresentação como um homem com profundo conhecimento sobre o tabaco e sobre as Américas de onde aquela provinha⁵.

Apesar de tudo, a questão da cor ainda continuava a ser delicada e quase sempre não mencionada. Os retratos que Joseph e seu irmão Ernest encenaram como parte de suas campanhas publicitárias transmitiam uma imagem caribenha — sol, palmeiras e uma pele bronzeada para o Don José de suas litografias magníficas; sócios comerciais cubanos e cabelos cacheados no caso

de Ernest. Durante a maior parte do tempo em que os Tinchants moraram em Antuérpia, os marcadores de cor registrados em seus vários documentos oficiais às vezes se referiam a uma vaga pele "escura", mas nada mais do que isso. Tempos antes, um diretor de escola irritado que havia tentado cobrar dinheiro deles reclamou do "sang-mêlé" (sangue misturado), mas nesse caso ele se referia principalmente ao filho de conhecidos dos Tinchants em Mobile que eles haviam ajudado a colocar na escola em Gante⁷.

Como empresários respeitados, os irmãos Tinchant geralmente eram poupadados do antigo tratamento colonial usado pelos donos de escravos, *mulâtre* (mulato), tão familiar aos refugiados de cor de Saint-Domingue. Mas o termo ainda estava disponível no léxico local e era usado propositalmente quando a ocasião parecia justificar uma categorização estigmatizante. Em 1883 o filho irresponsável de Louis Tinchant, Charles, teve problemas com a polícia belga em Antuérpia e a palavra veio à tona no registro de prisão, em que sua pele foi descrita como *teint mulâtre* (tez mulata). Charles, que a polícia observava com algum cuidado em virtude de seus negócios financeiros duvidosos e sócios suspeitos, não tinha nacionalidade belga. Ele passou muito tempo indo e voltando entre a Inglaterra, a França e a Bélgica, finalmente aparecendo na Luisiana. Em contraste com o cosmopolitismo produtivo de seu pai e tios, o jovem Charles parece ter deslizado para a vida itinerante de um almofadinha com poucos meios de sobrevivência visíveis, finalmente se tornando réu de um processo por bigamia, embora no final tivesse sido solto. O policial belga que o seguia em Antuérpia informou que Charles passava uma quantidade exagerada de tempo em cafés, na companhia de uma suposta amante francesa. Do ponto de vista das autoridades belgas, o jovem Charles continuava a ser um estrangeiro suspeito e, portanto, elegível para ser descrito como *mulâtre*⁸.

Édouard Tinchant, ao contrário de seus irmãos, produziu uma estratégia bastante diferente de identificação nacional. Na década de 1890 ele já estava estabelecido em Antuérpia por mais de uma década, mas não se considerava belga. Enquanto Joseph Tinchant tinha silenciosamente deixado para trás seus próprios anos na Luisiana, em favor de suas aventuras subsequentes no México e na Bélgica, Édouard inicialmente tinha prazer em se identificar como americano. Até pelo menos 1884, ele costumava se descrever como "um cidadão dos Estados Unidos", como fez ao registrar um pedido para patentear uma máquina de fazer charutos que ele próprio tinha desenvolvido⁹.

Quando se tratava de afirmar publicamente sua nacionalidade, no entanto, Édouard acabou optando por aquela que associava a seu lugar de nascimento:

a França. Pondo em ação uma estratégia comercial e familiar combinada, Édouard tomou a iniciativa de ressuscitar a *qualité de français* que ele tinha reivindicado brevemente 35 anos antes, quando estava próximo dos 21 anos de idade. Se tivesse sucesso, poderia transmitir essa nacionalidade para seus filhos.

Por uma questão de afiliação cultural, a vida de Édouard como empresário de meia-idade em Antuérpia fornecia algum apoio para sua identificação como francês. Seus antigos colegas de escola em Pau mais tarde se lembraram dele como tendo sido motivado durante toda sua vida por um "vif sentiment de patriotisme, l'ardent désir de faire aimer la France" — um vívido sentimento de patriotismo, um desejo ardente de fazer com que outros amassem a França. Eles lembravam suas atividades em associações em favor da cultura francesa: ao estabelecer um *cercle français* em Antuérpia, ao entrar para a Câmara Francesa de Comércio na cidade e ao participar de uma iniciativa para trazer a Comédie-Française para se apresentar no Théâtre des Variétés¹⁰.

No entanto, a reivindicação formal de Édouard à nacionalidade francesa enfrentou algumas dificuldades. Ele havia chegado à Bélgica pela primeira vez, em 1878, com um passaporte norte-americano que adquirira declarando ser um "cidadão nativo e leal dos Estados Unidos", nascido de um pai — a quem ele se referia como James Tinchant — que tinha "nascido e residido nos Estados Unidos". Édouard estava bem ciente de que ele havia servido no exército da União e tinha ocupado um cargo eleito na Luisiana, atos que poderiam certamente ser considerados como uma renúncia a qualquer reivindicação à cidadania francesa. Ele havia reconhecido isso em sua polêmica com Armand Lanusse em 1864. Portanto, voltar a seus primeiros anos para reivindicar a nacionalidade francesa oferecia riscos potenciais¹¹.

Do ponto de vista do direito, reivindicar a nacionalidade francesa pelo simples fato de ter nascido em solo francês não era algo fácil. No final da década de 1890, no entanto, essa reivindicação se tornava viável devido às mudanças na definição da nacionalidade francesa, que tinha como objetivo parcial expandir o número de recrutas e conscritos no caso de uma possível guerra futura com a Alemanha. Um indivíduo nascido na França de um pai francês que tinha, ele próprio, nascido na França, agora podia reivindicar a nacionalidade francesa. Para que Édouard pudesse atender a esse critério era preciso um pouco de flexibilidade. Inconvenientemente, na verdade, seu pai Jacques havia nascido nos Estados Unidos (e no túmulo de Jacques, em Antuérpia, o nascimento em Baltimore estava gravado na pedra). Por outro lado, a mãe de Édouard havia nascido na colônia francesa de Saint-Domingue, e sua certidão

de batismo estava arquivada com um tabelião em Nova Orleans. Reivindicar a nacionalidade francesa por meio da linha materna, no entanto, dificilmente teria sucesso, dada a regra geral de que as mulheres casadas assumiam a nacionalidade de seus maridos¹².

Édouard pode ou não ter feito sua “reivindicação” de nacionalidade francesa por escrito, mas de uma maneira ou de outra seu pedido para ser francês chegou às mãos do ministro da Justiça da França. (O contexto pode ter sido parte do esforço de Édouard para obter autorização para importar tabaco francês, que estava sob o controle monopolista do Estado francês.) No dia 28 de abril de 1897, um funcionário do gabinete do ministro da Justiça em Paris escreveu para o cônsul em Nova Orleans, com certa estranheza, para lhe perguntar se havia algum registro de que Édouard Tinchant tinha sido inscrito no *Registre d'immatriculation* de franceses nativos copilado em Nova Orleans no ano de 1862. Ele também perguntou se Édouard tinha sido considerado francês durante o tempo em que estivera na Luisiana¹³.

As autoridades francesas queriam saber tanto sobre a inscrição de 1862 quanto sobre aquilo que às vezes era chamado de *possession d'état* (posse de estado): Édouard agia como um francês, era conhecido como um francês? Não se podia esperar que o homem que ocupava a posição de cônsul em Nova Orleans 35 anos mais tarde soubesse a resposta para aquela segunda pergunta, portanto referiu-se apenas à questão mais simples do registro, confirmando assim a antevisão estratégica do jovem Édouard ao se inscrever no consulado de Nova Orleans. Como era de esperar, quando em 1897 o cônsul procurou nos arquivos de seu posto, encontrou uma entrada anotada em setembro de 1862 para Édouard Tinchant, nascido em Gan, Baixos Pirineus, em 1841. O cônsul evidentemente não tinha a menor ideia se Édouard havia sido considerado de fato um francês em Nova Orleans na década de 1860, mas ele informou Paris de que o nome realmente estava no *Registre d'immatriculation*¹⁴.

Algo bastante importante para Édouard era que as autoridades francesas não sabiam nada sobre seu serviço militar nos Estados Unidos, décadas antes. Durante a polêmica no *Tribune* em 1864, Armand Lanusse havia declarado que, embora reivindicasse a cidadania norte-americana, “ele na verdade estava mantendo seus documentos de identidade francesa escondidos em um armário”. Édouard tinha explicado, em resposta, que mantivera esses documentos porque eles poderiam vir a ser úteis no futuro em defesa de “nossa causa”. Na medida em que essa “causa” era a defesa da “francesidade” do próprio Édouard, ele acabou tendo razão. Embora nenhum documento formal que afirme sua

nacionalidade francesa pareça ter sobrevivido, daí em diante ele passou a ser tratado como francês pelas autoridades tanto na França quanto na Bélgica¹⁵.

Mais ou menos da mesma forma que uma "mexicanidade" cultural foi útil para dar nome aos charutos do irmão Joseph/José, uma francesidade generalizada estava se tornando comercialmente útil a Édouard. Sua operação de tabaco era modesta se comparada a de Joseph e Ernest, mas Édouard fazia publicidade de sua contribuição: em 1905 ele era o agente local da Régie française des tabacs, o monopólio estatal francês e estava, portanto, autorizado a vender produtos de tabaco franceses na Bélgica. Construindo sua vida associativa ao redor da língua e da cultura francesas, ele se distinguiu cada vez mais dos outros fabricantes de charutos Tinchant: Louis, o pioneiro americano, e Joseph e Ernest, os belgas naturalizados com grandes fábricas e mercados distantes. Só Édouard foi capaz de vender produtos de tabaco rotulados de "francês"¹⁶.

Conforme ele se aproximava dos seus 60 anos, no entanto, Édouard não queria ser lembrado apenas como um empresário bem-sucedido (embora estivesse orgulhoso das honras que havia obtido com isso) e certamente não como um Quixote fracassado em suas próprias metas políticas de afirmação do direito ao respeito público e à igualdade civil independentemente da cor. Tendo se familiarizado com as vidas de grandes homens de Plutarco durante seus anos em Pau, Édouard tinha um excelente sentido de narrativa heroica, embora só raramente a utilizasse em sua vida comercial cotidiana. Quando Édouard se sentou em seu escritório em Antuérpia para compor uma carta ao general Máximo Gómez em setembro de 1899, aproveitou a oportunidade para refazer a crônica das experiências de sua família narrando-a de forma emocionante e altamente política. Com a prova de sua nacionalidade francesa bem guardada em casa, ele agora pôde construir um arco narrativo, inclusive transatlântico, de sua própria vida e da vida de seus pais.

Essa carta de 1899, hoje enterrada em uma caixa da correspondência dirigida a Gómez no Arquivo Nacional de Cuba, em Havana, forneceu uma reflexão particular da longa e complexa jornada da extensa família Tinchant. Igualmente importante, ela transmitiu uma interpretação específica do significado daquela jornada. Adotando a forma de um pedido comercial escrito em inglês, datilografado em tinta roxa e assinado com um floreio, era na verdade um exercício complexo em composição retórica e autoapresentação, construído sobre uma reformulação sutil da memória familiar.

Fiel à sua formação inicial, Édouard soube começar selecionando elementos daquela memória que seriam apropriados à tarefa que tinha pela frente.

(Esse estágio da composição era conhecido na retórica formal como *inventio*.) Era uma tarefa difícil, pois ele estava se dirigindo a alguém que sabia ser um homem ilustre, um Grand Homme: "Ardentemente solidário desde o princípio com a causa cubana, tenho sempre me orgulhado de ser um de seus mais sinceros admiradores". E o momento era sério, já que a guerra contra o colonialismo espanhol tinha acabado, mas a ilha de Cuba estava sob ocupação militar dos Estados Unidos. Édouard Tinchant declarou simpatia "por sua causa, infelizmente ainda não ganha, mas pelo sucesso da qual eu oro com devoção, desejando de todo meu coração viver o bastante para ver seu último e duradouro triunfo coroar apropriadamente sua nobre existência"¹⁷.

O objetivo expresso de Édouard ao escrever essa carta era persuadir o general a deixar que ele lançasse uma marca de charutos a ser chamada "Máximo Gómez" e adornar as etiquetas com um retrato do Grande Homem. No entanto, não era fácil conectar algo tão glorioso como a causa cubana a algo tão banal quanto um charuto belga. Édouard não podia prometer que o próprio tabaco fosse cubano e podemos estar razoavelmente confiantes de que os charutos eram fabricados por trabalhadores belgas em uma fábrica em Antuérpia. Era realmente ousado pedir que a caixa fosse decorada com o retrato de um homem que personificava a luta pela independência de Cuba, terra dos melhores charutos do mundo. E, assim, Édouard trabalhou a carta com cuidado, tentando evitar qualquer impressão de que ele colocava sua própria família no mesmo plano que Gómez, mas construindo um universo de referências e imagens compartilhadas. Dando pouca importância às conexões europeias, ele buscou, em vez disso, as conexões entre Nova Orleans e Havana através do Golfo do México.

Discretamente, invocou seu próprio serviço militar e político. Havia sido, é claro, apenas um mero soldado em comparação com o grande general Gómez, mas em momentos vitais estivera disposto a lutar e a trabalhar em defesa do republicanismo e contra a escravidão. Começou modestamente: "Posso não ser totalmente desconhecido a alguns dos sobreviventes da última luta", fazendo referência às guerras cubanas. Quando ele agitou suas credenciais foi como um homem público na Luisiana: o serviço na Companhia C no Sexto Regimento de Voluntários da Infantaria da Luisiana, Divisão Banks, e mais tarde como representante do Sexto Departamento de Nova Orleans na Convenção Constitucional de 1867-1868. Enfatizou que, durante todo esse tempo, tinha apoiado a "causa cubana" e "ajudado" vários cubanos¹⁸.

Édouard continuou colocando essas lutas em um arco mais amplo e sugeriu que os valores subjacentes expressos na história de sua família eram para-

lelos àqueles de Gómez. Máximo Gómez havia nascido na República Dominicana, que partilhava a ilha caribenha de Hispaniola com o Haiti. Édouard colocava sua própria família naquela mesma ilha no momento fundamental da história do Haiti: "nascido na França em 1841, sou descendente de haitianos já que tanto meu pai quanto minha mãe nasceram em Gonâves no começo deste século". Como Édouard certamente sabia, o local de nascimento de seu pai Jacques era normalmente dado como Baltimore, Maryland, apesar de os pais de Jacques serem realmente refugiados de Saint-Domingue. A mãe de Édouard havia sido batizada em uma aldeia perto de Jérémie, Saint-Domingue, embora, com base em formulários que Édouard preenchera na década de 1870, ele pode ter acreditado que ela tivesse nascido em Santiago, Cuba. A palavra Gonâves, apesar disso, evocava um ponto de começo apropriado para uma heroica biografia familiar: era o local em que a independência haitiana fora proclamada por Jean-Jacques Dessalines no dia 1º de janeiro de 1804, portanto, "no começo deste século"¹⁹.

Máximo Gómez havia construído uma parte de sua identidade política sobre sua oposição resoluta à escravidão e sobre seu antirracismo. Édouard evocou a luta contra o preconceito de cor com um conjunto de sinais claros, mas nada que ultrapassasse os limites da discrição com relação às identificações raciais que caracterizavam grande parte do discurso político caribenho: "meu pai, embora em circunstâncias modestas, partiu da Luisiana para a França com o único objetivo de criar seus seis filhos em um país em que nenhuma lei abominável ou preconceito ignorante pudesse impedir que eles se tornassem HOMENS". Não podia haver nenhum erro possível sobre quais "preconceitos ignorantes" levariam um casal que dizia ter nascido no Haiti a sair da Luisiana antes da guerra.²⁰

Talvez alerta em relação às sensibilidades nacionais sobre a qualidade superior dos charutos cubanos, Édouard não se vangloriou de sua fábrica em Antuérpia ou do papel de seus irmãos no comércio de charutos na Bélgica. E certamente não invocou a longa história da família na venda de charutos como uma forma de competir com os famosos *havanes* ou de sequer imitá-los. Em vez disso, limitou-se a fazer uma referência aos primeiros anos "como um fabricante de charutos em Mobile, Alabama, de 1869 até 1877" e a uma promessa de que os charutos sobre os quais ele esperava colocar o retrato de Gómez eram "um de meus melhores artigos"²¹.

Máximo Gómez havia chegado a personificar a nação cubana. Nascido na República Dominicana, ele tinha atravessado limites e fronteiras insistindo na soberania e independência para as nações das Antilhas, por meio de cam-

panhas que atraíam recrutas de Nova Orleans, Key West e Mobile, assim como de Nova York, Veracruz e Paris. Seguindo seu exemplo, Édouard não reivindicou qualquer nacionalidade específica para si mesmo. A "ascendência haitiana" trouxe sua família para o Caribe e a participação na Convenção Constitucional da Luisiana colocou Édouard em Nova Orleans, uma cidade onde Máximo Gómez morara na década de 1880. A lista de referências compartilhadas de Édouard foi crescendo, reforçando a implicação de valores em comum.

Em suas frases finais, Édouard arriscou tudo com a narrativa que havia construído: "Mais do que muitas frases arredondadas, esses simples fatos de nossa história familiar darão uma visão justa de meus verdadeiros sentimentos e lhe mostrarão quão profunda pode ser minha simpatia por sua causa". Declarando sinceridade, mas modestamente colocando a família a sua frente, ele esperava persuadir o Grande Homem a lhe conceder um grande favor²².

Mas não foi o bastante. Máximo Gómez tinha a política de responder negativamente a esse tipo de pedido comercial. Após ter lido a carta, Gómez escreveu a lápis uma nota para sua secretária na última página, instruindo-a a recusar a autorização solicitada, mas que o fizesse "com frases gentis". O velho general pôde ou não ter-se comovido com a carta, como Édouard esperava, mas ele continuaria a manter sua política²³.

Uma vez que a solicitação foi recusada, Édouard Tinchant inicialmente desistiu de seguir adiante com o plano de desenvolver uma marca de charuto chamada Máximo Gómez. Mas o general Gómez faleceu em junho de 1905, e o sentido de obrigação de Édouard em obedecer às instruções expressas pelo general parece então ter diminuído. Ao se preparam para a Exposição Internacional que seria realizada na cidade belga de Liège em julho de 1905, vários produtores contribuiram com prosa autolaudatória e fotografias para um volume comemorativo, o Livro de Ouro, a ser publicado na ocasião. O perfil de Édouard Tinchant enfatizava suas conexões com o monopólio de tabaco francês e suas várias homenagens e prêmios. A seguir ele listava suas marcas de charutos incluindo El Porvenir, La Excelencia Cubana e... Máximo Gómez²⁴.

Édouard Tinchant não era o único que reformulava a memória familiar com o objetivo de obter vantagem comercial. As associações mexicanas da firma de "José Tinchant y Gonzales" haviam sido desenvolvidas durante os 11 anos que Joseph, Stéphanie e seus filhos tinham passado em Veracruz ou suas vizinhanças, décadas antes. A Maison Américaine de Louis Tinchant

manteve esse nome por 40 anos depois da partida de Louis das Américas. Com efeito, Édouard e seus irmãos estavam encontrando meios diferentes de aproveitar ao máximo a boa sorte de terem sido sobreviventes do Atlântico. Muitos dos cativos que tinham acompanhado sua avó Rosalie na Travessia da Calunga Grande e muitos dos vizinhos de seus pais Élisabeth Vincent e Jacques Tinchant, em Nova Orleans, haviam vivido e morrido como escravos, sem conseguir obter nem a liberdade nem a segurança almejada para eles próprios e seus filhos.

Por três gerações, conforme eles se defrontavam com as restrições diretas da lei e do preconceito racial, os descendentes de Rosalie se beneficiaram da boa sorte, mas também de sua própria engenhosidade. Às vezes participaram de uma guerra, outras vezes fugiram. Às vezes exibiram os papéis que tinham trazido para confirmar o estatuto e o direito de nascença, outras os mantiveram escondidos. Expressaram-se ou se calaram em momentos de debate político. Reivindicaram várias formas de cidadania e nacionalidade na França, nos Estados Unidos, no México, na Bélgica e talvez no Haiti. Rosalie, seus filhos e seus netos repetidamente encontraram meios de obter poder através de elementos que, em outras situações, poderiam não ser promissórios: um documento em que faltava a chancela oficial de um governador, uma carta de alforria preparada sob falsa alegação, um conjunto de documentos sobre cidadania que haviam juridicamente expirado, mas que ainda podiam ser recuperados.

O esforço contido em todas essas ações nos dá uma boa medida das pressões externas que eles tentaram contrabalançar e, portanto, da magnitude das forças que Rosalie e seus descendentes precisaram mobilizar. Como um atleta de salto em altura que busca envergar a vara a fim de ser impulsionado por sobre uma barra que é mais alta que a própria vara, eles tiveram que usar sua própria força para gerar a energia que os ajudaria a alcançar suas metas. Em muitos casos, a barra deve ter parecido muito alta: obter a liberdade legal na cidade cubana de Santiago para uma mulher nascida na África; obter um sobrenome para uma criança nascida fora do casamento quando o Código Civil da Luisiana proibia que uma pessoa de cor reivindicasse a paternidade de um pai branco; obter a nacionalidade francesa para um filho de pais que não tinham nenhuma nacionalidade certa.

Foi preciso coragem, discernimento, engenhosidade... e muitas folhas de papel. Uma imagem final é emblemática da maneira como a família produzia cerimônias e documentos para desenhar uma condição social e dar forma a uma identidade. Essa imagem vem daquele momento ainda em Nova Orleans

na década de 1830, quando Élisabeth Dieudonné apresentou ao cartório uma cópia de sua certidão de batismo de 1799. A própria Rosalie Vincent é quase certamente aquela que em 1823 — pouco depois do casamento de Élisabeth — persuadiu as autoridades civis em Cabo Dame-Marie no Haiti a desenterrar e copiar o registro paroquial que confirmava a assinatura de Michel Vincent como pai no momento do batismo. Quando se fez necessário, Rosalie parece ter embarcado no navio com aquele documento sobre o corpo, a fim de trazê-lo para Élisabeth em Nova Orleans. Talvez em 1835 o risco de que a própria Rosalie fosse novamente tornada como escrava na Luisiana já parecesse pequeno e o ganho potencial para a posição pública de Élisabeth fosse grande. Quando um tabelião público simpático foi persuadido a aceitar a cópia como evidência suficiente para uma mudança em seu nome, Élisabeth Dieudonné se tornou, para efeitos de registro, Élisabeth Dieudonné Vincent. A evidência de seu nascimento fora do casamento pôde ser revelada ao tabelião a fim de torná-la invisível para aqueles que iriam ver seu novo nome oficial em documentos subseqüentes²⁵.

Rosalie e Élisabeth há muito sabiam que um pedaço de papel podia transformar um ser humano em uma pessoa com um preço, e que outros pedaços de papel poderiam restaurar a liberdade e a posição social. A vida envolvia muito mais do que documentos cartoriais, no entanto. Havia também todos os rituais e reciprocidades que personificavam o parentesco e a lembrança de parentes ausentes. Dez meses após ter apresentado a cópia de sua própria certidão de batismo ao tabelião, Élisabeth Vincent deu à luz outro menino. Ela e Jacques escolheram o nome de Juste para o bebê.

A escolha do nome foi significativa. O casal tinha dado a seu primogênito o nome de Louis em homenagem ao padrasto de Jacques, Louis Duhart. Seu segundo filho foi Joseph, o nome do pai biológico de Jacques. Um terceiro filho foi Pierre, o nome do meio-irmão de Jacques, Pierre Duhart. Agora, para o quarto filho, eles escolheram o nome Juste, invocando o filho mais velho de Rosalie, o irmão que Élisabeth parece nunca ter visto outra vez após a caótica evacuação de Jérémie, em 1803. O bebê tinha assim o nome de um tio por parte de mãe, que talvez agora morasse no Haiti, ou que talvez tivesse se perdido durante a fuga para Cuba. A família, uma vez mais, estava reformulando a memória para criar um fio de continuidade com parentes que tinham se estabelecido em lugares diversos do mundo atlântico.

E, assim, no dia 8 de outubro de 1836, Jacques e Élisabeth levaram o bebê Juste para ser batizado na Catedral de Saint Louis. Acredita-se com freqüência que as pessoas livres de cor sempre fazem o possível para se distanciar da

escravidão, da África e da negritude. Mas naquele dia, a mulher a quem Jacques e Élisabeth pediram para ser madrinha na pia batismal em Nova Orleans era alguém que tinha sido escrava, havia nascido na África e era classificada nos registros coloniais como uma *négresse*. O sacerdote inscreveu o nome da madrinha na certidão de batismo: Rosalie Vincent²⁴.

Por múltiplas gerações, membros dessa família tinham sido chamados por rótulos preconceituosos como *négresse*, "filho natural" ou "homem de cor", mas produziram documentos que podiam rodear essas palavras com outros símbolos de continuidade e reconhecimento. Élisabeth era "uma filha natural", mas tinha sido reconhecida por um pai cujo sobrenome ela pôde adotar como seu. Joseph era um homem de cor, mas exibia um título de cortesia e um sobrenome duplo separado por y, que evocava uma condição social honrosa e raízes latinas: Don José Tinchant y Gonzales. Ao mesmo tempo, conforme eles se afastavam dos estigmas e estereótipos atribuídos à ascendência africana em geral, dependiam de sua ascendência específica, repetindo o nome de um tio ou de uma tia de uma geração para outra, mencionando o Haiti como um local de nascimento e, no caso de Édouard em seu momento de proeminência política, declarando-se como "filho da África".

Notas

- As fotos de Vincent Tinchant na escola e cartas escritas para casa da Inglaterra estão nos documentos da família Tinchant na posse de Françoise Cousin (daqui em diante TFP-FC).
- O pedido e os relatórios que acompanham estão arquivados como dossier 3788, na seção Naturalisations, Ministère de la Justice, Archives générales du Royaume, Bruxelas (daqui em diante MJ, AGR).
- Dossier 3788, Naturalisations, MJ, AGR.
- Veja André Weisz, *Traité théorique et pratique de droit international privé*, vol. 1 (Paris, Larose & Tenin, 1907), 270-274. Sobre o sufrágio, veja Gita Deneckere, "Les turbulences de la Belle Époque, 1878-1905", in Michel de Dumoulin et al., *Nouvelle Histoire de la Belgique*, vol. 1 (Brussels, Éditions Complexe, 2005), 71-114.
- Dossier 3788, Naturalisations, MJ, AGR. O passaporte original emitido em Veracruz no dia 14 de janeiro de 1875 está em TFP-FC.
- Várias litografias que transmitem essa persona, inclusive aquela intitulada "La Flor de Don José", foram coletadas por Philippe Struyf em Antuérpia.
- Veja Quanone v. Tinchant (1865), arquivo 1792, Fonds Cuylits, FelixArchief, Antuérpia (daqui em diante FA).
- Veja o documento cujo título é Maison de sûreté, Anvers, no dossier 411951, Dossiers, Police des étrangers, MJ, AGR. Sobre a acusação de bigamia, veja "Arrested for Bigamy. A Former New Orleans Man in Trouble in France", *New Orleans Daily Picayune*, 2º de abril de 1900.

- ⁹ Edward Antoine Tinchant, Cigar-Machine, U.S. Patent 319.349, apresentado em 25 de novembro de 1884 e emitido em 2 de junho de 1885.
- ¹⁰ Essas atividades são descritas no obituário de Édouard Tinchant publicado no boletim dos graduados do *Lycée* em Pau, uma fotocópia do qual nos foi fornecida por Michèle Badaroux, descendente de Ernest Tinchant.
- ¹¹ O requerimento para Édouard Tinchant, arquivado em Nova Orleans em um formulário marcado "For Native Citizen", está datado de 29 de maio de 1878. É de "Passport Applications, New Orleans," RG 59, United States National Archives, reproduzido no rolo 224, USNA Microcópia M1372.
- ¹² A história da nacionalidade francesa de Patrick Weil discute a confusão de interpretações que emergem de uma lei de 1889 e de uma circular ministerial de 1893. Patrick Weil, *Qu'est-ce qu'un Français ? Histoire de la nationalité française depuis la Révolution*, Paris, Gallimard, [2002] 2005, caps. 2 e 3.
- ¹³ Veja a carta de L. Ayrault ao Sr. cônsul da França em Nouvelle-Orléans, 28 de abril de 1897, arquivo rotulado "Tinchant, Édouard" na caixa 127, Série D, Consulat de la Nouvelle-Orléans, Centre des archives diplomatiques de Nantes (daqui em diante CADN).
- ¹⁴ Minuta da resposta do cônsul para Ayrault, 14 de maio de 1897, arquivo rotulado "Tinchant, Édouard", caixa 127, Série D, Consulat de la Nouvelle-Orléans, CADN.
- ¹⁵ A filha de Édouard, Septima, foi a beneficiária final da manobra burocrática de seu pai, que lhe permitiu, como filha de um francês, fazer sua própria declaração afirmativa de lealdade à França quando atingiu a idade de 21 anos. Marie-Louise Van Velsen, cuja mãe era sobrinha de Septima, lembra-se de ter ouvido uma história da viagem de Septima à prefeitura para se registrar como francesa. Comunicação pessoal, Marie-Louise Van Velsen, junho de 2010. Quando Septima Tinchant voltou a Antuérpia após seu exílio em Paris durante a Primeira Guerra Mundial, seu "registro da inscrição como estrangeira" listava sua nacionalidade como francesa. Veja arquivo 38914, *Vreemdelingen dossiers* 1878, reproduzido em microfilme, Modern Archief (do Stadsarchief), FA.
- ¹⁶ O papel de Édouard Tinchant como "Agent Spécial de la Régie Française" é discutido em Charles-L. Waitte e Remy Geerts, *Le Livre d'or du tabac et des industries qui s'y rattachent* (Brussels, Imprimerie L. Vogels, 1905), 54.
- ¹⁷ Édouard Tinchant a Máximo Gómez, 21 de setembro de 1899, sig. 3868/4161, leg. 30, Fondo Máximo Gómez, Archivo Nacional de Cuba (daqui em diante FMG, ANC).
- ¹⁸ A reivindicação de apoio é crível. Para cartas escritas por ativistas cubanos descrevendo sua arrecadação de recursos em Nova Orleans, veja vários arquivos no Fondo Donativos, ANC, inclusive "Diez y siete comunicaciones firmadas por Francisco Guillen", exp. 48-41, caixa 157.
- ¹⁹ Tinchant a Gómez, 21 de setembro de 1899.
- ²⁰ Ibidem.
- ²¹ Ibidem.
- ²² Ibidem.
- ²³ Ibidem. Agradecemos a Marial Iglesias por ter percebido, decifrado e interpretado as instruções escritas a lápis, muito levemente, por Gómez no final da carta.
- ²⁴ Agradecemos a Philippe Struyf por ter notado essa referência em *Le Livre d'or*.
- ²⁵ Veja "Rectification de noms d'épouse Tinchant dans son contrat de mariage", 16 de novembro de 1835, ato 672, 1835, Tabelião Théodore Seghers, Nova Orleans, Notarial Archives Research Center.

- 26 Veja o batismo de "Juste Tinchant et Bayole enfant legitimate", 8 de outubro de 1816, ano 126, vol. 25, "St. Louis Cathedral, Baptisms — Slaves and Free People of Color", Archives of the Archdiocese of New Orleans, New Orleans. A anotação a margem, "Bayole", no nome do bebé repete o erro relacionado com o sobrenome de f. Elisabeth, que remonta à má transcrição do registro paroquial do casamento de Jacques e Elisabeth pelo sacerdote ou por um capataz subsequente, que confundiu o nome da noiva de Jacques com o de sua mãe.

Epílogo: "Por um motivo racial"

A coroação de George VI como rei da Inglaterra forneceu o motivo imediato para que a Associated Negro Press enviasse a jornalista Fay M. Jackson de Los Angeles para Londres, em janeiro de 1937. Esperava-se que as reportagens sobre a iminente cerimônia fossem encontrar leitores interessados entre os jornais que utilizavam o serviço telegráfico, inclusive o *New York Amsterdam News* e o *Atlanta Daily World*. Uma repórter desembaraçada, com anos de experiência na Califórnia, Fay Jackson era também uma ativista e uma mulher de cor, conhecida por ter atuado anteriormente em favor da legislação federal contra os linchamentos. Sua missão em Londres incluía o relato de "qualquer material de interesse específico para os leitores americanos negros". Na verdade, poderíamos dizer que a própria coroação tinha essa dimensão, pois George VI iria governar um império cujos súditos incluíam aqueles que Jackson caracterizou como 400 milhões de "pessoas negras — essencialmente da mesma raça que o negro americano governado por uma República"¹.

No cenário musical londrino, o swingue e o jazz eram muito apreciados, e a familiaridade de Jackson com atores e músicos americanos parece ter-lhe dado uma boa porta de entrada, a começar pelo tenor Ivan Harold Browning, anteriormente parte dos Harmony Kings. Jackson informou a seus leitores que os "jornais dos negros americanos" eram muito procurados em Londres por ativistas e artistas. "Sessões semanais são realizadas na casa de Harold Browning, onde os negros americanos e ingleses se juntam para 'discutir' o *Defender* ou o *Courier* ou um dos muitos jornais que esse casal muito conhecido recebe"².

Na primavera de 1937, Londres era um centro de debate e discussões políticas entre homens e mulheres de cor da Grã-Bretanha, de suas colônias e dos Estados Unidos. Nas semanas anteriores à coroação, Jackson entregou histórias sobre uma assembleia da Liga de Pessoas de Cor para protestar contra a invasão da Etiópia por Mussolini, além de reportagens sobre a filmagem das *Minas*

do Rei Salomão de Paul Robeson em Londres e na África³. A jornalista também acompanhou de perto a questão das "barreiras de cor", informando que não haveria discriminação racial na contratação de garçons nos restaurantes londrinos durante a coroação, mas que apenas dois "caciques" de cor seriam convidados para a própria cerimônia⁴.

No dia 9 de abril de 1937, a questão da cor momentaneamente atraiu também a atenção de um jornal londrino de grande circulação. "Fugiu para casar-se secretamente na Inglaterra", informava o *Daily Mail*, em uma entrevista com uma jovem de 21 anos, "delicada e culta filha de um próspero comerciante de charutos de Antuérpia". Mademoiselle Marie-José Tinchant explicou a situação: "Sou de uma família respeitada, mas não sou branca, portanto os pais do noivo estão tentando impedir o casamento". E ela continuou: "Minha mãe é branca, minha avó é branca, mas eu tenho cor, e os pais de André não querem aceitar nossa união". Sua própria família, relatou ela, tinha dado consentimento para o casamento: "Eu sou uma mulher honrada e estou orgulhosa de meu pai e de minha família"⁵.

Esses eventos se desenrolaram com toda a dramaticidade de um filme de Hollywood — o tipo de filme que interessaria particularmente aos leitores de Jackson. Tudo indica que os pais do noivo de Marie-José, André V., atuaram para evitar o casamento na Bélgica, e o casal fez planos para se casar secretamente em Londres, onde Marie-José tinha uma tia, um tio e alguns primos. Para estabelecer residência, André havia seguido para Londres no final de março e se hospedado no Royal Hospital de Chelsea, onde o tio de Marie-José era um dos clínicos. Marie-José veio logo depois, em abril, e se hospedou no Premier Hotel na Praça Russell. Quando o casal foi ao oficial do registro público para obter a licença para se casar, no entanto, disseram-lhe que o advogado do pai de André havia feito investigações com a intenção de evitar o casamento. Instalou-se, então, o suspense: Será que André e Marie-José teriam permissão para se casar no sábado, dia 10 de abril?⁶

O fato de Marie-José Tinchant ter dado uma entrevista ao *Daily Mail* no dia anterior ao casamento "secreto" sugere uma grande habilidade em termos de relações públicas. Ela conseguiu enquadrar a discussão inicial da oposição de seu futuro sogro e garantir que sua manobra legal — a abertura de uma ação no registro civil para impedir a cerimônia — se tornasse pública, para constrangimento geral. Ao insistir que a oposição dos pais de André tinha como base o preconceito racial, e apelando para o sentimento da população inglesa em favor da liberdade de casamento, Marie-José fez com que a ação jurídica se tornasse muito mais difícil⁷.

Outro jornal, o *Daily Express*, contribuiu ainda mais para preparar o terreno, com um artigo escrito em 9 de abril mas publicado na manhã do dia 10: "Tentativa para impedir um casamento no dia da cerimônia". Ao lado de um retrato de corpo inteiro do lindo casal, uma reportagem incitante disse aos leitores do jornal que, "poucos minutos antes de um casamento estar a ponto de ser realizado no registro civil de Chelsea esta manhã, uma tentativa por parte do pai do noivo será feita para impedir que a cerimônia se realize". O artigo sugeria os motivos que o pai de André podia dar para sua objeção ao casamento: "M. André [V.] precisa cumprir seu serviço militar. Ele ainda não terminou seu curso de direito"⁹.

O próprio André também foi entrevistado e deu uma nova guinada à história, atribuindo a objeção de seus pais a diferenças religiosas. O pai de Marie-José, Pierre Tinchant, também pareceu preferir essa interpretação. Sobre a questão da origem familiar de Marie-José, o repórter citou Pierre: "Eu sou mexicano. Minha esposa é americana". (Pierre era um cidadão belga naturalizado, nascido no México; sua esposa era uma belga de Liège. É possível que "americana" na verdade se referisse não à esposa de Pierre e sim a sua mãe, Stéphanie Gonzales, nascida em Nova Orleans.) O pai de Marie-José insistiu que os pais de André "estavam contra o casamento porque nós somos todos católicos apostólicos romanos, mas o casamento vai ocorrer".

Com toda essa tensão estabelecida, Marie-José e André foram para o registro civil em Chelsea no dia 10 de abril. Como Fay Jackson contou a história para a Associated Negro Press: "Marie, uma moça feliz, acordou em um hotel londrino no bairro de Chelsea [...] e se vestiu para a cerimônia [...] poucas horas mais tarde ela estava em lágrimas no registro civil porque seu casamento com o homem que ela amava tinha sido proibido. A ordem para não continuar com a cerimônia tinha sido entregue no tribunal". Nesse relato, Marie-José, chorando amargamente, foi até o escritório do Chefe do Registro Civil para apresentar um recurso contra a recusa da licença, e depois voltou, duas horas mais tarde, "ainda chorosa". O artigo de Jackson construiu a história com termos que seriam reconhecidos por seus leitores americanos: "Por trás dessas circunstâncias dramáticas no que, se não fosse por isso, poderia ter sido um lindo romance, está a tragédia da mestiçagem e do preconceito racial". Na primavera após a invasão da Etiópia e a proibição da presença de atores negros no teatro italiano decretada por Mussolini, o drama marital de Marie-José e André evocava uma imagem do racismo em estilo americano que se reproduzia na Europa¹⁰.

Nos dias que seguiram à triste cena no registro civil de Chelsea, o casal conquistou espaço. Embora o pai de André tivesse aparentemente obtido ajuda do cônsul belga para notificar sua ação no escritório do chefe do Registro Civil na Somerset House, a solicitação para proibir o casamento não foi mantida. O chefe do Registro Civil decidiu que o casal tinha respeitado as regras matrimoniais inglesas e que não havia motivo algum para que o casamento não fosse realizado¹¹.

Marie e André remarcaram o casamento que ocorreu no dia 13 de abril, uma terça-feira. Os pais de ambos tinham, a essa altura, voltado para a Bélgica. Todavia, estavam presentes dois advogados na cerimônia, um representando o noivo e outro representando o pai deste. Apesar de todo o drama romântico e da publicidade com relação à luta dos jovens, essa não foi uma maneira auspíciosa de começar uma vida juntos. O pai de André continuava ameaçando obter "uma consultoria jurídica na Bélgica para fazer com que o casamento de seu filho fosse anulado naquele país", embora, pelo que se sabe, isso não tenha tido qualquer consequência¹².

O casal voltou para a Bélgica, onde André se apresentou para cumprir o serviço militar mas foi rapidamente liberado. Como seus pais presumivelmente temiam, ele não terminou seu curso de direito e ficou desempregado. Marie-José deu à luz uma filha, Liliane, em 1938, e um filho, Michel, em 1939. Em maio de 1939, o jovem casal se mudou para a casa dos pais de André em Bruxelas¹³.

Eles estavam vivendo nesse ambiente familiar provavelmente desconfortável quando a guerra começou na Europa. Vários irmãos e primos da família Tinchant se alistaram no exército belga; o irmão gêmeo de Marie-José, José Pierre, foi convocado em agosto de 1939. A essa altura o casamento de Marie-José e André parecia estar em dificuldades e, no começo de 1940, ela saiu da casa de seus sogros e voltou com os filhos para a casa de seus pais, na Rua Saint Joseph, 22, em Antuérpia¹⁴.

O pai de Marie-José, Pierre Tinchant, fazia parte da próspera comunidade de origem caribenha que seu próprio pai, Joseph Tinchant — que atuava como empresário sob o nome Don José Tinchant y Gonzalès —, tinha estabelecido no mundo de famílias francófonas na cidade. Com o começo da guerra, no entanto, Pierre Tinchant e seu irmão cheio de energia, Vincent, agora se deparavam com o colapso iminente de sua empresa de charutos. O comércio foi interrompido e as fábricas da companhia pararam de funcionar. Em abril de 1940, o pai de Marie-José, Pierre, faleceu, deixando a viúva e quattro filhos: Marie-José e José Pierre, sua irmã Liliane e seu irmão mais moço, Pedro¹⁵.

No dia 10 de maio de 1940, os alemães invadiram a Bélgica. Em 18 dias o exército belga foi vencido e o irmão de Marie-José, José Pierre Tinchant, tornou-se um prisioneiro de guerra. Ele foi enviado para Stalag XB-Sandhostel, perto de Bremen, na Alemanha. O marido de quem Marie-José tinha se separado, André, aparentemente fugiu para a França. A França, no entanto, não oferecia um abrigo seguro e também caiu sob o ataque alemão. André voltou para a Bélgica¹⁶.

O país agora estava sob ocupação alemã, que trouxe consigo um longo período de angústia, divisão e penúria. O domicílio dos Tincharts na Rue Saint Joseph, 22, onde Marie-José morava, passou a ser algo assim como um foco de sentimentos patriotas: seu irmão mais novo, Pedro Tinchant, acabou entrando para a Resistência armada, e o mesmo fez o marido de sua irmã Liliana, Jean Rul¹⁷. Em janeiro de 1941, Marie-José deixou sua casa em Antuérpia e se mudou com seus dois filhos para um apartamento em Bruxelas, na Rue du Damier, 29. Segundo seu irmão José Pierre, a essa altura, ela estava começando a trabalhar para a Resistência¹⁸.

Marie-José era um membro jovem e instruído de uma família burguesa francófona cujos parentes tinham servido no exército belga na Grande Guerra e em 1939. Seu casamento e o de seus pais tinham ocorrido em Londres, e ela tinha laços duradouros e família na Grã-Bretanha. Seu perfil se encaixa bem com o de outros recrutas belgas que fizeram parte das redes do serviço de inteligência da Resistência e parece provável que esse fosse o setor do movimento no qual ela trabalhava. Em um determinado momento, ela adotou o nome de guerra de Anita¹⁹.

No entanto, é praticamente impossível reconstruir as atividades precisas de Marie-José nesses anos, embora arquivos posteriores sobre ela contenham uma referência não confirmada ao Réseau Zéro, outra conhecida rede de inteligência. Por tudo que se sabe dela, Marie-José parece ter sido uma jovem excepcionalmente determinada, adorada pelo pai, respeitada por seu irmão gêmeo e preparada para enfrentar o mundo. Sua audácia nas entrevistas para a imprensa na época de seu casamento sugere uma consciência de sua própria ascendência que acrescentava uma nova nota à história cuidadosamente construída por sua família acerca de uma identidade mexicana. A "cor" a que ela se referiu em Londres a aproximava mais da identidade "negra" invocada pela jornalista Fay Jackson, e dos migrantes jamaicanos ou de Barbados, que poderiam ser lembrados quando o pai de Marie-José foi descrito pela primeira vez na imprensa londrina como um comerciante de tabaco das "Índias Ocidentais". Além dos sentimentos nacionalistas e antifascistas que motivavam muitos

recrutas belgas a se juntarem à Resistência, Marie-José tinha razões adicionais para achar que a ideologia nazista era repugnante²⁰.

No começo de 1941, o irmão de Marie-José, José Pierre — que falava flamengo, alemão e inglês, além de seu francês nativo —, conseguiu convencer seus captores alemães de que, na verdade, ele era flamengo. Como parte de uma estratégia mais ampla de aproximação com a região belga de Flandres, os alemães tinham decidido tratar os prisioneiros de guerra flamengos com privilégios que eram negados a seus congêneres francófonos valões. A identificação flamenga atribuída a José Pierre lhe conferia então o direito de ser repatriado para a Bélgica junto com outros prisioneiros de guerra na mesma categoria. Deixaram-no na estação ferroviária de Antuérpia às cinco da manhã do dia 26 de janeiro de 1941²¹.

Como ele se recordou mais tarde, José Pierre foi para sua casa e encontrou a esposa, que vinha lutando durante sua ausência e dependendo de seus pais para ajudar a criar sua filha Michèle. Desempregado e sem ser bem recebido por seus sogros, José Pierre parece não ter tido certeza do que fazer. Pouco depois, ele soube que Marie-José tinha se mudado para Bruxelas. Sem conseguir se reconciliar com a esposa, José Pierre foi em busca de sua irmã na capital. Por ter sido libertado de um campo alemão sob alegações falsas, é possível que tenha sido discreto sobre sua verdadeira identidade depois de sua chegada a Bruxelas. Segundo o que ele mesmo conta, naquele momento, ele também estava envolvido com a Resistência²².

Durante o primeiro ano da ocupação, a polícia alemã recebia muitas cartas espontâneas de belgas que achavam que deviam denunciar seus vizinhos por alguma atividade subversiva imaginada ou verdadeira. Talvez não fosse um momento propício para Marie-José morar como mãe solteira em um apartamento no centro de Bruxelas, presumivelmente recebendo visitas furtivas de seu irmão e de outras pessoas. Marie-José deixou a Rue du Damier depois de apenas cinco meses e aparece em seguida registrada como morando na Rue du Théâtre, 12, mais ou menos uns 800 metros mais adiante, logo após o anel de grandes avenidas da cidade. Esse recanto do Quartier du Nord era movimentado e cheio de pequenas lojas, mas seus prédios estavam marcados para ser demolidos há pelo menos uma década e o bairro vinha perdendo sua população. Após a invasão alemã, refugiados vindos do campo procuraram abrigo em seus muitos apartamentos vazios, juntando-se em busca de alguma segurança. Marie-José agora fez o mesmo; talvez não fosse um mau lugar para encontrar camaradas e evitar chamar a atenção²³.

Então, no dia 30 de novembro de 1941, o pior aconteceu. Marie-José Tinchant foi presa por aqueles a quem seu irmão se referiu como a Gestapo. (O termo administrativo exato na Bélgica para a unidade mais ampla da qual a Gestapo era uma parte era Sipo, abreviação de Sicherheitspolizei, ou polícia de segurança.) Registros sobreviventes confirmam que Marie-José primeiramente ficou presa no presídio de Saint Gilles em Bruxelas e depois, no dia 10 de dezembro, foi transferida para Antuérpia²⁴.

José Pierre,creditando que a polícia também estava em seu encalço, escapou da Bélgica ocupada para a França e dali para Barcelona e depois Lisboa. Após se apresentar a um cônsul com simpatias pela causa, ele declarou sua intenção de se juntar às forças belgas no exílio. O cônsul lhe adiantou algum dinheiro para permitir que ele chegassem a Gibraltar e pegasse um barco para a Grã-Bretanha. José Pierre foi subsequentemente treinado na Inglaterra como um membro do Serviço Aéreo Especial e lançado de paraquedas sobre Ardennes, em setembro de 1944²⁵.

Em 1940-1941, preocupados com as experiências da Primeira Guerra Mundial, os alemães da ocupação estavam um tanto relutantes em manter mulheres belgas como prisioneiras, temendo criar mártires. Em algum momento depois do dia 10 de dezembro de 1941, a polícia deve ter libertado Marie-José, talvez por falta de provas. Pouco depois, ela e as crianças foram registradas como residentes à Rua Frère Orban, 27, em Bruxelas. Uma investigação feita depois da guerra, no entanto, não revelou qualquer lembrança dela entre os vizinhos naquela rua. Pode ser que o registro tenha sido feito por um oficial local complacente e que ela estivesse morando clandestinamente em algum outro lugar. A partir de dezembro de 1942 já não há mais vestígios de Marie-José nos registros civis em qualquer parte de Bruxelas. Seus filhos parecem ter sido criados pela irmã de Marie-José, Liliâne, e pelos avós paternos. Presumivelmente Marie-José entrou em total clandestinidade²⁶.

Na ausência de Marie-José, seu esposo André V. pediu o divórcio alegando um comportamento pessoal impróprio por parte dela sem, no entanto, mencionar a questão política. Segundo o que André declarou, ela ainda residia na Rua du Damier em Bruxelas, embora já tivesse deixado aquele endereço há muito tempo. No dia 8 de junho de 1943, o tribunal concedeu o divórcio a André V. pondo fim a seu casamento com Marie-José Tinchant, de "paradeiro desconhecido", que, portanto, não recebeu qualquer aviso formal do processo²⁷.

Sete meses mais tarde, no dia 18 de janeiro de 1944, Marie-José foi presa uma segunda vez, possivelmente sob as ordens da Sipo. Quando foi registrada no presídio de Saint Gilles em Bruxelas, no dia 19 de janeiro, os funcionários

da prisão confiscaram os 50 francos que ela trazia consigo, e ela assinou o registro reconhecendo a quantia confiscada. Provavelmente sem saber nada sobre o divórcio, assinou com seu nome de casada²⁸.

A polícia de segurança alemã na Bélgica destruiu muitos de seus registros, na sequencia, e é impossível saber quais as acusações que eles tinham a intenção de fazer contra Marie-José. Ao lado de seu nome em um documento posterior está a anotação ambígua "IV 3", que parece ser uma referência a um departamento dentro da Sipo que ficou encarregado do seu caso. Vários de seus descendentes hoje em dia acham que ela estava envolvida na coleta e/ou transmissão de informações (*renseignements*) a serem enviadas para os Aliados. Depois da guerra, seu ex-marido sugeriu que ela pode ter trabalhado com a rede chamada Réseau Zéro²⁹.

É possível que a prisão de Marie-José tenha sido, em vez disso, um resultado colateral arbitrário de alguma onda de repressão alemã. Em janeiro de 1944, os nazistas estavam cada vez mais temerosos da invasão aliada do continente e as prisões na Bélgica estavam se enchendo. Se um suspeito a quem procuravam não estivesse em casa, era cada vez mais provável que eles levassem um pai, um filho ou uma irmã em seu lugar. As memórias de um prisioneiro em Saint Gilles naqueles meses transmitem a sensação que todos os tipos de desobediência, indiscrição, criminalidade ou apenas má sorte podiam dar cadeia. Mas eventos subsequentes iriam mostrar que Marie-José Tinchant era uma prisioneira que os próprios alemães categorizavam como "política". Os nazistas estavam bastante apreensivos em relação às consequências de manter presos como ela em Bruxelas diante de um provável avanço aliado na direção da Bélgica³⁰.

No dia 6 de junho de 1944, a prevista invasão aliada começou nas praias da Normandia. Por alguns dias, os alemães acreditaram que isso podia ser uma manobra para desviar a atenção e que a verdadeira invasão poderia vir pelo Passo de Calais. Se os aliados pudessem ganhar o controle de Bruxelas rapidamente, os prisioneiros políticos mantidos em Saint Gilles poderiam ser libertados para se unirem a eles. Para evitar isso, os alemães ordenaram que praticamente todos os prisioneiros políticos do sexo masculino de Saint Gilles fossem transportados para Buchenwald e as prisioneiras para Ravensbrück. Na página 55 da lista de transporte compilada em Saint Gilles no dia 15 de junho de 1944, sob ordens da Sipo, Marie-José Tinchant é incluída sob seu nome de casada como uma das mulheres belgas a serem "transportadas para o Reich"³¹.

O comboio, incluindo 308 mulheres designadas como belgas, polonesas, francesas, holandesas, romenas, inglesas e "volksdeutsche", chegou a Ravensbrück no dia 19 de junho. O nome de Marie-José foi consignado nas listas do campo e ela recebeu o número de registro 42.791. Como as outras mulheres desse comboio de pessoas evacuadas de Bruxelas, ela foi classificada como *polit*, ou seja, presa por motivos políticos e não *asozial* (termo usado para aquelas consideradas como elementos antisociais a serem excluídas da sociedade) ou *rassenschande* (para aquelas envolvidas em crime de "poluição racial" ou "miscigenação"). Fossem quais fossem as circunstâncias iniciais da prisão de Marie-José, a polícia alemã considerou-a uma prisioneira política, e o mesmo ocorreu com a administração do campo de concentração¹².

Ravensbrück representava uma pequena parte do gigantesco projeto nazista para empregar mão de obra escrava para substituir os milhares de trabalhadores conscritos para o esforço militar, e para preparar o terreno para aquilo que Hitler imaginava ser um novo império produtivo construído com a subjugação e a extermínio parcial ou total de povos inferiores. O termo "escravidão" aqui não é nem retórico nem metafórico. Esses eram homens, mulheres e crianças mantidos sob controle e privação física intensa, obrigados a trabalhar até que sua condição física ou uma ou outra guinada da ideologia nazista os levasse a serem deslocados para a categoria daqueles que eram menos que escravos e, portanto, levados à morte. A terminologia "escravidão" era empregada pelos próprios nazistas. Heinrich Himmler argumentou em 1942 que, "se não enchermos nossos campos com escravos — nesta sala querer dizer as coisas muito firmemente e com muita clareza — com trabalhadores escravos, que irão construir nossas cidades, nossas aldeias, nossas fazendas, sem considerar quaisquer perdas", não teremos recursos suficientes para estabelecermos "o verdadeiro povo germânico" nas terras conquistadas a leste¹³.

Aqueles que estavam sujeitos a essa violência também a reconheciam como escravidão. Germaine Tillion, uma etnógrafa precisa e aguda que tinha estado ativa na Resistência Francesa, foi deportada para Ravensbrück em outubro de 1943. Ela sobreviveu e escreveu vários estudos detalhados sobre o campo. Usava o termo "escravos" para descrever os detentos que trabalhavam a fim de gerar lucros cuidadosamente calculados para a "empresa Ravensbrück", da qual o próprio Himmler era um dos principais investidores. Nos julgamentos de importantes criminosos de guerra em Nuremberg em 1945-46, a colega de Tillion, Marie-Claude Vaillant-Couturier, que também tinha estado confinada em Ravensbrück, descreveu o processo pelo qual representantes dos industrialistas que usavam a mão de obra inspecionavam os corpos das prisioneiras:

A sensação era a de um mercado de escravos. Eles apalpavam os músculos, procuravam sinais de boa saúde e depois faziam suas escolhas. Em seguida cada mulher passava nua diante do médico que decidia se ela era ou não capaz de trabalhar nas fábricas³⁴.

Algumas das prisioneiras eram colocadas para trabalhar diretamente dentro do campo, em atividades de subsistência ou em uma manufatura privada localizada dentro dos muros. Com os custos de alimentação deduzidos da renda da fábrica de vestimentas, a morte por fome era uma ameaça constante. Sobrevidentes se lembram de que o ritmo do trabalho era brutal em cada um dos turnos de 12 horas, com um pedaço de pão fornecido só depois que a cota diária de 200 paletós ou calças tivesse sido alcançada. Mais tarde o pão foi eliminado, mas as surras dadas por supervisores masculinos e femininos da SS continuaram. Outros prisioneiros foram alugados para as usinas elétricas da Siemens e para outras fábricas próximas³⁵.

Em Bruxelas e em Antuérpia, a família de Marie-José não tinha meios de saber o que havia acontecido com ela após sua deportação. Tão logo Bruxelas e Antuérpia foram libertadas pelos Aliados no outono de 1944, um de seus irmãos — quase que certamente Liliana, que estava cuidando da filha de Marie-José — enviou um pedido de sindicância à Cruz Vermelha. Ela explicou que sua irmã havia sido presa e que a família não tinha qualquer notícia dela e esperava uma resposta. Mas a Cruz Vermelha não tinha qualquer informação a dar³⁶.

Só um vestígio mais tênue da experiência específica de Marie-José em Ravensbrück sobrevive. Por coincidência, no verão de 1944, uma mulher chamada Nadine Droubaix, casada com o primo de Marie-José, Marcel Droubaix, havia sido presa — talvez como resultado da traição de um agente duplo da rede da Resistência em Marselha da qual Marcel era membro. No dia 2 de setembro, a própria Nadine Droubaix foi deportada para Ravensbrück³⁷.

Por alguns dias os caminhos de Nadine e Marie-José se cruzaram e elas se falaram. Aquela conversa, conforme mais tarde foi transmitida para uma comissão do pós-guerra, pode ser a única evidência direta que tenhamos do tempo que Marie-José passou no campo. Tudo indica que Marie-José deu um pouco de comida a Nadine e ela notou que Marie-José tinha feito com pedaços de tecido uma insignia tricolor, o símbolo que os belgas haviam usado em um protesto silencioso contra os alemães no Dia do Armistício, no primeiro ano da ocupação. Dentro de umas poucas semanas, no entanto, Nadine foi enviada para outro campo³⁸.

No final de 1944, o campo de trabalho escravo de Ravensbrück estava sendo reformatado a fim de permitir que a administração realizasse execuções mais rapidamente. Ordens de execução de alguns grupos de mulheres já tinham sido dadas e seguidas. Então, em janeiro de 1945, trabalhadores qualificados de um campo próximo foram trazidos para construir uma câmara de gás, e as autoridades em Ravensbrück começaram a escolher as mulheres que seriam mortas lá, em grupos de aproximadamente 150 pessoas. Segundo uma lista fragmentária sobrevivente, essas mulheres eram registradas como se estivessem sendo transferidas para "Mittwerda", um campo de convalescência não existente, que diziam estar localizado na Sílesia. Outras listas usavam outro tipo de linguagem para ocultar o assassinato em massa que agora estava ocorrendo⁴⁰.

No dia 28 de março de 1945, Marie-José Tinchant foi enviada para um lugar que, nos registros, era chamado de "Sanatório" ("san." na transcrição disponível). O termo era outro eufemismo para a câmara de gás que a essa altura já estava em operação em um prédio de madeira adjacente ao crematório. Uma segunda lista, agora mantida pelo International Tracing Service (Serviço Internacional de Buscas) baseado in Bad Arolsen, fornece informação sobre 250 mulheres do Bloco 7 daquele campo que devem ter sido enviadas para a câmara de gás no dia 31 de março ou antes. O nome dela também está lá, com o sobrenome escrito errado e o primeiro nome mencionado como Maria, mas, apesar disso, inconfundível⁴¹.

Conforme as tropas aliadas se aproximavam, os administradores do campo aceleraram as execuções e as evacuações em marcha forçada. Também queimaram o arquivo de cartões que continham os nomes das prisioneiras, junto com uma lista de mortos que as próprias prisioneiras tinham coletado e tentado esconder. O campo foi finalmente libertado pelo Exército Vermelho no dia 30 de abril de 1945⁴¹.

Com a libertação de Nadine Droubaix em outro campo em maio de 1945, e sua repatriação, a família Tinchant finalmente soube que Marie-José tinha sido vista em Ravensbrück meses antes. Na esperança de obter mais informações e a volta de sua filha, a mãe de Marie-José, Eugénie Tinchant, preencheu um formulário para pessoas desaparecidas, observando que Nadine Droubaix tinha mencionado a presença de Marie-José em Ravensbrück em janeiro de 1945. (Na verdade, Nadine Droubaix tinha passado pelo campo em setembro de 1944 e não janeiro de 1945; essa última data pode ter sido causada pela retransmissão por Droubaix de uma informação mais recente recebida de outra prisioneira.) A mãe de Marie-José descreveu sua filha como uma prisioneira política com o *nom d'emprunt* (nome de guerra) de "Anita". Forneceu também

uma descrição física: tipo caribenho, cabelo encrespado. A datilógrafa que preparou a informação para os arquivos designou Marie-José Tinchant com a abreviação PP para prisioneira política⁴².

No começo de outubro de 1945, um homem chamado Max Milcamps, que vivia em Gante, também buscou informações sobre Marie-José. Milcamps acreditava igualmente que ela tinha agido com o nome de guerra "Anita", que era uma prisioneira política e que ainda estava em Ravensbrück no dia 5 de janeiro de 1945. A descrição física que ele fez foi ligeiramente diferente, mas usou uma terminologia semelhante: disse que a pele de Marie-José era *basanée*, termo que pode ser traduzido aproximadamente como "morena". Seu cabelo era encrespado. Talvez para explicar a descrição física, ele acrescentou que ela havia nascido de um pai mexicano, mas naturalizado belga. Os funcionários encarregados de localizar pessoas e prisioneiros deslocados acrescentaram esses documentos ao arquivo já existente sobre Marie-José, mas ainda não tinham nenhuma informação sobre o que havia lhe acontecido⁴³.

Embora as autoridades em Ravensbrück tivessem queimado muitos dos cadastros do campo à medida que se retiravam, assim que a guerra terminou, os sobreviventes começaram a coletar e analisar documentos que tinham sido contrabandeados do campo. A partir de uma lista compilada por Marie-Claude Vaillant-Couturier, e fornecida pela associação francesa de sobreviventes de Ravensbrück, é quase certo que finalmente a família de Marie-José soube que ela havia perecido por volta do dia 28 de março de 1945. Em 1947-1948 o ministro de Reconstrução belga, que cuidava das buscas e da documentação relacionada com prisioneiros e deportados, atualizou o arquivo sobre Marie-José, observando que ela tinha sido morta na câmara de gás no dia 28 de março de 1945. A fonte dada foi a lista de 299 mulheres belgas mortas na Alemanha, uma lista fornecida pelo grupo francês "Amicale de Ravensbrück". Novas atualizações em 1949 e 1951 acrescentariam detalhes, inclusive evidência sobre a data de sua chegada à prisão de Saint Gilles e a de sua deportação subsequente para Ravensbrück⁴⁴.

No complexo mundo político da Bélgica do pós-guerra, com a repatriação de dezenas de milhares de pessoas deslocadas e as lutas subsequentes sobre a memória da guerra, estabeleceram-se procedimentos burocráticos para criar um registro formal e definitivo para os destinos individuais. No caso de Marie-José, a família poderia pedir prova legal de seu desaparecimento, certificado por um tribunal, que seria seguido pela publicação de um documento equivalente a uma certidão de óbito. O governo também estava desenvolvendo — por meio de uma negociação altamente política — uma tipologia de estatutos que

poderiam ser oficialmente atribuídos com base nas experiências de cada um durante a guerra⁴⁵.

Havia várias alternativas, cada uma delas com o objetivo de criar uma categoria fixa abarcando aqueles que eram, na prática, tipos superpostos de atuação nos tempos de guerra. Podia-se declarar que um homem ou uma mulher tinham participado da resistência armada, o que lhes daria crédito equivalente ao serviço militar, ou podiam ser reconhecidos como tendo se envolvido na coleta de informações para o governo no exílio ou para as forças aliadas. Julgava-se que outros tinham participado da "resistência civil" — um conceito que estava aberto para um número quase que infinitamente maleável de descrições, e para um debate sem fim. Com base nas circunstâncias da prisão e na duração do encarceramento, um belga que tinha sido mantido preso pelos alemães poderia estar na categoria de "prisioneiro político". Também reconhecidos eram os *déportés du travail* — trabalhadores forçados, que tinham direito preferencial no caso de empregos no pós-guerra. Finalmente a pessoa podia ser declarada simplesmente uma vítima, a categoria que incluía aqueles que tinham sido presos em razão das leis raciais dos nazistas⁴⁶.

Buscar designação retrospectiva como prisioneiro político era tropeçar em um processo burocrático de enormes dimensões. Foram feitos 59 mil pedidos pela atribuição desse estatuto, 41 mil dos quais concedidos. André V., o antigo marido de Marie-José, parece ter considerado esse um caminho possível para obter apoio financeiro para seus filhos. Em dezembro de 1953, seu advogado escreveu para o Service Général de Renseignements et Action (SGRA). A essa altura, a família sabia a data exata da morte de Marie-José em Ravensbrück e o advogado sugeriu que Marie-José havia se envolvido em atividades na Resistência, particularmente no grupo a que o advogado se referiu como "Ligne Zéro". O advogado então forneceu uma lista de nomes dos supostos camaradas de Marie-José Tinchant, conhecida como "Anita". A lista começou com "o Sr. Albert que, pelo que se diz, mudou de nome várias vezes" e foi concluída com M. Max Milcamps e M. Jotrand. Entre estes, havia pessoas com nomes de guerra "Lapin" [coelho] e "Dolly". O advogado explicou que o caso era confuso e que se tinha apenas informação limitada; por isso a investigação⁴⁷.

Houve uma resposta breve seis semanas mais tarde de um administrador adjunto do serviço, afirmando não ter qualquer informação sobre um M. Albert associado ao grupo chamado Zéro, ou sobre qualquer das outras pessoas mencionadas como contatos de Marie-José. Os especialistas do SGRA sabiam perfeitamente bem que um dos fundadores do Réseau Zéro era um

uma descrição física: tipo caribenho, cabelo encrespado. A datilógrafa que preparou a informação para os arquivos designou Marie-José Tinchant com a abreviação PP para prisioneira política⁴².

No começo de outubro de 1945, um homem chamado Max Milcamps, que vivia em Gante, também buscou informações sobre Marie-José. Milcamps acreditava igualmente que ela tinha agido com o nome de guerra "Anita", que era uma prisioneira política e que ainda estava em Ravensbrück no dia 5 de janeiro de 1945. A descrição física que ele fez foi ligeiramente diferente, mas usou uma terminologia semelhante: disse que a pele de Marie-José era *basanée*, termo que pode ser traduzido aproximadamente como "morena". Seu cabelo era encrespado. Talvez para explicar a descrição física, ele acrescentou que ela havia nascido de um pai mexicano, mas naturalizado belga. Os funcionários encarregados de localizar pessoas e prisioneiros deslocados acrescentaram esses documentos ao arquivo já existente sobre Marie-José, mas ainda não tinham nenhuma informação sobre o que havia lhe acontecido⁴³.

Embora as autoridades em Ravensbrück tivessem queimado muitos dos cadastros do campo à medida que se retiravam, assim que a guerra terminou, os sobreviventes começaram a coletar e analisar documentos que tinham sido contrabandeados do campo. A partir de uma lista compilada por Marie-Claude Vaillant-Couturier, e fornecida pela associação francesa de sobreviventes de Ravensbrück, é quase certo que finalmente a família de Marie-José soube que ela havia perecido por volta do dia 28 de março de 1945. Em 1947-1948 o ministro de Reconstrução belga, que cuidava das buscas e da documentação relacionada com prisioneiros e deportados, atualizou o arquivo sobre Marie-José, observando que ela tinha sido morta na câmara de gás no dia 28 de março de 1945. A fonte dada foi a lista de 299 mulheres belgas mortas na Alemanha, uma lista fornecida pelo grupo francês "Amicale de Ravensbrück". Novas atualizações em 1949 e 1951 acrescentariam detalhes, inclusive evidência sobre a data de sua chegada à prisão de Saint Gilles e a de sua deportação subsequente para Ravensbrück⁴⁴.

No complexo mundo político da Bélgica do pós-guerra, com a repatriação de dezenas de milhares de pessoas deslocadas e as lutas subsequentes sobre a memória da guerra, estabeleceram-se procedimentos burocráticos para criar um registro formal e definitivo para os destinos individuais. No caso de Marie-José, a família poderia pedir prova legal de seu desaparecimento, certificado por um tribunal, que seria seguido pela publicação de um documento equivalente a uma certidão de óbito. O governo também estava desenvolvendo — por meio de uma negociação altamente política — uma tipologia de estatutos que

poderiam ser oficialmente atribuídos com base nas experiências de cada um durante a guerra⁴¹.

Havia várias alternativas, cada uma delas com o objetivo de criar uma categoria fixa abarcando aqueles que eram, na prática, tipos superpostos de atuação nos tempos de guerra. Podia-se declarar que um homem ou uma mulher tinham participado da resistência armada, o que lhes daria crédito equivalente ao serviço militar, ou podiam ser reconhecidos como tendo se envolvido na coleta de informações para o governo no exílio ou para as forças aliadas. Julgava-se que outros tinham participado da "resistência civil" — um conceito que estava aberto para um número quase que infinitamente maleável de descrições, e para um debate sem fim. Com base nas circunstâncias da prisão e na duração do encarceramento, um belga que tinha sido mantido preso pelos alemães poderia estar na categoria de "prisioneiro político". Também reconhecidos eram os *déportés du travail* — trabalhadores forçados que tinham direito preferencial no caso de empregos no pós-guerra. Finalmente a pessoa podia ser declarada simplesmente uma vítima, a categoria que incluía aqueles que tinham sido presos em razão das leis raciais dos nazistas⁴².

Buscar designação retrospectiva como prisioneiro político era tropeçar em um processo burocrático de enormes dimensões. Foram feitos 59 mil pedidos pela atribuição desse estatuto, 41 mil dos quais concedidos. André V., o antigo marido de Marie-José, parece ter considerado esse um caminho possível para obter apoio financeiro para seus filhos. Em dezembro de 1953, seu advogado escreveu para o Service Général de Renseignements et Action (SGRA). A essa altura, a família sabia a data exata da morte de Marie-José em Ravensbrück e o advogado sugeriu que Marie-José havia se envolvido em atividades na Resistência, particularmente no grupo a que o advogado se referiu como "Ligne Zéro". O advogado então forneceu uma lista de nomes dos supostos camaradas de Marie-José Tinchant, conhecida como "Anita". A lista começou com "o Sr. Albert que, pelo que se diz, mudou de nome várias vezes" e foi concluída com M. Max Milcamps e M. Jotrand. Entre estes, havia pessoas com nomes de guerra "Lapin" [coelho] e "Dolly". O advogado explicou que o caso era confuso e que se tinha apenas informação limitada; por isso a investigação⁴³.

Houve uma resposta breve seis semanas mais tarde de um administrador adjunto do serviço, afirmando não ter qualquer informação sobre um M. Albert associado ao grupo chamado Zéro, ou sobre qualquer das outras pessoas mencionadas como contatos de Marie-José. Os especialistas do SGRA sabiam perfeitamente bem que um dos fundadores do Réseau Zéro era um

homem chamado Albert Hachez. Mas parece que não estavam muito inclinados a investigar profundamente o caso de Marie-José Tinchant — e, na verdade, dicas como “nome de guerra Coelho” não eram o tipo de sugestão que poderia ser facilmente seguida. Assim, a investigação chegou a um beco sem saída⁴⁸.

Sem se deixar desaninar, André fez com que seu advogado continuasse com as formalidades para uma declaração, em vez de uma certidão de óbito, e preencheu os formulários requerendo a concessão póstuma do estatuto de prisioneira política para Marie-José. Eles entregaram a petição logo antes de terminar o prazo⁴⁹.

A comissão levou a cabo o processo normal para verificar os endereços de Marie-José, juntando cópias dos pedidos que tinham sido feitos sobre ela, incluindo aqueles de sua irmã, de sua mãe e de Milcamps, e verificando também várias exigências técnicas acerca da elegibilidade da petição. Em dezembro de 1954, a documentação da Amicale de Ravensbrück que confirmou a internação de Marie-José e sua morte no campo também foi examinada⁵⁰.

Foi nas deliberações finais da comissão sobre a atribuição de estatuto que sua história deu uma guinada curiosa. De acordo com a lei, o título de prisioneiro político poderia ser concedido com base na prisão por “ação patriótica e desinteressada” ou por crenças políticas ou filosóficas. Poderia também ser conferida com base em evidência demonstrando que o prisioneiro, durante o encarceramento, tinha sido “animado por um espírito de resistência ao inimigo”. Os registros da prisão haviam desaparecido e o homem responsável por representar o Estado belga no processo, W. Bonne, inicialmente concluiu que o motivo para a prisão de Marie-José era simplesmente *inconnu* (desconhecido). Ele recomendou, então, que a comissão atribuisse aos filhos de Marie-José os benefícios financeiros que eram devidos a herdeiros de um prisioneiro político, inclusive compensação pelos meses em que ela esteve encarcerada. No entanto, no lugar do formulário datilografado em que a elegibilidade para o título de prisioneiro político deveria ser indicada, Bonne riscou a palavra *titre* (título) e escreveu a lápis a palavra *qualité* (qualidade). Ele assim recomendou que a comissão atribuisse a *qualité* de prisioneira política a ela, provocando o pagamento de benefícios a seus filhos, mas não lhe concedendo o direito póstumo ao *titre* (título) de prisioneira política⁵¹.

A distinção que Bonne propôs estabelecer entre ser um “beneficiário” do estatuto de prisioneiro político, e portanto das reparações devidas, e o direito de ter o “título” de prisioneiro político, e portanto de alguma forma adicional de reconhecimento, não era específica ao caso de Marie-José. Ela refletia

os efeitos remanescentes de uma emenda de último momento, proposta em 1947 por vários membros do Senado belga afiliados aos partidos católicos, durante o debate sobre compensação e reconhecimento para prisioneiros políticos. Os riscos desse debate eram altos, porque os resultados poderiam ajudar a criar um registro público do papel relativo das redes comunistas, monarquistas e católicas como de várias figuras públicas individuais na Resistência. Tudo isso poderia moldar as imagens dos partidos nas eleições do pós-guerra. A Câmara dos Deputados tinha unanimemente aprovado a versão do estatuto que usava o *critère de la souffrance* (critério do sofrimento) para definir a categoria daqueles que seriam reconhecidos e recompensados, incluindo assim vítimas das deportações realizadas sob as leis raciais nazistas. A emenda introduzida no Senado, no entanto, propunha limitar a categoria de prisioneiro político àqueles claramente presos por atos de resistência "patriótica" e tinha como objetivo excluir do reconhecimento muitos antifascistas, maçons, ativistas anticlericais que tinham sido tomados como reféns ou colocados em uma detenção preventiva, bem como judeus que tinham sido deportados da Bélgica⁵².

No texto final da lei, desenvolvido em um acordo negociado, belgas tomados como reféns ou presos por suas ideias políticas voltaram a ser elegíveis ao estatuto de prisioneiro político, assim como aqueles que tinham estado envolvidos em resistência "patriótica" explícita. Aqueles presos por um "motivo racial", no entanto, foram excluídos. O estatuto a ser atribuído aos judeus deportados da Bélgica para a Alemanha, no final, havia servido como uma moeda de troca — e tinha sido derrotado — nessa negociação da política doméstica belga. Ao mesmo tempo, a concessão do "título" de prisioneiro político (com o direito vinculado de exibir uma insignia específica) acabou sujeito a um conjunto mais exigente de critérios do que a concessão do "benefício" do estatuto⁵³.

As recomendações de Bonne no caso de Marie-José Tinchant, no entanto, não foram finais. A comissão, que incluía vários representantes de associações de prisioneiros políticos, convocou uma audiência sobre o caso, na qual eles agora ouviram o depoimento sob juramento de Nadine Droubaix, cujo caminho tinha cruzado o de Marie-José no campo de Ravensbrück. Droubaix disse que ela não havia tido oportunidade de perguntar a Marie-José sobre as circunstâncias de sua prisão, mas ela evocou o detalhe muito significativo de que Marie-José tinha pregado uma insignia tricolor em seu uniforme de prisioneira. A insignia tricolor, Droubaix informou, criara dificuldades para Marie-José com os guardas alemães⁵⁴.

Embora a legislação belga tivesse decidido que o estatuto de prisioneiro político não deveria ser concedido com base no *critère de la souffrance* (critério do sofrimento), era impossível negar que Marie-José era uma mulher belga deportada por ordem da Gestapo e encarcerada por muitos meses em Ravensbrück. Em 1954, os horrores de Ravensbrück já estavam bem estabelecidos. O depoimento de Nadine Droubaix, além disso, pôde fornecer evidência para satisfazer o critério de que Marie-José estivera “animada por um espírito de resistência ao inimigo” durante seu encarceramento — e, portanto, era elegível tanto para o estatuto quanto para o título póstumo de prisioneira política. A comissão, no entanto, continuou preocupada com a questão do motivo de sua detenção⁵⁵.

Em um acordo peculiar, a comissão finalmente declarou que o pedido em nome do filho e da filha de Marie-José era admissível e “parcialmente” bem fundado. Marie-José Tinchant tinha realmente sido detida pelo inimigo e encarcerada pelo período de tempo especificado. De fato, a comissão modificou o período de tempo reconhecido na recomendação preliminar, estendendo-o até 28 de março de 1945, data da morte que a família tinha fornecido e que as listas disponíveis dos detentos de Ravensbrück confirmavam. Assim, os filhos poderiam receber os recursos e benefícios apropriados aos herdeiros de alguém que tinha o estatuto de prisioneiro político. Mas Marie-José Tinchant, a comissão concluiu, não tinha sido detida por razões políticas e sim por um *motif racial* — “um motivo racial”. Ela não podia, portanto, ter direito ao título póstumo de prisioneira política⁵⁶.

A introdução da comissão, no último minuto, da expressão “motif racial” com relação a Marie-José Tinchant é um enigma. Na própria Alemanha, os nazistas tinham realmente detido pessoas que eles acreditavam ter ascendência africana, e eles desprezavam mortalmente os filhos de uniões mistas entre “arianos” e pessoas de cor. Na Bélgica, no entanto, a questão da ascendência africana parece não ter surgido. Os alemães realizaram prisões em massa de “nativos latino-americanos” que esperavam trocar por prisioneiros alemães, mas não há nenhuma evidência de que qualquer pessoa acreditasse que Marie-José era mexicana. Detenções por “motivos raciais” na Bélgica eram, em sua grande maioria, prisões de judeus⁵⁷.

Não podemos saber que rumores o advogado de André, que se apresentou diante da comissão na última reunião sobre o caso, pode ter transmitido sobre a ascendência dos Tinchant. A preocupação principal do advogado, afinal de contas, era a pensão para os filhos e não o crédito póstumo concedido a Marie-José por sua coragem, patriotismo ou antifascismo. A comissão — parte de

cuja função era servir como guardião da restrição ao título honorífico de "prisioneiro político" — pode ter baseado sua atribuição nas descrições fornecidas por aqueles que buscavam encontrar Marie-José durante a guerra e depois dela; *teint basané, type créole et cheveux crépus* (pele morena, tipo caribenho e cabelos encrespados). Embora nenhuma evidência tenha sido alegada explicitamente para apoiar o motivo inferido para a detenção no caso de Marie-José, a expressão "motivo racial" estava sempre à disposição, e vinha sendo aplicada durante os debates parlamentares de 1947 com relação à situação dos poucos sobreviventes entre as dezenas de milhares de judeus deportados da Bélgica pelos nazistas⁵⁸.

É impossível saber, a essa distância, quais seriam os matizes da inscrição das palavras *motif racial* na decisão do caso de Marie-José. Mas a evidência sugere que naqueles anos a expressão poderia implicar uma maneira de desacreditar ou diminuir a posição da pessoa em questão. Durante os debates sobre a política de reparação, um representante no parlamento falou de "judeus presos unicamente por motivos raciais e outras pessoas presas por razões não patrióticas, como aqueles que vendiam no mercado negro". Era difícil evitar a impressão de que colocar "motivos raciais" ao lado de "razões não patrióticas" transmitisse um desejo de retratar as vítimas como não merecedoras de reconhecimento nacional⁵⁹.

Ao propor um "motivo racial" para sua prisão, e portanto negar-lhe o título de prisioneira política, a comissão implicitamente comparou as circunstâncias da detenção de Marie-José Tinchant com aquelas dos judeus capturados sob as ordens da Seção IV-B-3 da polícia secreta alemã na Bélgica, a Judenabteilung⁶⁰. Nos termos da hagiografia belga no pós-guerra, Marie-José Tinchant foi formalmente designada como uma vítima, mas não como uma heroína. Do mesmo modo que os judeus, ela sofreu uma recusa retrospectiva de posição como resultado de um cálculo cujo objetivo era limitar a lista de pessoas que fariam parte de um panteão de mártires que haviam "morrido pela Bélgica". Formulários preenchidos por parte dos membros da família, entregues antes que qualquer estatuto sobre benefícios governamentais tivesse sido votado, se referiam a Marie-José Tinchant como uma "prisioneira política" e foram tomados ao pé da letra. Os alemães tinham escrito a palavra "política" ao lado de seu nome na lista de transporte de mulheres deportadas de Bruxelas para o Reich em junho de 1944. Mas a comissão belga oficialmente se recusou a creditar sua capacidade por patriotismo ou pela luta política⁶¹.

Por mais doloroso que fosse a recusa oficial póstuma ao título de prisioneira política, a lembrança de Marie-José não estava, afinal, totalmente nas mãos

da comissão a quem o advogado de André tinha dirigido uma petição. "Memória nacional" como metáfora não é a mesma coisa que memória familiar. Para os filhos de Marie-José, as circunstâncias da morte de sua mãe eram confusas, mas estavam associadas à defesa da Bélgica. E, sob certas circunstâncias, essa lembrança se tornaria mais sólida se fosse colocada no papel. Quando a filha de Marie-José, Liliâne, se casou em 1956, o escrivão a designou como filha de André V. e Marie-José Tinchant, *morte pour la Belgique* — Marie-José Tinchant, que morreu pela Bélgica. O casamento não durou, mas as palavras *morte pour la Belgique* passaram a ser parte da percepção de outra geração da mulher que eles nunca chegaram a conhecer⁶².

É improvável que Marie-José, criada no luxo na Rua Saint Joseph, 22, em Antuérpia, jamais tenha ouvido uma referência a Rosalie Vincent, a mãe de sua bisavô Élisabeth Vincent, que havia sido escrava. Embora o pai de Marie-José, Pierre, tivesse sido descrito na imprensa britânica como um comerciante de charutos das Índias Ocidentais, a maior parte das referências às Américas feitas por aquele ramo da família Tinchant evocava o México, não o Caribe. Os filhos de Joseph Tinchant geralmente começavam a história de sua identidade americana com o tempo que seu pai passara no México, não seus anos como um "homem de cor livre" em Nova Orleans. O tio-avô de Marie-José, Édouard, que havia voluntariamente descrito a si próprio como "um filho da África", morrerá no ano anterior ao nascimento dela; e ela nunca chegou a ouvir sua versão da história familiar⁶³.

Em Antuérpia e em Londres em 1937 e talvez em 1941 e 1944, quando se defrontou com os nazistas, Marie-José Tinchant sabia que, apesar de tudo, aos olhos de muitas pessoas ela tinha "cor". Em 1937 ela havia decidido dizer isso em voz alta e reivindicar essa identificação como sua, em vez de dar as costas a suas implicações. Será que ela foi presa sete anos mais tarde por "um motivo racial" como a comissão, lendo o cartão que a descrevia como *type créole, cheveux crépus*, concluiu? À medida que se aproximava a vitória aliada, a máquina do nazismo autoconscientemente cobriu suas pegadas de modo mais eficiente do que tinha feito a máquina da escravidão, fazendo com que seja mais difícil encontrar registros relacionados às circunstâncias das detenções de Marie-José em 1941 e 1944 do que encontrar documentos que confirmem a venda e a alforria de Rosalie de nação Poulard 150 anos antes. O grande crime da escravidão nas Américas operava dentro de uma legalidade própria e deixou uma trilha volumosa de documentos, tanto das transações que transformavam pessoas humanas em pessoas mantidas como propriedade quanto dos esforços

de pessoas como Rosalie para escapar daquela condição social. Os autores dos grandes crimes do nazismo, no entanto, geralmente operavam com alguma consciência de sua própria excepcionalidade. Ficções legais foram criadas e registros abundantes foram gerados. Mas, conforme a guerra foi chegando ao fim, seus perpetradores queimaram esses registros e assassinaram muitos daqueles que poderiam ter prestado testemunho do que tinha ocorrido⁴⁴.

As provas de liberdade posteriores de Marie-José Tinchant, que relembravam sua resistência diante daquele crime, teriam que ser reunidas e criadas pela iniciativa de seus parentes e do Estado belga. Em resposta a uma petição feita pela filha e pela neta de Marie-José, as autoridades em Bruxelas que estavam encarregadas dessas questões recentemente voltaram a consultar o arquivo. Em abril de 2010, enviaram uma carta para a filha de Marie-José reiterando sua elegibilidade para os benefícios de sobrevivente. Elas também lhe deram um novo cartão de seguro social, que a identifica como uma beneficiária legalmente reconhecida de Marie-José Tinchant. O formulário impresso designa Marie-José como "*prisonnier politique ou bénéficiaire du Statut*" (prisioneiro político ou beneficiário desse estatuto). A distinção que foi feita em um determinado momento entre estatuto e título já não é visível. A carta também informa à filha de Marie-José, Liliane, que ela agora tem direito a viajar sem pagar em todos os transportes públicos na Bélgica⁴⁵.

Acontece, porém, que a filha de Marie-José já não mora na Bélgica. Alguns anos atrás ela partiu para o México, na esperança de encontrar suas raízes familiares naquele país. Durante a viagem, ela mudou de ideia e desembarcou em uma ilha no Atlântico um pouco distante da costa da África — uma ilha onde, séculos antes, os europeus realizavam seus experimentos na plantação de cana de açúcar usando trabalhadores escravos. Liliane decidiu ficar lá, estabelecendo-se em uma pequena comunidade de língua espanhola. Em uma horta que ela plantou para incorporar elementos do que ela imagina ter sido, há muito tempo, a fazenda de José Tinchant em Cazonera, Liliane agora junta os pedaços de uma memória própria de sua mãe, a tataraneta de Rosalie Vincent, a ousada jovem que declarou a um jornalista em Londres, em 1937, "Minha mãe é branca, minha avó é branca, mas eu tenho cor"⁴⁶.

Notas

¹ "Brilliant Newswoman to Cover European News for Colored Press", *Atlanta Daily World*, 5 de janeiro de 1937, 1; e Fay M. Jackson, "Two Officially Represent Race at Coronation".

- Pittsburgh Courier*, 8 de maio de 1937, 24. Sobre suas atividades anteriores, veja "Churches Asked to Hit Lynching", *Los Angeles Sentinel*, 21 de fevereiro de 1935, 6.
- ² Veja o artigo de Fay M. Jackson no *California Eagle*, 5 de março de 1937, e também Jackson "Swing Music Craze Causes Furore in London", *Atlanta Daily World*, 1º de março de 1937; Jackson, "Wanted: American Papers!", *Atlanta Daily World*, 6 de março de 1937, 1.
- ³ Fay M. Jackson, "Trail of Blood, Vandalism in Wake of 'Rape of Ethiopia' Britishers Told", *Pittsburgh Courier*, 17 de abril de 1937, 21; Jackson "Paul Robeson Picture Sets New Tempo", *New York Amsterdam News*, 13 de março de 1937, 10.
- ⁴ Fay M. Jackson, "No Color Bar for Waiters at Coronation", *Pittsburgh Courier*, 27 de março de 1936, 3; Jackson, "Color Line May Be Drawn at Coronation", *Atlanta Daily World*, 6 de maio de 1937, 1.
- ⁵ Phyllis M. Davies, "Fled to Wed Secretly in England", *Daily Mail* (Londres), 9 de abril de 1937, 11.
- ⁶ A narrativa pode ser reconstruída a partir de artigos no *Daily Mail* (9 e 14 de abril de 1937) e no *Daily Express*, assim como em "Entry of Marriage", registro oficial do Distrito Metropolitano de Chelsea, datado de 13 de abril de 1937, uma cópia certificada do qual foi obtida do General Register Office, Grã-Bretanha. Por respeito à privacidade da família de origem do noivo, com quem não estivemos em contato, substituímos o sobrenome de André pela inicial V.
- ⁷ Davies, "Fled to Wed Secretly".
- ⁸ "Wedding-Day Bid to Stop a Marriage", *Daily Express* (Londres), 10 de abril de 1937, 13.
- ⁹ Ibidem.
- ¹⁰ Parece que Jackson escreveu sua história nos dias que se seguiram (referindo-se aos eventos como tendo ocorrido no "último sábado"), mas ela só foi publicada nos Estados Unidos algumas semanas mais tarde. O *New York Amsterdam News* de 1º de maio de 1937 a publicou à página 11, sob o título "Father Halts Wedding. Mixed Blood Not So Good Even Abroad. Belgian Couple Can't Marry Because of Color".
- ¹¹ Os detalhes dos processos legais são dos relatos no *Daily Express* e no *Daily Mail*, assim como na história de Jackson no *New York Amsterdam News*.
- ¹² O *Daily Mail* e o *Daily Express* publicaram artigos curtos dando seguimento ao tema. Reiteraram as objeções colocadas pelo pai do noivo — estudos jurídicos e serviço militar — ao mesmo tempo em que abandonavam qualquer referência à cor. "Belgian Couple Wed", *Daily Mail*, 14 de abril de 1937, 11; e "Father Fails to Stop His Son's Wedding", *Daily Express*, 14 de abril de 1937.
- ¹³ Grande parte dos detalhes sobre suas vidas vem do arquivo sobre Marie-José Tinchant nos Dossiers des statuts de reconnaissance nationale de la guerre 1940-45 (daqui em diante Dossier Statut, Marie-José Tinchant), guardado nos arquivos da Direction générale Victimes de la Guerre, Service archives et documentations, Bruxelas (daqui em diante ASVG) e consultados com a permissão da neta de Marie-José Tinchant, Michèle Kleijnen.
- ¹⁴ Dossier Statut, Marie-José Tinchant, ASVG. O irmão de Marie-José, José Pierre, aparentemente estava trabalhando como administrador na empresa da família quando foi convocado. Carta de José Pierre Tinchant a Michèle Tinchant Ivens, 17 de janeiro de 1996, nos documentos de Isabelle Ivens (daqui em diante TFP-II).
- ¹⁵ Um excelente retrato a óleo de corpo inteiro de Vincent Tinchant, charuto na mão, corrente de ouro do relógio na cintura, pertence a Philippe Struyf.
- ¹⁶ A informação sobre a fuga de André V. para a França vem da investigação de uma assistente social preocupada com a situação de sua filha Liliane no pós-guerra. Veja "Dossiers concernant

Liliane [V.] conservés pour l'Institution publique de protection de la jeunesse et transmettre à l'intéressée à sa demande le 20 janvier 2000". Tinchant Family Papers na posse de Michèle Kleijnen (daqui em diante TFP-MK). O tempo que José Pierre Tinchant passou em Stalag é descrito em sua carta a sua filha Michèle Tinchant Ivens, datada de 17 de janeiro de 1996, em TFP-II.

- 17 O irmão mais jovem de Marie-José, Pedro, atuou como motorista para Rul durante a tomada do Hotel de Ville em Antuérpia à medida que os Aliados se aproximavam. Veja TFP-MK. O serviço de Rul com o Réseau Bayard e mais tarde com o monarquista MNR está documentado em seu arquivo nos Services de renseignement et d'action (SRA), atualmente mantidos pelo Centre d'études et de documentation Guerre et sociétés contemporaines, Bruxelas (daqui em diante CEGES-SOMA). Sobre o Réseau Bayard veja Fernand Scrubbe, *Service armé belge 1940-1945* (Bruxelas, Union des Services de renseignement et d'action, 1997), 181-189.
- 18 A inscrição de Marie-José no registro da Rue du Damier, 29 aparece em seu Dossier Statut, ASVG. A lembrança de que Marie-José estava ativa na Resistance em janeiro de 1941 vem de carta de José Pierre Tinchant a Michèle Tinchant Ivens, 17 de janeiro de 1996, TFP-II. Embora as afirmações feitas no pós-guerra sobre atividade na Résistance estojam sempre sujetas a algum ceticismo, José Pierre Tinchant tinha poucos motivos para exagerar sobre a atuação de sua irmã. Ele próprio terminou a guerra como um herói condecorado de um regimento de paracaidistas composto por forças belgas no exílio. Veja relatos publicados de seu serviço em TFP-II.
- 19 Veja Emmanuel Debruyne, *La Guerre secrète des espions belges, 1940-44* (Bruxelas, Éditions Racine, 2008), cap. 4, e Dossier Statut, Marie-José Tinchant, ASVG.
- 20 Essa descrição de sua personalidade é baseada nos registros escritos citados neste capítulo, em comunicação pessoal de Françoise Cousin, e em uma comunicação pessoal de Michèle Kleijnen, 27 de junho de 2008, transmitindo comentários feitos a ela por seu avô André V., antigo marido de Marie-José. As frases relacionadas com a cor e as "Indias Ocidentais" são de Davies, "Fled to Wed".
- 21 Veja "Livret Matricule et de punitions", in the Dossier matriculaire, José Pierre Tinchant, Direction générale Human resources de l'armée belge, Quartier Reine Élisabeth, Bruxelas (daqui em diante DGHR), e José Pierre Tinchant a Michèle Tinchant Ivens, 17 de janeiro de 1996, TFP-II. Sobre a política discriminatória alemã com relação aos prisioneiros de guerra belgas, veja I.C.B. Dear, general org., *The Oxford Companion to World War II* (New York, Oxford University Press), 120.
- 22 Veja José Pierre Tinchant para Michèle Tinchant Ivens, 17 de janeiro de 1996, TFP-II.
- 23 O bairro ao redor da Rua du Théâtre, agora demolido, é na comunidade de Molenbeek. Agradecemos à historiadora Sophie de Schaeprdriver por essa descrição. Veja também Chantal Kesteloot, *Bruxelles sous l'occupation, 1940-1944* (Bruxelas, CEGES-SOMA, 2009).
- 24 A lembrança de sua detenção em 30 de novembro de 1941 é de José Pierre Tinchant para Michèle Tinchant Ivens, 17 de janeiro de 1996, TFP-II Papers. Sua transferência para Antuérpia no dia 10 de dezembro de 1941 está registrada no volume intitulado "Saint-Gilles. Listes de transports du 17.9.40 au 23.7.42", rotulada TR. 16.781, Rap. 497, e guardada no ASVG. Sobre a Gestapo na Bélgica, veja Céline Préaux, *La Gestapo devant ses juges en Belgique* (Bruxelas, Éditions Racine, 2007), 16.
- 25 O itinerário de José Pierre através da Espanha até Lisboa, sua partida de Gibraltar e seu alistamento no SAS são confirmados por seu Dossier matriculaire, guardado na DGHR.
- 26 A informação sobre suas residências está nos registros judiciais arquivados no Dossier Statut, Marie-José Tinchant, ASVG. Emmanuel Debruyne observa que o governo de ocupação manteve

- tarde venceu essa relutância em punir as mulheres cruelmente. Debruyne, *La Guerre secrète*, 32, 310. A custódia das crianças durante a guerra é discutida em "Dossiers concernant Liliane [V.] conservés par l'Institution publique de protection de la jeunesse", TFP-MK.
- ²⁷ Uma cópia do decreto do divórcio está no Dossier Statut, Marie-José Tinchant, ASVG.
- ²⁸ O registro das entradas (*Registre d'écrout*) no presídio de Saint Gilles para 1944 está agora arquivado no ASVG.
- ²⁹ Veja o Dossier SRA de Marie-José Tinchant, CEGES-SOMA, consultado com a permissão de sua neta, Michèle Kleijnen.
- ³⁰ A designação de Marie-José como "polit." aparece numa lista de lançamentos guardada nos arquivos do Ravensbrück Memorial: "Sondertransport v Brüssel, 19.6.44", KL/15-1, Mahn-und Gedenkstätte Ravensbrück/Stiftung Brandenburgische Gedenkstätten (daqui em diante MGR/SGB). As memórias datilografadas de um prisioneiro em Saint Gilles, aparentemente a quem se referiam como "Lamfuss", está catalogada como "Mémoires [Prisonnier de St. Gilles]", AB 2259, CEGES-SOMA.
- ³¹ O registro da partida de Marie-José é o "Transportiste" datilografado (com um subtítulo traduzido como Femmes provisirement arrêtées pour Ravensbrück), datado em Saint Gilles, 15 de junho de 1944, cópia guardada no arquivo TR 6719/497, em ASVG. Sua entrada é número 304 à página 47 e seu nome está repetido à página 55, em uma lista separada com o cabeçalho IV-3. Sobre o contexto da evacuação alemã das prisões, veja Pieter Lagrou, *Mémoires patriotiques et occupation nazie: résistants, requis et déportés en Europe occidentale, 1945-1965* (Bruxelles, Éditions Complexe; Paris, Institut d'histoire du temps présent, 2003), 206.
- ³² Sua chegada à Ravensbrück está registrada em "Sondertransport v Brüssel, 19.6.44", KL/15-1, MGR/SGB. Sobre esse comboio veja também Grit Philipp, *Kalendarium der Ereignisse im Frauen-Konzentrationslager Ravensbrück, 1939-1945* (Berlin, Metropol Verlag, 1999), 296.
- ³³ Essa citação de Himmler está em Seymour Drescher, *Abolition: A History of Slavery and Antislavery* (Cambridge, Cambridge University Press, 2009), 431.
- ³⁴ Veja o capítulo "Profit et extermination", com sua subseção "L'entretien des esclaves" em Germaine Tillion, *Ravensbrück* (Paris, Éditions du Seuil, 1988), 214-248. A descrição das inspeções está na terceira página (não numerada) do texto datilografado "Procès des grands criminels de guerre. Nuremberg Débats 22 janvier-4 février 1946. Ravensbrück. Déposition de Madame Claude [sic] Vaillant-Couturier", no arquivo numerado 1163, T25/58, CEGES-SOMA.
- ³⁵ Tillion, *Ravensbrück*; Bernhard Strelbel, *Ravensbrück: un complexe concentrationnaire* (Paris, Fayard, 1966), 186-214; e a quarta página da "Déposition de Madame Claude Vaillant-Couturier", citada acima.
- ³⁶ Nesse cartão-postal sem data, aparentemente enviado dia 18 de outubro de 1944, o remetente está listado como morador na Avenida Van den Nest, 34, em Antuérpia. O cartão agora está no Dossier Statut, Marie-José Tinchant, ASVG, junto com uma cópia da resposta da Cruz Vermelha, datada 17 de novembro de 1944.
- ³⁷ Veja a entrada para Droubaix na lista de transporte de 11 de agosto de 1944, indexada em *Livre-mémorial des déportés de France arrêtés par mesure de répression et dans certains cas par mesure de persécution, 1940-1945*, vol. 3 (Paris, Éditions Tirésias, 2004), disponível on-line em <<http://www.bddm.org/liv/details.php?id=1.262#DEROUBAIX>>. Seu lugar na genealogia familiar foi determinado com a ajuda de Philippe Struyf, suplementado pelo registro de casamento de Lawrence Quinlivan Bulger e Marie-Christine Droubaix, anteriormente Tinchant, datado de 30 de outubro de 1901, cópia obtida do General Register Office, Grã-Bretanha. A traição por um agente duplo alemão da rede da Resistência em Marselha da qual seu marido,

Marcel Droubaix, era membro, "Mithridate", é narrada em Nigel West, *History of Espionage of World War II Intelligence* (Lanham, MD, Scarecrow Press, 2008), 100-102.

Sobre as comunicações entre Nadine e Marie-José, veja o depoimento de Nadine Droubaix, nascida Crabbe, dado diante da Commission d'agression pour prisonniers politiques et ayants droit, 6 de janeiro de 1955, cópia manuscrita no Dossier Statut, Marie-José Tinchant, ASVG. Sobre as insígnias tricolores em 1940, veja Paul Delandchete e Alphonse Ooms, *La Belgique sous les nazis: 1940-1941* (Bruxelas, L'Édition universelle, 1946), 199. As memórias de Geneviève de Gaulle, *La Traversée de la nuit* (Paris, Éditions du Seuil, 1998) também são evocativas de vários gestos de solidariedade e resistência. Em confinamento solitário por grande parte do tempo, ela aparentemente não cruzou o caminho de Marie-José Tinchant. Veja Geneviève de Gaulle Anthonioz a Michele Kleijnen, 8 de março de 2000, em TFP MA.

³⁹ Veja Strebel, *Ravensbrück*, 454-455, sobre mortes a tiro, e 455-464 sobre as chamadas de gás. A Lista Mittwerda, um registro fragmentário assinado pelo diretor do campo, foi apresentada como evidência nas perseguições subsequentes de crimes de guerra. Agradecemos a Alyn Bessmann do Museu e Arquivos em Ravensbrück por sua ajuda para compreender a natureza dessa lista e seu uso no Julgamento Militar Britânico sobre Ravensbrück em 1946.

⁴⁰ Marie-José também aparece com seu número de identificação do campo, 42-791, em um documento preparado na França a partir da lista retirada de Ravensbrück pela líder da Resistência francesa Marie-Claude Vaillant-Couturier e disponibilizada pelo Amicale de Ravensbrück. O documento foi encaminhado para o ministro belga da Reconstrução por Mme Dorludot, uma emissária em Paris, "Noms de Belges relevés textuellement sur les listes allemandes du Camp de Ravensbrück. Document rapporté de Ravensbrück par Mme. Vaillant Couturier et remis à l'Amicale de ce Camp, 10 rue Leroux, Paris", agora arquivado como 1163, T25/17, CEGES-SOMA. Uma lista semelhante está em 1163, T25/20 CEGES-SOMA. Sobre o uso do termo "sans", veja Annexe 1 em Tillion, *Ravensbrück*, 339. Os conteúdos da lista datada de 31 de março de 1945 e mantida pelo Tracing Service nos foram enviados por Alyn Bessmann.

⁴¹ Sobre a queima de arquivos, veja Annexe 1 em Tillion, *Ravensbrück*, 339. Sobre os últimos dias do campo e as circunstâncias de sua libertação, veja também Tillion, "Réflexions sur l'étude de la déportation", *Revue d'histoire de la Deuxième Guerre mondiale* 15-16 (julho-dezembro de 1954): 3-38.

⁴² Veja o formulário apresentado por Madame Eugénie Tinchant, no Dossier Statut, Marie-José Tinchant, ASVG.

⁴³ Em 1944, o governo belga no exílio tinha formado o Service de documents et recherche (SDR) na expectativa da repatriação daqueles que tinham sido deportados para a Alemanha, e outras organizações também copilaram arquivos de pessoas desaparecidas. Milcamps enviou um pedido por informações que incluía os termos descritivos citados, bem como informação que presumivelmente veio em parte de Nadine Droubaix: "[Marie-José Tinchant] a été au camp de Ravensbrück [pour?] raison politique, y était encore le 5 janvier 1945. Elle servait les pommes de terre aux autres détenus". Uma parte de sua informação foi transferida para uma "Fiche de recherche de disparu" para o Comissariado belga na repatriação. Essa investigação, junto com aquela realizada pela mãe de Marie-José, está no Dossier Statut, Marie-José Tinchant, ASVG. Milcamps, que se registrou como morando em Gante, também é mencionado como um dos contatos de Marie-José na Resistência, dado como "Max Milcamps" na carta do advogado de 1953, no arquivo SRA de Marie-José Tinchant, CEGES-SOMA.

⁴⁴ Veja Dossier Statut, Marie-José Tinchant, ASVG, e a cópia da lista copilada por Marie-Claude Vaillant-Couturier, agora guardada em CEGES-SOMA citado acima. Sobre a história dos registros relacionados com Ravensbrück, veja Tillion, "Réflexions".

- ⁴⁵ Veja Lagrou, *Mémoires*. Agradecemos aos pesquisadores e arquivistas no CEGES-SOMA e ASVG pelas discussões em andamento sobre esse processo.
- ⁴⁶ Lagrou, *Mémoires*, 95-106, 189-196. Era possível recusar quaisquer desses estatutos, com a justificativa de comportamento inadequado (*incivil*) ou de ter se voluntariado para desempenhar algum trabalho na Alemanha.
- ⁴⁷ Lagrou, *Mémoires*, 194-196. Carta do advogado J.P. ao Chefe do S.G.R.A., 26 de dezembro de 1953, no Dossier SRA de Tinchant, Marie-José, CEGES-SOMA. Consultamos esse documento com a permissão de Michèle Kleijnen.
- ⁴⁸ Carta de A. Hauzeur, 15 de fevereiro de 1954, no Dossier SRA de Tinchant, Marie-José, CEGES-SOMA.
- ⁴⁹ Correspondência no Dossier Statut, Marie-José Tinchant, ASVG.
- ⁵⁰ O cronograma no seu Dossier Statut inclui a entrada "2/12/54 Amicale de Ravensbrück", que parece corresponder à chegada da França de uma cópia da lista compilada por Marie-Claude Vaillant-Couturier.
- ⁵¹ A tarefa de reconstruir suas atividades na Resistência tornou-se mais difícil pelo fato de os pais de Marie-José já estarem mortos, de seu irmão mais jovem ter emigrado para o Brasil junto com seu cunhado Jean Rul e de seu irmão gêmeo estar envolvido em dificuldades próprias. André V., que apresentou o pedido para reconhecimento em nome das crianças, tinha estado separado de Marie-José durante a guerra. Veja o Dossier Statut, Marie-José Tinchant, ASVG; e o Dossier matriculaire, J. P. Tinchant, DGHR. Estamos também gratos a Michèle Kleijnen e Françoise Cousin por suas lembranças das conversas familiares relacionadas com esse período.
- ⁵² Lagrou, *Mémoires*, 212-215.
- ⁵³ Uma lei de 10 de março de 1954 expandiu e modificou a de 26 de fevereiro de 1947 (veja o texto no website do governo em <http://warvictims.fgov.be/fr/rights/laws/1954_10_16.htm>). Veja também Lagrou, *Mémoires*, 212-215; e Rudi van Doorslaer (dir.), Emmanuel Debruyne, Frank Seberechts e Nico Wouters, *La Belgique docile: les autorités belges et la persécution des Juifs en Belgique durant la Seconde Guerre mondiale*, 2 vols. (Brussels, Éditions Luc Pire, 2007), 1072-1076.
- ⁵⁴ Depoimento de Nadine Droubaix, Dossier Statut, Marie-José Tinchant, ASVG. Um exemplo de uma insignia feita de retalhos de cores diferentes pode ser vista no museu no Memorial de Ravensbrück. (Visita ao Memorial de Ravensbrück por Jean M. Hébrard, Junho de 2009).
- ⁵⁵ Veja as páginas compiladas durante a audiência de 6 de janeiro de 1955 e arquivadas em Dossier Statut, Marie-José Tinchant. Sobre o debate com relação ao critère de souffrance, veja Lagrou, *Mémoires*, 210-214.
- ⁵⁶ A frase é "Attendu dès lors qu'elle ne peut prétendre au titre de Prisonnier politique". A linguagem na porção final da decisão é "Elle a été détenue du 18.1.1944 au 28.3.1945. Elle a droit à titre posthume à la qualité de bénéficiaire du Statut mais non au titre de Prisonnier politique". Veja a decisão apresentada dia 6 de janeiro de 1955 pela Commission d'agrément pour prisonniers et ayants droit, cópia em TFP-MK, e cópia no Dossier Statut, Marie José Tinchant, ASVG.
- ⁵⁷ Veja o estudo abrangente encomendado pelo Senado belga e realizado por uma equipe baseada no CEGES (Van Doorslaer et al., *La Belgique docile*, esp. vol. 2, 1055-1115) sobre "La reconnaissance d'après-guerre" de Nico Wouters. Agradecemos a Emmanuel Debruyne por várias discussões de padrões de detenções na Bélgica, inclusive a de latino-americanos.
- ⁵⁸ Sobre a prisão e deportação de judeus na Bélgica, veja Van Doorslaer et al., *La Belgique docile*.
- ⁵⁹ Citado em Van Doorslaer et al., *La Belgique docile*, 2:1074.
- ⁶⁰ Na "Transportliste" datada em Saint Gilles, 15 de junho de 1944, seu nome aparece em uma lista com a designação IV 3. (Veja a cópia guardada no arquivo TR 6719/497, em ASVG). Emma-

nuel Debruyne, um especialista em redes de inteligência à época da guerra, afirmou que esse IV 3 poderia ter levado a Comissão a inferir que ela fora presa pelo Judenabschaffung, designado durante esses meses como IV B 3, e, portanto, "por motivo racial".⁶¹ Emmanuel Debruyne, comunicação pessoal, 29-30 de junho, 1º de julho de 2009.

⁶¹ Sobre as atribuições de estatuto no pós-guerra, veja as obras de Pieter Lagrou, Rudi van Doorslaer e Emmanuel Debruyne citadas acima. Agradecemos também a Gert De Priva da ASVG por sua cuidadosa explicação do processo pelo qual os vários arquivos SRA e ASVG eram produzidos. Ele assinala que a cópia específica da lista de transporte que obtivemos do Memorial em Ravensbrück, que inclui a inscrição "polit.", não estava nas mãos da comissão à época.

⁶² Esse documento, datado 31 de julho de 1956, em Forest, na Bélgica, está na posse de Michèle Kleijnen.

⁶³ Correspondência familiar remanescente sugere que Édouard Tinchant, que até 1899 ainda estava muito consciente da ascendência haitiana de seus pais, tinha relações um tanto tensas com os filhos mais prósperos e viajados de seu irmão José Tinchant y Gonzales. Uma carta de Marie Tinchant a Vincent Tinchant, de 25 de novembro de 1889, TFP-FC, fala do no Édouard. A filha de Édouard, Septima, estava presente à época da morte de Édouard no exílio em Oak Hill, Shadwell, Leeds, no dia 9 de junho de 1915. Uma "Cópia Cerificada de uma Certidão de Óbito" dá sua idade como sendo 73 e a causa da morte como "abnegação no palmo" e "craqueamento". Veja a cópia de 22 de maio de 1928 do original, nos documentos da família guardados por Marie-Louise Van Velsen.

⁶⁴ Para uma discussão da destruição e sobrevivência de registros relacionados com os campos nazistas, veja Tillion, *Ravensbrück*, particularmente o material introduzido na edição de 1982; e seu estudo anterior "Le Système Concentrationnaire Allemand (1940-1944)", *Revue de la Deuxième Guerre mondiale* 4 (julho-setembro de 1954): 3-38, esp. 4, nota 1.

⁶⁵ Cópias dessa carta e da carteira de identidade nos foram fornecidos por Michèle Kleijnen.

⁶⁶ Agradecemos a Michèle Kleijnen por transmitir notícias de nossa pesquisa a sua mãe Liliane e por compartilhar conosco uma entrevista jornalística realizada no jardim de Liliane.

Agradecimentos e colaborações

Todas as obras de história são colaborativas, mas este volume é mais colaborativo do que a maioria. Durante os sete últimos anos nós dois ensinamos juntos, lemos documentos lado a lado e debatemos interpretações. Vindos de lados opostos do Atlântico, e com contextos linguísticos e formação historiográfica muito diferentes, tentamos juntos dar sentido a essa história. Durante todo o processo de composição intercambiámos ideias e textos para frente e para trás, compartilhando evidências e argumentos a cada passo. Agora estamos transmitindo nossas conclusões em três idiomas e em modos um tanto diferentes: primeiro em inglês, aqui em português, e em um livro próximo em francês.

O projeto é colaborativo também em outro sentido. Em momentos cruciais, colegas generosos reviram suas próprias anotações e lembranças ou foram conosco até os arquivos para ajudar-nos a localizar os materiais que levaram adiante a investigação. O projeto nasceu no Archivo Nacional de Cuba, onde Rebecca Scott e Marial Iglesias Utset trabalhavam no exame da correspondência do general Máximo Gómez e Marial chamou a atenção de Rebecca para uma carta específica para Gómez que continha múltiplas alusões ao Haiti e à Luisiana. A carta — um pedido comercial datilografado em tinta roxa com um cabeçalho belga, e assinado Édouard Tinchant — parecia estranha pela maneira como o relato que o autor da carta fazia de sua história familiar conectava três das mais dramáticas lutas por direitos civis e igualdade racial no mundo atlântico do século XIX.

Depois de voltar a Michigan, Rebecca seguiu a pista dos discursos de Édouard Tinchant na Convenção Constitucional da Luisiana e verificou suas reivindicações a uma fama fugaz. Com relativamente pouca coisa como base, ela começou a contar a história em um esboço interpretativo em várias situações. O sobrenome Tinchant era diferente e vários de seus ouvintes lembravam-se de tê-lo visto em locais improváveis. Diana Williams se lembrou de

outra carta de Édouard Tinchant, escrita em 1864 para o editor do jornal *Tribune* de Nova Orleans. Dawn Logsdon, coprodutor do filme *Faubourg Tremé: The Untold Story of Black New Orleans*, vira uma referência a um "Édouard Tinchant" como professor primário na cidade, em 1867. Com outras investigações, Irene Wainwright e Greg Osborn localizaram processos jurídicos relevantes na Biblioteca Pública de Nova Orleans.

Maior progresso ocorreu quando os volumes dos Arquivos Notariais de Nova Orleans apresentaram uma cópia de um registro batismal de 1799 de Saint-Domingue colonial contendo os nomes dos avós maternos de Édouard: Michel Vincent e Marie Françoise *dite* Rosalie. A afirmação de Édouard Tinchant de sua ascendência haitiana estava evidentemente correta, embora não exatamente da maneira que ele sugeriu. Ada Ferrer, que sabia que os refugiados de Saint-Domingue em Nova Orleans tinham de modo geral passado alguns anos em Cuba primeiro, sugeriu um exame dos registros das autoridades francesas que haviam trabalhado como cônsules em Cuba. Paul Lachance desencavou uma cartão antigo de sua propriedade que confirmava que certo Michel Vincent havia registrado uma cópia de seu testamento e disposição de última vontade junto às autoridades francesas em Cuba, em 1804.

Barbara Snow resgatou microfilmes da Biblioteca de História Familiar do registro consular em que a certidão do testamento de Vincent havia sido registrada. Na expectativa de que a referência adjacente a um documento indexado como "Enregistrement de liberté de Marie Françoise" pudesse produzir mais, Rebecca foi para os Archives nationales d'outre-mer em Aix-en-Provence para consultar os originais. O testamento de Michel Vincent não estava lá (ele pode ter ido para o fundo do mar quando um coronel francês que carregava aqueles registros deixou Cuba), mas o *enregistrement de liberté* era, na verdade, a cópia de uma carta de alforria de 1803 para a avó materna de Édouard Tinchant, Marie Françoise *dite* Rosalie. Aquele documento de liberdade cuidadosamente trabalhado, elaborado no meio do tumulto ocasionado pelos esforços de Napoleão Bonaparte para esmagar a Revolução Haitiana, refere-se a Rosalie como "de nação Poulard", assinalando seu nascimento na Senegâmbia.

Quando começou a ficar claro que o projeto iria exigir uma cuidadosa interpretação de materiais coloniais franceses, assim como de registros arquivísticos do século XIX de Pau e Antuérpia, Jean Hébrard trocou o papel de consultor pelo de colaborador. A parte mais desafiadora da pesquisa começava agora, com vários retornos aos arquivos cubanos, viagens à Bélgica e à França, e uma primeira viagem ao Senegal. No começo de 2007, Mamadou Diouf nos orientou em Dakar e nos Archives Nationales du Sénegal na medida

em que nós explorávamos o que poderia sugerir a expressão "de nação Poulard". Ibrahima Thioub, da Université Cheikh Anta Diop, pegou o fio da meada e mais tarde se juntou a nós para passar um mês em Michigan enquanto escrevíamos a primeira versão do capítulo sobre a África Ocidental. Rudolph T. Ware nos ajudou a lidar com o desafio de incorporar material sobre a revolução de Fuuta Tooro, que não podia ser exatamente associada com Rosalie, mas que era essencial para compreender o que é que a identificação como Poulard poderia ter significado na década de 1790.

Na primavera de 2007, o sobrenome Tinchant no programa de uma conferência anunciando uma de nossas primeiras palestras emergiu em uma pesquisa no Google realizada por um jovem empresário em Bruxelas, que o mostrou para seu pai, Philippe Struyf, um dos bisnetos de José Tinchant, que então entrou em contato conosco por e-mail. Pouco depois viajamos para a Bélgica para conhecer Philippe e sua esposa Josine van Damme. Durante os quatro próximos anos eles generosamente nos receberam em Bruxelas a cada verão, fornecendo hospitalidade, informações e sugestões. Philippe nos apresentou a outros descendentes de Édouard e José Tinchant belgas e franceses. Além disso, ele acompanhou o projeto até o final, digitalizando documentos e fotografias, compartilhando sua coleção de litografias e correspondência familiar e supervisionando nossa apresentação dos detalhes da genealogia familiar. Sua prima, a indomável Marie-Louise (Loulou) Van Velsen, bisneta de Édouard Tinchant, nos recebeu muito bem em Antuérpia e permitiu que consultássemos o conteúdo da mala que ela, com um sorriso, chamava de sua *valise diplomatique*. Na mala havia fotografias e cartas, que sua dona complementou com muitas lembranças de sua mãe Marie-Louise e histórias sobre a tia-avó Septima (conhecida como Bébé), filha de Edouard Tinchant. Michèle Badaroux e Françoise Cousin, de ramos ligeiramente diferentes da família, participaram das discussões, compartilhando ideias e informações sobre as fases diferentes da aventura dos Tinchant.

Em janeiro de 2009 já pensávamos estar quase terminando nossa pesquisa. No entanto, ainda havia uma surpresa a nossa espera. Como um gesto de solidariedade acadêmica, nossa colega Martha S. Jones geralmente digita a palavra "Tinchant" em todo campo de busca relevante, antes de terminar qualquer investigação histórica *on-line* que ela própria esteja fazendo, por via das dudas. Ela então encontrou e nos enviou uma pista improvável no *Pittsburgh Courier* de 1937. Era uma referência ao contestado casamento em Londres de uma Marie-José Tinchant, e achamos que isso poderia oferecer uma história que talvez servisse como um epílogo. Prevíamos conversar com a família para

verificar os detalhes do casamento quase frustrado, depois que iríamos coloca-lo no contexto de Londres naquele ano de agitação anticolonial, e dar o toque final no livro com uma evocação de outro momento de mobilização antirracista.

Quando localizamos Marie-José Tinchant na genealogia da família, no entanto, a trilha afundou subitamente, conforme compreendemos a magnitude da catástrofe em que ela tinha sido envolvida como resultado da ocupação alemã da Bélgica em 1940. Suzanne Baer, da Universidade Humboldt em Berlim e agora do Tribunal Constitucional Federal Alemão, nos pôs em contato com os funcionários do Memorial do campo de concentração de Ravensbrück. Jean Hébrard e Martha Jones viajaram para lá no verão de 2009. A última fase de nossa pesquisa então seguiu o cuidadoso e doloroso esforço da filha de Marie-José, Liliane, e de sua neta Michèle Kleijnen para reconstruir os anos finais da vida de Marie-José Tinchant. Desejamos expressar nossos muitos agradecimentos a ambas. Elas compartilharam conosco lembranças e documentos da família e generosamente nos autorizaram a consultar o dossier gerado pelo pedido, em 1954, de uma atribuição póstuma do estatuto de prisioneira política, junto com os primeiros arquivos criados pelo Service de Documents et Recherche, ambos mantidos no Service archives et documentation da Direction Générale Victimes de la Guerre (Bruxelas).

Da Bélgica, Isabelle Ivens também entrou em contato conosco no verão de 2009. Ela e sua mãe, Michèle Tinchant Ivens, filha de José Pierre Tinchant, o irmão gêmeo de Marie-José, compartilharam fotografias, seleções de cartas escritas por José Pierre após ter-se aposentado na Holanda, e uma cópia de um artigo que José Pierre escreveu sobre seu próprio serviço no exército britânico, operando atrás das linhas alemães em 1944. Somos imensamente gratos a elas por sua generosidade.

Desde o começo de nossa pesquisa na Bélgica, Sophie de Schaepdrijver ofereceu conselhos e orientação e nos forneceu muitos artigos, conexões e apresentações. Por meio dela também conhecemos colegas belgas que se especializavam no período da Segunda Guerra Mundial, inclusive o diretor, os pesquisadores e os funcionários do Centre d'Études et de Documentation Guerre et Sociétés Contemporaines (CEGES-SOMA) em Bruxelas. Rudi van Doorslaer, Chantal Kesteloot e Fabrice Maertens foram generosos com seu tempo e suas sugestões e Emmanuel Debruyne forneceu material de sua própria pesquisa, junto com ideias valiosas sobre o desenvolvimento das redes da *Résistance*. Gert De Prins e os outros arquivistas e funcionários da Direction générale Victimes de la Guerre esclareceram a estrutura dos dossiês e registros

oficiais sobreviventes. A consulta de vários dossiers pessoais dos Services de Renseignement et d'Action (SRA) por Rebecca Scott em julho de 2009 foi possibilitada pela permissão concedida por David Sommer da Sureté d'Etat. Permissão para consultar registros militares no Quartier Reine Elisabeth nos foi dada pelo Oficial Auxiliar Xavier Van Tilborg.

Além dessas colaborações com colegas pesquisadores e com descendentes da família, estamos gratos também aos arquivistas e historiadores em oito países diferentes que nos possibilitaram o acesso a seus repositórios e forneceram conselhos e ajuda. Em Cuba, devemos agradecimentos particulares a Laura Cruz Ríos, Barbara Danzie, Reinaldo Funes, Orlando García Martínez, Marial Iglesias Utset, Enrique López Mesa, Jorge Macle, María de los Ángeles Meriño, Aisnara Perería, Olga Portuondo Zúñiga, Carlos Venegas e muitos outros. Também agradecemos a Adriana Chira, Ana Teodoro Cleaver, Edgar do Pérez-Morales e Romy Sánchez, ao lado de outros participantes no seminário de 2011 "Hacer Hablar a los Documentos" que permaneceram atentos em busca de material relevante conforme continuavam com sua própria pesquisa. Os funcionários do Archivo Nacional de Cuba mostraram extrema paciência com nossos muitos pedidos no decorrer de vários anos, e agradecemos ao diretor, aos chefes da sala de pesquisa e àqueles que trazem os maços cobertos de poeira das estantes. Como sempre, Fernando Martínez Heredia e Esther Pérez Pérez foram interlocutores essenciais em Havana e o Instituto Juan Marinello, sua diretora Elena Socarrás, a coordenadora de nosso visto Liudmila Rodney e todos os funcionários foram anfitriões indispensáveis.

Na França, recebemos bons conselhos e calorosas boas-vindas na Ecole des hautes études en sciences sociales (EHESS), de Marc Olivier Baruch, Roger Chartier, Vincent Duclert, François Hartog, Christophe Prochasson, Jacques Revel, Bernard Vincent e Jean-Paul Zuñiga do Centre de recherches historiques; de Jean-Frédéric Schaub do Centre de recherches sur le Brésil colonial et contemporain; de Roger Botte, José Kagabo e Catarina Madeira-Santos do Centre d'études africaines; de Cécile Vidal e François Weil do Centre d'études nord-américaines; de Myriam Cottias, Antonio de Almeida Mendes e Dominique Rogers do Centre international de recherches sur les esclavages; e de Christian Topalov do Centre Maurice Halbwachs. Agradecemos também a Patrick Weil na Université Paris I; Marie-Jeanne Rossignol e Catherine Coquery-Vidrovich na Paris VII; Claudia Moatti e Philippe Minard na Paris VIII; Jacques de Cauna na Université de Pau; Anne-Marie Pathé do Institut

d'*histoire du temps présent*; e Françoise Grard, cujo amor pela escrita é uma inspiração.

Fomos atendidos com eficácia pelos funcionários dos Archives nationales de France em Paris, dos Archives nationales d'Outre-Mer em Aix-en-Provence, do Service historique de la Défense em Vincennes, do Centre des archives diplomatiques em Nantes e dos Archives départementales des Pyrénées-Atlantiques, de Sarthe, dos Vosges e da Gironde. Também agradecemos aos funcionários do Musée du Château des ducs de Bretagne em Nantes, o Musée du Nouveau Monde em La Rochelle e o Musée d'Aquitaine em Bordeaux, bem assim como a Bibliothèque nationale de France em Paris, a Médiathèque André-Labarrère em Pau e a Médiathèque Louis-Aragon em Le Mans.

Na Inglaterra, ficamos fascinados pela abundância do material sobre Saint-Domingue mantido nos National Archives of the United Kingdom, inclusive pilhas de cartas capturadas de soldados e civis franceses, registros dos administradores da ocupação britânica de 1793 a 1798 e recibos emitidos aos proprietários cujos escravos entraram para as forças britânicas. Agradecemos a David Geggus por nos ter orientado em meio a todos esses materiais e aos funcionários por sua provisão eficiente de documentos. De Londres, Miriam Margolyes generosamente abriu o caminho para que pudéssemos obter uma cópia da certidão de casamento de 1937 de Marie-José Tinchant.

Na Espanha, pudemos consultar uma pequena fração dos Papéis de Cuba no Archivo General de Indias. Agradecemos a José Luis Belmonte, Javier Pérez Royo e Ignacio Tovar por sua calorosa recepção em Sevilha. Edgardo Pérez Morales e Ada Ferrer generosamente compartilharam fotocópias dos materiais adicionais do Archivo General.

Nos Estados Unidos, tivemos o benefício da ajuda dos funcionários da Historic New Orleans Collection; do New Orleans Notarial Archives Research Center; da Louisiana Division of the New Orleans Public Library; da Supreme Court Historical Collection na Biblioteca Earl K. Long da Universidade de Nova Orleans; dos Archives of the Archdiocese of New Orleans; dos Jérémie Papers da Biblioteca George A. Smathers da Universidade de Flórida; dos Municipal Archives of Mobile, Alabama; dos Archives of the University of South Alabama; dos Maryland State Archives; do Philadelphia Archdiocesan Historical Research Center; dos United States National Archives; da William L. Clements Library of the University of Michigan; da Baker Library of the Harvard Business School; e da George Arents Collection e do Schomburg Center for Research in Black Culture na New York Public Library. Mary Gehman generosamente compartilhou ideias sobre a fase me-

xicana do itinerário dos Tinchants e Keith Manuel ajudou com a pesquisa nos Jérémie Papers.

Em Bruxelas, além de nosso trabalho no CEGES-SOMA e no ASVG, fomos auxiliados pelos funcionários dos Archives générales du Royaume e da Bibliothèque royale. Em Antuérpia, beneficiamo-nos com as técnicas dos funcionários do Rijksarchief na Provincien Antwerpen, assim como com as daqueles da Provinciearchief-Provincie Antwerpen e do magnífico FeliuArchief. Erik Houtman da Rijksarchief fez o impossível para nos ajudar a encontrar materiais notariais de difícil acesso e Anne Winter compartilhou ideias sobre Antuérpia no século XIX.

Da Alemanha, Dra. Insa Eschebach, diretora do Mahn- und Gedenkstätte Ravensbrück, e sua assistente Alyn Bessmann forneceram muita informação útil, inclusive uma cópia digitalizada da página da lista de transporte que designava Marie-José como prisioneira política. Michael Zeuske nos ajudou tanto com os documentos em língua alemã quanto com a compreensão da terminologia nazista relacionada com prisioneiros. Temos a satisfação de informar que pudemos colocar os descendentes de Marie-José em contato com os funcionários do Memorial Ravensbrück, com quem eles compartilharam materiais para uma exposição no local.

Nossas explorações no Senegal e nossas leituras sobre a história da África ocidental foram orientadas por Boubacar Barry, Charles Becker, Roger Botte, Mamadou Diouf, Martin Klein, Paul Lovejoy, Kristin Mann, Derck Peterson, David Robinson, Catarina Madeira-Santos, Mamadou Sy, Ibrahima Thioub e Rudolph Ware, todos eles obviamente isentos de qualquer culpa pelas idiossincrasias de nossas interpretações. Os funcionários dos Archives nationales du Sénégal foram pacientes com nossos pedidos. Estamos gratos também a Ousman Sene, diretor do West Africa Research Center, e aos alunos e docentes na Universidade Cheikh Anta Diop, em cujos seminários fomos capazes, pela primeira vez, de desenvolver nossas interpretações do contexto senegalês para os primeiros anos de vida de Rosalie Vincent.

Finalmente, Linda Winham se uniu a Rebecca naquilo que acabou sendo uma busca infrutífera pelos Public Archives of Nova Scotia. É possível que nunca chegemos a saber por que em seu contrato de casamento de 1822 alguém registrou que Jacques Tinchant tinha nascido em "Halifax, Amérique Septentrionale". Se ele realmente nasceu em Halifax, Nova Scotia, sua mãe deve ter partido dali muito rapidamente, pois não deixou qualquer vestígio que tenhamos podido encontrar. Além disso, embora houvesse alguns prisioneiros franceses em Halifax naqueles anos, é difícil imaginar como Marie

Françoise Bayot possa ter chegado lá de Saint-Domingue. Mais tarde em sua vida, Jacques simplesmente deu como seu local de nascimento Baltimore e após examinar os registros em Maryland achamos que essa é uma atribuição mais verossímil.

Embora tenhamos realizado nossa pesquisa na maior parte dos lugares em que um Tinchant ou um Vincent tenham estabelecido raízes, há dois pontos de paragem para os quais dependemos de fontes localizadas fora do país em questão: Haiti e México. Jean Casimir, Laurent Dubois, Carolyn Fick, Malick Ghachem, John Garrigus, David Geggus, Graham Nessler, Richard Rabinowitz e Dominique Rogers nos forneceram ajuda inestimável sobre a história do Haiti, complementando aquilo que encontramos nos arquivos franceses e ingleses e nos registros haitianos mantidos hoje na Universidade da Flórida e no Schomburg Center na cidade de Nova York. Andrée-Luce Fourcand compartilhou generosamente seu conhecimento da genealogia de Jérémie e do Grand'Anse. Nossa fonte principal para manuscritos sobre a estada de Joseph Tinchant no México é um maço enorme de registros reunidos em conjunção com o processo legal aberto por seu irmão Jules, um arquivo agora localizado no FelixArchief em Antuérpia. Jean-François Campario, Sarah Cornell, Emilio Kouri, Dalia Antonia Muller, Erika Pani, Cynthia Radding e John Womack forneceram conselhos especializados e sugestões sobre fontes adicionais do período que a família passou em Veracruz, e Bruno Renero-Hannan generosamente fez uma viagem especial a Papantla em janeiro de 2011 para consultar um documento importante no registro de imóveis daquela cidade.

Os funcionários da University of Michigan Law Library, particularmente Seth Quidachay Swan, nos ajudaram muito na localização de livros, artigos e inúmeros textos de estatutos e regulamentos. Barbara Snow, uma genealogista além de bibliotecária, forneceu ajuda do princípio ao fim, particularmente com microfilmes da Family History Library.

À medida que escrevíamos a primeira versão do manuscrito, muitos outros colegas e membros de nossas famílias generosamente leram capítulos, responderam a perguntas de último minuto e ouviram enquanto contávamos a história. Assim, devemos agradecimentos especiais a Felicitas Becker, Philippe Bernard, Alejandra Bronfman, Kathryn Burns, Marcus Carvalho, Sueann Caulfield, Sidney Chalhoub, Joshua Cole, Natalie Zemon Davis, Catherine Desbarats, Seymour Drescher, Laurent Dubois, Geofrey Eley, Sam Erman, Ada Ferrer, David Geggus, Ariela Gross, Malick Ghachem, Thavolia Glymph, Alejandro Gómez, Allan Greer, Barbara Hahn, Jennifer Heuer, Sarah Hirs-

chman, Marial Iglesias, Silvia Hunold Lara, Sidney Mintz, Graham Nessler, Vernon Palmer, Lawrence Powell, João José Reis, Anne Firoz Scott, David Scott, Will Scott, John Scott-Railton, Thomas Scott-Railton, Sophie de Schaepdrijver, Sarah Shields, Robert W. Slenes, Carroll Smith-Rosenberg e o falecido Fernando Coronil. Na primeira fase, Robert Foster, Orest Ranum e Julius S. Scott nos encorajaram muito. Nossa editor na Harvard University Press, Joyce Seltzer, nos deu conselhos cruciais e incisivos sobre a penúltima versão, assim como orientação durante todo o processo, e seu assistente Brian Distelberg nos acompanhou pelos últimos passos da preparação do manuscrito. Nossos respectivos companheiros, Peter A. Railton e Martha S. Jones, ofereceram apoio ilimitado e conselhos críticos muito valiosos. Na revisão da tradução deste livro para o português, recebemos ajuda generosa de Leonardo Barbosa, Beatriz Mamigonian e Silvia Hunold Lara.

Qualquer projeto desse tipo exige recursos financeiros e nós fomos abençoados com esse apoio tanto nos Estados Unidos quanto na França. A Faculdade de Direito, o Departamento de História, a Rackham Graduate School, a Reitoria e o College of Literature, Science, and the Arts da Universidade de Michigan forneceram recursos para o financiamento da pesquisa de Rebecca Scott, e o mesmo ocorreu com o National Endowment for the Humanities e a Guggenheim Foundation. O Instituto para as Humanidades da Universidade de Michigan acolheu Jean Hébrard como professor visitante Norman Freehling em 2010-2011. Estamos muito gratos ao diretor do Instituto, Daniel Herwitz, por seu permanente e entusiástico apoio para o projeto mais amplo Law in Slavery and Freedom Project, que nós dois codirigimos com Martha Jones.

Na França, nos beneficiamos do apoio do Presidente François Weil da EHESS e seus colegas na Unité de recherche Mondes américains e o Centre international de recherches sur les esclavages do CNRS. Fomos financiados também pelo Ministère de la Recherche por meio da bolsa Prosodie 2004, "Histoires croisées des espaces atlantiques". Jean Hébrard também recebeu apoio financeiro através do European Research Program EURESCL (7º PCRD) e do Centre de recherches sur le Brésil colonial et contemporain na EHESS.

Nas fases iniciais de nossa pesquisa, Jean se beneficiou de uma cátedra de intercâmbio na Duke University, onde ele discutiu o projeto com colegas em Romance Studies, particularmente Laurent Dubois e Deborah Jenson. A versão final do manuscrito foi completada enquanto Rebecca era detentora de um Fellows' Fellowship no National Humanities Center na Carolina do Norte, e ela expressa seu agradecimento ao presidente e diretor do Instituto,

Geoffrey Harpham, e a seu vice-presidente e vice-diretor, Kent Mullikin. Os bibliotecários da NHC foram incansáveis na localização de materiais e todos os funcionários nos deram apoio moral e prático no empreendimento.

Documentos adicionais sobre a família Tinchant provavelmente ainda podem ser encontrados em arquivos que não visitamos e nenhuma história desse tipo tem realmente um fim. Mas, por enquanto, decidimos deixá-la em paz, na expectativa de que, na medida em que outras pessoas lerem nosso texto, elas verão coisas que nós não vimos, e talvez procurem fontes adicionais em locais que não nos ocorreram. Podemos encerrar citando o aviso de advertência de Arlette Farge:

Não se ressuscitam vidas encalhadas em um arquivo. Isso não é motivo para deixá-las morrer uma segunda vez. O espaço é estreito para elaborar uma narrativa que não as anule nem as dissolva, que as mantenha disponíveis para que um dia, e em outro lugar, um outro relato seja feito de sua enigmática presença¹.

Nota

¹ Arlette Farge, *Le Goût de l'archive* (Paris, Éditions du Seuil, 1989), p. 145; trad. portuguesa, *O sabor do arquivo* (São Paulo, Edusp, 2009), p. 117.

Indice onomástico

A

- Adam, Jean-Pierre, 128
Alcés, George, 177
Aliés, Pierre, 43, 50, 53-54, 57, 80, 92 n13
André V (marido de Marie-José Tin-chant), 236-239, 241, 247, 252
Antoine, C. C., 179
Arago, François, 178
Armas, Octave de, 111
Aubert, Marie Blanche Peillon (viúva Aubert), 61, 87, 100, 103-107, 109-110, 141-142, 163 n7
Azéma, Félix, 149
Azor, Jean Baptiste, 51
Azor, Marie Anne Aliés, 43, 50, 57
Azor, Noël, 50-51, 53, 57

B

Banks, Nathaniel, 156, 158-159, 172, 221

Bates, Edward, 171-172

Bayot, Marie Françoise (Suzette), 106-109, 113, 121-124, 126, 181

Belden, Simeon, 181

Bénis, Paul (Monsieur Paul), 30-31, 33

Benni, Salomon, 148

Berquier, François, 78

Bisette, Cyrille, 132-133

Blanchelande, Visconde de, 51

Blanchot, François, 30

Boilat, Padre David, 34, 37 nn20 e 21

Bonaparte, Joseph, 85

Bonaparte, Luis Napoleão, *Véja Lembrem*

Napoleão III, 136

Bonaparte, Napoleão, *Véja Lembrem* Napoleão, 22, 63-66, 75, 85, 122-123

Bonnafon, Zoe, 124

Bonne, W., 248-249

Bouny, Barthélémy, 76

Browning, Ivan Harold, 235

C

Cable, George Washington, 183, 190 n37

Cabrocorso, Magloire, 44

Cailloux, André, 145, 157-158

Cazenave, Marie Claire, 77

Charmilly, Venault de, 56-57

Chazotte, Pierre, 68

Claiborne, William C. C., 97-101

Clarkson, Thomas, 24, 36 n16

Cooley, W. H., 179-180

Couba, Alexis, 44-45, 48, 62, 71 nn20 e 23

Couba, Anne, 45

Geoffrey Harpham, e a seu vice-presidente e vice-diretor, Kent Mullikin. Os bibliotecários da NHC foram incansáveis na localização de materiais e todos os funcionários nos deram apoio moral e prático no empreendimento.

Documentos adicionais sobre a família Tinchant provavelmente ainda podem ser encontrados em arquivos que não visitamos e nenhuma história desse tipo tem realmente um fim. Mas, por enquanto, decidimos deixá-la em paz, na expectativa de que, na medida em que outras pessoas lerem nosso texto, elas verão coisas que nós não vimos, e talvez procurem fontes adicionais em locais que não nos ocorreram. Podemos encerrar citando o aviso de advertência de Arlette Farge:

Não se ressuscitam vidas encalhadas em um arquivo. Isso não é motivo para deixá-las morrer uma segunda vez. O espaço é estreito para elaborar uma narrativa que não as anule nem as dissolva, que as mantenha disponíveis para que um dia, e em outro lugar, um outro relato seja feito de sua enigmática presença¹.

Nota

¹ Arlette Farge, *Le Goût de l'archive* (Paris, Éditions du Seuil, 1989), p. 145; trad. portuguesa, *O sabor do arquivo* (São Paulo, Edusp, 2009), p. 117.

Índice onomástico

A

- Adam, Jean-Pierre, 128
Alcès, George, 177
Aliés, Pierre, 43, 50, 53-54, 57, 80, 92 n13
André V (marido de Marie-José Tinchant), 236-239, 241, 247, 252
Antoine, C. C., 179
Arago, François, 178
Armas, Octave de, 111
Aubert, Marie Blanche Peillon (viúva Aubert), 61, 87, 100, 103-107, 109-110, 141-142, 163 n7
Azéma, Félix, 149
Azor, Jean Baptiste, 51
Azor, Marie Anne Aliés, 43, 50, 57
Azor, Noel, 50-51, 53, 57

B

- Banks, Nathaniel, 156, 158-159, 172, 221
Bates, Edward, 171-172
Bayot, Marie Françoise (Suzette), 106-109, 113, 121-124, 126, 181
Belden, Simeon, 181
Bénis, Paul (Monsieur Paul), 30-31, 33
Benni, Salomon, 148
Berquier, François, 78

Bissette, Cyrille, 132-133

Blanchelande, Visconde de, 51

Blanchot, François, 30

Boilat, Padre David, 34, 37 nn20 e 21

Bonaparte, Joseph, 85

Bonaparte, Luis Napoleão, *Veja também*

Napoleão III, 136

Bonaparte, Napoleão, *Veja também* Napoleão, 22, 63-66, 75, 85, 122-123

Bonnafon, Zoc, 124

Bonne, W., 248-249

Bouny, Barthélémy, 76

Browning, Ivan Harold, 235

C

- Cable, George Washington, 183, 190 n37
Cabrocorso, Magloire, 44
Cailloux, André, 145, 157-158
Cazenave, Marie Claire, 77
Charmilly, Venault de, 56-57
Chazotte, Pierre, 68
Claiborne, William C. C., 97-101
Clarkson, Thomas, 24, 36 n16
Cooley, W. H., 179-180
Coubá, Alexis, 44-45, 48, 62, 71 nn20 e 23
Coubá, Anne, 45

Cubas, Antonio García, 202

Cuylts, Jacques, 211

D

Daromon, Charles, 67

Dauvergne, Nicolas, 79

Debergue, Louisa, 174, 177, 185-186,
188 n13, 205, 208-210

Debruyne, Emmanuel, 258-259 n60

Decuir, Josephine, 182-183

Decuir, Zenon, 195, 198, 200-202

Dédé, Edmond, 147-148

Dessalines, Jean-Jacques, 64, 66, 68, 80,
227

Détry, Jean Lambert, 87, 103-105, 107,
110, 118 n33

Dixon, D., 88

Dommage, Jean Baptiste, 62-63

Droubaix, Nadine, 244-245, 249-250,
257 n38

Duhart, John, 206

Duhart, Louis Alfred, 106, 114, 118 n33,
123, 141

Duhart, Louis Nicolas François, 105-109,
113, 121-125

Duhart, Martin, 122

Duhart, Pierre, 106, 109, 123-126, 136,
144

E

Ernouf, Jean Augustin, 81-82

F

Fleury, Marianne, 30

Fouché, Nelson, 156, 160

Freyd, François Xavier, 104

G

Galbaud, François Thomas, 55

Gómez de la Serna, Antonio, 200

Gómez, Máximo, 15-16, 18, 121, 225-
-228

Gonzales, Armand, 151, 157

Gonzales, Damian, 203

Gonzales, Gustave, 151, 203-204

Gonzales, Paul, 151, 157

Gonzales, Stéphanie, 149, 195-196, 201,
215 n32, 228, 237

Gonzales, Valcour, 157

Gonzales, Vincent Gustave, 215 n38

Gonzales, Vincent, 149

Grymes, Philip, 101

Guillaume (Aliés), Marthe, também co-
-nhecida como Marthone, 42-43, 45-
-46, 50-52, 54, 57-60, 62-63, 67, 70
nn11 e 13, 71 n25

Guizot, François, 125, 129

H

Hachez, Albert, 248

Hahn, Michael, 161

Hart, John, 201, 211

Himmler, Heinrich, 243

Ho, J., 36 n12

Houzeau, Jean-Charles, 156-157, 176,
182

I

Isabelle, R. H., 179

J

- Jackson, Fay M., 235, 237, 239, 254 n10
 Johnson, Andrew, 173, 175
 Joseph, Augustus, 150, 197
 Joseph, Clement, 185
 Joseph, Phillip, 186, 207
 Jotrand, M., 247
 Juárez, Benito, 145, 152, 160, 193, 198-
 -201

K

- Kan, Almamy Abdulkaadir, 21, 25-28, 36
 n18
 Kindelán, Sebastián, 76-77, 85, 87

L

- Lamartine, Alphonse de, 132
 Lambert Détry, Jean *Véja* Détry, Jean
 Lambert
 Lambert, Marie-Antoinette, 141-142
 Lanusse, Armand, 150-151, 159-162, 168
 n74, 169-173, 180, 194-195, 209, 223-
 224
 Lateste, Jean-Claude, 49
 Latrille, Charles Ferdinand, 213 n6
 Lavolaille, *le sieur*, 61
 Leclerc, Charles Victoire Emmanuel, 63-
 -66, 75
 Léger, Blaise, 110, 118 n33
 Léveque, Charles, 206
 Lincoln, Abraham, 161
 Louis (Jean-Godo), 142, 163 n7
 Louverture, Toussaint, 22, 60-66, 100

M

- MacDonald, Daniel, 86
 Mansour, Lucien, 177
 Marigny, Bernard, 103
 Marthone (ou Martonne) *Véja* Guillaume
 (Aliet), Marthe
 Marti, Joseph, 77, 84
 Maximiliano, imperador do México, 159-
 -160, 169, 194, 200
 Metayer, Adelaide, 101-102
 Metayer, Charles, 102
 Mikamps, Max, 246, 248, 257 n43
 Mitchel, Martin, 144, 145, 148
 Mitchel, Nancy, 145
 Mongol, Jean Baptiste, 51-52, 54, 58-59,
 62, 72 n43
 Montégut, Edgar, 143
 Moreau de Saint Méry, Médéric Loun
 Élie, 23, 35 n9, 42

N

- Napoleão I, *Véja* também Bonaparte, Na-
 poleão, 85, 122-123
 Napoleão III, *Véja* também Bonaparte
 Luis Napoleão, 147, 153, 155, 160, 166
 nn42 e 51, 169, 171, 193
 Neeslet, Graham, 93 n18
 Nogué, Joseph Raymond, 125
 Noret, Louis, 102

O

- Ogé, Vincent, 47
 Ollivier, F. H., 194

P

- Paya, Jean, 128
 Péguiille (meiro), 128-129
 Pérez, Emilio e Fernando, 205
 Pétion, Alexandre, 87
 Pinchback, P. B. S., 179, 181, 189 n28
 Polverel, Étienne, 53-54, 56, 66

R

- Raimond, Julien, 46
 Rieffel, Octavie, 141, 149
 Rigaud, André, 47, 49, 51, 53-54, 56-61,
 63-64, 100
 Rochambeau, Donatien, 64
 Rossi, Pellegrino, 132-133, 177
 Roudanez, Louis Charles, 159
 Ruiz, Joseph, 93 n18
 Rul, Jean, 239, 255 n17

S

- Sandoval, Alonso de, 35 n9
 Sarrazin, Jean, 64, 68
 Saugnier, M., 25-26, 37 n19
 Sauvinet, Charles, 182
 Schoelcher, Victor, 132
 Seghers, Théodore, 111-112
 Sempé (familia), 192
 Seward, William, 166 n51
 Shirley, Henry, 57
 Smith, Robert, 101
 Sonthonax, Léger-Félicité, 56, 66

T

- Taliaferro, J. F., 179
 Thomani, cidadão, 52-54

Tillion, Germaine, 243

Tinchant, Antoine Édouard *Véja Tinchant, Édouard*

Tinchant, Arthur Jacques Antoine, 210

Tinchant, Charles, 222

Tinchant, Édouard, 15-18, 19 n1, 21-22,
 35 n1, 69 n2, 121, 127, 130, 134-135,
 137 n1, 139 n26, 140 nn40 e 46, 148,
 151-162, 166 nn39-41 e 43-47 e 51,
 167 nn53, 58 e 60-62, 168 nn64-65 e
 74, 169-177, 179-187, 187 n5, 188
 nn10 e 13, 191, 193, 195, 199, 204-
 211, 213 n11, 215 n42, 216 nn43-46,
 49, 51, 54 e 57, 217 nn59-60 e 62, 222-
 229, 231, 232 nn10-11 e 13-17, 252,
 259 n63

Tinchant, Eliza, 203, 215 n32

Tinchant, Ernest, 110, 126, 148, 192,
 197, 202-204, 212, 219-222, 225

Tinchant, Eugénie, 245

Tinchant, François Ernest *Véja Tinchant,*
 Ernest

Tinchant, François Louis *Véja Tinchant,*
 Louis

Tinchant, Jacques (filho de Joseph e Sté-
 phanie), 195, 202

Tinchant, José Pierre, 238-241, 254 n14

Tinchant, Joseph (José), 110, 113, 116-
 117 n19, 126, 130-132, 134, 136-137,
 139 nn26 e 29, 140 n38, 141-151, 153-
 154, 156-160, 162, 162 nn2 e 4, 163
 nn9 e 12, 164 nn19 e 22, 165 nn26, 30-
 31 e 37, 167 nn54, 56 e 63, 168 n64,
 170, 172, 184-185, 190 nn40-41, 191-
 204, 206-207, 211-213 nn11-12 e 14,
 214 nn19-21 e 24-27, 217 n64, 219-
 222, 225, 228, 230-231, 238, 252

- Tinchant, Joseph (pai de Jacques), 105-106, 116 n19, 121, 127, 181
 Tinchant, Jules (Juste), 110, 126, 148-150, 152-153, 159, 184-185, 191-195, 197-202, 211, 212 n1, 213 n11, 215 n33, 230, 233 n26
 Tinchant, Jules de los Angeles, 215 n32
 Tinchant, Juste Jules *Véja* Tinchant, Jules (Juste)
 Tinchant, Liliane (filha de Marie-José), 238, 239, 250-251, 253
 Tinchant, Liliane (irmã de Marie-José), 238, 239, 241, 244
 Tinchant, Louis, 108, 110, 113-114, 137, 141, 143-146, 148-151, 185, 193-194, 197, 199-200, 202, 210, 222, 225, 228-230
 Tinchant, Marie Antonine Élisabeth Anne, 205, 209-210
 Tinchant, Marie Louise Julie, 210-211, 217 n59
 Tinchant, Marie-José, 18-19, 236-253, 257 n40, 258-259 n60
 [Tinchant], Michel, 238
 Tinchant, Pedro, 238-239, 255 n17
 Tinchant, Pierre (filho de Jacques e Élisabeth), 110, 126, 149-150, 159, 191, 193, 195, 197-198
 Tinchant, Pierre (filho de Joseph e Stéphanie), 203, 215 n32, 237-238, 252
 Tinchant, Septima, 232 n15, 259 n63
 Tinchant, Vincent, 196, 203, 211-212, 219, 238
 Tornos, Louis Albert de, 177
 Trévigne, Paul, 156, 159, 206
 Trois-Sous (Trés-Tostões), 104, 142-143, 148

V

- Vaillant-Couturet, Marie-Claude, 243, 246, 257 n40
 Vallée, François, 77, 79-80, 82-84
 Van Velsen, Marie-Louise, 210, 232 n15
 Vaughan, Megan, 36 n10
 Vincent, Elisabeth Discudonné, 18, 22, 39, 61, 69 n2, 80, 87, 91, 100, 103-105, 107, 110-112, 116 n18, 126, 144-148, 210, 212 n62, 223, 230
 [Vincent], Étienne Hilaire, 80
 [Vincent], Juste Théodore, 59, 80
 [Vincent], Marie-Louise, 59, 80, 83, 93 n21
 Vincent, Michel, 27, 43, 58-66, 68-69, 69 n2, 70 n15, 73 n61, 74 n78, 80-83, 87-88, 92 n15, 93 nn18 e 22, 111-112, 181, 230
 Vincent, Rosalie, 21-22, 24, 26-27, 30-31, 33-35, 37 n22, 38 n32, 39-40, 44-46, 51-52, 54, 56, 58-67, 69, 69 n2, 80-83, 87-88, 90-91, 93 n21, 100, 103, 105, 107, 112-113, 142, 181, 211, 229-231, 252-253

W

- Warmoth, Henry Clay, 183-184
 Williamson, Adam, 56-57, 59-60

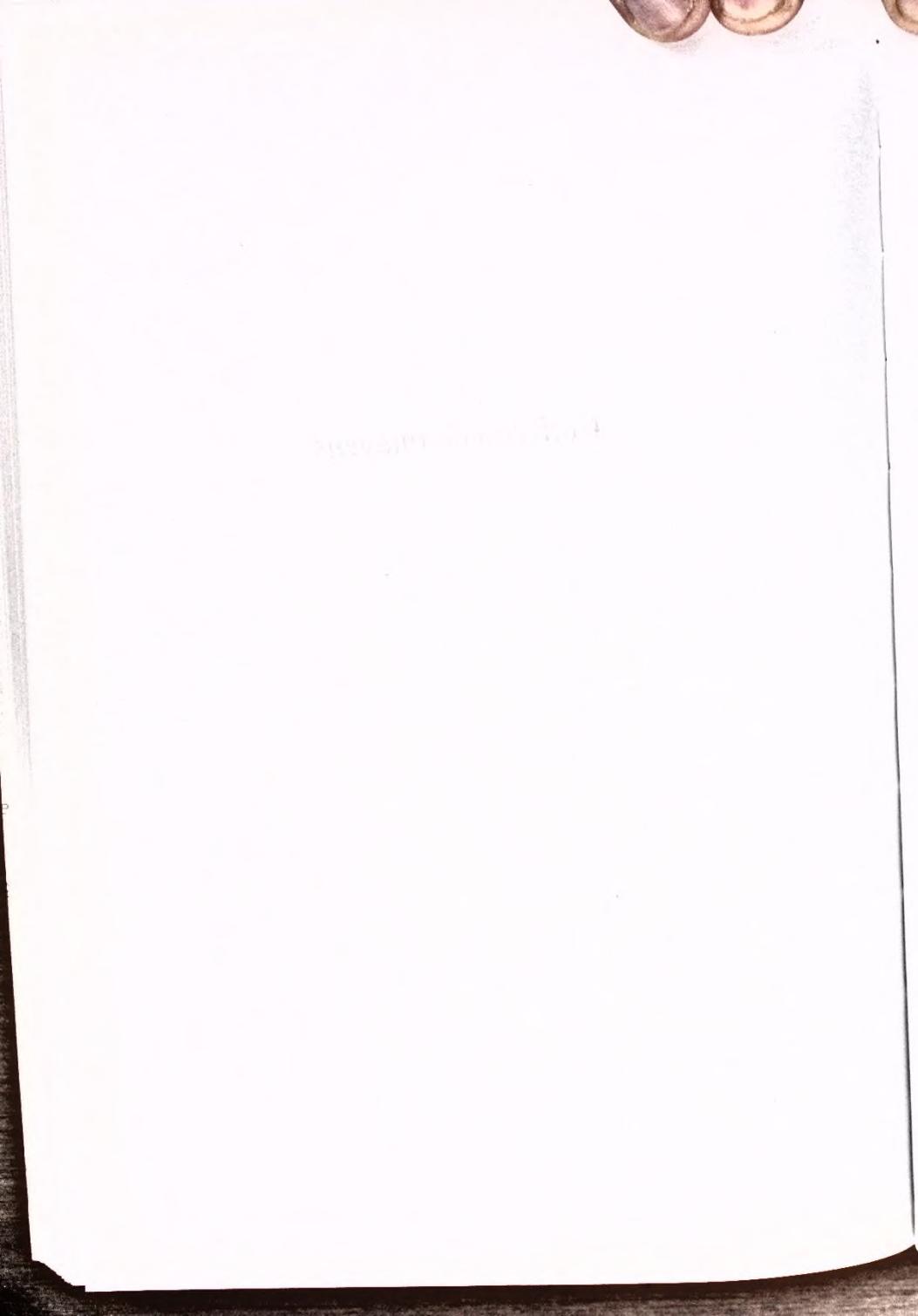
X

- Xavier, François, 159

Z

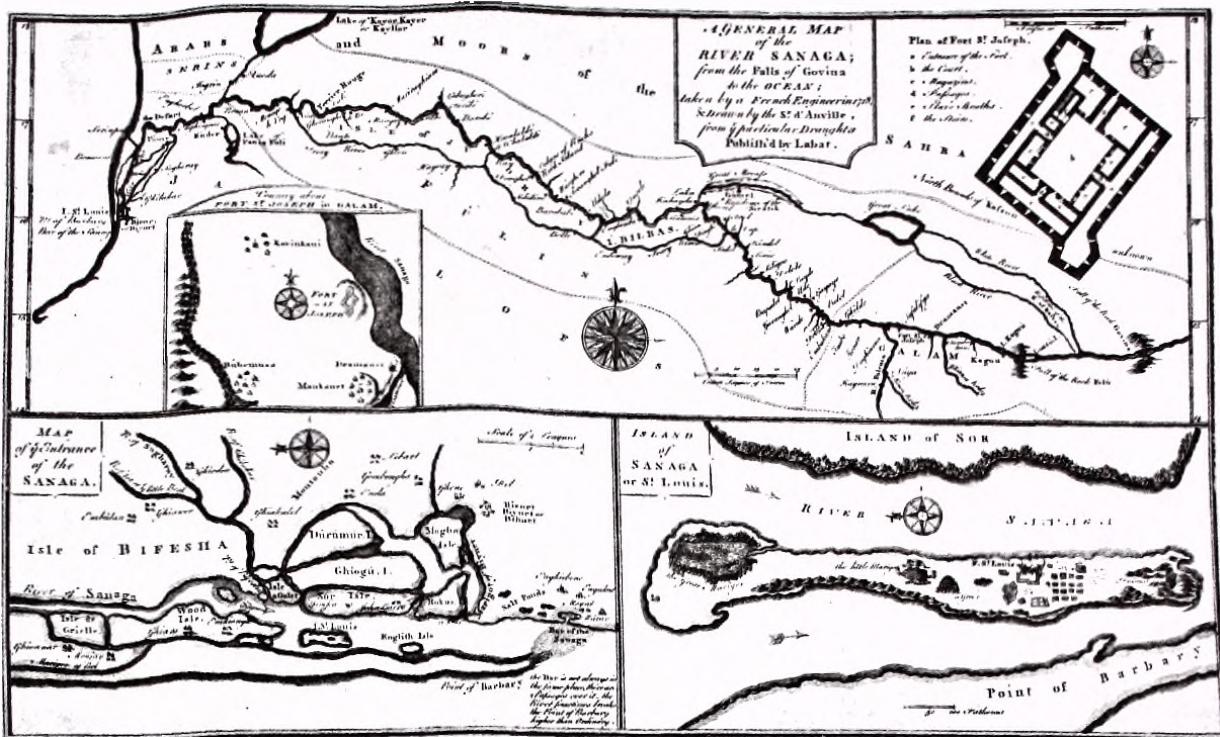
- Zacharie, Jack, 105-106
 Zeila, Élisabeth, 44

Caderno de imagens

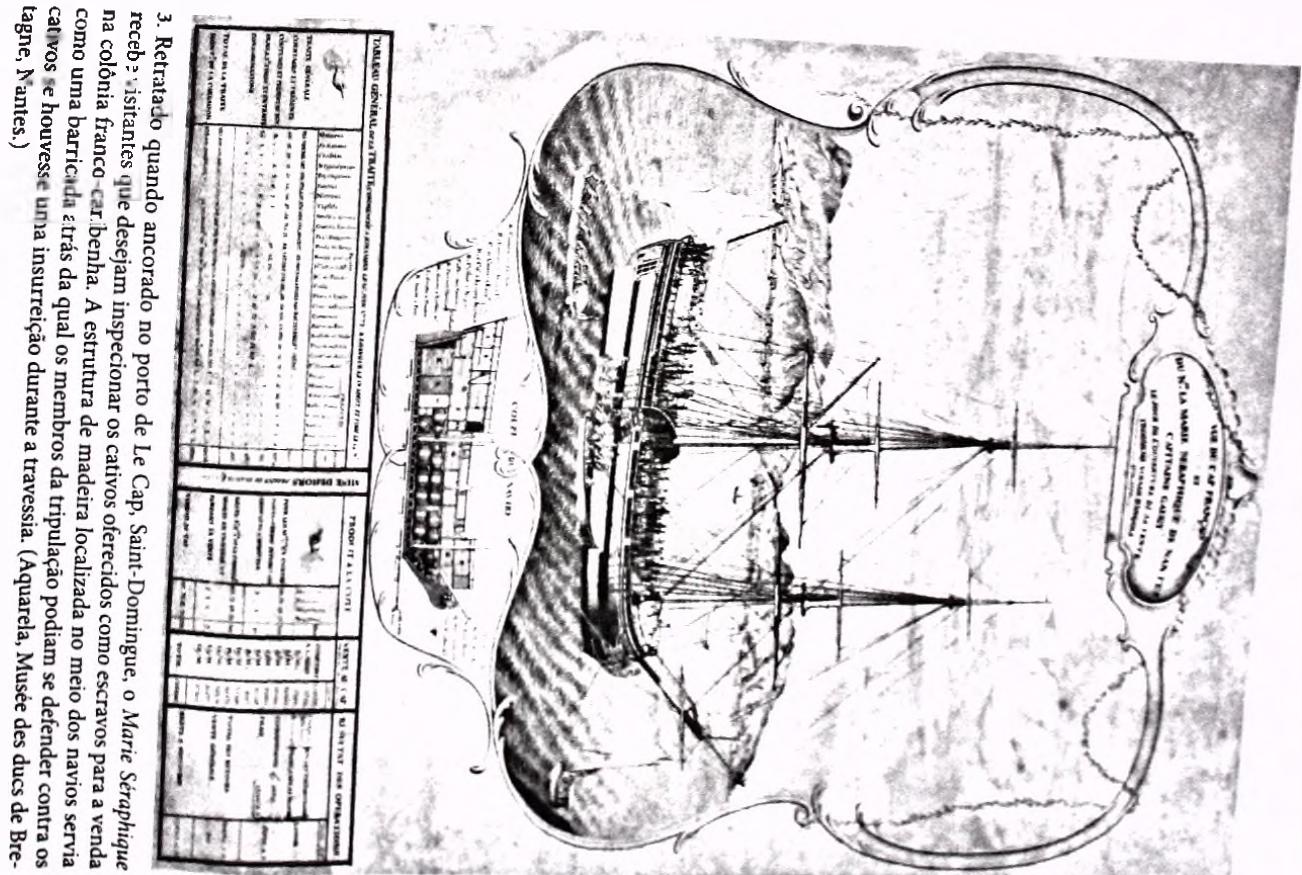


CADERNO DE IMAGENS

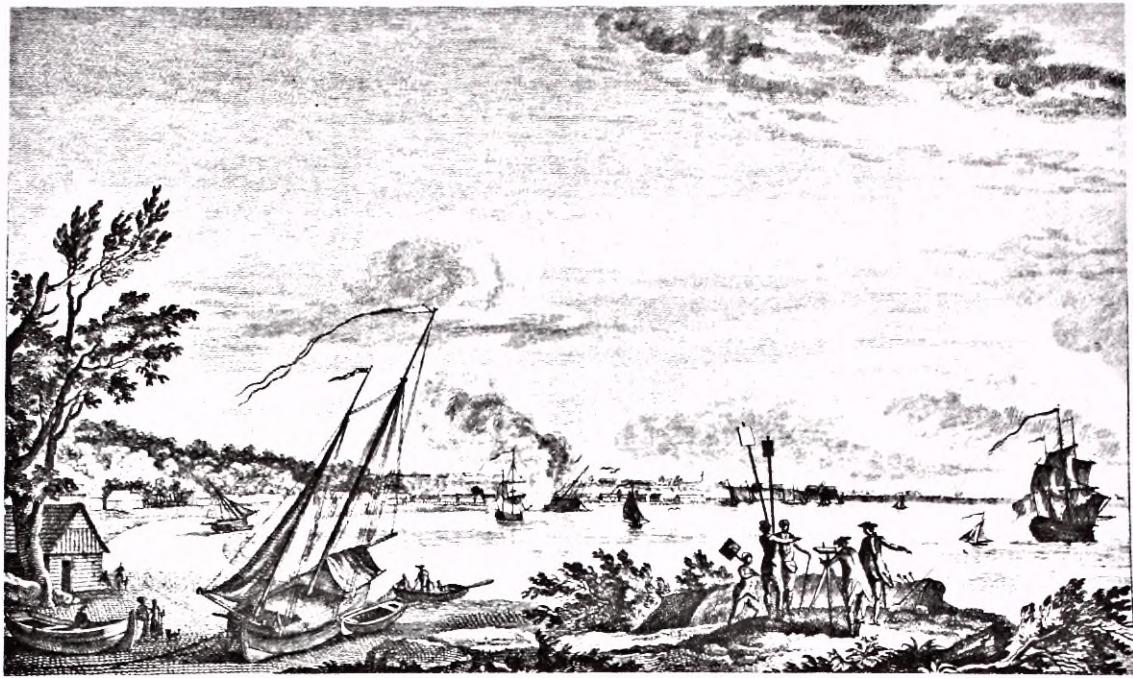




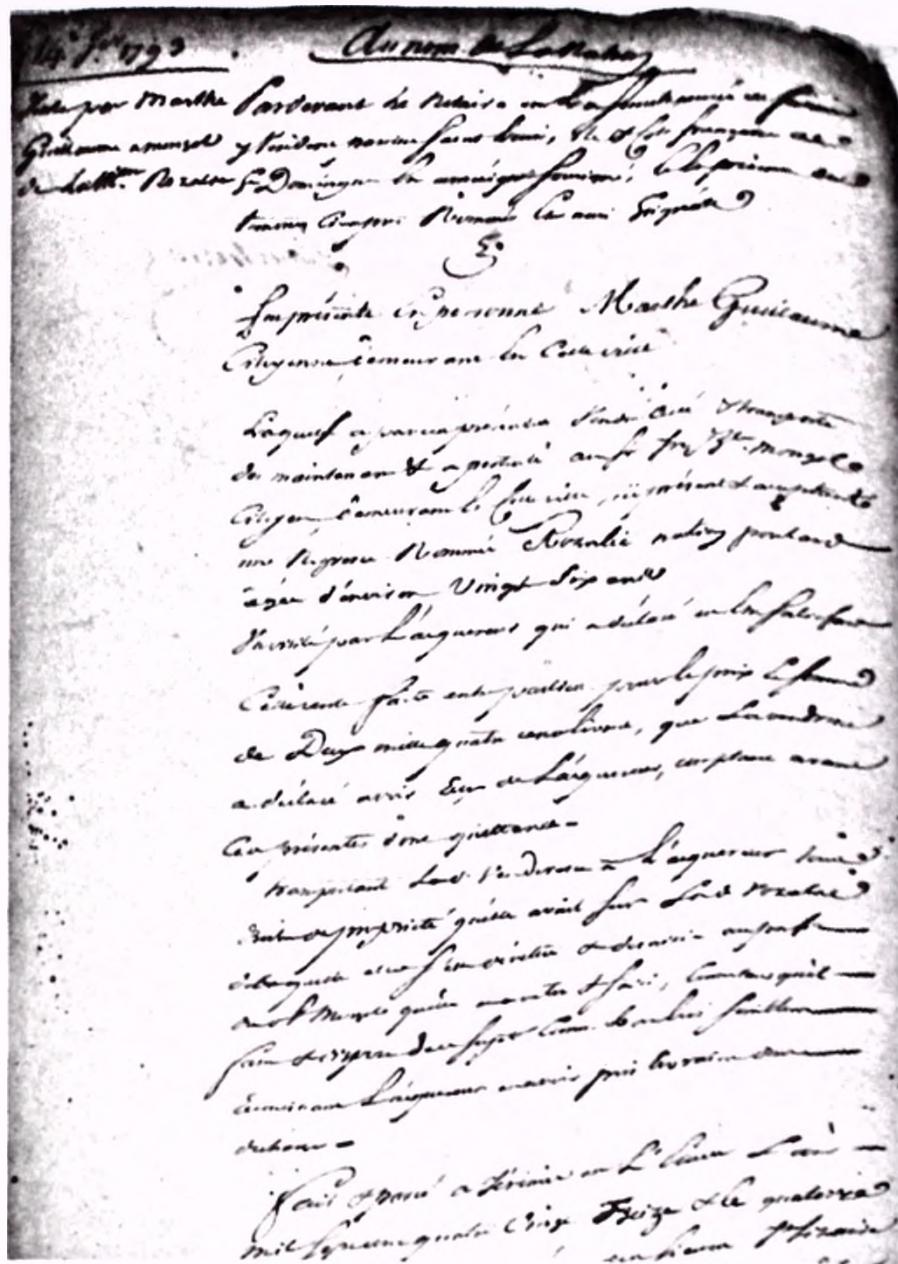
2. A ilha de Saint-Louis, ocupada pelos franceses, serviu como ponto de partida para o comboio anual que subia o rio Senegal para trocar têxteis, bens de metal e papel por milheto, goma arábica e escravos. No entanto, uma barra de areia traíçoeira ficava entre a ilha e o Atlântico, acrescentando o risco de naufrágio aos muitos perigos com que se defrontavam os homens e mulheres deportados de Saint-Louis para o comércio de escravos no Atlântico. (*Map of ye entrance of the Sanaga [Senegal], ca.1718, coleção particular.*)



3. Retratado quando ancorado no porto de Le Cap, Saint-Domingue, o *Marie Séraphique* na colônia franco-caribenha. A estrutura de madeira localizada no meio dos navios servia como uma barricada atrás da qual os membros da tripulação podiam se defender contra os cativos e houvesse uma insurreição durante a travessia. (Aquarela, Musée des ducs de Bretagne, Nantes.)



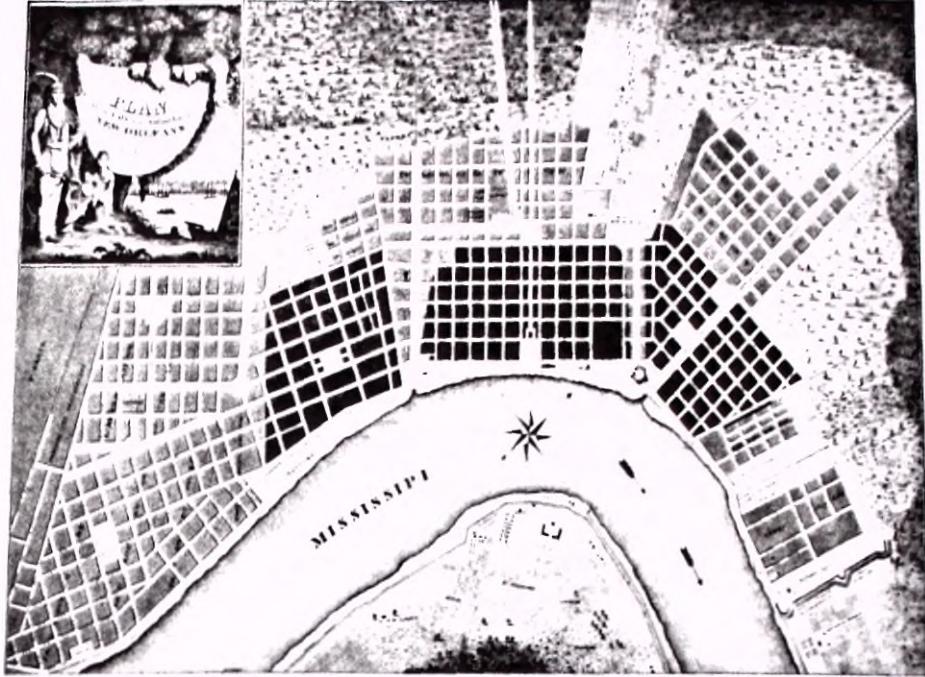
4. Após chegar ao Caribe, Rosalie “de nação Poulard” foi vendida a Alexis Couba, um homem forro já mais velho, e depois revendida a uma mulher negra chamada Marthe Guillaume, uma comerciante próspera em Jérémie, Saint-Domingue. Nessa gravura a cidade baixa de Jérémie é visível ao longo da praia, a cidade alta está acima e a unidade de apoio militar à direita (Nicolas Ponce, *Vue de la ville de Jérémie*, em M. Moreau de Saint Méry, M. Ponce e M. Phelipeau, *Recueil des vues des lieux principaux de la colonie française de Saint-Domingue* [Paris, 1791]. Clements Library, University of Michigan.)



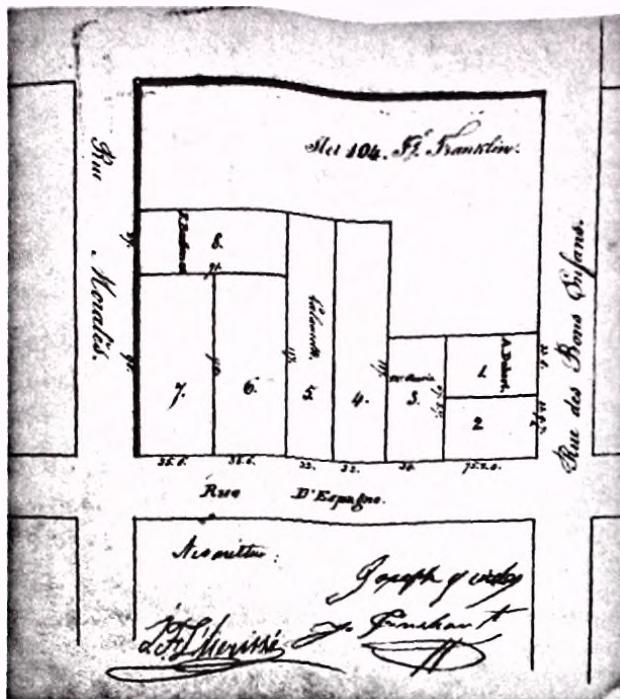
5. No meio da Revolução Haitiana, a comerciante Marthe Guillaume vendeu Rosalie, então com cerca de 26 anos de idade, para seu vizinho Jean Baptiste Mongol, um homem de cor livre. Dois anos mais tarde, durante a ocupação britânica da cidade, Marthe Guillaume readquiriu Rosalie e registrou uma carta de alforria, concedendo-lhe a liberdade. As autoridades britânicas, no entanto, se recusaram a ratificar o ato de alforria, deixando o estatuto legal de Rosalie incerto. ("Vente para Marthe Guillaume a Mongol de La Negresse Rozalie". Arquivo 6C-119, Jerémie Papers, Department of Special and Area Studies Collections, George A. Smathers Libraries, University of Florida, Gainesville.)



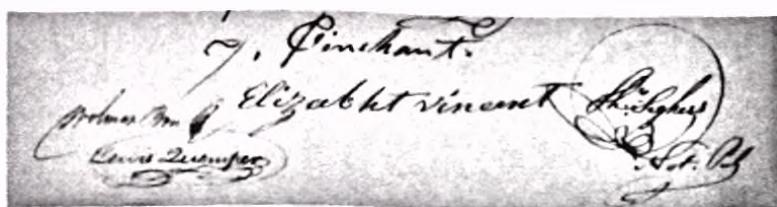
6. Com a expulsão em 1798 dos britânicos de Saint-Domingue pelas forças republicanas sob o comando de Toussaint Louverture e André Rigaud, e a extensão da abolição a toda a colônia francesa, Rosalie se tornou uma mulher legalmente livre. No ano seguinte ela deu à luz uma criança batizada com o nome de Élisabeth e apelidada Dieudonné, que foi reconhecida pelo empobrecido colono francês Michel Vincent como sua filha. O retrato é de Élisabeth Dieudonné [Vincent] muitos anos mais tarde. (Foto por cortesia de Marie-Louise Van Velsen.)



7. Em 1801, Napoleão Bonaparte enviou uma força expedicionária para a colônia de Saint-Domingue, com o objetivo de arrancar o poder dos generais negros que haviam consolidado sua autoridade no curso da Revolução Haitiana. A guerra que se seguiu criou milhares de refugiados, inclusive Rosalie, Michel e sua filha de quatro anos, Élisabeth, que fugiram atravessando o Canal do Vento para Cuba. Quando esses refugiados foram expulsos de Cuba em 1809, a madrinha de Élisabeth a levou sob sua proteção para Nova Orleans, onde elas se estabeleceram em Faubourg Marigny. (*Plan of the city and Suburbs of New Orleans from an actual survey made by J. Tanesse em 1815*. Gravura, 29 de abril de 1817. The Historic New Orleans Collection. Detalhe. Acesso nº 1971.4.)



8. Quando alcançou a idade de 23 anos, Élisabeth Dieudonné casou-se com um carpinteiro chamado Jacques Tinchant, ele próprio filho de refugiados de Saint-Domingue. Jacques tornou-se um construtor de sucesso, comprando terrenos na cidade de Nova Orleans que se expandia e construindo moradias com estrutura de madeira para venda em um mercado dinâmico. Este documento mostra sua assinatura. ("Vente de terre par Jacques Tinchant", 18 de janeiro de 1842, Tabelião Cuvillier. New Orleans Notarial Archives Research Center.)



9. A prática da lei civil exigia que uma mulher casada assinasse com seu nome de solteira, e Élisabeth Dieudonné, nascida de pais que não eram legalmente casados, carregava um estigma visível como resultado da falta de um sobrenome paterno. Em 1835, no entanto, ela produziu uma cópia de seu assento de batismo e convenceu um tabelião de Nova Orleans a "retificar" seu nome a fim de que ela pudesse adotar o sobrenome de seu pai, Michel Vincent. Ela ainda soletrava as palavras com alguma hesitação, mas agora já podia legalmente assinar seu nome como Élisabeth Vincent. ("Vente de terrain par Tinchant à Macias", 20 de outubro de 1838, Tabelião Theodore Seghers, New Orleans Notarial Archives Research Center.)



10. Cada vez mais pressionados pelas restrições impostas às pessoas de cor livres, em 1840 Jacques Tinchant e Élisabeth Vincent deixaram Nova Orleans e foram para a França com quatro de seus filhos para se estabelecer perto de Pau, nos Baixos Pirineus. A família migrou uma vez mais em 1857, dessa vez para a Bélgica, onde seus filhos mais velhos estabeleceram uma pequena empresa comercial em Antuérpia e começaram a fabricar charutos. Em 1861, com 20 anos de idade, seu filho mais novo, Édouard Tinchant, foi para as Américas e enviou a seus pais este retrato de Memphis, Tennessee. (Foto do jovem Édouard Tinchant por cortesia de Marie-Louise Van Velsen.)



11. Em 1862 Édouard Tinchant já se considerava um ardente abolicionista e, em 1863, apresentou-se voluntariamente para servir no exército da União. Após a Guerra Civil ele foi diretor de uma escola para crianças recém-liberadas em Nova Orleans e foi eleito para a Convenção Constitucional da Luisiana de 1867-1868. Um forte proponente de garantias constitucionais para "direitos públicos" iguais para todos os cidadãos do estado, Édouard também defendia o reconhecimento dos direitos civis de todas as mulheres, independentemente de sua cor. Após o colapso da Reconstrução, ele deixou o Sul dos Estados Unidos e se juntou novamente a seus irmãos na Bélgica. (Foto de Édouard Tinchant já mais velho por cortesia de Marie-Louise Van Velsen.)

Union Américaine
Louis Tinchant
Fondé en 1857.

Dom. Belg.
Edouard Tinchant, Anvers.

Edouard Tinchant.

Anvers.

Thursday September 11st 99

General Maximo Gomez

PAVANA

General,

In early and ardent sympathy with the Cuban cause, I have been always and pride myself in being still one of your most sincere admirers.

I would be highly honored, should you have the kindness to authorize me to use your illustrious name for a brand of my best articles, your portrait adorning the labels whereof a proof is enclosed.

Allow me to add as an excuse for the freedom of my request, that I may not be altogether unknown to some of the survivors of the last struggle. They may still remember me as a member of Company C 6th Louisiana Volunteers, Banks Division in 1863; as representative of the 6th Ward of the city of New Orleans, at the Constitutional Convention of the State of Louisiana in 1867-68 and as a cigar manufacturer in Mobile Alabama from 1869 till 1877.

12 e 13. Em 1899, Édouard Tinchant, agora estabelecido como um fabricante de charutos em Antuérpia, escreveu ao general Máximo Gómez em Havana, pedindo permissão para usar o nome e o retrato do general para "a marca de um de meus melhores artigos". Dirigindo-se a herói sobrevivente da guerra pela independência de Cuba, Édouard fundamentou seu pedido por esse favor evocando sua própria solidariedade com a luta cubana e a oposição de sua família às "leis abomináveis e preconceitos ignorantes" das sociedades escravistas das Américas. (Fondo Máximo Gómez, Archivo Nacional de Cuba, Havana.)

289P6

During All these years, I have been a humble but a steady contributor to the Cuban fund and many are your countrymen, the Cubans and your followers to whom I have lent a helping hand.

Born in France, 1841 I am of Haitian descent as both my Father and Mother were born at Ouchives in the beginning of this century. Settled in New Orleans after the Revolution, my father, although in modest circumstances left Louisiana for France with the only object in view of raising his six sons in a country where infamous laws or stupid prejudices could prevent them from becoming MEN.

More than many well rounded sentences these simple facts of our family history will give a fair insight into my true sentiments, and show you how deep may be my sympathy for your cause, not yet won unfortunately, but for the success of which I devoutly pray, wishing with all my heart to live to see its ultimate and lasting triumph fitly crowning your noble existence.

Should you for some unforeseen reason, choose not to grant the great favor solicited at your hands, kindly oblige me by acknowledging never heless receipt of this and, happen what may, believe me, General with sincere thanks,

Very devotedly Yours

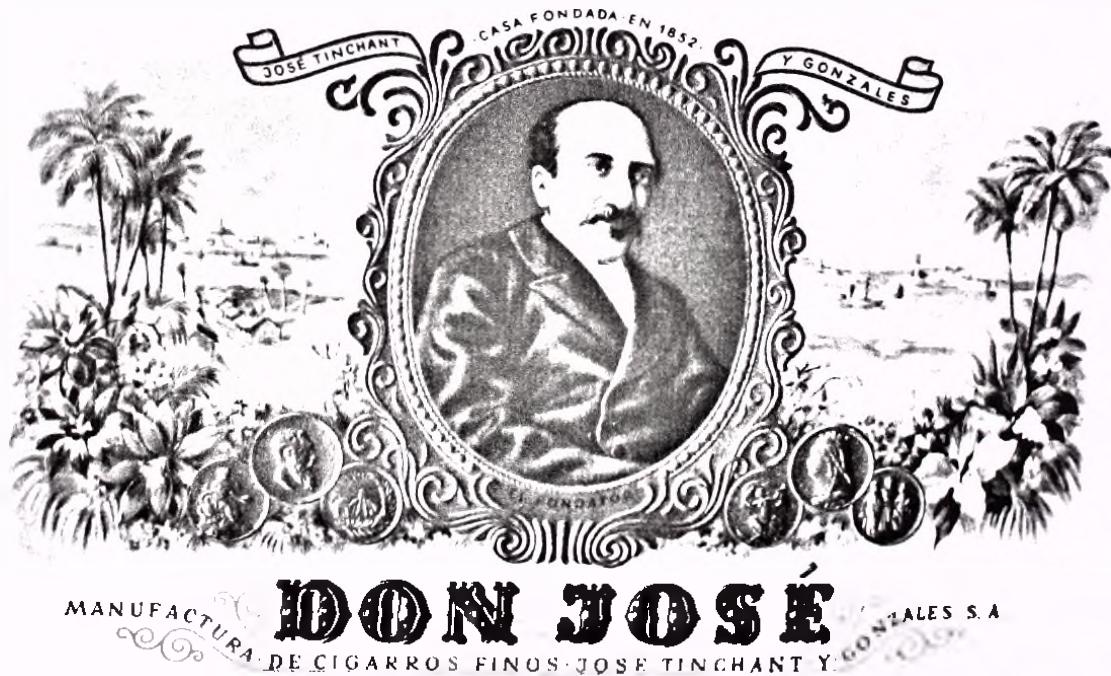
*No deseo interrumpirlo - Díganle esto
de mi parte al General*

ARCHIVO NACIONAL



14 e 15. O irmão mais velho de Édouard Tinchant, Joseph, havia morado em Paris durante a Revolução de 1848 e depois atravessou o Atlântico para tentar comerciar na Luisiana. Lá ele se casou com Stéphanie Gonzales, de uma extensa família de artesãos de Nova Orleans, e tornou-se parte de uma comunidade de pessoas de cor livres que queriam subir na vida. Comissionado como tenente no exército de União em 1863, Joseph ficou frustrado com o tratamento dado aos oficiais de cor pelo alto comando da União e, quando seu período de serviço militar terminou, deixou Nova Orleans, indo para o México. (Fotografias por cortesia de Françoise Cousin.)





16. Convergindo novamente para Antuérpia após seu período nas Américas, quatro dos irmãos Tinchant (Louis, Joseph, Ernest e Edouard) prosperaram na indústria do tabaco. Usando sua identidade caribenha (*créole*) para dar brilho a seus produtos, Joseph acrescentou o sobrenome de sua esposa ao seu próprio e se apresentou como Don José Tinchant y Gonzales. Esse rótulo para uma caixa de charutos mostra Don José em frente ao porto de Havana. (Litografia por cortesia de Gérard van Eijk.)



17. A neta de Joseph Tinchant, Marie-José Tinchant, nasceu em Antuérpia em 1916. Em abril de 1937, no seu aniversário de 21 anos, ela obteve um passaporte a fim de encontrar com seu noivo belga em Londres, na esperança de que pudessem se casar, apesar da oposição dos pais dele. O pai do noivo, no entanto, interveio para impedir a emissão de uma licença de casamento. A história foi noticiada pelo jornal *Daily Mail* de Londres e Marie-José explicou para um repórter: "Minha mãe é branca, minha avó é branca, mas eu tenho cor, e os pais de André não querem nem ouvir falar de nossa união". (Foto por cortesia de Michèle Kleijnen e sua mãe Liliane, que é filha de Marie-José Tinchant).

Título Provas de liberdade: Uma odisseia atlântica na era da emancipação

Autores Rebecca J. Scott
Jean M. Hébrard

Tradução Vera Joscelyne

Revisão técnica Beatriz Gallotti Mamigonian; Jean Michel Hébrard;
Leonardo Augusto de Andrade Barbosa;
Rebecca Jarvis Scott e Silvia Hunold Lara

Assistente técnico de direção José Emílio Maiorino
Coordenador editorial Ricardo Lima
Secretário gráfico Ednilson Tristão
Preparação dos originais Juliana Bôa
Revisão Margarida Pontes
Thatyane Vieira Furtado
Gustavo Menossi
Editoração eletrônica Silvia Helena P. C. Gonçalves
Design de capa Ana Basaglia
Formato 16 x 23 cm
Papel Offset 75 g/m² – miolo
Cartão supremo 250 g/m² – capa
Tipologia Garamond Premier Pro
Número de páginas 296



Rosalie, Marie-José, foi presa pelas forças nazistas que ocupavam a Bélgica.

Provas de liberdade acompanha a família Tinchant e as tentativas de cada geração de usar o poder e a legitimidade dos documentos para obter liberdade e respeito. As estratégias utilizadas para vencer as restrições da escravidão, da guerra e do colonialismo desvendam as vidas dos negros por todo o mundo atlântico durante essa época turbulenta.

REBECCA J. SCOTT é professora de história (cátedra Charles Gibson) e professora de direito na Universidade de Michigan.

JEAN M. HÉBRARD é historiador na École des Hautes Études en Sciences Sociales e professor visitante na Universidade de Michigan.

Ve

"Provas de liberdade será saudado como um *tour de force* da pesquisa tenaz e da mais instigante e fecunda imaginação acadêmica" (Henry Louis Gates Jr., W. E. B. Du Bois Institute for African and African American Research, Harvard University).

"Uma história maravilhosa, ricamente detalhada, que leva o leitor através de dois séculos da vida de uma única família cujos membros passam seu tempo sobre a Terra lutando por segurança e respeito, com uma erudição incomum e elegantemente narrada" (Sidney W. Mintz, autor de *Sweetness and Power: The Place of Sugar in Modern History*, 1985).

"Scott e Hébrard combinam meticoloso trabalho de pesquisa nos arquivos com a visão e a abrangência dos melhores historiadores para produzir uma maravilhosa saga familiar multigeracional que acentua o poder de nossa humanidade diante das mudanças e dos desafios da história. Este não é um livro apenas sobre uma família afro-americana. É sobre todos nós" (Stuart B. Schwartz, autor de *Segredos internos. Engenheiros e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*, livro traduzido e publicado no Brasil em 1988, pela Companhia das Letras).

ISBN 978-85-268-1069-3



9 788526 810693

www.editora.unicamp.br

OCEANO

PACÍFICO